

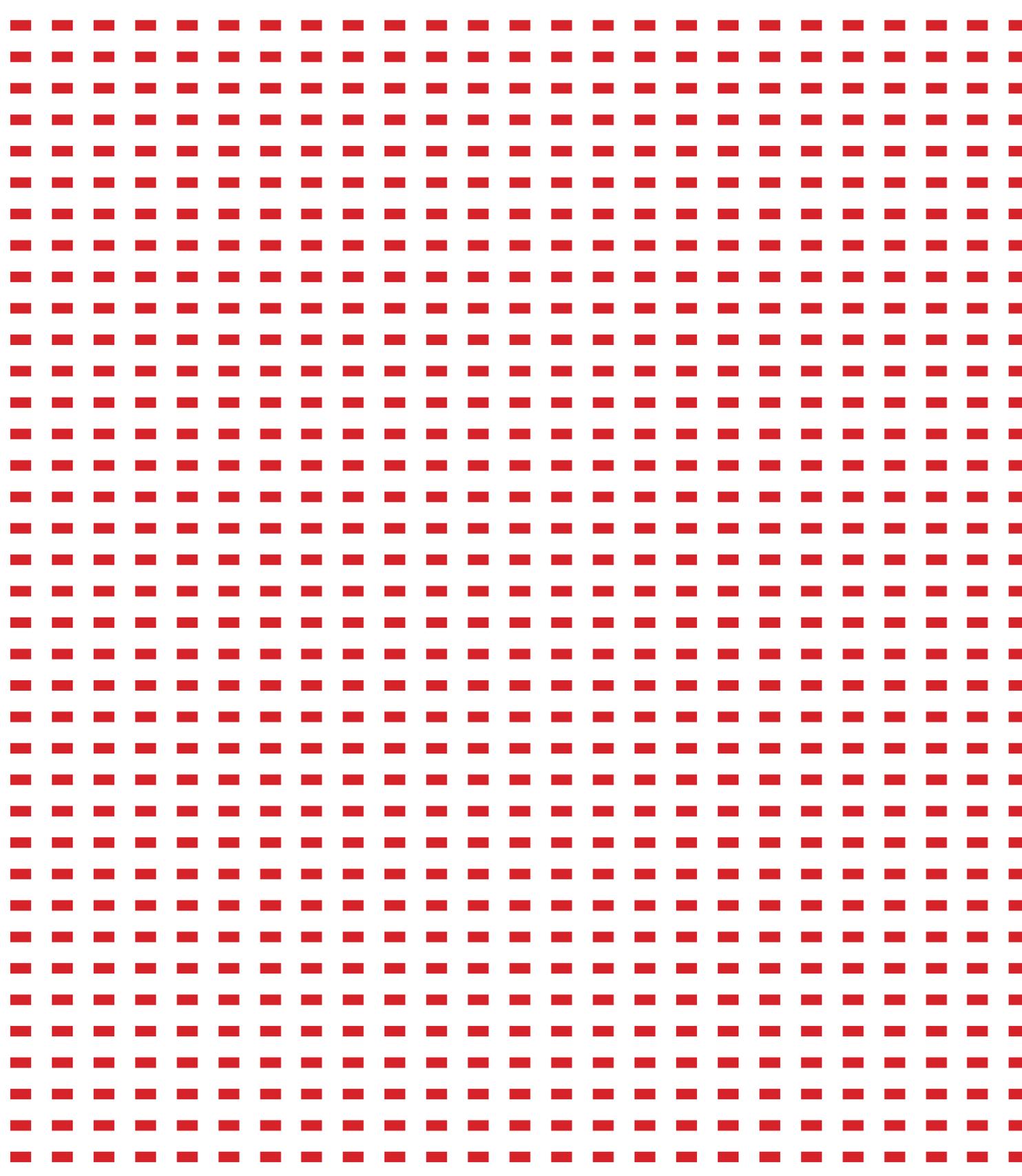


# OBSERVATÓRIO DE REMOÇÕES

**2017-2018**  
relatório bianual

Org. Regina Dulce Lins e  
Raquel Rolnik

São Paulo  
FAU USP / 2018



Este trabalho foi realizado graças aos apoios financeiros da Fundação Ford, da Open Society e das bolsas: Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (Capes), Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq) e Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de São Paulo (Fapesp)

O presente trabalho foi realizado com apoio da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior - Brasil (CAPES) - Código de Financiamento 001

Lins, Regina Dulce; Rolnik, Raquel (org.)  
Observatório de Remoções 2017-2018: relatório bianual . São Paulo: FAU USP, 2018. 220 p.

ISBN on line: 978-85-8089-157-7

1. Planejamento urbano. 2. Habitação Social. 3. Campos Elíseos . I. Lins, Regina Dulce Lins org. II Rolnik, Raquel org. III. Título

Ficha catalográfica elaborada eletronicamente através do formulário disponível em:  
<<http://www.fau.usp.br/fichacatalografica/>>  
Serviço Técnico de Biblioteca  
Faculdade de Arquitetura e Urbanismo da Universidade de São Paulo

Edição digital e gratuita

# OBSERVATÓRIO DE REMOÇÕES

**2017-2018**  
relatório bianual

**Org. Regina Dulce Lins e  
Raquel Rolnik**

São Paulo  
FAU USP / 2018

Apresentação	Regina Dulce Lins	07
Experiências de mapeamento das remoções e ameaças de remoção na região metropolitana de São Paulo.	Aluizio Marino, Raquel Rolnik e Regina Dulce Lins	13
Ocupações urbanas, vilas e remoções em Belo Horizonte	Denise Morado Nascimento, Daniel Medeiros de Freitas, Daniel Braga Escada e Maurício Lage	43
Trajetória de remoções em Fortaleza: análise de registros perversos da desigualdade	Renato Pequeno e Breno Holanda	63





## Apresentação

### Regina Dulce Lins

Este relatório bianual apresenta os resultados da pesquisa-ação *Ocupações, remoções, despejos e resistências: intervenções territoriais na produção das metrópoles*, desenvolvida entre março de 2017 e outubro de 2018, em rede nacional, composta de quatro grupos de pesquisa. Em São Paulo, onde se situa a coordenação do projeto, dois grupos o compõem: o Laboratório Espaço Público e Direito à Cidade (LabCidade) da Faculdade de Arquitetura e Urbanismo da Universidade de São Paulo (FAU/USP) e o Laboratório Justiça Territorial (LabJUTA) da Universidade Federal do ABC (UFABC). Outros dois grupos situam-se nos estados brasileiros do Ceará, o Laboratório de Estudos da Habitação (LEHAB) da Universidade Federal do Ceará (UFC) e de Minas Gerais, o Grupo de Pesquisa Práticas Sociais no Espaço Urbano (PRAXIS EA) da Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG). A publicação apresenta os resultados desse esforço em onze textos, nove de São Paulo, um de Belo Horizonte e um de Fortaleza.

O objetivo geral do projeto é compreender e tornar visíveis os processos de ocupações, remoções, despejos e resistências em curso a partir da reestruturação territorial das metrópoles. Enfrentou-se o problema em duas escalas distintas: **a da metrópole**, em que o fenômeno foi cartografado e adquiriu visibilidade; e **aquela dos atingidos**, em que as resistências construídas, coletiva e colaborativamente, foram observadas de perto e apoiadas.

A primeira parte do relatório compõe-se de três textos que tratam das remoções na escala das metrópoles estudadas: São Paulo, Belo Horizonte e Fortaleza.

O artigo “Experiências de mapeamento das remoções e ameaças de remoção na região metropolitana de São Paulo” inicia a publicação. Esse capítulo explora as experiências em torno do mapeamento das remoções e ameaças de remoções, apontando os desafios, avanços e limites dessa prática. O texto apresenta também os resultados da versão atual do mapeamento e procura interpretá-los. As informações foram coletadas entre janeiro de 2017 e agosto de 2018, e aquelas constantes dos bancos de dados e mapeamentos anteriores foram atualizadas levando-se em consideração comunidades e ocupações que ainda estão ameaçadas de remoção.

Os resultados dos dois outros grupos nacionais, o PRAXIS EA/UFMG e o LEHAB/UFC, que compõem a rede de Observatório de Remoções, apresentam-se em dois capítulos.

O Capítulo 2, “Ocupações urbanas, vilas e remoções em Belo Horizonte”, analisa o Plano Local de Habitação de Interesse Social e o modo como ele dialoga com o déficit habitacional e as alternativas propostas pela prefeitura para as famílias removidas. Argumenta que a prefeitura não tem como principal foco a redução daquele déficit, ainda que o mesmo sirva de justificativa para a implementação de planos e programas da Companhia Urbanizadora e de Habitação de Belo Horizonte (URBEL).

O Capítulo 3, “Trajetória de remoções em Fortaleza: análise de registros perversos da desigualdade”, apresenta a trajetória do Observatório de Remoções em Fortaleza, indicando as estratégias de ação desde a sua criação, em 2016. Organiza-se em torno das seguintes questões: (i) as principais atividades realizadas ao longo dessa pesquisa; (ii) como

se manifestam as remoções em Fortaleza ao longo do tempo; (iii) como os casos recentes de remoção se distribuem espacialmente; e, por fim, (iv) uma tentativa de estabelecer inter-relações dos processos de remoções com outras dinâmicas socioespaciais em Fortaleza.

A segunda parte do relatório apresenta cinco textos que se inter-relacionam – embora conservem autonomia –, para contar sobre a aproximação do Observatório de Remoções com um território particular da cidade de São Paulo: “*observar de perto*” o entorno da Estação da Luz e expor os resultados produzidos a partir dessa inserção; ou seja, busca-se com essa aproximação entender os processos de remoção na escala dos atingidos. A energia despendida por cada um/uma dos/as membros/as da equipe e, ao mesmo tempo, da equipe como um todo ao “mergulhar” no cotidiano de um território complexo e estigmatizado como aquele conhecido como Cracolândia, na cidade de São Paulo, se reflete na abordagem de cada um desses textos.

O Capítulo 4, “Contexto territorial e urbanístico da região da Luz, no centro de São Paulo”, mostra as pressões que a região da Luz tem sofrido historicamente para que se torne mais um polo de expansão do capital imobiliário e de seus produtos: centros culturais, condomínios residenciais de classe média, torres corporativas. Entretanto, mostra também como, há várias décadas, esse território popular, um dos bairros mais antigos da cidade, com arquiteturas preservadas, resiste a essas investidas, mesmo que isto tenha acarretado remoções, demolições e uso da violência. Apresenta-se um mapa que se constitui como elo de ligação entre esses cinco capítulos (do 4 ao 8), posto que se

cartografa neles o território em disputa, com todos os elementos que configuram os conflitos e resistências que lá se constroem.

O Capítulo 5, “Descrevendo a gênese do Fórum Aberto Mundaréu da Luz e a invenção do Projeto Campos Elíseos Vivo”, situa a conjuntura política e como ela, juntamente com as ações violentas do governo de São Paulo no território, levou à articulação que veio a se denominar Fórum Aberto Mundaréu da Luz. O texto apresenta também a construção do projeto urbanístico-social Campos Elíseos Vivo, resultado de um processo amplo, ainda em curso, construído coletivamente, a partir da escuta das necessidades e dos desejos da população do referido bairro.

O Capítulo 6, “Como atingidos por PPPs no centro de São Paulo perderam suas casas”, aprofunda a inserção no território da Luz, discutindo a precariedade habitacional e sua relação com os processos de remoção em curso em três quadras. Relatam-se esses processos desde quando foram emitidos decretos de utilidade pública sobre os terrenos até a chegada dos caminhões de mudança. Além de entender os arranjos institucionais que viabilizaram as remoções, busca-se conhecer os efeitos na vida dos atingidos. Para tanto, o texto relaciona a evolução das remoções com as “brutalidades cotidianas” que marcaram esses processos de despossessão, procurando compreender o ponto de vista dos atingidos a respeito da implementação de políticas e projetos.

O Capítulo 7, “A formação dos Conselhos Gestores em Campos Elíseos e disputas para além da esfera institucional”, argumenta que uma das estratégias adotadas pelo Fórum

Aberto Mundaréu da Luz é a disputa institucional, e uma das frentes na qual ela se realiza é na participação e incidência permanente em dois Conselhos Gestores de Zonas Especiais de Interesse Social (Zeis). O Conselho Gestor de Zeis é uma instância de participação institucional prevista no Plano Diretor Estratégico da cidade de São Paulo (PDE). A constituição desses conselhos é um dos focos do texto. O artigo explica de que forma esse novo espaço de participação vem interagindo com outras dinâmicas e conflitos que permeiam a região tendo em vista as limitações e atritos que conformam seu funcionamento e suas interações com outros espaços.

O Capítulo 8 intitula-se “Cotidiano e espetáculo: territórios e narrativas em disputa na Cracolândia”. A disputa por território é aí também uma disputa narrativa. Os diversos atores que estão imbricados na produção do espaço competem pela produção discursiva acerca do local e de sua população, uma vez que a construção narrativa pode legitimar, justificar, incentivar ou mesmo contrapor ações no território por parte do Estado. Essas ações, que tentam acabar com a presença popular na região para “revitalização” da área, são de basicamente duas naturezas: performáticas, cujo espetáculo ganha espaço na grande mídia; ou cotidianas, em que violações e violências são invisibilizadas. E é justamente no campo do cotidiano que coletivos, institutos de pesquisa e a mídia independente encontram espaço para disputar narrativas. A partir do acompanhamento da rotina dos moradores, comerciantes e indivíduos que habitam e frequentam a Cracolândia, tem sido possível revelar que essa população é, na verdade, alvo das ações violentas.

tas e excludentes do Estado, não causadora da violência e da degradação no território, como se faz crer na sociedade do espetáculo. Disputar a narrativa, a partir da humanização do cotidiano, tem se mostrado crucial para a construção da resistência socioterritorial.

Por fim, a terceira seção contém três capítulos que descrevem outras formas de abordagem, outras dimensões sobre o fenômeno das remoções. O Capítulo 9, “Instrumentos, visibilidade e resistência: ações para o fortalecimento da Rede contra Remoções”, apresenta a realização de oficinas territoriais como um esforço para ampliar a colaboração em torno do mapeamento participativo. Nesse sentido, aprimoraram-se as ferramentas para interação e levantamento de informações junto à Rede contra as Remoções Forçadas; realizou-se uma série de oficinas temáticas em comunidades ameaçadas de remoção, com o objetivo de difundir a ferramenta de mapeamento colaborativo e debater os processos em curso. As oficinas também funcionaram como espaço de articulação e mobilização para o segundo encontro ampliado da Rede contra as Remoções Forçadas.

O Capítulo 10, “Experimentando práticas insurgentes de planejamento no contexto de remoções”, apresenta experiências que são conceituadas como ferramentas técnico-políticas para resistência contra remoções. Configuram-se como estratégias de enfrentamento a intervenções urbanas que, promovidas pelo poder público, por vezes em cooperação ou parceria com o setor privado, acarretam processos de remoção ou ameaças de remoção de pessoas e famílias de baixa renda. A partir de três casos observados de perto pelo projeto

Observatório de Remoções, o artigo apresenta os contextos e especificidades que proporcionaram a experimentação dessas práticas insurgentes, o que envolveu a população atingida, movimentos e universidade, resultou em processos de resistência em diferentes níveis de aprofundamento e graus de apropriação e gerou também diferentes produtos.

Por fim, mas não menos importante, o Capítulo 11 apresenta o relato do workshop internacional “Evictions, Resistances and Territorial Interventions”, organizado pelo Observatório de Remoções na cidade de São Paulo, em maio de 2017. Esse evento constituiu-se em momento singular no desenvolvimento do Observatório ao trazer para São Paulo a exposição de uma série de argumentos teórico-conceituais lastreados em reflexões empíricas oriundas de geografias e histórias distintas. Foram apresentados quinze trabalhos – sendo nove de fora do Brasil e seis brasileiros – por pesquisadores/as que, interessados/as no fenômeno das remoções e deslocamentos forçados, também contavam com uma história de ativismo e resistências. O debate buscou tratar das singularidades dos casos apresentados, enquanto identificava o que há de comum nos processos apresentados e discutidos, buscando aproximar as interpretações propostas no entendimento do caso de São Paulo.





## **Experiências de mapeamento das remoções e ameaças de remoção na região metropolitana de São Paulo.**

**Aluizio Marino**  
**Raquel Rolnik**  
**Regina Dulce Lins**

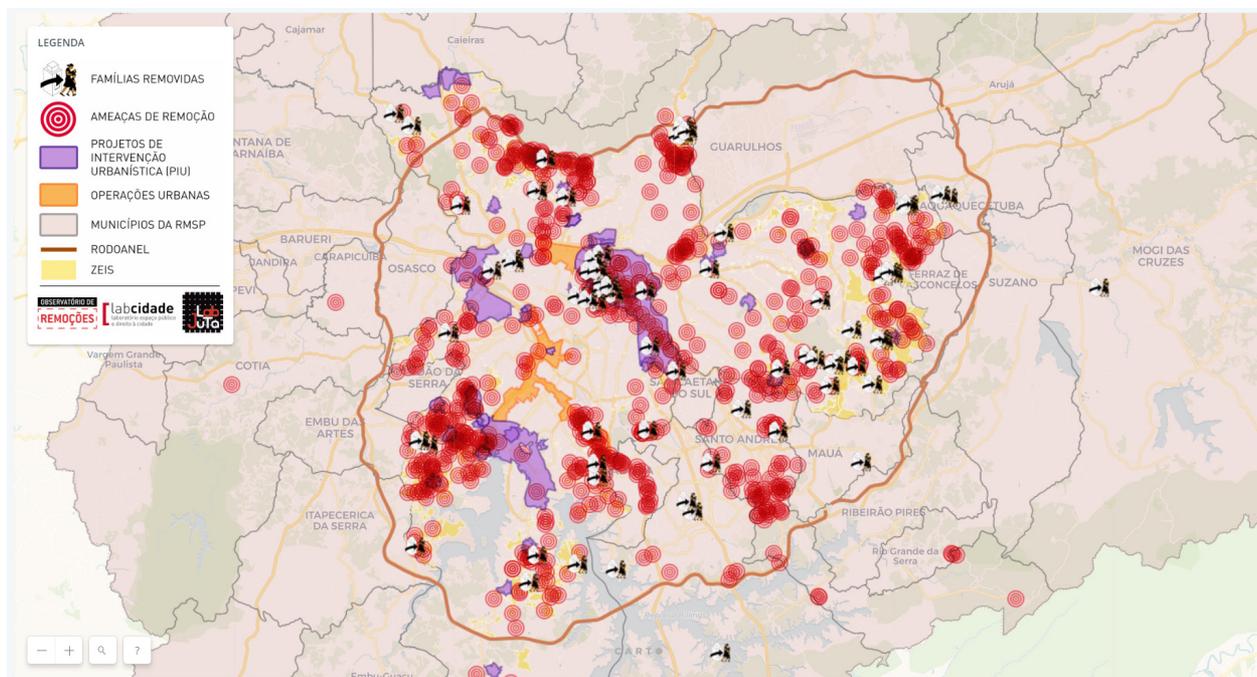
O Observatório de Remoções (OR) realiza, desde 2012, o mapeamento das remoções e ameaças de remoção— um fenômeno historicamente invisível —, inicialmente, na cidade de São Paulo e vai, progressivamente, ampliando os seus esforços para outros municípios da Região Metropolitana de São Paulo (RMSP) e de outros estados do país, em busca de garantir visibilidade ao fenômeno.<sup>1</sup>

Adota-se a seguinte definição de “remoção”: processos coletivos de expropriação em que pessoas e/ou famílias, em geral de baixa renda, são deslocadas forçadamente de seus locais de moradia ou de seu habitat. O foco do OR está, portanto, nos processos de deslocamento forçado que afetam grupos ou comunidades, ou seja, remoções ou ameaças de remoção coletivas. Não são registrados no banco de dados e analisados no mapeamento os casos de despejo individuais ou unifamiliares.

Os primeiros resultados cartográficos do OR foram publicados em 2012<sup>2</sup>, conferindo visibilidade às remoções e ameaças de remoção na cidade de São Paulo. Foram utilizadas fontes de informações distintas sobre os eventos entre

1 O projeto de pesquisa-ação Observatório de Remoções surgiu em 2012, na Faculdade de Arquitetura e Urbanismo da Universidade de São Paulo (USP) reunindo pesquisadores voluntários dos laboratórios: LabCidade e LABHAB. A segunda fase do projeto desenvolveu-se, entre 2015 e 2017, com financiamento da Fundação Ford (FFORD), incluindo, além dos laboratórios originais, a Universidade Federal do ABC (UFABC) e a Universidade Federal da Integração Latino-Americana (UNILA). Amplia-se assim o território de investigação e intervenção para além da cidade de São Paulo, com os municípios do grande ABC e Foz do Iguaçu. Por fim, nesta terceira fase, entre 2017 e 2018, ainda com apoio financeiro da FFORD, compõem a equipe de pesquisa o LabCidade/ FAUUSP, o LabJUTA/UFABC e duas outras equipes de universidades federais brasileiras: o LEHAB, no Ceará e o PRAXIS, em Minas Gerais.

2 Cf. <https://www.observatorioderemocoes.fau.usp.br/historico/>



2010 e 2012: *clipping* de notícias veiculadas na mídia; pesquisas de campo; bancos de dados (Defensoria Pública; Centro Gaspar Garcia; Escritório Modelo; Movimentos de Moradia) e denúncias recebidas pela Relatoria Especial para o Direito à Moradia Adequada da ONU<sup>3</sup>.

Após a primeira versão do mapeamento, o OR passou a aprimorar o processo e as ferramentas utilizadas para registrar as comunidades e assentamentos atingidos e/ ou ameaçados por remoções e, desse modo, avançou na compreensão e na interpretação sobre a geografia e a dinâmica das remoções na metrópole, além de ter instrumentalizado as resistências

aos processos de remoção, organizadas por movimentos sociais, atingidos e comunidades ameaçadas. Em 2016 foi lançada a segunda versão do mapeamento<sup>4</sup>, que inclui os dados coletados na primeira versão e os novos casos relativos à capital e acrescenta informações relativas a quatro municípios da região do ABC: Santo André, São Bernardo do Campo, Diadema e Mauá. Além das fontes de dados utilizadas anteriormente, a segunda versão conta também com informações: (i) oficiais, a partir de estatísticas públicas – como por exemplo os dados do portal Habisp (atual HabitaSampa)<sup>5</sup>; (ii) de instituições parceiras; e (iii) de denúncias

3 Cf. <http://www.direitoamoradia.fau.usp.br/>

4 Cf. <https://www.observatorioderemoco.es.fau.usp.br/mapa-denuncias/>

5 Cf. <http://www.habitasampa.inf.br>

Mapa 1 - Resultado do mapeamento colaborativo das remoções (2017-2018)

Fonte: LabCidade

realizadas pelos próprios atingidos ou ameaçados, o que foi possível a partir da criação de um formulário online georreferenciado.

A análise das informações coletadas entre 2010 e 2016 aponta que as principais justificativas das remoções e ameaças de remoções na capital e nos municípios do ABC foram intervenções e projetos públicos, dentre eles: (i) urbanização de favelas, que envolviam deslocamentos de parte ou da totalidade dos moradores; (ii) implantação de áreas verdes; (iii) áreas sob impacto de operações urbanas; (iv) reintegrações de posse; (v) obras de infraestrutura; (vi) APP/APA; (vii) áreas de risco e, por fim, (viii) faixas de domínio de rodovias.

O mapeamento sempre teve um caráter colaborativo, ou seja sempre contou com a participação de outros atores, por exemplo: movimentos de moradia. Entretanto somente a partir desta segunda versão, o caráter colaborativo do mapeamento se estabelece por meio de um canal de denúncias online por meio do qual atingidos, ativistas, pesquisadores e demais interessados passaram a poder notificar casos de remoção e/ou de comunidades ameaçadas. Entretanto o engajamento com a ferramenta, nesta primeira experiência, em 2016, foi abaixo do esperado: de um total de 868 ocorrências – entre remoções e ameaças de remoções –, apenas onze são oriundas do canal de denúncias, o que representa apenas 1,2% dos dados.

Com o objetivo de ampliar o engajamento dos atingidos com essa ferramenta de denúncias, o Observatório de Remoções lançou em

2017 a terceira e atual versão do mapeamento<sup>6</sup>. Esta terceira versão: (i) amplia o território de análise, de cinco para dez municípios na RMSP; (ii) apresenta mudanças na narrativa cartográfica sobre remoções e na forma de representação espacial, utilizando linguagem e iconografias de um “ativismo cartográfico” (SANTOS, 2011); e (iii) simplifica a ferramenta de denúncias, por meio de um canal direto via WhatsApp.

Ou seja, modificam-se, no contexto do projeto, as estratégias metodológicas adotadas para, ao mesmo tempo, fortalecer a narrativa contra remoções, parte constitutiva do mapeamento, e simplificar a comunicação entre o Observatório de Remoções e os atingidos e ameaçados. Além dessas estratégias, realizou-se outro esforço importante para ampliar o engajamento dos atingidos e ameaçados, a partir de um ciclo de oficinas e rodas de conversa nas comunidades ameaçadas de remoção, com a presença de moradores e de lideranças de movimentos de moradia.

Este capítulo explora as experiências em torno do mapeamento das remoções e ameaças de remoções, apontando os desafios e a importância dessa iniciativa, os avanços e os limites dessa prática. Também serão apresentados os resultados da versão recente do mapeamento, com a leitura territorial que ela permite, baseada em informações coletadas entre janeiro de 2017 e agosto de 2018; assim como a atualização das informações dos mapeamentos anteriores, levando em consideração comunidades e ocupações que permanecem ameaçadas de remoção.

6 Cf. <http://www.labcidade.fau.usp.br/mapa-denuncias/>

## Mapear as remoções: um desafio

Favelas, ocupações e outros territórios populares na cidade são quase sempre enquadrados como ilegais. As pessoas e famílias que residem nesses lugares são tratadas pela mídia hegemônica e por boa parte da opinião pública como *invasores* ou até mesmo *criminosos*. A lógica da ilegalidade justifica a ausência de investimentos públicos nesses locais, o que se reflete na escassez de equipamentos sociais, serviços públicos e infraestrutura urbana. Trata-se de territórios com várias condições de vulnerabilidade e precariedade, alvos frequentes de remoções e violências.

A criminalização desses territórios e sujeitos faz com que as remoções sejam praticamente invisíveis. Por serem consideradas ilegais, ocupações e favelas são removidas na maioria das vezes sem nenhuma informação prévia ou procedimento jurídico.

Ao delimitar esses territórios como “ilegais”, muitas vezes se sobrepondo aos tecidos urbanos preexistentes, as normas de planejamento, construção e ocupação do solo definem uma geografia de invisibilidade para a política urbana ou classificam uma presença constituída – mas nunca plenamente estabelecida – como exceção. (ROLNIK, 2015, p.193)

A invisibilidade das remoções, origem e motivação do mapeamento, é, ao mesmo tempo, o principal desafio que a ele se apresenta. Essa “geografia de invisibilidade” impacta o levantamento de dados e informações sobre as remoções, transformando-o numa tarefa complexa. Para contorná-la, e construir uma base de dados confiável, é necessário recorrer a diferentes fontes, o que, por sua vez,

gera outros desafios. Os dados incompletos ou imprecisos são também fragmentados e de difícil georreferenciamento, pois não possuem indicações de endereço; ou, em outras situações, a identificação, o nome do lugar adotado pelas comunidades não corresponde aos registros oficiais ou não consta nas bases de dados institucionais, as utilizadas para o mapeamento. Como resultado dessa geografia específica de boa parte das remoções e ameaças de remoções, o banco de dados subestima o fenômeno, ou seja, os dados representados no mapa não correspondem à totalidade de remoções e ameaças de remoções existentes no território estudado.

Por fim, a ausência de estatísticas públicas sobre remoções e ameaças de remoções também representa desafio considerável. O único banco de dados que possui essas informações e as disponibiliza publicamente é o banco de sentenças do Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo (TJSP); entretanto, nele constam apenas as remoções que já foram judicializadas e tramitadas em primeira instância. Nesse caso, a maior limitação está: (i) na forma como os dados estão organizados, a qual impossibilita realizar recortes e diferenciar as remoções coletivas dos despejos individuais; e (ii) na visualização dos dados, a qual possibilita apenas uma análise processo a processo, inviabiliza a análise em escala metropolitana.

Além da invisibilidade, fragmentação e imprecisão dos dados referentes a remoções e ameaças de remoções, o processo de mapeamento é confrontado com o dilema denúncia *versus* exposição. Nos casos das ameaças de remoções, ou seja, quando a remoção ainda não se concretizou, o dilema sobre o mapea-

mento dessas situações torna-se uma questão ainda mais delicada. Perguntamo-nos cotidianamente: até que ponto identificar determinada comunidade ou ocupação como ameaçada fortalece a sua resistência e contribui para sua permanência? Ou, ao contrário, em que momentos o mapeamento pode aumentar a situação de vulnerabilidade da ocupação?

Se, por um lado, as tecnologias de mapeamento colaborativo têm um potencial de fortalecer resistências, quando apropriadas por comunidades e movimentos sociais, por outro, persistem as desigualdades de poder relacionadas com o domínio da técnica, informações e infraestrutura necessária (computadores, boa conexão com a internet, softwares). Uma vez que cartografias são produzidas e disseminadas a partir de ferramentas de mapeamento digital, os grupos atingidos ou ameaçados perdem o controle sobre essa informação, o que implica riscos (SLETTTO et al, 2013).

O risco da exposição leva a situações em que determinadas informações não podem ser reveladas, ou seja, é preciso colocar limites à visibilização, pois o mapeamento indiscriminado de ameaças de remoção pode ampliar os conflitos existentes ou até mesmo expor as pessoas a situações de violência. É fundamental zelar pela segurança das comunidades. Ou seja: a ausência de informações é muitas vezes uma estratégia consciente. Um exemplo dessa estratégia de preservar informações é a decisão de não mapear ocupações de moradia, a não ser que existe forte indício de ameaça de remoção.

A estratégia adotada pelo Observatório de Remoções para enfrentar esse dilema foi mapear apenas as ameaças latentes, adotando

os seguintes critérios de inclusão: (i) ocupações que são alvo de processos de reintegração de posse ou que foram notificadas por autoridades públicas; (ii) comunidades localizadas em áreas onde estão planejadas intervenções urbanas ou grandes obras; (iii) assentamentos precários em áreas de risco previamente assinalados em bancos de dados públicos; (iv) favelas listadas em projetos de reassentamento; e (v) ameaças de remoção noticiadas pela mídia.

Portanto, o dilema denúncia *versus* exposição evidencia a centralidade do *processo* de mapeamento. Para além do mapa, ou seja, o resultado cartográfico em si, o mais importante é a experiência colaborativa do mapeamento. O contexto em que o Observatório de Remoções está inserido exige sensibilidade quanto às vulnerabilidades presentes em cada local o que só é a partir da escuta e participação dos atingidos e ameaçados durante o processo de mapeamento. O mapeamento é uma construção permanente, que implica o compartilhamento de conhecimentos, a partir de encontros e mediações nos quais os sujeitos envolvidos – pesquisadores, lideranças, ativistas, atingidos e ameaçados – ensinam e aprendem.<sup>7</sup>

### **A importância de um mapeamento das remoções e ameaças de remoções**

Afinal, para que e para quem serve um mapeamento das remoções e ameaças de remoções? Parece-nos evidente que, por si mesma, a visibilidade de uma problemática social historicamente invisibilizada – levando em conta os limites da exposição – é uma contribuição importante. Além de representar as remoções e ameaças de remoções no território, o mapeamento identifica também: (i) o número de

<sup>7</sup> Ver Capítulo 9 nesta publicação, sobre oficinas para disseminar o mapeamento colaborativo e a articulação da rede contra remoções.

famílias atingidas ou ameaçadas; (ii) as principais justificativas e atores responsáveis pelas expropriações; (iii) a presença de movimentos sociais; entre outras informações específicas a cada caso. A sistematização desses dados em formato de mapa contribui para a compreensão da geografia e da dinâmica das remoções e das ameaças de remoções em escala metropolitana, identificando, assim, os territórios com maior presença de conflitos fundiários e imobiliários. O mapeamento é também uma ferramenta importante para a compreensão ampliada da dinâmica de reestruturação territorial da metrópole e seu imbricamento com as remoções.

O banco de dados com as informações das remoções e ameaças de remoção que constam no mapeamento é aberto e disponível para que outros pesquisadores possam utilizá-lo. As publicações com os resultados e análises do mapeamento estão todas licenciadas sob *creative commons*. Nesse sentido, o OR contribui para o desenvolvimento de outras pesquisas.

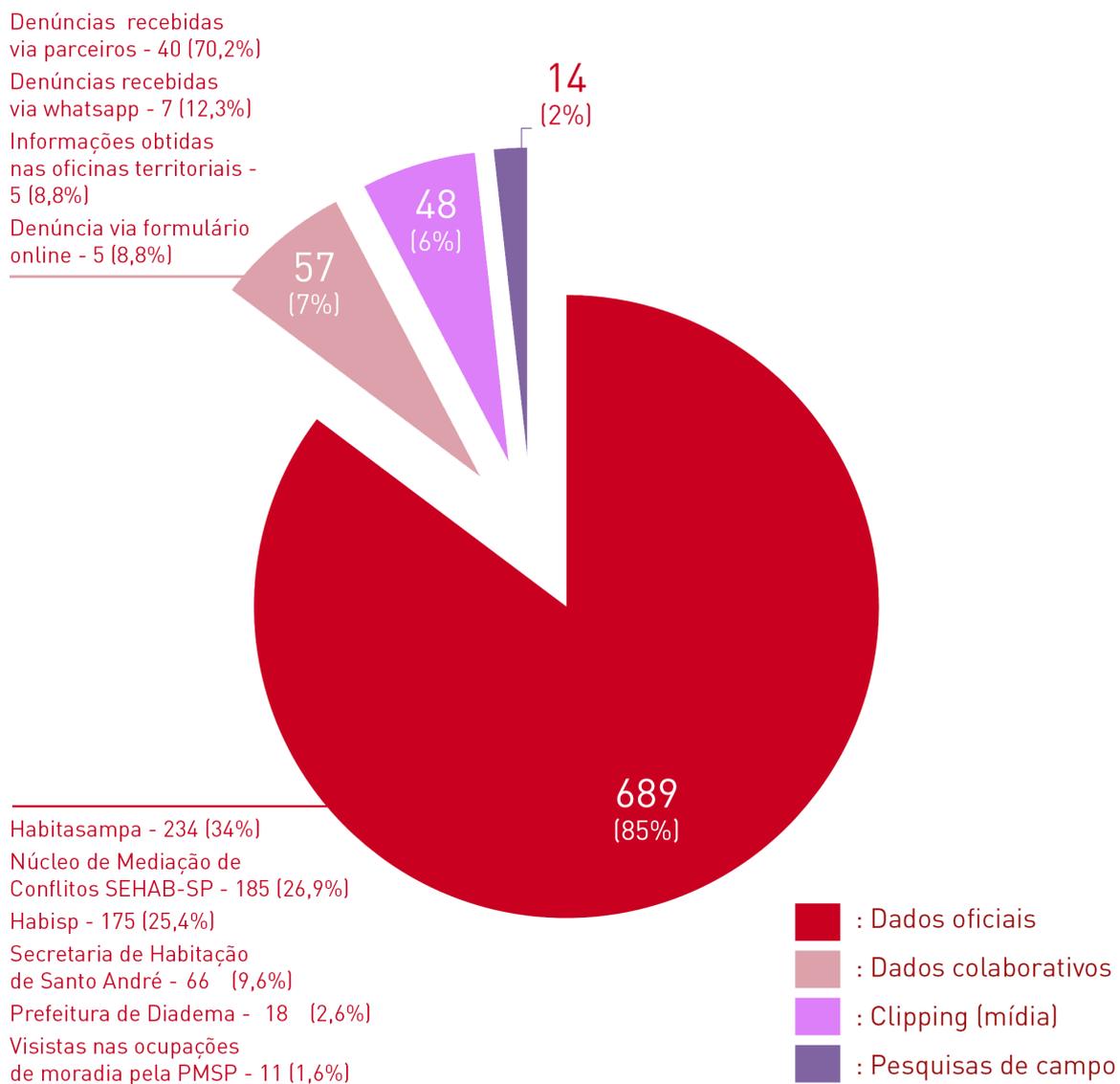
A ferramenta de denúncia e o mapa são instrumentos na luta pela permanência das comunidades e, ainda, por um atendimento habitacional adequado, quando a remoção é inevitável<sup>8</sup>. Informações e denúncias recebidas pelo Observatório de Remoções muitas vezes subsidiam ações de defesa e garantia de direitos. Uma das práticas adotadas pela equipe responsável pelo mapeamento é encaminhar as informações para a Defensoria Pública ou para instituições parceiras que trabalham na defesa do direito à moradia, com o intuito de, assim, garantir suporte jurídico às comunidades ameaçadas.

O mapeamento das remoções insere-se, portanto, na perspectiva de um “ativismo cartográfico”, na medida em que fortalece a luta de movimentos sociais e comunidades, instrumentalizando processos de resistência e permanência. Como apontado pelo professor Renato Emerson dos Santos, os ativismos cartográficos envolvem a colaboração entre universidades, organizações de defesa dos direitos humanos, movimentos sociais e comunidades, utilizando “objetos cartográficos [...] como leituras sociais do território que são confrontadas às leituras oficiais e [...] como instrumentos de fortalecimento da identidade social e de articulações políticas” (SANTOS R. E., 2011, p.4)

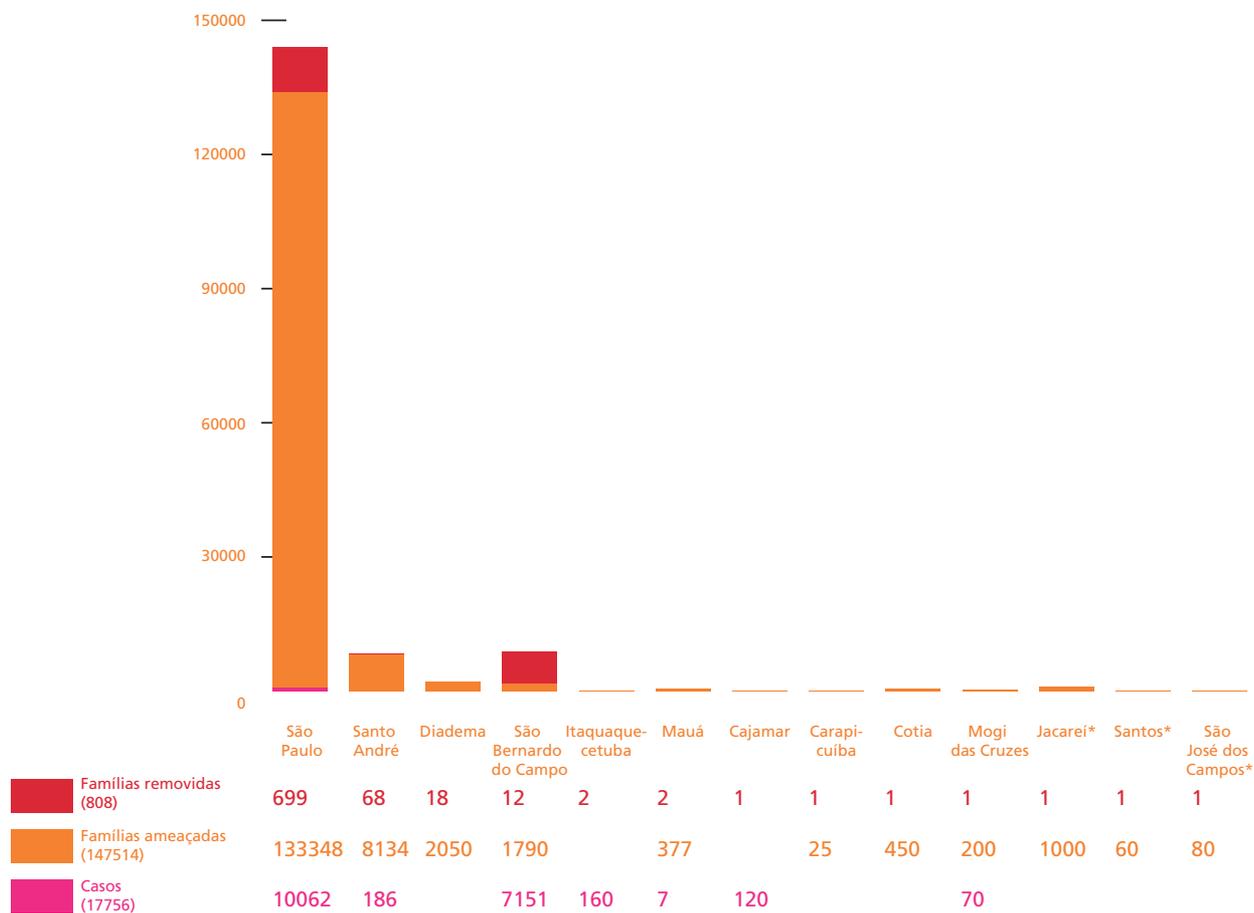
A cartografia não é um conjunto de técnicas neutras, pelo contrário, conforme argumentou Lacoste (1988), os mapas foram utilizados ao longo da história como instrumentos de controle e manutenção do poder hegemônico. O mapa, além de uma forma de representação geográfica, é conhecimento e, por consequência, poder (FOUCAULT, 1996). Os mapas representam, além de territórios, interesses e visões de mundo. A partir da década de 1990, verificamos estudos e práticas que denunciam a parcialidade da cartografia institucional e evidenciam a importância de uma cartografia crítica ou social (CRAMPTON; KRYEGER, 2008; ACSELRAD, 2010).

Atualmente constatamos uma efervescência de produções cartográficas que incorporam leituras e interpretações até então ausentes na produção institucional; em outras palavras, constatamos uma proliferação dos ativismos cartográficos. A pesquisa-ação do Observatório das Remoções adota essa perspectiva alterna-

8 Remoções inevitáveis são aquelas quando a situação habitacional coloca em risco a vida dos moradores e não existem alternativas de permanência na localidade em condições de moradia digna e adequada.



Infográfico 1 - Fonte dos dados da terceira versão do mapeamento das remoções na RMSP (2017-2018)



Infográfico 2: Remoções e ameaças de remoções por municípios e por número de famílias impactadas em São Paulo (2017-2018)

tiva e descolonizadora da cartografia. O mapeamento das remoções é uma ferramenta de denúncia das múltiplas dimensões da situação de insegurança habitacional e instrumento na luta por moradia e pelo direito à cidade na RMSP.

### **Mapeamento das remoções e ameaças de remoções na Região Metropolitana de São Paulo (2017-2018)**

Apresentamos aqui o resultado da terceira versão do mapeamento colaborativo das remoções e ameaças de remoções na RMSP, com informações referentes ao período entre janeiro de 2017 e agosto de 2018. A partir da descrição e análise desses resultados, contribuímos com a leitura atual dos processos de reestruturação da metrópole, apontando permanências e mudanças na geografia e na dinâmica das remoções na região.

No período em estudo, identificamos um total de 808 casos de remoções ou ameaças de remoções, sendo que 575 deles (71%) correspondem a novas inserções no banco de dados. O restante, 233 casos (29%), é oriundo de revisão de dados dos mapeamentos anteriores, realizados entre 2010 e 2016. Tomou-se a decisão de incluir nesta terceira versão apenas esses 233 dos 868 casos mapeados anteriormente, pois representam as situações em que as ameaças de remoção permanecem ativas.

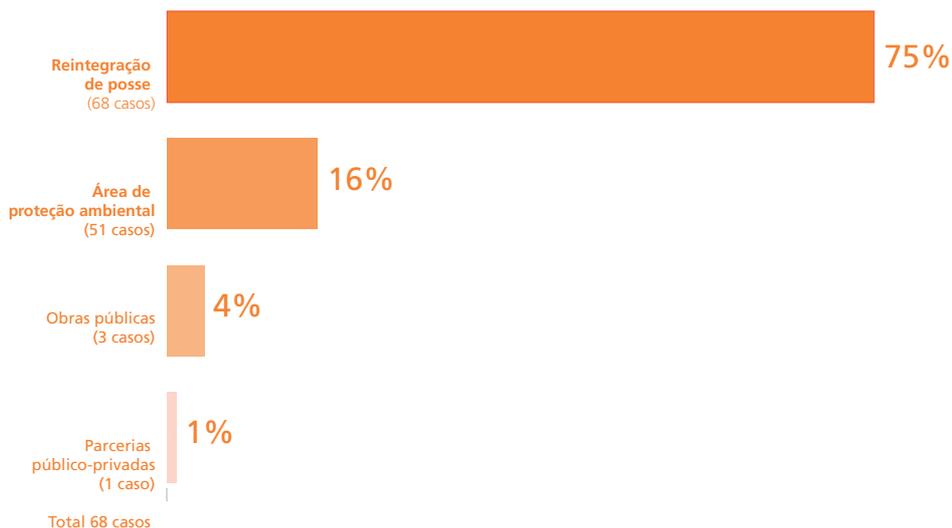
A terceira versão do mapa das remoções e ameaças de remoções na RMSP conta com sete fontes de dados: dados oficiais; *clipping* de matérias jornalísticas; denúncias via parceiros do Observatório de Remoções; pesquisas de campo do Observatório de Remoções; denúncias via WhatsApp; informações obtidas nas

oficinas territoriais; denúncias via formulário online. As mais expressivas, tanto das novas inserções, como da revisão do mapeamento anterior, são as que tem por fonte os dados oficiais, obtidas a partir da análise de estatísticas e projetos públicos ou de solicitações de informações às gestões municipais. São 689 dos 808 casos mapeados os oriundos de fontes oficiais (85%), em especial os dados do portal HabitaSampa – uma ferramenta para acompanhamento e consulta da política habitacional na cidade de São Paulo – e do Núcleo de Mediação de Conflitos da Secretaria Municipal de Habitação de São Paulo (Sehab), instrumento surgido no ano de 2016, com a intenção de tratar dos conflitos fundiários na cidade.

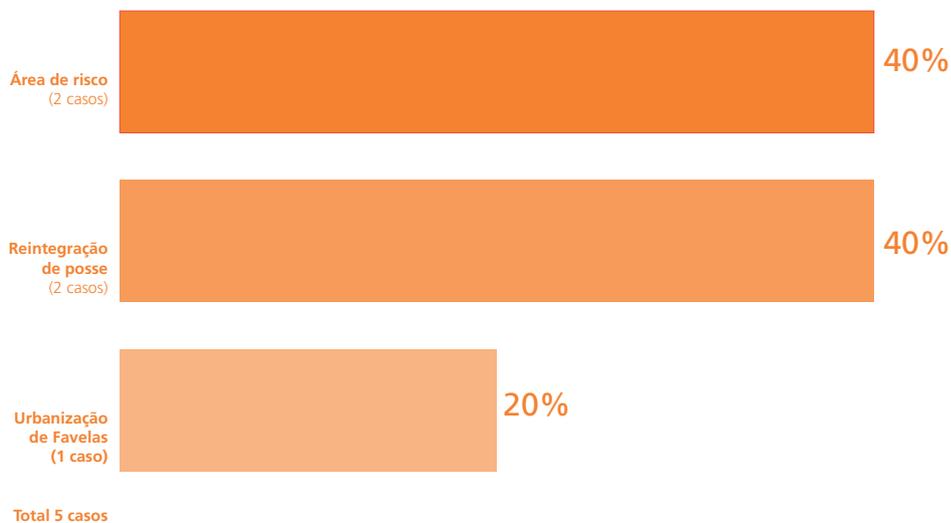
Além das fontes oficiais, a terceira versão do mapeamento conta com informações de caráter colaborativo, oriundas do acompanhamento realizado por instituições parceiras do OR e de denúncias feitas pelos atingidos via formulário online, WhatsApp e oficinas territoriais. As informações de caráter colaborativo correspondem a 57 casos (7%). Também foram fontes de informação as pesquisas de campo do OR e *clipping* de notícias veiculadas pela mídia eletrônica.

O mapeamento das remoções, em sua terceira versão, abrange um recorte territorial mais amplo do que nas versões passadas. Os dados registrados correspondem a treze municípios, sendo dez da RMSP e três do interior ou do litoral do estado de São Paulo. Os dados dos municípios localizados fora da RMSP têm como fonte o novo canal de denúncias via WhatsApp, por conta disso foram inseridos no banco de dados do mapeamento colaborativo. Entretanto, aqui analisaremos a geografia e os

### REMOÇÃO TOTAL

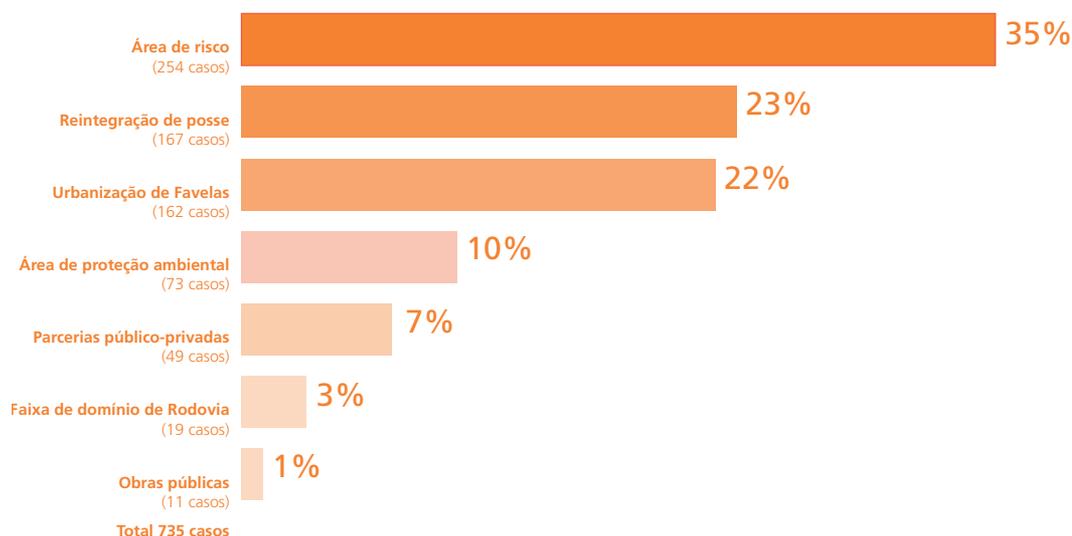


### REMOÇÃO PARCIAL



Infográfico 3: Remoções e ameaças de remoções por justificativa apresentada em São Paulo (2017-2018). Continua na próxima página.

### AMEAÇA DE REMOÇÃO



### TOTAL DE CASOS: 808

impactos das remoções e ameaças apenas na RMSP, ou seja, não se estende a leitura territorial para o interior e o litoral do estado.

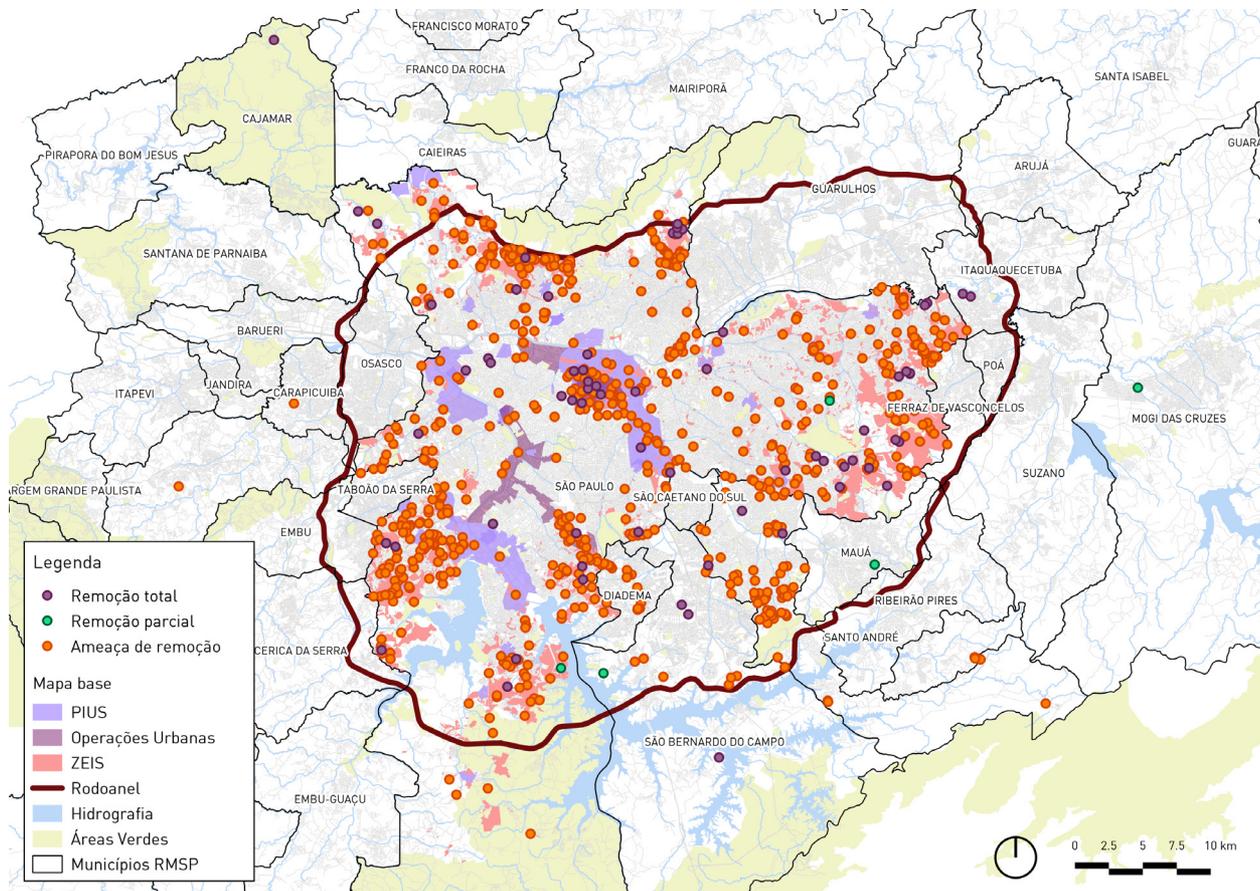
As remoções correspondem a 73 (9%) do total dos 808 casos mapeados, sendo que cinco delas correspondem a casos de remoção parcial, em que apenas parte das famílias foi removida. As ameaças de remoção correspondem a 735 casos (91%). Ao menos 17 mil famílias foram removidas e 147 mil estão ameaçadas de remoção no período analisado. A maior parte (86%), 699 casos, está concentrada na cidade de São Paulo, seguida por Santo André, com 68 casos (8%), Diadema, com 18 (2,2%), e São Bernardo do Campo, com 12 (1,4%).

As reintegrações de posse são a principal justificativa para as remoções, com 51 casos (75%). As ameaças de remoção têm como principais justificativas: (i) a presença do *risco*<sup>9</sup>, referente a comunidades localizadas em áreas passíveis de deslizamento, próximo à rede elétrica de alta tensão, aterro sanitário, solo contaminado, entre outros, com 254 casos (35% do total); (ii) reintegrações de posse, com 167 casos (23%); (iii) e projetos de “urbanização” de favelas com 162 casos (22% do total).

A distribuição das remoções e ameaças de remoção no território da RMSP permite inicialmente uma descrição contextualizada do fenômeno e, na sequência, sua análise frente a

9 As áreas de risco mapeadas correspondem majoritariamente a ameaças de remoção (254 de 258 casos). Trata-se majoritariamente de favelas na cidade de São Paulo que estão identificadas no portal Habitasampa como área de risco nível 3 ou 4 (alto ou muito alto), suscetíveis a deslizamento ou solapamento— elas perfazem 235 casos (92%).

Infográfico 3 (Continuação): Remoções e ameaças de remoções por justificativa apresentada em São Paulo (2017-2018)



Mapa 2 - Distribuição territorial das remoções, totais e parciais, e ameaças de remoção na RMSP (2017-2018).

## REMOÇÕES TOTAIS E PARCIAIS

Região	Casos	%
Leste 2	18	24,7%
Centro	13	17,8%
Sul 2	9	12,3%
Norte 2	7	9,6%
ABC	8	11,0%
Norte 1	5	6,8%
Sul 1	4	5,5%
Leste 1	3	4,1%
RMSP	4	5,5%
Oeste	2	2,7%
<b>TOTAL</b>	<b>73</b>	<b>100%</b>

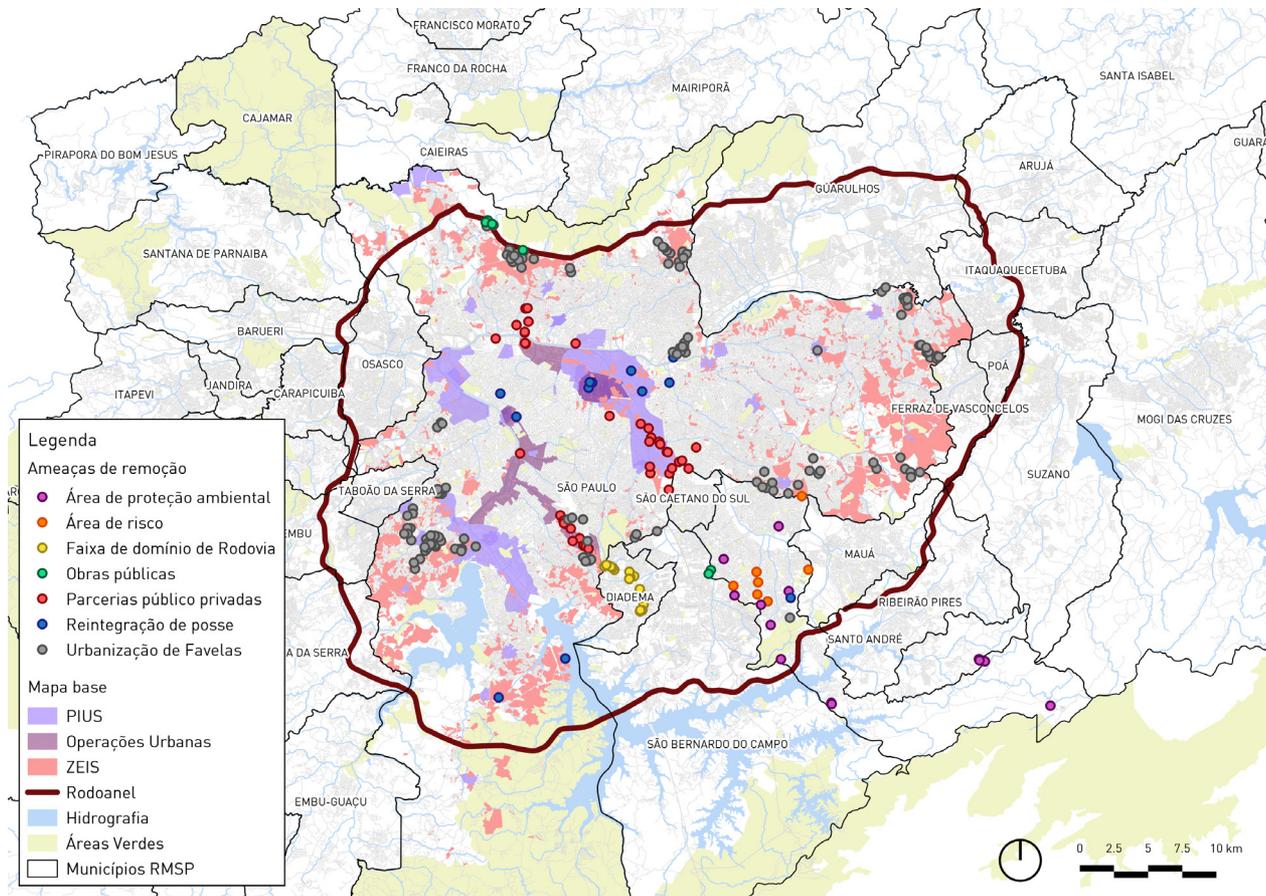
## AMEAÇAS DE REMOÇÃO

Região	Casos	%
Sul 2	170	23,1%
Leste 2	119	16,2%
Norte 2	99	13,5%
ABC	92	12,5%
Sul 1	60	8,2%
Centro	58	7,9%
Norte 1	51	6,9%
Leste 1	44	6,0%
Oeste	37	5,0%
Interior	2	0,3%
RMSP	2	0,3%
Litoral	1	0,1%
<b>TOTAL</b>	<b>735</b>	<b>100%</b>

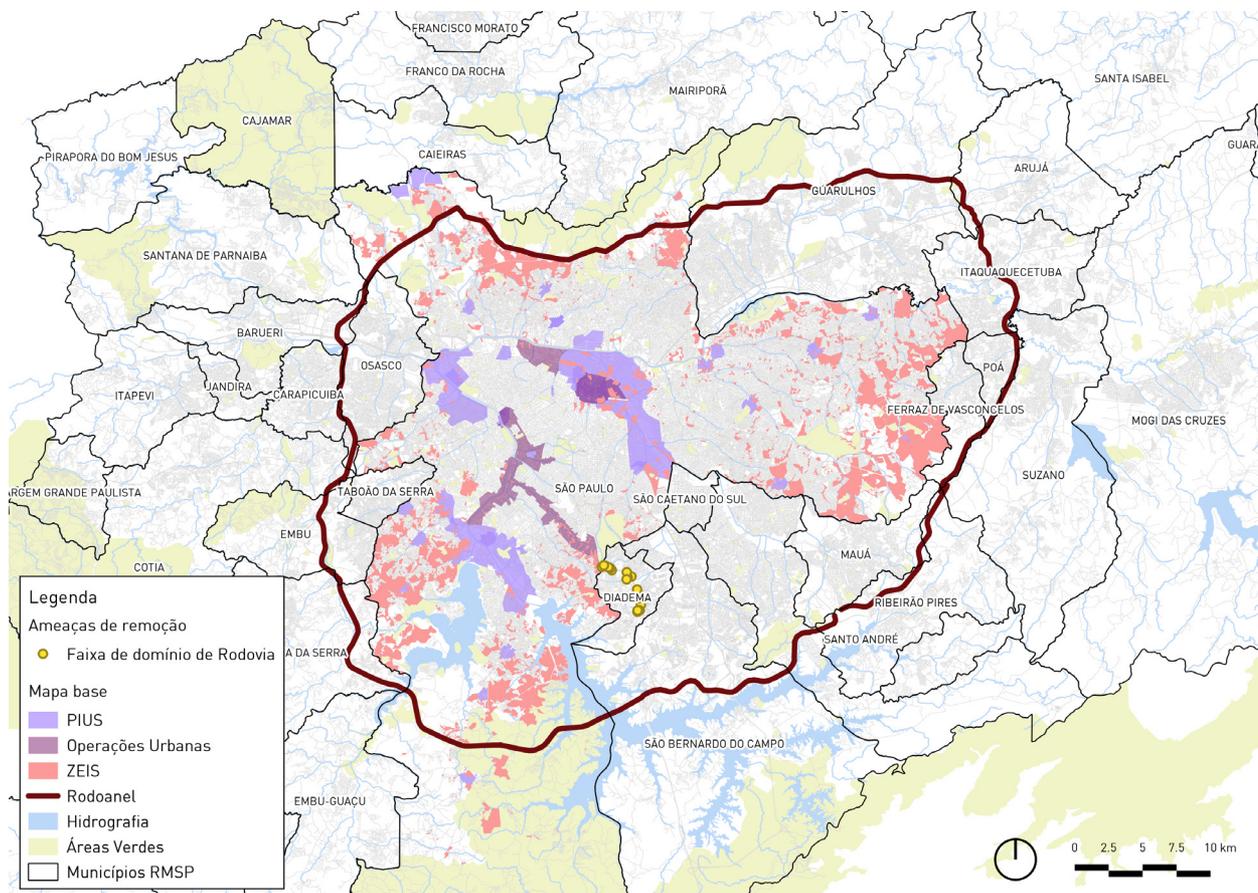
outras questões presentes região. Assim, amplia-se a compreensão sobre os lugares mais impactados por processos que ameaçam ou removem, assim como as causas dessa maior incidência. Identificaram-se, a partir dessas premissas, os principais elementos que justificam as ameaças e remoções de pessoas e famílias: (i) instrumentos urbanísticos; (ii) grandes obras de infraestrutura e logística; e (iii) intervenções do poder público em parceria com a iniciativa privada. Por outro lado, elementos que podiam contribuir com as resistências também foram identificados e territorializados, como por exemplo, as áreas demarcadas como Zonas Especiais de Interesse Social (Zeis) no Plano Diretor de São Paulo. O Mapa 2 representa e sintetiza, contextualizados no território da RMSP, os casos de remoções, remoções

Infográfico 4 - Distribuição dos casos de remoção, total e parcial, e ameaças de remoção por regiões do município de São Paulo (2017-2018)

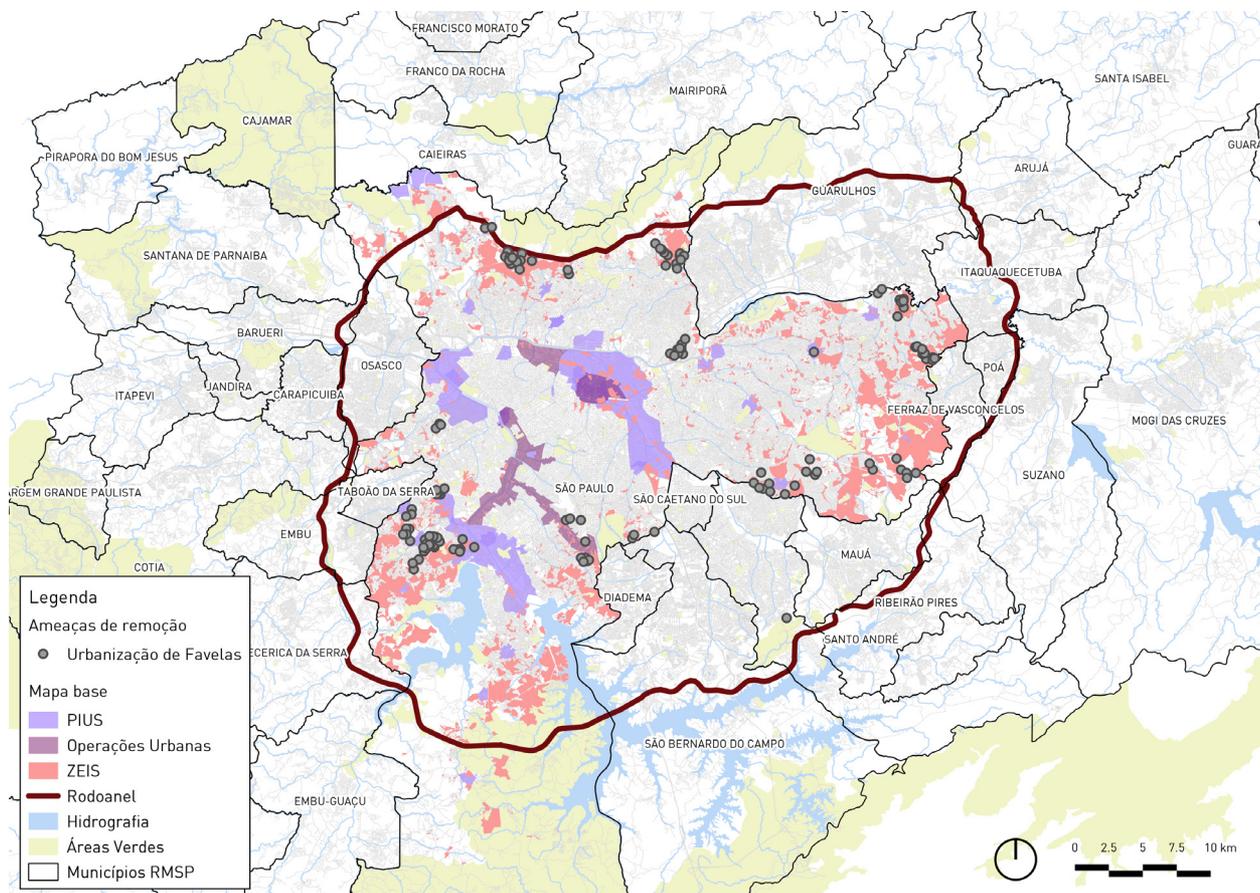
10 Adotamos a divisão da cidade de São Paulo em oito regiões, a mesma utilizada na elaboração do Plano Diretor Estratégico: (i) Região Centro: Subprefeitura Sé; (ii) Região Norte I: Subprefeituras Jaçanã/Tremembé, Santana/Tucuruvi e Vila Maria/Vila Guilherme; (iii) Região Norte II: Subprefeituras Casa Verde/Cachoeirinha, Freguesia/ Brasilândia, Perus e Pirituba; (iv) Região Leste I: Subprefeituras Aricanduva/Formosa/Carrão, Mooca, Penha, Sapopemba e Vila Prudente; (v) Região Leste II: Subprefeituras Cidade Tiradentes, Ermelindo Matarazzo, Guaianases, Itaim Paulista, Itaquera, São Mateus e São Miguel; (vi) Região Sul I: Subprefeituras Ipiranga, Jabaquara e Vila Mariana; (vii) Região Sul II: Subprefeituras Campo Limpo, Capela do Socorro, Cidade Ademar, M'Boi Mirim, Parelheiros e Santo Amaro; (viii) Região Oeste: subprefeituras Butantã, Lapa e Pinheiros.



Mapa 3: Distribuição territorial das ameaças de remoção (2017-2018) – dados oriundos da atualização dos mapeamentos anteriores



Mapa 4 - Distribuição territorial das ameaças de remoção em faixa de domínio de rodovias (2017-2018) – dados oriundos da atualização dos mapeamentos anteriores



Mapa 5 - Remoções e ameaças em áreas com previsão de projetos e obras de urbanização de favelas (2017-2018) – dados oriundos da atualização dos mapeamentos anteriores

parciais e ameaças de remoção, situando-os em territórios atravessados por: (i) Zeis; (ii) Projetos de Intervenção Urbanística (PIUs); (iii) Operações Urbanas Consorciadas (OUCs); e (iv) a obra do Rodoanel. PIUs, OUCs e Rodoanel já removeram milhares de pessoas e famílias e permanecem ameaçando outras tantas.

Entre 2017 e 2018, as remoções e ameaças de remoções concentraram-se expressivamente em três regiões da cidade de São Paulo<sup>10</sup>: Sul2, Leste 2 e Norte 2. A região Sul 2 tem o maior percentual de casos, com 22%, 179 do total (170 ameaças e nove remoções); seguida da região Leste 2, com 17%, sendo 137 casos (119 ameaças e dezoito remoções); e Norte 2, com 13%, sendo 106 casos (99 ameaças e sete remoções). Por outro lado, a região Leste 2 concentra a maior quantidade de remoções, com dezoito casos, o que corresponde a 24,7% do total de remoções (totais ou parciais) no período. Outras cidades correspondem a 13,5% do total, registrando 109 casos (97 ameaças e doze remoções), sendo cem delas na região do ABC.

Apenas uma parte das ocupações e comunidades removidas ou ameaçadas possui informações sobre a presença de movimentos sociais e organizações comunitárias, ou seja, instâncias de organização e representação dos impactados ou ameaçados. Verifica-se a presença dessas representações locais em 123 dos 808 casos mapeados, mas isso não significa que não existam outros coletivos nos outros 685, é que são dados difíceis de coletar. Nessas 123 situações identificadas, há pelo menos treze movimentos sociais e 25 organizações comunitárias, o que evidencia a diversidade de coletivos que representam a luta por moradia.

## Geografia e dinâmica das remoções e ameaças de remoções na RMSP: permanências

A inserção nesta terceira versão do mapeamento (2017-2018) de 233 casos já existentes nos mapeamentos anteriores (2010-2016) permite argumentar que, apesar de mudanças na conjuntura, permanecem ameaçadas de remoção as ocupações localizadas em faixa de domínio de rodovias e as favelas identificadas em projetos e obras ditos de urbanização. Não houve alterações significativas para essas situações, nem na sua geografia, nem nos processos e dinâmicas que as ameaçam.

Das ocupações ameaçadas por estarem em faixa de domínio de rodovias, dezoito casos (95%) foram mapeados entre 2012 e 2016, com o acréscimo de um único caso entre 2017 e 2018. Esse novo caso, a Ocupação Fazendinha, na Zona Norte de São Paulo, encontra-se situada em faixa de domínio da Rodovia Anhanguera. Todos os outros dezoito casos estão localizados no município de Diadema, em ocupações de moradia ao longo das Rodovias Anchieta e dos Imigrantes, ambas sob concessão da empresa Ecovias.

A urbanização de favelas foi a justificativa mais frequente para ameaças de remoção e remoções nos mapeamentos anteriores (2010-2012), representou 47% delas. Nesta versão do mapeamento (2017-2018), consideramos que permanecem ameaçadas as favelas previstas no projeto Renova SP<sup>11</sup>, pois, segundo informações dos técnicos da Sehab, fornecidas no segundo semestre de 2018, o projeto permanece vigente. As informações que constavam na base de dados sobre reassentamentos do Habisp, em 2016, não estão mais disponíveis no portal

HabitaSampa, em 2018. Entretanto, permanecem no mapeamento das remoções, por conta da vigência do projeto Renova SP.

### **Geografia e dinâmica das remoções e ameaças de remoções na RMSP: mudanças**

A terceira versão do mapeamento das remoções e ameaças de remoções na RMSP apresenta quatro mudanças relacionadas à geografia e à dinâmica das remoções e ameaças de remoções, quando comparada com os resultados dos anos anteriores (i) aumento dos casos por reintegrações de posse; (ii) diminuição de casos de remoção justificados por obras públicas; (iii) aumento de ocupações ameaçadas por estarem situadas em áreas de risco e em área de proteção ambiental; e (iv) aumento de territórios impactados por projetos e intervenções via Parcerias Público-Privadas (PPPs).

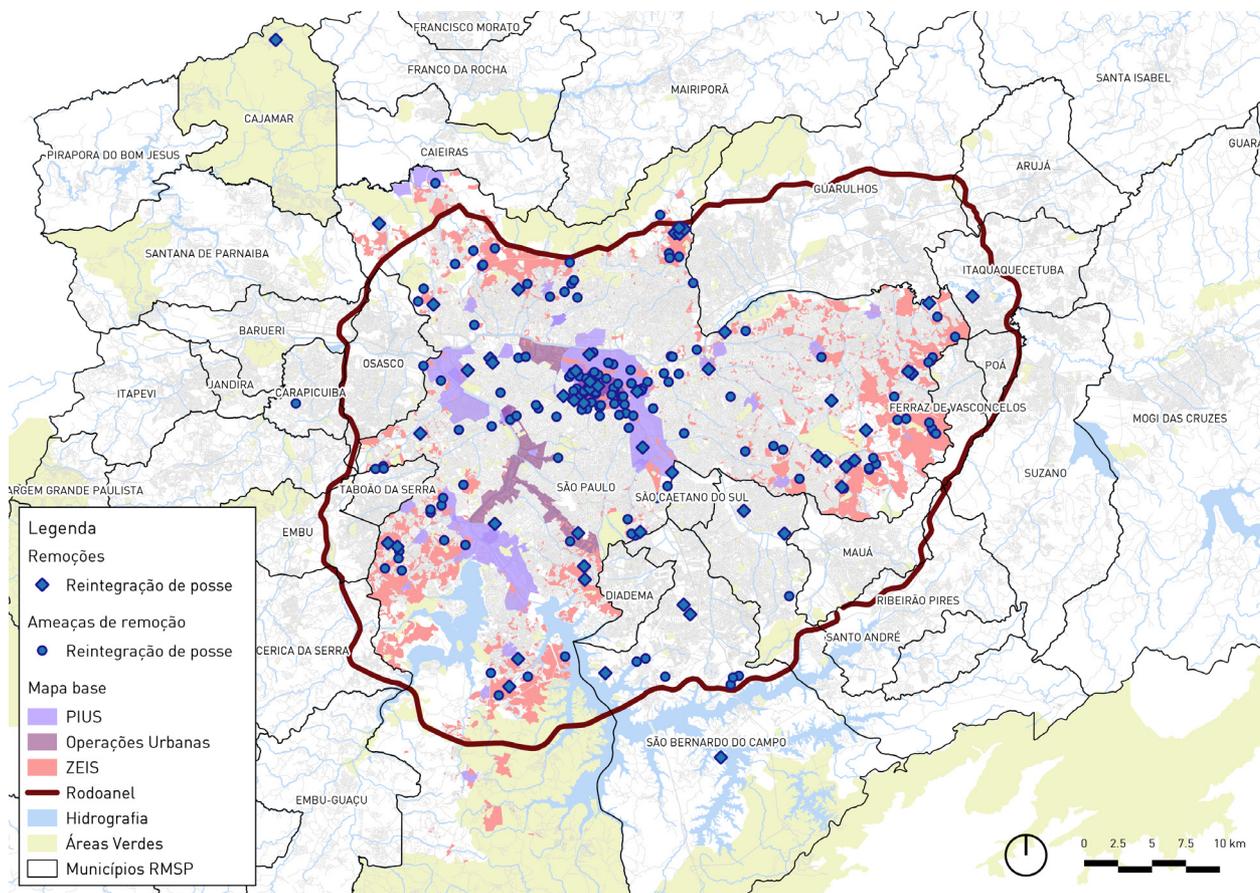
As reintegrações de posse aumentaram tanto em números absolutos quanto em números relativos. Na segunda versão do mapeamento as reintegrações de posse consistiam em apenas 12% das justificativas das remoções e ameaças, com um total de 102 casos concentrados na região central da cidade de São Paulo. Na versão entre 2017 e 2018, as reintegrações de posse representam 27% das justificativas, sendo 220 casos mapeados um ano e oito meses, proporcionalmente ao período de coleta de dados, o número de casos registrados por mês aumentou em média de 2,12 para onze, entre 2016 e 2018 – o que demonstra a maior intensidade desses processos.

Aconteceram também mudanças na sua geografia. Além da permanência dos casos de reintegrações de posse no centro expandido da cidade de São Paulo, que concentram 66 ocor-

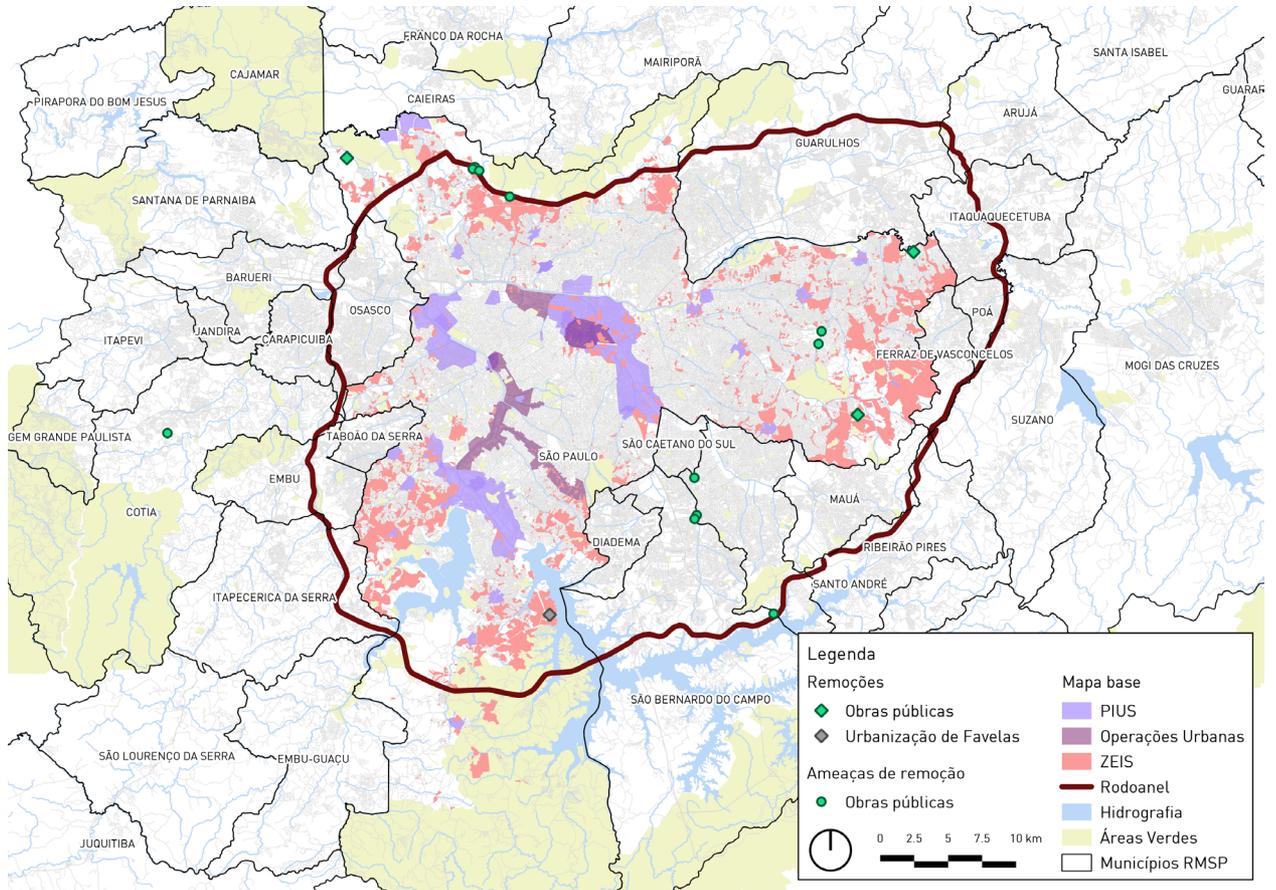
rências (30%), as reintegrações de posse se espalharam para as periferias geográficas da cidade, em especial para a Zona Leste. As regiões Leste 1 e Leste 2 concentram 56 casos (25%), número mais elevado se comparado aos casos nas Zonas Sul (35 casos), Norte (34 casos) e Oeste (onze casos). Existem ainda treze casos na região do ABC e três em outros municípios da RMSP: Cajamar, Carapicuíba e Itaquaquecetuba.

A percepção de parte das lideranças dos movimentos de moradia que dialogam periodicamente com pesquisadores do Observatório de Remoções corrobora esse dado. Os relatos obtidos em pesquisa de campo evidenciam o aumento do número de novas ocupações em terrenos vazios nos últimos anos, principalmente nas periferias da cidade de São Paulo e dos municípios vizinhos, o que traria como impacto o aumento do número de reintegrações de posse. O banco de dados confirma os relatos: dos 68 casos de remoção total mapeados entre 2017 e 2018, vinte possuem informações referentes ao ano de início da ocupação, 85% delas (dezessete casos) são ocupações recentes, que se iniciaram entre 2014 e 2016.

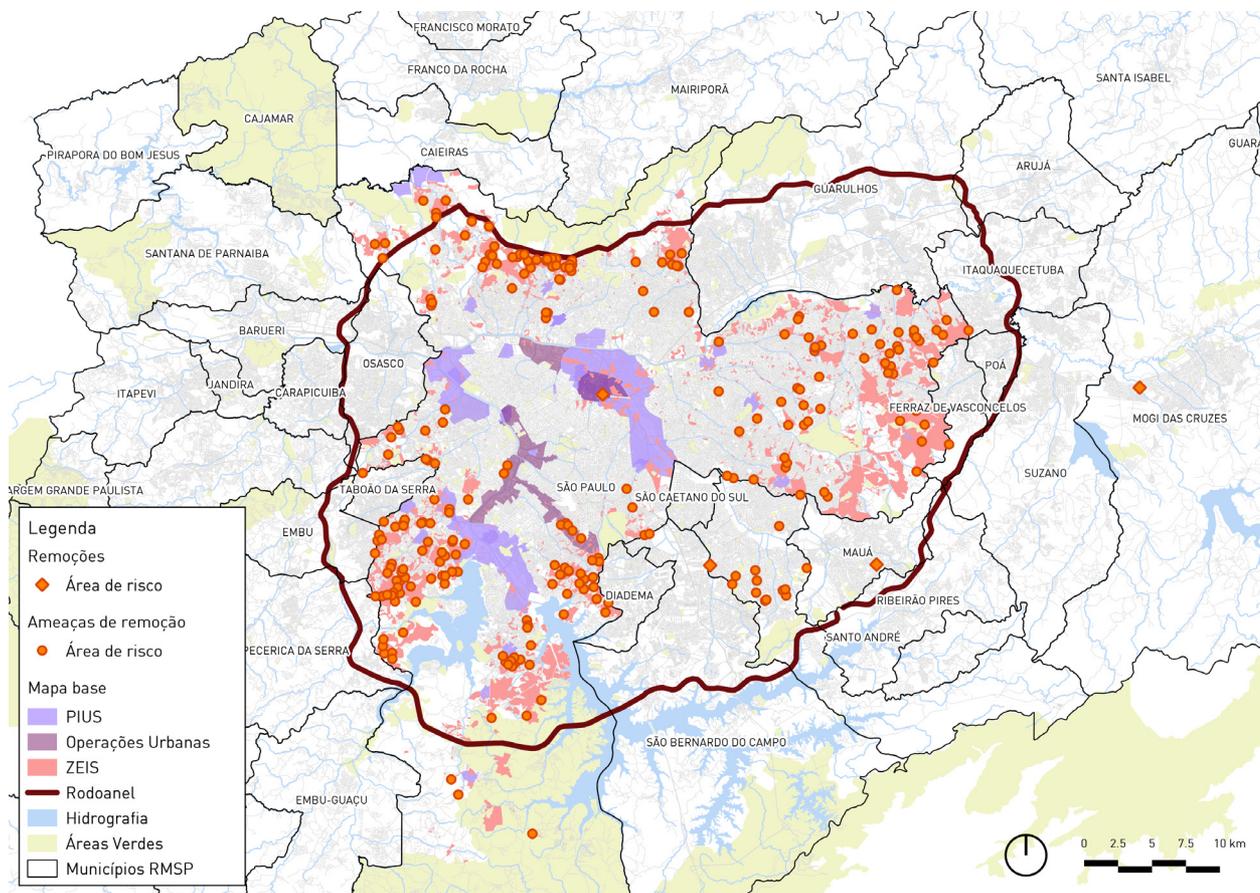
Os mapeamentos anteriores apontavam projetos e obras públicas – urbanização de favelas, obras de infraestrutura e implementação de áreas verdes – como as principais justificativas das remoções (81%). A versão atual aponta uma mudança nessa dinâmica, já que apenas quatro remoções (totais ou parciais) foram justificadas por obras públicas. O mapeamento indentifica duas obras públicas que ameaçam ou resultaram em remoções no período entre 2017 e 2018, são elas: a construção da linha 18 do Metrô, que, embora esteja



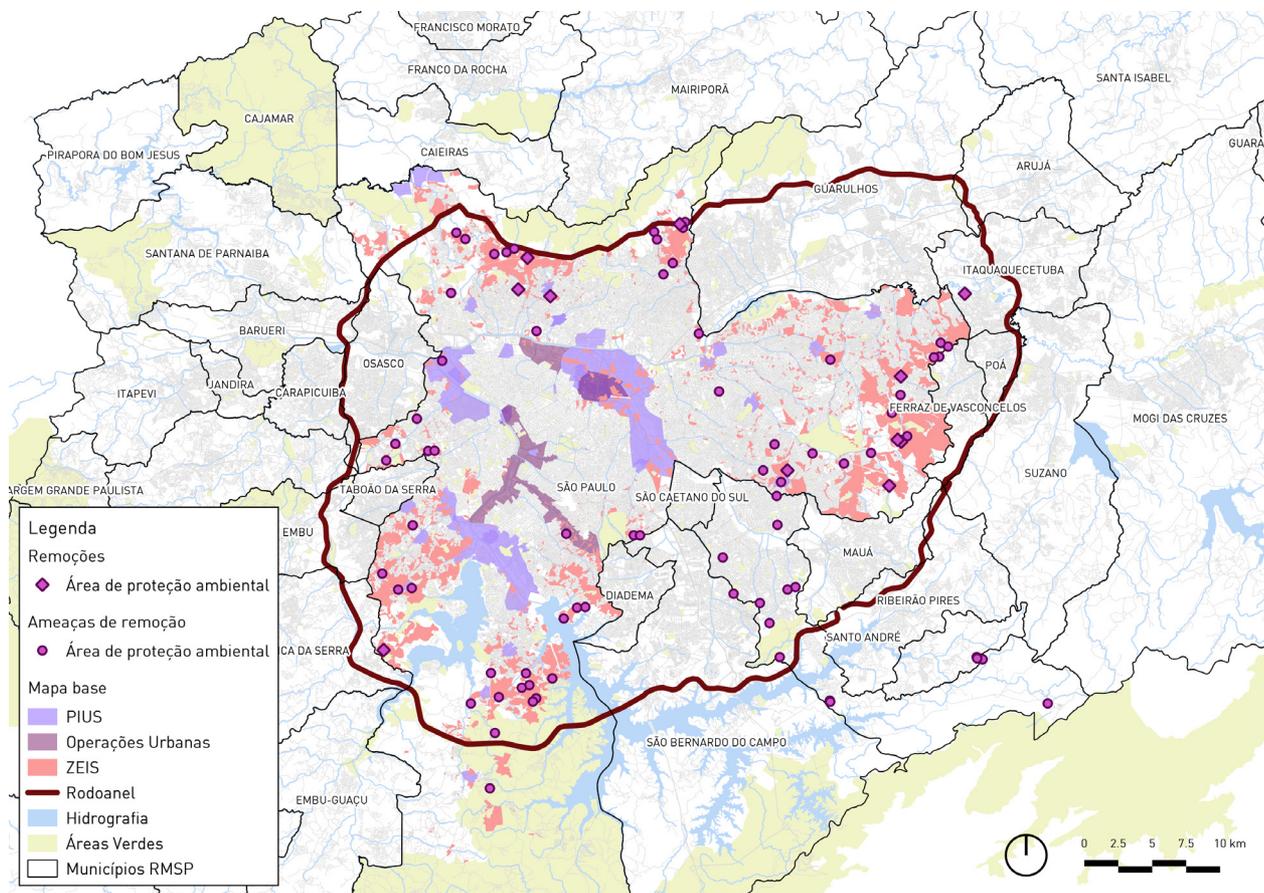
Mapa 6 - Remoções e ameaças por reintegração de posse (2017-2018)



Mapa 7 - Remoções por urbanização de favelas, remoções e ameaças por outras obras públicas (2017-2018)



Mapa 8: Remoções e ameaças em áreas de risco (2017-2018)



Mapa 9: Remoções e ameaças em áreas de proteção ambiental (2017-2018)

com as obras atrasadas prevê a remoção de duas ocupações para a construção dos acessos à estação Senador Vergueiro; e as obras do Rododanel, que abriram uma nova frente de ocupações de terrenos vazios, em especial na Zona Norte da cidade de São Paulo – parte dessas ocupações estão sob ameaça de remoção.

Somente um caso de remoção parcial de famílias em uma comunidade – envolvendo urbanização de favelas –, foi mapeado nesta terceira versão – especificamente, a Favela Cantinho do Céu, cujo processo de urbanização foi iniciado em 2011 e somente finalizado em 2017, com a remoção de ao menos 100 famílias. Essa diminuição nos casos de remoções motivados por urbanização de favelas pode estar vinculada com a crise fiscal e políticas de austeridade implementadas a partir de 2015 – em especial a emenda constitucional 95/2016, que estabeleceu o teto de gastos públicos. Verificamos a diminuição dos investimentos públicos no geral, inclusive em obras de urbanização de favelas, infraestrutura e outros projetos que envolvem remoções.

Ainda, o desaparecimento de casos de remoções e ameaças motivadas pela implantação de áreas verdes é verificada nesta terceira versão do mapeamento. Nenhum caso foi registrado entre 2017 e 2018, de forma distinta da versão anterior, em que 165 casos (19% deles) apresentavam essa justificativa: eram ameaças oriundas dos programas Parques Lineares, 100 Parques para SP, Parques Lineares do Rio Verde e Parque Várzeas do Tietê.

As ocupações ameaçadas por estarem situadas em áreas definidas como de risco pelo poder público correspondem a 258 casos, sendo que apenas nove constavam do mapeamento ante-

rior. Isso se deve pela inclusão de dados obtidos no portal Habitasampa relativos a favelas da cidade de São Paulo localizadas em áreas de risco nível 3 (alto) e/ou nível 4 (muito alto), casos em que é recomendado o reassentamento das famílias. Tais dados correspondem a 235 dos 258 casos (90%), com todas as favelas incluídas ameaçadas de remoção. Apenas quatro desses 258 casos correspondem a remoções: duas remoções totais, em Santo André e São Paulo; e duas remoções parciais, nos municípios de Mauá e Mogi das Cruzes.

Ocupações ameaçadas de remoção em áreas de proteção ambiental totalizam 84 casos, sendo que desses apenas 30 constavam nos mapeamentos anteriores, todos localizadas no município de Santo André e correspondendo a áreas demarcadas pela Secretaria Municipal de Habitação como “não consolidáveis”, em que é prevista a remoção total, ou “consolidáveis com remoção”, em que é prevista a remoção parcial das famílias. Na versão atual, somaram-se as ocupações identificadas pelo Núcleo de Mediação de Conflitos da Sehab, majoritariamente nas bordas da cidade.

A quarta mudança na dinâmica das remoções e ameaças verificada na versão atual do mapeamento é o aumento de ameaças de remoção por projetos e intervenções via parcerias público-privadas, bem como a extensão territorial dessas ameaças. Se, na versão anterior, as OUCs impactavam a região central e o entorno da avenida Jornalista Roberto Marinho na cidade de São Paulo, desta feita somam-se os outros dois instrumentos: PPPs e PIUS. As PPPs impactam a região central da cidade, especificamente os bairros de Campos Elíseos e Luz,

12 Ver Capítulos 4-8 nesta publicação.

13 Ver capítulos 4 e 5 nesta publicação.

onde já foi removida uma quadra inteira para a construção de um hospital e outras duas quadras estão ameaçadas<sup>12</sup>. Os PIUs ampliaram a abrangência territorial dessas ameaças para as bordas da cidade de São Paulo; embora atualmente seja possível identificar ameaças apenas nas zonas Sul e Oeste, existem outros PIUs em fase de aprovação ou regulamentação que podem impactar comunidades nas outras regiões da cidade. Optamos por aglutinar esses três instrumentos em um mesmo tipo de justificativa de remoções ou ameaças: parcerias público-privadas.

Argumentamos que a região central da metrópole é hoje um dos territórios mais ameaçados pelos instrumentos descritos, especificamente os bairros da Luz e Campos Elísios, onde há uma sobreposição de projetos e intervenções. Os governos municipal e estadual objetivam a “revitalização” ou a “renovação” de um território estigmatizado pela cena pública de drogas conhecida como Cracolândia<sup>13</sup>. Destacam-se nesse território uma OUC (Centro); duas PPPs (Habitacional e do Hospital Pérola Byington) e ao menos três PIUs vigentes ou em fase de implementação (Termina Princesa Isabel, Campos Elíseos e Central). Todos os projetos envolvem remoções e ameaças constantes, em um processo permeado por violações de direitos contra usuários de crack, moradores e comerciantes das quadras de entorno e profissionais que atuam na região.

### **Projetos de Intervenção Urbanística: uma nova frente de remoções**

O PIU é um instrumento urbanístico previsto no Plano Diretor Estratégico da cidade de São

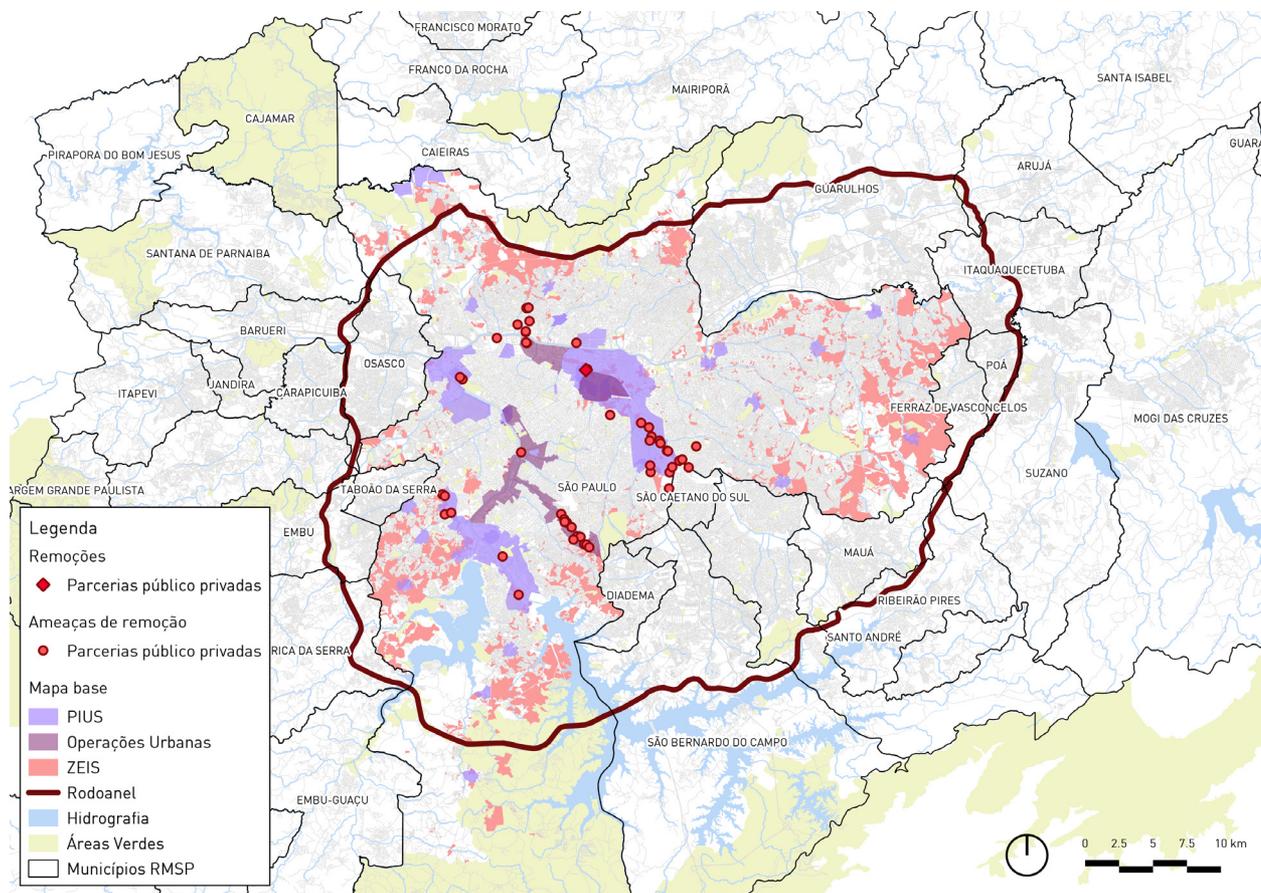
Paulo (de 2014), elaborado com o objetivo de garantir maior controle público em “territórios subutilizados e com potencial de transformação”. O decreto nº. 56.901/2016<sup>14</sup>, que regulamenta esse instrumento, prevê a responsabilidade da São Paulo Urbanismo por implementar os PIUs, seja de maneira direta ou indireta (HELDT, 2018b). Segundo os dados obtidos na plataforma de monitoramento dos PIUs, atualmente existem na cidade de São Paulo 40 PIUs em situações distintas: (i) oito deles estão em consulta ou discussão pública; (ii) 27 em prospecção; (iii) um em tramitação jurídica; (iv) três em fase de implantação e (v) dois estão suspensos ou não foram autorizados (SÃO PAULO, 2018). Embora haja um esforço para garantir a visualização das propostas de forma integrada, faltam informações básicas que deveriam estar disponíveis (HELDT, 2018a). Dentre as informações omitidas, estão as remoções de favelas e assentamentos precários localizados nos perímetros dos PIUs.

A falta de informações sobre reassentamentos envolvidas nos PIUs reforça a invisibilidade das remoções e evidencia que as informações levantadas no mapeamento estão subestimadas. As pesquisas de campo do Observatório de Remoções e as informações obtidas com instituições parceiras revelaram ameaças de remoção oriundas de dois PIUs: Arco Jurubatuba (ACJ) e o Vila Leopoldina.

A discussão do PIU ACJ ganhou corpo em 2017 quando as regiões da Vila Andrade, de Santo Amaro e do Socorro foram declaradas como prioritárias para intervenção. A venda do Autódromo de Interlagos, um dos principais objetivos do plano de desestatização previsto pela atual gestão municipal, integra o projeto.

14 Cf. <https://gestaourbana.prefeitura.sp.gov.br/wp-content/uploads/2016/03/Decreto-56.901.pdf>

15 <http://www.labcidade.fau.usp.br/jurubatuba-projeto-para-zona-sul-de-sao-paulo-ameaca-territorios-populares/>



Mapa 10. Remoções e ameaças por instrumentos urbanísticos público-privados (2017-2018)

O PIU prevê a possibilidade de áreas demarcadas como Zeis dentro do seu perímetro serem flexíveis, planejando a construção de habitação social não nas áreas demarcadas pelo Plano Diretor, mas sim em outras áreas do perímetro – e isso sem o fornecimento de detalhes de como será realizado esse processo<sup>15</sup>.

Dentro do perímetro, existem 78 favelas demarcadas nos dados da plataforma Gestão Urbana. Cerca de quinze das 78 comunidades mapeadas já estavam incluídas no mapeamento anterior do Observatório de Remoções: concentradas nos distritos Jardim São Luís e Vila Andrade, são ameaçadas pela implantação de parques lineares e pelo projeto Renova SP. Porém, no mapeamento atual foram evidenciadas as comunidades que hoje estão ameaçadas de sofrer algum tipo de remoção por estarem nas áreas de intervenção direta do PIU ACJ. Ao total são sete (Favela Olaria, Canto do Rio Verde, Manuel de Teffe, Moacir Padilha, Pullman II e Caruxa) que serão afetadas por aberturas e prolongamentos de vias. Apesar do mapeamento das comunidades existentes dentro do perímetro, falta, da parte da prefeitura, quantificar e analisar as famílias que serão impactadas com as obras previstas e qual será o atendimento respectivo a cada uma delas, as quais estão com seus direitos ameaçados.

A fim de facilitar o escoamento de produtos por vias rodoviárias e por se tratar de um equipamento público de grandes proporções, está em discussão a transferência da Companhia de Entrepostos e Armazéns Gerais de São Paulo (Ceagesp), importante armazém de distribuição de alimentos localizado na região da Vila Leopoldina, para as proximidades do Rodoanel, o que deixaria uma grande área

desocupada para trás. O banco Votorantim, proprietário de um grande extensão de terra nas proximidades, lançou uma proposta de exploração imobiliária da área e, associado a outras organizações, como Instituto de Urbanismo e Estudos pela Metrópole (URBEM), apresentou o PIU Vila Leopoldina, através de uma Manifestação de Interesse Privado (MIP). A proposta foi apresentada em 2016, mas até hoje ainda não está plenamente desenvolvida. Dentro do perímetro do PIU Vila Leopoldina, estão localizadas duas comunidades: a Favela da Linha e a Favela do Nove, as duas demarcadas como áreas de Zeis. O projeto prevê a construção de habitação de interesse social para relocar aproximadamente 750 famílias, entretanto, o número de habitações previstas não atenderia a totalidade de famílias ameaçadas de remoção, que totalizam pelo menos 1.200. Outra questão que merece destaque é que as discussões em torno do PIU Vila Leopoldina estão acontecendo sem a formação de um conselho gestor<sup>16</sup>.

### **A tragédia do Largo Paissandu: ocupações de moradia em evidência**

Durante o período analisado pelo mapeamento, especificamente no dia 1º de maio de 2018, o Edifício Wilton Paes de Almeida, popularmente conhecido como Torre de Vidro, pegou fogo e desabou, soterrando vidas e chocando a opinião pública. Não analisaremos a tragédia em si, mas, sim, as consequências do caso da Torre de Vidro para a dinâmica das remoções.

Primeiramente, após o incidente, houve um grande assédio da mídia, que passou a noticiar o caso e a problemática da moradia na cidade de São Paulo. Uma das notícias mais veiculadas

16 <http://www.labcidade.fau.usp.br/piu-vila-leopoldina-participacao-popular-e-interesse-publico-estao-em-risco/>

foi que as ocupações de moradia poderiam estar explorando economicamente as pessoas que ali residiam, o que intensificou a narrativa de criminalização dos movimentos sociais. A narrativa midiática pós-tragédia, somada à declaração da Prefeitura de São Paulo de que iria realizar uma vistoria para fiscalizar as ocupações, analisar os riscos e a necessidade de interdição das edificações e consequente remoção das famílias conformou um cenário delimitado, cujo desfecho poderia ser o de centenas de famílias removidas em um curto período de tempo.

Pesquisadores do Observatório de Remoções dispuseram-se a acompanhar as visitas realizadas pela Prefeitura nos edifícios ocupados no centro de São Paulo. Dentre essas ocupações visitadas, três já estavam incluídas no mapeamento anterior como ameaçadas de remoção. Além das ocupações que já estavam identificadas, foram incluídas no mapeamento atual outras 39 ocupações, sete delas a partir do relatório final das visitas realizadas pela prefeitura e 32 identificadas na planilha do Núcleo de Mediação de Conflitos da Sehab, num total de 42 ocupações em edificações na região central da cidade de São Paulo ameaçadas de remoção. Após a tragédia no Largo do Paissandu, ocorreram ao menos cinco remoções na região central, entretanto, sendo três delas Ocupação da Rua do Carmo e Penaforte removidas totalmente e Harry Danenberg, parcialmente resultantes das visitas realizadas pela Prefeitura. Todas por serem consideradas locais inseguros para as famílias que nelas viviam.

### **Considerações finais**

A geografia da invisibilidade e a criminalização

dos territórios populares tornam o mapeamento das remoções e ameaças de remoção um desafio. O acompanhamento do Observatório de Remoções, mesmo adotando as estratégias de utilizar múltiplas fontes de informação e estabelecer parcerias com movimentos de moradia e outras instituições, dificilmente chegará a identificar e mapear a totalidade de casos de remoções e ameaças de remoção. O banco de dados e, portanto, o mapeamento subdimensionam o fenômeno.

Assumir esse desafio não diminui a importância do mapeamento. Mapear é uma forma de dar visibilidade aos processos, de questionar os múltiplos e sucessivos deslocamentos forçados aos quais são submetidos aqueles em situações de maiores vulnerabilidades sociais e precariedades habitacionais (ver Capítulo 6 nesta publicação). Mais do que produzir um repositório de informações que busca representar a totalidade das remoções e ameaças de remoção na RMSP, o objetivo do Observatório de Remoções é estabelecer um processo de mapeamento colaborativo que instrumentalize movimentos sociais e fortaleça as narrativas pelo direito à moradia e pelo direito à cidade.

Mesmo considerado o subdimensionamento, o mapeamento permite a análise contextualizada da geografia e da dinâmica das remoções e ameaças de remoção. Os dados apresentados nesta terceira versão do mapeamento evidenciam a conjuntura de crise fiscal e austeridade, que, se, por um lado, traz uma diminuição de remoções motivadas por obras e intervenções públicas; por outro, aumenta o número de ocupações – dada a diminuição de investimentos em habitação social –, o que, por sua vez, traz um aumento no número de reintegrações de posse.

O contexto da crise fiscal também fortalece a agenda de privatizações e o surgimento de novas modelagens ou governanças urbanas. Especificamente na cidade de São Paulo, verificamos o fortalecimento de PPPs que, assim como obras e projetos públicos, geram remoções. Entretanto, ao diluírem a fronteira entre público e privado, esses instrumentos podem acelerar os processos de remoção, porque enfraquecem os espaços de participação social e dificultam a articulação de processos de resistência.

O trabalho desenvolvido pelo Observatório de Remoções mostra a manutenção das remoções e ameaças de remoção na metrópole. Embora seja cedo para afirmar que exista um caráter sistemático das remoções, é possível dizer que esses processos se mantêm como parte da estratégia institucional de transformação urbana.

O Estado possui um papel central nessa manutenção. Seja de forma direta ou em parceria com setores da iniciativa privada, o poder público é o ator que gera remoções ou que ameaça remover. Em todos os períodos cobertos pelo projeto Observatório de Remoções, é possível identificar que as remoções ocorrem principalmente nos territórios em que intervemo investimento público.

Embora o mapeamento não consiga identificar o perfil das famílias ameaçadas e removidas, os trabalhos de campo do Observatório de Remoções permitem compreender quem são os mais impactados. Os mais pobres são evidentemente os mais suscetíveis às remoções e às ameaças, majoritariamente indivíduos negros. Verifica-se também uma maior vulnerabilidade das mulheres, crianças, deficientes físicos e

migrantes. Trata-se de uma população que vive em situações precárias e inseguras, constantemente removida ou ameaçada, ou seja, em uma situação de transitoriedade permanente.

#### Referências. Bibliográficas:

- ACSELRAD, Henri. Mapeamento, identidades e territórios. In: Cartografia Social e Dinâmicas Territoriais: marcos para o debate. Rio de Janeiro: UFPR/IPPUR, 2010. p. 9-46
- CRAMPTON, Jeremy; KRYGIER, John. "Uma introdução à cartografia crítica". In: Cartografias Sociais e Território. Rio de Janeiro: UFRJ, 2008. pp. 85-112.
- FOUCAULT, Michel. La arqueología del saber. Medellín: Siglo XXI, 1996.
- HELDT, Carolina. "Falta de informações impede monitoramento adequado dos PIUs". LabCidade, FAU/USP, São Paulo, 09 ago. 2018a. Disponível em: <http://www.labcidade.fau.usp.br/falta-de-informacoes-impede-monitoramento-adequado-dos-piuis/>. Acesso em: \_\_\_\_\_.
- \_\_\_\_\_. "PIU": um dispositivo de concessão da cidade? LabCidade, FAU/USP, São Paulo, 31 ago. 2018b. Disponível em: <http://www.labcidade.fau.usp.br/piu-um-dispositivo-de-concessao-da-cidade/>. Acesso em: \_\_\_\_\_.
- LACOSTE, Yves. A Geografia – isso serve, em primeiro lugar, para fazer a Guerra. Campinas: Ed. Papirus, 1988.
- ROLNIK, Raquel. "Informal, ilegal, ambíguo": a construção da transitoriedade permanente. In: Guerra dos Lugares: a colonização da terra e da moradia na era das finanças. São Paulo: Boitempo Editorial, 2015. pp. 169-194.
- SANTOS, Renato Emerson dos. Ativismos cartográficos: notas sobre formas e usos da representação espacial e jogos de poder. Revista Geográfica de América Central. Número Especial EGAL, 2011- Costa Rica. II Semestre 2011. pp. 1-17
- SÃO PAULO (Município). Prefeitura Municipal. PIU Monitoramento. São Paulo, XX out. 2018. Disponível em: <https://gestaour>

---

bana.prefeitura.sp.gov.br/estruturacao-territorial/piu/piu-monitoramento/. Acesso em:

SANTOS, Milton. O Espaço do Cidadão. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2014.

SLETTTO, Bjørn I. "We Drew whatWelmagined": Participatory Mapping, Performance and the Arts of Landscape-Making. In: Chicago: Current Anthropology 50 (4), 2009. 443-476.

SLETTTO, Bjørn I.; BRYAN, Joe; TORRADO, Marla; HALE, Charles; BARRY, Deborah. Territorialidad, mapeo participativo y política sobre los recursos naturales: la experiencia de América Latina. Cuadernos de Geografía, 2013, Vol.22(2), pp.193-310.



## Ocupações urbanas, vilas e remoções em Belo Horizonte

**Denise Morado Nascimento**

**Daniel Medeiros de Freitas**

**Daniel Braga Escada**

**Maurício Lage**

**PRAXIS-EA/UFMG<sup>1</sup>**

### Ponto de partida

Não poderíamos falar de moradia e de remoções em Belo Horizonte sem mostrar as nossas percepções após o incêndio e o desabamento do Edifício Wilton Paes de Almeida, em São Paulo, em 1º de maio de 2018. Algumas importantes questões surgiram naquela semana, provocando repercussões enormes no que se refere tanto aos pressupostos das políticas habitacionais na cidade e no Brasil, à omissão do Estado e ao oportunismo de políticos, quanto à criminalização dos movimentos sociais, à solidariedade de alguns, mas também à indiferença de outros diante da tragédia.

Por que continuar falando sobre ocupações urbanas, bem como sobre vilas, neste momento tão sombrio? A primeira questão que colocamos é que as ocupações urbanas e as vilas precisam ser entendidas como cidade. São parte *da* cidade, mas não são bolhas ou fragmentos de uma cidade. As ocupações e as vilas estão na cidade e são cidade. Isso é importante ressaltar para não correremos o risco de ver as ocupações e as vilas como algo distinto, seja como solução, seja como problema, haja vista a política de higienização das favelas no início do século XX. Olhar a cidade significa olhar ocupações urbanas, vilas, favelas, conjuntos habitacionais e bairros como lugares. Significa olhar a moradia como elemento estruturante *da* cidade e inextricavelmente estruturado *pela* cidade. As ocupações urbanas e as vilas são, em si, ação de moradores na cidade.

Em grande medida, o debate em torno do Edifício Wilton Paes de Almeida emergiu em

<sup>1</sup> Pesquisa: "Ocupações, remoções, despejos e resistências: intervenções territoriais na produção das metrópoles, caso da Região Metropolitana de Belo Horizonte". Equipe PRAXIS-EA/UFMG: Profa. Dra. Denise Morado Nascimento; Prof. Dr. Daniel Medeiros de Freitas; Daniel Braga Escada; Maurício Lage de Araújo Teixeira; Eduarda Assis Carmo; Philip Eduardo Valadares Weimann; Wallace Stanzan Iglessias. Apoio: Ford Foundation, FUSP, CNPq, Fapemig,

razão do seguinte ponto, conforme nota elaborada pelos núcleos especializados com atuação no direito à moradia, entre eles, a Defensoria Pública:

O nosso país vive uma total omissão dos entes públicos tanto da esfera federal, estadual, quanto municipal na promoção de políticas habitacionais. O déficit habitacional do Brasil, um dos mais elevados do mundo, de acordo com estudos da Fundação João Pinheiro, no ano de 2015, era de 6.186.503 domicílios. (NÚCLEO DE DEFESA AGRÁRIA E MORADIA DA DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DO ESPÍRITO SANTO et al., 2018)

Este dado não está errado, mas não se pode deixar de fora do debate a informação de que as políticas habitacionais brasileiras não têm atendido a maior faixa do déficit habitacional – composta por famílias com renda de até 3 salários mínimos –, desde a época do Banco Nacional de Habitação (BNH). Elas têm sido elaboradas apenas em função da provisão de novas unidades habitacionais como combate ao déficit habitacional.

Sobre a omissão dos entes públicos, matéria do jornalista Cauê Muraro no Portal G1 é bastante reveladora. A reportagem informa que o prefeito de São Paulo, Bruno Covas (PSDB), “afirmou que a prefeitura não podia obrigar as famílias do Edifício Wilton Paes de Almeida a sair, nem pedir a reintegração de posse porque o prédio seria da União” (MURARO, 2018). Diz ainda a matéria que

o Ministério do Planejamento, Desenvolvimento e Gestão informou em nota que o prédio “não estava na programação de vendas de imóveis da União” e que “ele foi cedido provisoriamente pela Secretaria do Patrimônio da União (SPU/MP) à prefeitura do município de São Paulo, em 2017, e a previsão é que seria utilizado para acomodar as novas instalações da Secretaria de Educação e Cultura de São Paulo”. (MURARO, 2018)

A nota afirmaria, ainda, segundo a reportagem, que “a responsabilidade pelo pedido de reintegração não era exclusiva nem da SPU e nem da prefeitura do município, mas sim de ambas as instituições” (MURARO, 2018). E que, por isso, “a SPU junto com a Secretaria de Habitação de São Paulo estavam tentando a reintegração amigável do edifício” (MURARO, 2018). Muito além da reintegração de posse, solução equivocada a ser dada para o problema, parece haver um imbróglio sobre a questão o qual chamamos de *omissão do Estado*.

Tal omissão também pôde ser observada nas reportagens sobre o edifício que relatam que o mesmo estava ocupado irregularmente. Não encontramos nenhum repórter, emissora ou jornal, digital ou impresso, nenhuma mídia de grande porte ou de grande visibilidade (exceto Mídia Ninja e Jornalistas Livres), nenhum político ou juiz, que afirmasse que o edifício não cumpria a função social da propriedade. O principal ponto do debate nacional promovido pela grande mídia foi: por que a reintegração de posse não foi executada? Ninguém perguntou: por que a prefeitura ou a União não deram condições jurídicas e construtivas para perma-

UFMG.

2 Ver também: 1) *A história do edifício que desabou em São Paulo em 9 fotos*, disponível em <<https://www.msn.com/pt-br/noticias/brasil/a-hist%C3%B3ria-do-edif%C3%ADcio-que-desabou-em->

[s%C3%A3o-paulo-em-9-fotos/ar-AAwE29p](https://s%C3%A3o-paulo-em-9-fotos/ar-AAwE29p)> Acesso em: 03 set. 2018. 2) *Prédio que desabou em São Paulo era importante exemplar modernista*, disponível em <<https://sao-paulo.estadao.com.br/noticias/geral,predio-que-desabou-em-sao-paulo-era-importante-exemplar-modernista,70002291095>>; 3) *O prédio que desabou em São Paulo era um ícone da arquitetura moder-*

nência dos moradores no local que lá moravam já há alguns anos?

Tampouco se perguntou sobre as razões que levam os moradores a ocuparem prédios. Ao contrário, a ênfase foi deslocada para o edifício, marco da arquitetura modernista, tombado em 1992 por ser considerado “bem de interesse histórico, arquitetônico e paisagístico” (MURARO, 2018), sendo uma de suas características marcantes “a enorme fachada envidraçada, que lhe rendeu o apelido de ‘pele de vidro’” (MESQUITA; SOUZA; BARIFOUSE, 2018), além do hall de mármore e aço inoxidável e de ter sido o primeiro na cidade a contar com sistema de ar-condicionado central (MESQUITA; SOUZA; BARIFOUSE, 2018).<sup>2</sup>

“Esse edifício foi marcante e com uma linguagem bastante arrojada. Era um edifício modernista, uma das primeiras obras que trabalhou com fachada de vidro na cidade de São Paulo”, afirmou ao G1, por telefone, o presidente do Instituto de Arquitetos do Brasil (IAB SP), Fernando Túlio Salva Rocha Franco (MURARO, 2018).

Pouco ficamos sabendo sobre quem eram os moradores e sobre a sua luta por moradia. O site *Catraca Livre* colheu depoimentos de onze moradores, entres eles, o de Gerivaldo Bueno, porteiro da ocupação:

[No Ed. Wilton Paes,] “tinha africano, nordestino, gaúcho, paulista, mineiro, boliviano vivendo junto, sempre se ajudando, muito diferente dessa história de facção criminosa que o [ex-prefeito João] Doria

*nista*, disponível em <<http://www.osul.com.br/de-luxo-modernista-a-ocupacao-precaria-predio-que-desabou-em-sao-paulo-tinha-mais-de-meio-seculo-de-historia>> Acesso em: 03 set. 2018.

3 Os dados da Urbel (2018), quando não citada a fonte, foram enviados à equipe PRAXIS-EA/UFMG pela Controladoria-Geral do Município, em atendimento à solicitação realizada por meio da Lei

andou falando. Inclusive, numa pesquisa recente feita pela prefeitura, o perfil da ocupação foi muito elogiado. Gente que, apesar da baixa renda, consegue fazer alguma coisa, se sustentar”. (CATRACA LIVRE, 2018)

E também o de Rafael, morador do quinto andar:

“Morava lá havia seis meses e a prefeitura nem o governo nunca tiveram um olhar para a gente diante daquela situação. Apenas criminalizavam nosso movimento, dizendo que cobrávamos taxas absurdas quando na verdade é o contrário. Existe, sim, um movimento organizado, que sempre ajudou os moradores, feito por essas pessoas.” (CATRACA LIVRE, 2018)

O incêndio e o desabamento do Edifício Wilton Paes de Almeida evidenciam que a *invasão* de terrenos ou edifícios é compreendida, pelo nosso judiciário conservador e pelos meios de comunicação, como ato violento contra “o que é dos outros” e contra o direito (maior) de propriedade dos donos de terra e de edifícios. A seguir, propomos, a partir de informações sobre as ocupações urbanas e as remoções em Belo Horizonte, a construção de outros olhares sobre as questões acima e sobre a necessária revisão dos pressupostos que orientam nossas políticas habitacionais.

### **Política habitacional<sup>3</sup>**

Em Belo Horizonte, as necessidades habitacionais estimadas pelo Plano Local de Habitação

NECESSIDADE HABITACIONAL (2007)	NÚMERO DE DOMICÍLIOS	PRODUÇÃO PÚBLICA 2007-2010		DEMANDA (2010)
Déficit habitacional básico*	45.696			
Ônus excessivo com aluguel*	26.347	9.520	UH***	62.523
Demanda demográfica**	25.411			25.411
Demanda de remoções no universo de Vilas/Favelas e Conjuntos Habitacionais e Loteamentos Públicos	33.629			
Demanda de remoções no universo de loteamentos privados irregulares e ocupações organizadas	3.336	16.084	UH PROAS****	20.881
Inadequação de domicílios	152.345	41.356	Vila Viva	110.989

de Interesse Social (PLHIS), realizado pela Companhia Urbanizadora de Belo Horizonte (Urbel),<sup>4</sup> foram definidas conforme o Quadro 1.

Com a atualização do Diagnóstico do PLHIS em 2014, com base nos dados do Censo 2010 do IBGE, as necessidades habitacionais foram redefinidas conforme o Quadro 2.

Quadro 1: Necessidades habitacionais em número de domicílios, Belo Horizonte, 2010. Fonte: PBH, 2010, p.241; MAGALHÃES, 2018.

\* Dados da Fundação João Pinheiro, contagem de domicílios de 2007 do IBGE

\*\* Demanda projetada a partir do acréscimo de número de domicílios de famílias de baixa renda para 2030

\*\*\* UH – Unidades habitacionais

\*\*\*\* PROAS Programa de Reassentamento de Famílias Removidas por Obras Públicas ou Vitimadas por Calamidade

Embora haja críticas em relação ao processo de construção do PLHIS,<sup>5</sup> este é um importante instrumento de planejamento que “objetiva viabilizar a realização das ações da política habitacional na perspectiva da garantia do acesso à moradia digna por parte da população de baixa renda e da expressão dos agentes

de Acesso à Informação, e foram complementados por entrevista realizada com funcionários da empresa (MAGALHÃES, 2018).

4 A Companhia Urbanizadora e de Habitação de Belo Horizonte (Urbel), criada em 1983, é a empresa pública responsável pela implementação da Política Municipal de Habitação Popular.

5 Em entrevista, a Urbel informou que o processo do PLHIS foi realizado por meio de entrevistas, reuniões, oficinas e seminário interno com os gestores públicos; de reuniões com o Conselho Municipal de Habitação (CMH) para discussão e aprovação do Diagnóstico e das Estratégias de ação; de entrevistas com atores sociais (do movimento popular, representantes dos profissionais

	NECESSIDADE HABITACIONAL 2010 (FJP / CENSO 2010)	NECESSIDADE HABITACIONAL PLHIS 2014
Déficit habitacional	78.340	75.649
Déficit habitacional até 6 s.m.	58.459	56.434
Demanda remoções(VIURBS, Inundação, Urbanização)		24.372
Demanda demográfica até 2030		12.988
Inadequação de domicílios	41.256*	161.557**

sociais sobre a habitação de interesse social” (PBH, 2010, p.16). Somado a esse fato, o PLHIS é requisito previsto para adesão ao Sistema Nacional de Habitação de Interesse Social (SNHIS), e deve ser aprovado pelo Conselho Municipal de Habitação (CMH). Assim sendo, analisaremos com mais atenção a estimativa de remoções estabelecida pelo plano e o modo como dialoga com o déficit habitacional e com as ocupações urbanas e vilas, interesses centrais deste artigo.

Antes, cabe explicitar os programas, inter-relacionados, que fazem parte da atual Política Municipal de Habitação da Prefeitura de Belo Horizonte (PMH/PBH), realizada pela Urbel. Eles foram indicados e definidos pelo Executivo municipal conforme o Quadro 3.

As necessidades habitacionais apontadas no Quadro 1 foram estimadas de acordo com o número de remoções necessárias “em função da execução de obras públicas de grande porte já previstas”, bem como da demanda existente

por “obras de urbanização global de assentamentos de interesse social” (PBH, 2010, p.22). A Urbel propôs, em razão das informações levantadas sobre as remoções previstas e executadas em Planos Globais Específicos (PGEs) e pelo Programa Vila Viva (PVV), um “percentual médio de remoções de 25,55% do total de domicílios de cada assentamento” (PBH, 2010, p.215). Aplicando-se este percentual ao número total de domicílios existentes no universo de atendimento da URBEL, à época do PLHIS, chegou-se a um resultado de 33.629 domicílios a serem removidos. Além destes, estimaram-se 1.008 domicílios localizados em possíveis áreas inundáveis, 1.561 domicílios em áreas de obras viárias estruturantes e 767 domicílios em áreas de obras de urbanização, totalizando 3.336 domicílios a serem removidos nos loteamentos privados irregulares e ocupações organizadas (PBH, 2010, p.241).

Às remoções previstas nos programas acima se somam as provenientes de intervenções

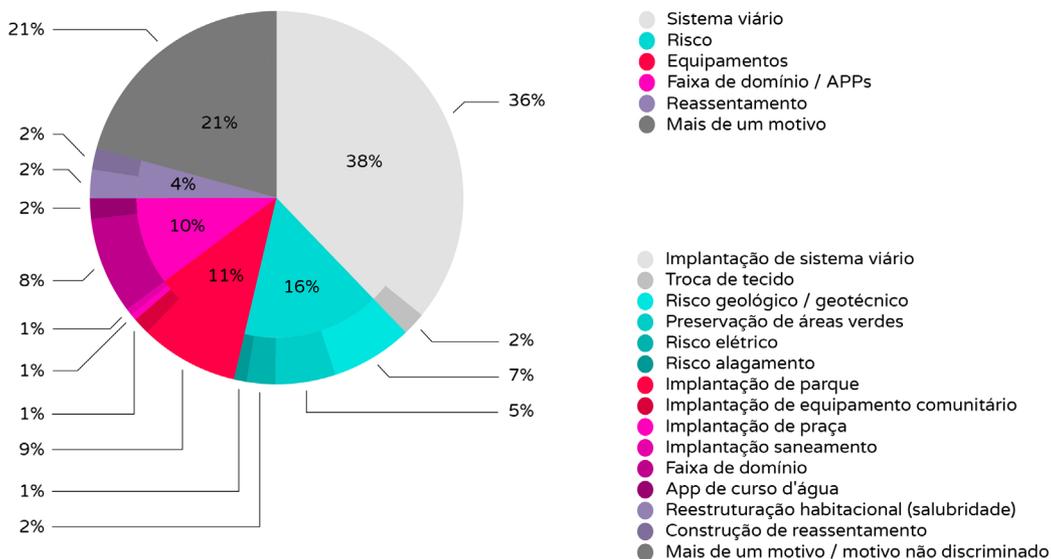
Quadro 2: Necessidades habitacionais em número de domicílios, Belo Horizonte, 2014. Fonte: MAGALHÃES, 2018.

\*Considerando a presença de pelo menos 1 dos 3 componentes da inadequação de domicílios (carência de infraestrutura, ausência

de unidade sanitária exclusiva e adensamento excessivo).

\*\*Total de domicílios dos assentamentos de interesse social.

NOME DO PROGRAMA	DEFINIÇÃO
Planos Globais Específicos (PGE)	"Instrumento de planejamento que visa nortear as intervenções de reestruturação urbana, ambiental e de desenvolvimento social nas vilas, favelas e conjuntos habitacionais populares", considerando "os aspectos urbanístico-ambientais, socioeconômicos e organizativos, e a situação jurídica do terreno".
Programa Vila Viva	"Intervenção estruturante com ações baseadas em três eixos: urbanístico, social e jurídico. São obras de saneamento, remoção de famílias, construção de unidades habitacionais, erradicação de áreas de risco, reestruturação do sistema viário, urbanização de becos, além de implantação de parques e equipamentos para a prática de esportes e lazer."
Plano de Regularização Urbanística (PRU)	"Estudo realizado em loteamentos regulares de baixa renda, originados de parcelamentos e ocupações do solo, que integraram a cidade sem a regularização dos mesmos".
Programa Estrutural em Área de Risco (PEAR)	Objetiva "evitar acidentes graves e preservar vidas, assegurando proteção para as famílias que residem em áreas de risco geológico e inundação".
Programa de Reassentamento de Famílias Removidas por Obras Públicas ou Vitimadas por Calamidade (PROAS)	"Ação voltada para a remoção e o reassentamento de famílias removidas em decorrência da realização de obras públicas, que tenham sido vítimas de calamidades ou que sejam moradoras de áreas de alto risco geológico com perigo de acidentes".
Orçamento Participativo (OP)	Espaço de "democratização das políticas públicas" e de "ampliação da participação popular".
Programa Minha Casa Minha Vida (PMCMV)	Objetiva "criar mecanismos de incentivo à produção e aquisição de novas unidades habitacionais ou requalificação de imóveis urbanos e habitações rurais, facilitando, assim, o acesso das famílias de baixa renda à casa própria."
Regularização Fundiária	Objetiva a "legalização urbanística e jurídica das áreas da cidade consideradas Zonas de Especial Interesse Social (Zeis-1 e Zeis-3) e também das unidades habitacionais construídas pela Prefeitura no âmbito da Política Municipal de Habitação."
Monitoramento Territorial	Busca monitorar as ocupações urbanas irregulares em colaboração com órgãos da PBH responsáveis pela fiscalização do território municipal.
Bolsa Moradia	Atende famílias removidas em decorrência de execução de obra pública, vítimas de calamidade, que residam em habitação precária (área de risco ou em ocupação clandestina ou irregular), na rua ou no viaduto.
Programa Judicial de Conciliação (Concilia BR-381 e Anel)	Atende "comunidades afetadas pelas obras na BR-381 e Anel Rodoviário."



urbanas de caráter estruturante que, em grande medida, afetam diretamente territórios populares, vilas, favelas e ocupações. Além da implantação de obras públicas, as remoções também podem ser motivadas por situações de risco geológico-geotécnico e localização em áreas não consolidáveis (faixas de domínio, áreas inundáveis etc.). Em levantamento de dados de 47 PGEs e PDRRs (Plano de Diretrizes de Remoção e Reassentamento), realizados entre 2000 e 2014, constata-se a predominância das remoções motivadas por implantação ou troca de sistema viário (38% do total de remoções previstas – ver Gráfico 1), visando a urbanização dos territórios ou decorrentes de obras públicas estratégicas.<sup>6</sup> Nota-se que as remoções motiva-

das pelo objetivo único de reassentamento compreendem apenas 4% do montante total.

Observa-se também que foram projetadas remoções de, em média, 21,3% das famílias nos territórios afetados, somando um total de 10.981 atendimentos (ver Gráfico 2). Ainda que inferior à média supracitada estabelecida no PLHIS (PBH, 2010), trata-se de número bastante expressivo que, além de deixar grandes feridas no tecido urbano que compõe esses territórios, representa quebra de laços e redes sociais preestabelecidas.

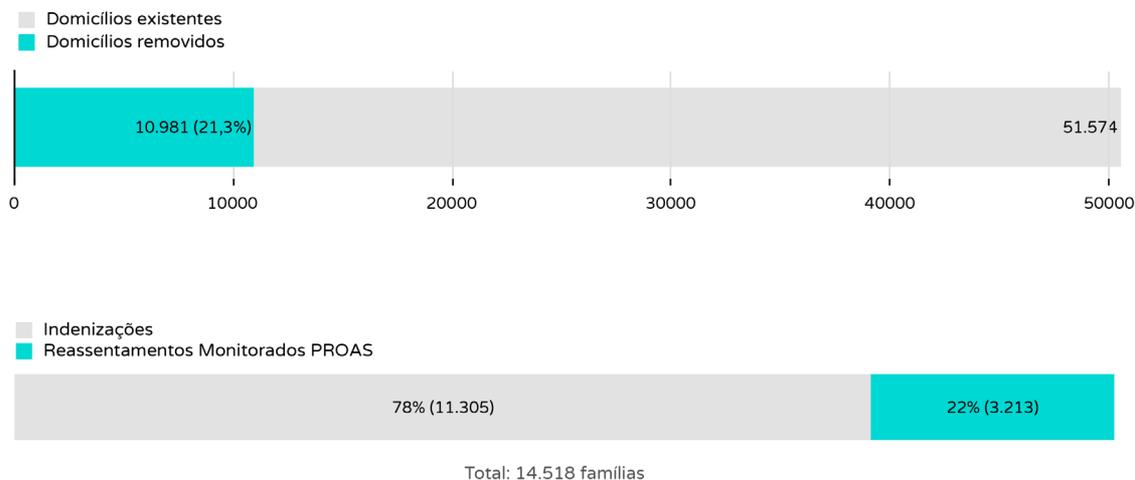
A PMH/PBH prevê três alternativas para as famílias removidas: (i) o Programa de Reassentamento de Famílias Removidas por Obras Públicas ou Vítimadas por Calamidade (PROAS), liberais, universidade etc.); do Fórum de Habitação com a sociedade e representantes de entidades ligadas à base do CMH (MAGALHÃES, 2018).

Na página anterior

Quadro 3: Programas da Política Municipal de Habitação da Prefeitura de Belo Horizonte

Gráfico 1: Motivos das remoções nos territórios analisados, entre 2000-2014. Fonte: Elaboração própria, baseada em dados da Urbel (2018).

6 Em entrevista, a Urbel ressaltou que a predominância do motivo sistema viário se dá em razão de as principais obras terem sido realizadas em grandes territórios que demandavam interferências estruturantes para melhoria da acessibilidade. Essa porcentagem



(ii) o Programa Bolsa Moradia e (iii) o reassentamento em unidades habitacionais em conjuntos construídos pela prefeitura através de programas como Vila Viva, PEAR, Orçamento Participativo e PMCMV.

O PROAS atende as famílias em caso de calamidade e risco geológico e em situações nas quais estas deverão ser reassentadas para viabilizar a realização de obras públicas. Os reassentamentos são realizados por meio da aquisição de imóveis residenciais ou através de indenização pela moradia de origem. Segundo dados da Urbel (2018), durante o período de 1995 a 2017, o programa realizou 14.518 atendimentos, concedendo 11.305 indenizações e realizando reassentamentos monitorados para 3.213 famílias (ver Gráfico 3). Ou seja, das famílias atendidas pelo programa, apenas 22% foram reassentadas e 78% foram indenizadas.<sup>7</sup> Sabe-se que os valores das indenizações pagas

são, em geral, insuficientes para o reestabelecimento dessas famílias no entorno da moradia original ou em condições semelhantes de acesso à cidade, configurando um cenário de constante dispersão para novas periferias.

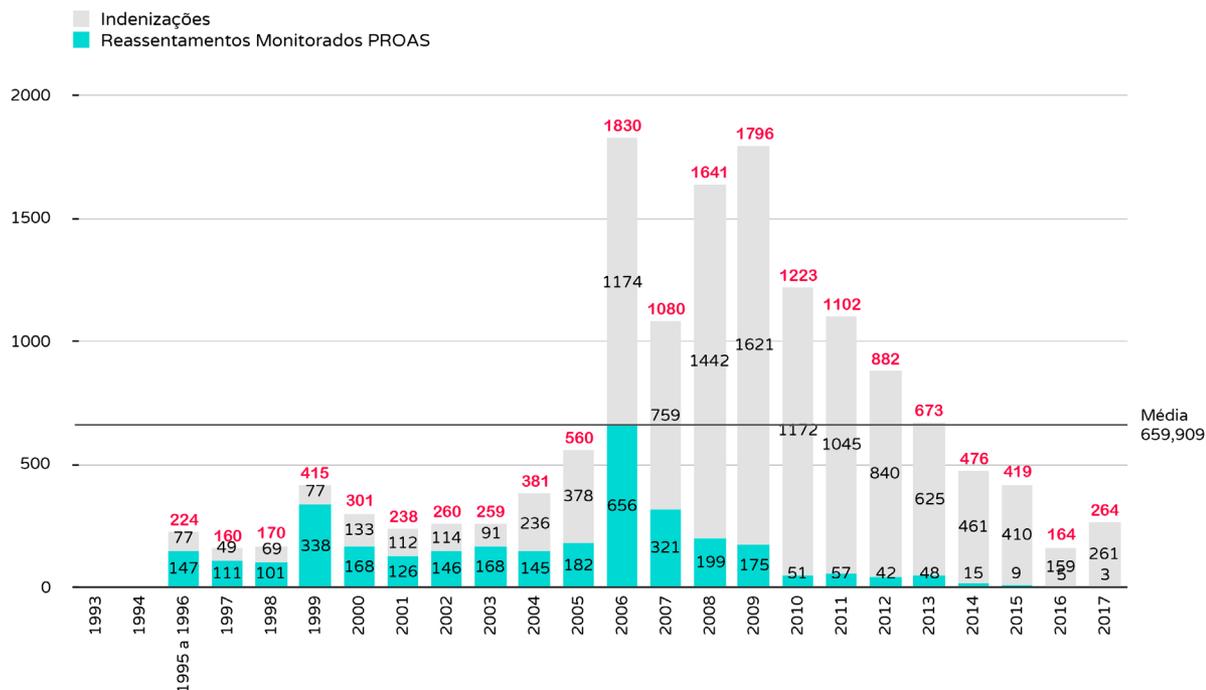
Observa-se, ainda (ver Gráfico 4), que a prática de reassentamentos tem sido menos utilizada, proporcionalmente, em relação ao número de indenizações, a partir de 2004, e é cada vez menos expressiva em números gerais. Desde 2010, apenas 4,6% do total de famílias removidas foram reassentadas por meio do PROAS.

O Programa Bolsa Moradia atende, em média, 1.745 famílias por ano (ver Gráfico 5), mantendo-as em condições ainda de instabilidade em relação ao seu local de moradia definitivo. Mesmo somando-se a média anual de unidades produzidas pela PBH (ver Gráfico 6) e o número de famílias atendidas pelo

Gráfico 2: Proporção de domicílios com previsão de remoção em relação ao total de domicílios existentes nos territórios analisados. Fonte: Elaboração própria, baseada em dados da Urbel (2018).

Gráfico 3: Proporção entre indenizações e reassentamentos monitorados realizados pelo PROAS. Fonte: Elaboração própria, baseada em dados da Urbel (2018).

estaria reduzida se fossem incorporadas as intervenções em territórios menores, cujos PGEs ainda não foram completamente implementados (MAGALHÃES, 2018).



PROAS (ver Gráfico 4), tem-se um total de 1.151 famílias atendidas, número inferior à média de famílias inseridas anualmente no Programa Bolsa Moradia. Ou seja, trata-se de um sistema insustentável, que não supre a demanda habitacional criada internamente, ocasionando um crescente número de famílias mantidas na condição instável do Programa Bolsa Moradia.

O reassentamento por meio da construção de unidades habitacionais (UH) é a terceira alternativa da PMH/PBH oferecida às famílias removidas. Trata-se da produção de conjuntos habitacionais localizados dentro das próprias

ou em seu entorno próximo. Cabe destacar que a maior parte dessa provisão consiste em pequenos edifícios de apartamentos de 4 ou 5 pavimentos, com unidades de 2 quartos, em geral, e, ocasionalmente, de 3 quartos. Sabe-se que as dimensões reduzidas desses apartamentos, assim como sua rígida configuração espacial e estrutural, são pouco adequadas à composição familiar e ao modo de vida tradicional das populações neles reassentadas, condições igualmente presentes no PMCMV (MORADO NASCIMENTO et al., 2015).

Gráfico 4: Indenizações e reassentamentos monitorados realizados através do PROAS por ano. Fonte: Elaboração própria, baseada em dados da Urbel (2018).

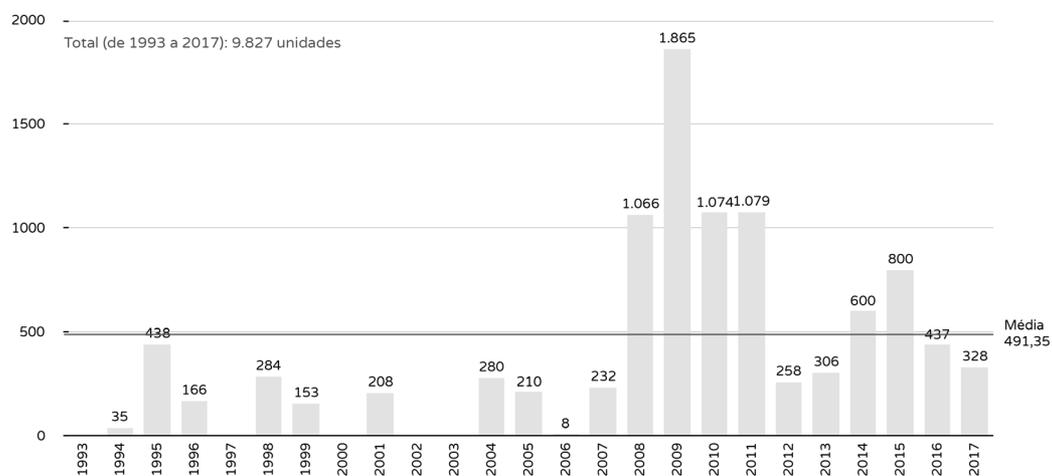
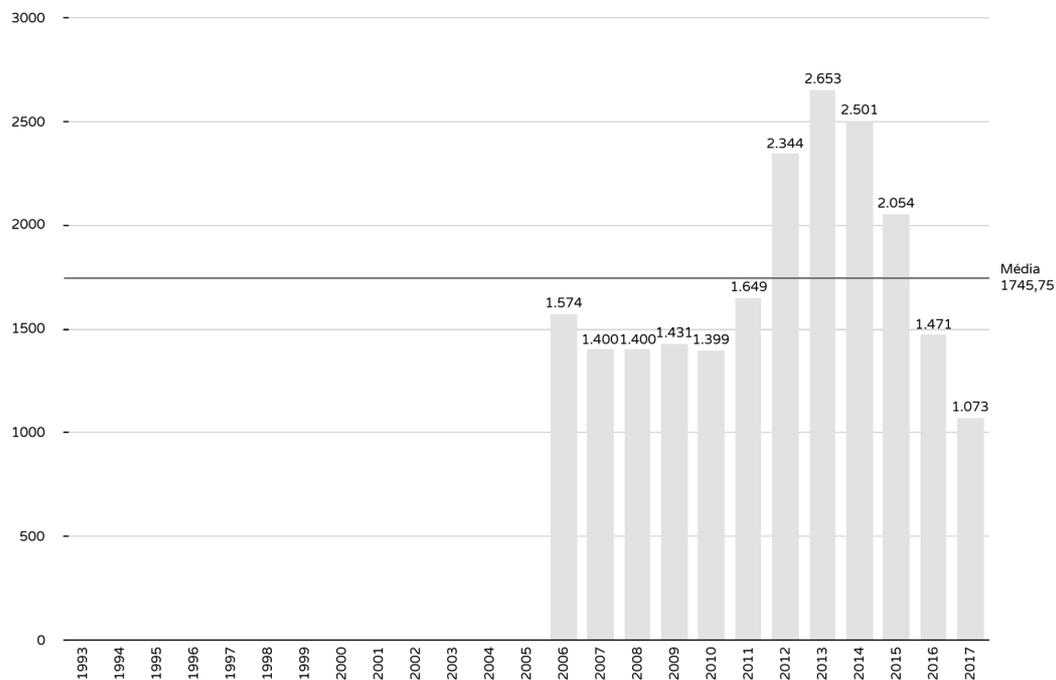


Gráfico 5: Famílias atendidas pelo Bolsa Moradia mensalmente por ano. Fonte: Elaboração própria, baseada em dados da Urbel (2018).

Gráfico 6: Total de UH concluídas para reassentamento por ano. Fonte: Elaboração própria, baseada em dados da Urbel (2018).

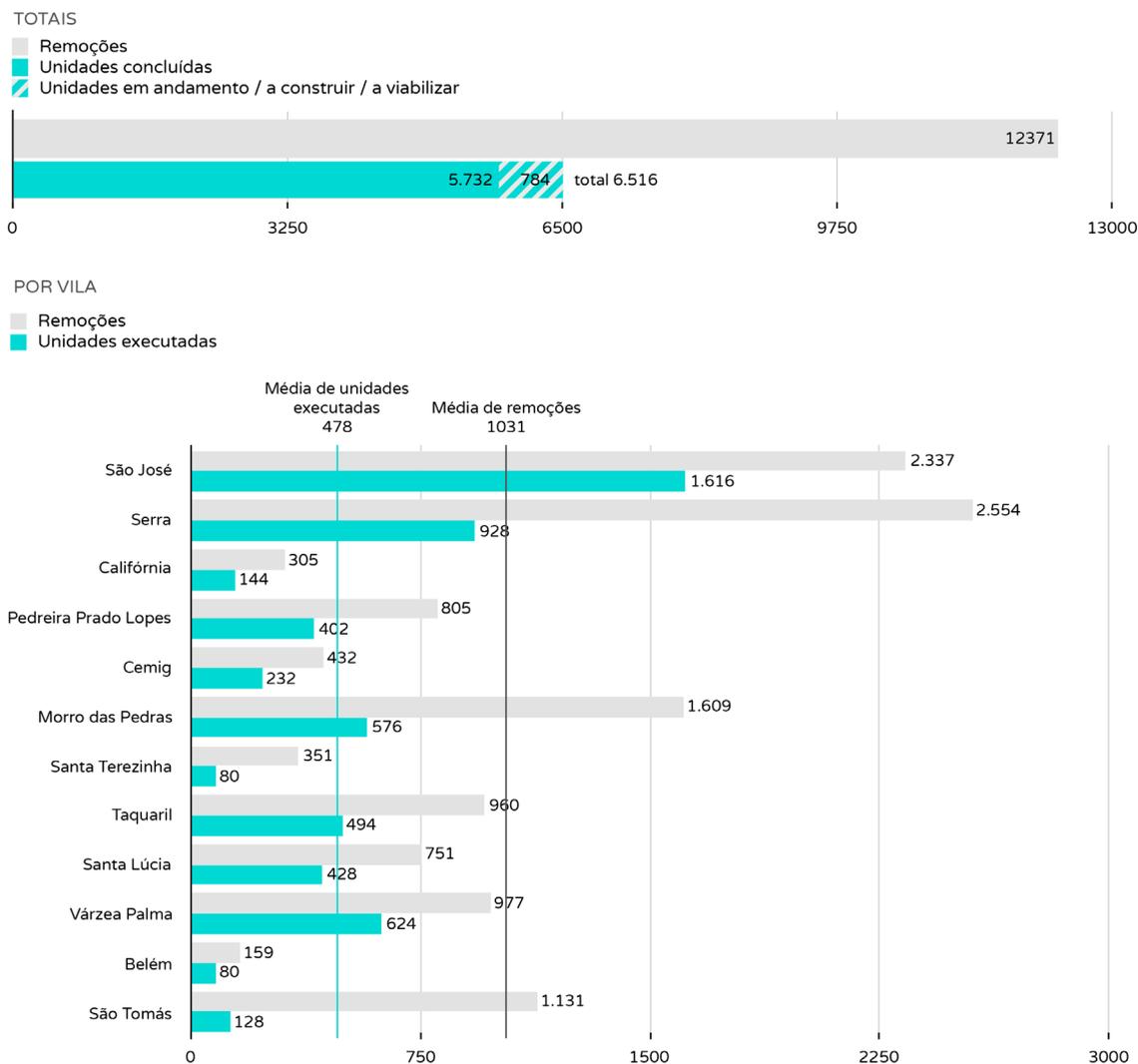


Gráfico 7: Proporção de remoções e unidades produzidas pelo Programa Vila Viva até 2016. Fonte: Elaboração própria, baseada em dados da Urbel (2018).

O principal programa de construção de novas unidades para reassentamento é o programa de intervenção estrutural em assentamentos precários Vila Viva, apresentado como uma ação integrada de urbanização, desenvolvimento social e regularização dos assentamentos existentes, geralmente implantado em ação coordenada com outros programas. Segundo a Urbel (PBH, 2018), seus objetivos são reduzir a parcela do déficit habitacional, melhorar e recuperar o estoque de moradias já existentes, através da reestruturação física e ambiental dos assentamentos, e promover o desenvolvimento e melhoria das condições de vida da população. No entanto, chama a atenção que em 12 intervenções do Programa Vila Viva, nas quais foram realizados 12.371 atendimentos para remoções, sendo cerca de 92% destes em domicílios residenciais, apenas 5.732 unidades habitacionais foram construídas e 784 estão em fase de conclusão (total de 6.516 unidades), o que corresponde, neste momento, a somente 57,25% das famílias afetadas pelo programa (ver Gráfico 7).<sup>8</sup> O restante recebeu atendimento por meio do PROAS, indenização ou reassentamento monitorado.

O Programa Vila Viva foi ainda alvo de questionamentos do Ministério Público Federal (MPF) quanto à sua execução. Por exemplo, moradores do Aglomerado da Serra, região Centro-Sul de Belo Horizonte, afetados pelas obras, afirmam que foram pressionados a deixar suas casas por técnicos da PBH, que inclusive teriam colocado maquinário da prefeitura na frente das casas antes mesmo do fim do prazo para que saíssem do local (GUSSEN, 2013).

7 As famílias não foram reassentadas necessariamente no mesmo território; esses dados não foram disponibilizados pela Urbel.

8 Em entrevista, a Urbel afirmou que, segundo dados do acompanhamento social do Programa Vila Viva Aglomerado da Serra, cerca de 75% da população afetada pelo programa

Finalmente, os esforços mais recentes para o combate ao déficit habitacional foram nacionalmente concentrados na produção de novas moradias, por meio do Programa Minha Casa Minha Vida (PMCMV), subsidiado pelo governo federal. Em Belo Horizonte, na primeira fase do programa concorreram 206.542 famílias para 1.470 vagas, enquanto na segunda fase concorreram 117.734 famílias para 1.709 vagas. De acordo com a Prefeitura de Belo Horizonte (PBH), foram entregues, até o momento, 4.679 unidades pelo PMCMV para famílias com renda de até R\$ 1.800,00.<sup>9</sup> Além dos diversos problemas observados nessa produção, entre eles, a inserção urbana das unidades produzidas, a incapacidade de atendimento adequado a composições familiares diversas e a pobre relação dos conjuntos com seu entorno, o número de novas unidades foi também quantitativamente pouco significativo em Belo Horizonte (PRAXIS-EA/UFMG, 2014).

A partir dos dados apresentados, é possível ponderar que a PMH/PBH não tem como principal foco a redução do déficit habitacional, ainda que o mesmo sirva de justificativa para sua implementação, uma vez que o reassentamento e a produção de novas moradias são objetivos secundários se comparados à prioridade da implantação de sistema viário e da liberação de áreas de risco e de preservação ambiental, independentemente do novo déficit gerado por estas obras. Entretanto, não se pode negar as ações integradas de urbanização, desenvolvimento social e regularização fundiária dos programas municipais que, em grande medida, trouxeram inequívocas melhorias da vida urbana.

permaneceu no mesmo território ou próximo a ele. Portanto, 25% foram deslocados para outros territórios em Belo Horizonte ou na Região Metropolitana. Os programas Vila Viva Morro das Pedras, Santa Lúcia e São Tomás/Aeroporto encontram-se ainda em curso, ou seja, ainda serão realizadas novas remoções e novas unidades habitacionais ainda serão construídas (MAGALHÃES, 2018).

“Isso aqui virou uma metrópole”, relata Éder Rufino, morador do Aglomerado da Serra, em reportagem de Vitor Fórneas e outros para o *Portal BHAZ*, referindo-se à melhoria da infraestrutura, à qualificação dos moradores e à autoestima local (FORNEAS, 2018). A reportagem ouviu também Maria Cristina Magalhães, diretora de Planejamento e Gestão da Urbel:

“Percebemos que as intervenções geram nas famílias a vontade de investir e melhorar suas moradias, assim como qualquer lugar da cidade. Nos últimos 15, 20 anos, demos início aos programas Vila Viva, de requalificação urbana e ambiental para incrementar as condições de acessibilidade, saneamento e redução das áreas de risco”, (FORNEAS et al., 2018).

Por outro lado, é preciso dizer que os planos e programas da Urbel têm sido desenhados a partir de metodologias hegemônicas estruturantes que reproduzem a lógica de produção da cidade formal nos espaços autoconstruídos, pouco se atentando às necessidades de grupos sociais e às especificidades individuais. Com isso, discursos essencialmente técnicos em torno de obras viárias, prevenção de riscos, preservação ambiental, entre outros, contribuem para a maximização de benefícios já adquiridos pela cidade nomeadamente formal. Diversas obras são realizadas muito tempo após a elaboração dos instrumentos de planejamento (como o PGE), que se tornam desatualizados e incoerentes diante de outra realidade, mas continuam servindo de ponto de partida para a execução das mesmas. Tal fato pode provocar ações inapropriadas nos territórios,

como remoções de moradias inexistentes à época da realização dos planos ou distorções individualizadas. Nesse sentido, a Urbel tem se comprometido a rever seus planos junto com os moradores e a acatar as decisões por eles tomadas (MAGALHÃES, 2018).

### **O déficit habitacional como justificativa**

O principal argumento estruturante da política habitacional tem sido sempre zerar o déficit habitacional numericamente construído. O contraponto ao argumento do déficit habitacional como justificativa da política mandatária de produção de novas moradias torna-se relevante em quatro aspectos, conforme apresenta Morado Nascimento (2014):

1) Historicamente, o déficit tem sido apenas quantitativamente elucidado, transformando a habitação social em um *problema* expresso em números e sempre acompanhado da perspectiva de uma *solução* igualmente expressa em números. Assim, o aumento do estoque de unidades novas a serem construídas, como proposto pelo PMCMV e, anteriormente, pelo BNH, tem sido exposto como solução à crise habitacional.

Essa perspectiva desconsidera que no país existe um estoque de 5,6 milhões de domicílios vagos nas áreas urbanas (FJP, 2016, p.40). Na RMBH, o déficit habitacional é de 157.019 domicílios, sendo 82,6% na faixa de renda de até 3 salários mínimos, dados de 2014 (FJP, 2016, p.31); há 171.248 domicílios vagos, ainda que não signifique que todos esses domicílios possam ser transformados

imediatamente em moradia (FJP, 2016, p.40);

2) A taxa de vacância indica a existência do “desperdício” de moradias, mas também é parte da dinâmica do mercado imobiliário, sendo componente importante, em especial, em cidades que apresentam Produto Interno Bruto (PIB) superior à média nacional. Nas metrópoles mais ricas, há concentração do deficit habitacional, como acontece na RMBH, e também de domicílios vagos; 44,9% dos domicílios vagos no Brasil estão nas RMs da região Sudeste (FJP, 2016, p.40). A relação entre oferta e procura de imóveis em uma determinada região tem a ver com o aumento ou redução de valores ou de lucros. Ou seja, faz parte da dinâmica imobiliária;

3) Os números relacionados ao déficit revelam não só a má distribuição das moradias, em razão da atuação dos agentes do mercado privado, mas, também, o baixo poder aquisitivo dos pobres para o acesso ao estoque habitacional existente. Entre 2003 e 2010, “a quantidade de imóveis ofertados no município de Belo Horizonte, tanto no mercado de aluguéis quanto da comercialização, caiu cerca de 50%” (MAGALHÃES et al., 2011, p.33). Entretanto, no mesmo período, os bairros populares valorizaram-se mais intensamente, reduzindo ainda mais a oferta de habitação para a população de baixa renda na proximidade das centralidades. Essa valorização se deu também em razão de programas como o Vila Viva, por exemplo;

4) O déficit habitacional não deve ser um número congelado a ser superado; ao contrá-

rio, deve ser entendido como resultado da nossa formação socioeconômica.

Nesse cenário, as ocupações urbanas em Belo Horizonte vêm inevitavelmente se propagando, tema a ser tratado a seguir.

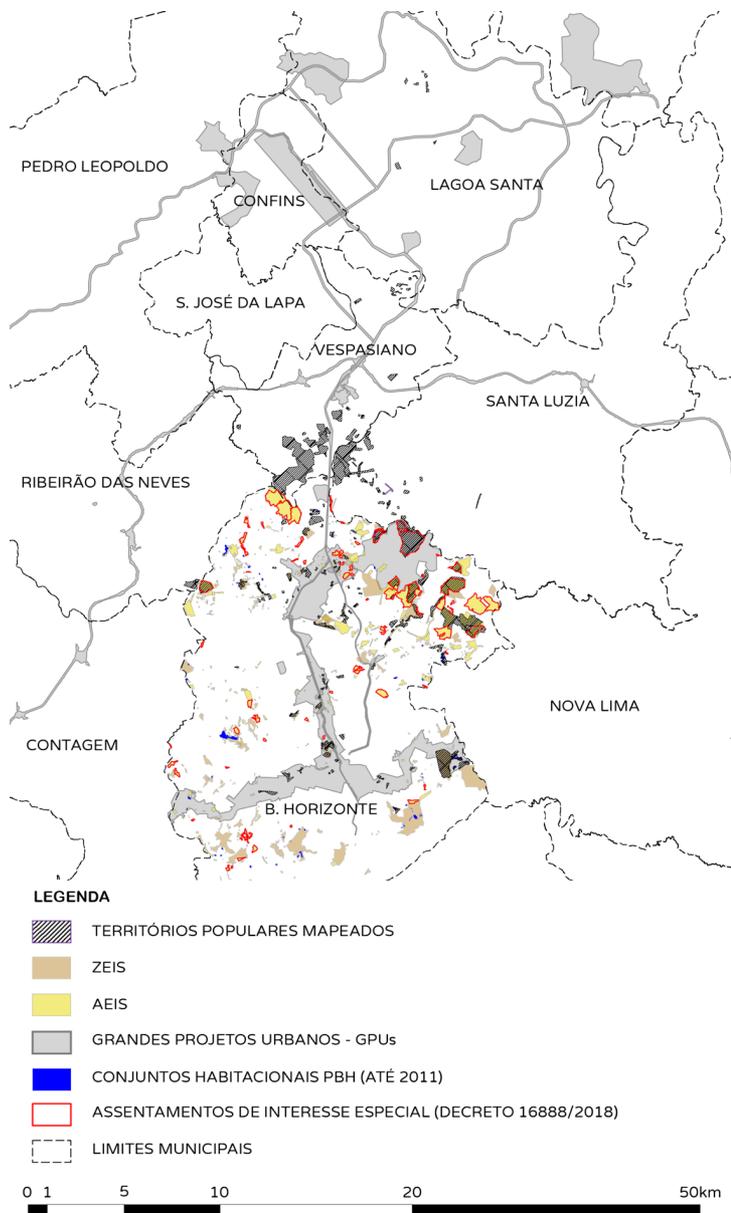
### **Um outro olhar sobre as ocupações urbanas**

As ocupações são uma realidade cabal e só não enxerga quem não quer ver. São tão intensas quanto necessárias, pois são a política habitacional mais efetiva no Brasil de hoje e ainda serão até que a reforma urbana seja feita e as cidades deixem de ser planejadas para a minoria rica, passem a privilegiar os outros 99% que a constroem todos os dias. As ocupações são espaços de saberes, de experiências populares, partes componentes do embrião que gerará o novo. (Leonardo Péricles)<sup>10</sup>

Ainda que simultaneamente tenha sido decretado o *Plano de Controle e Monitoramento de Áreas Públicas*, com o objetivo de evitar a ocorrência de novas ocupações irregulares, as medidas finalmente tomadas em 2018 pela PBH revelam que a política habitacional precisa se voltar à promoção de moradia em áreas bem providas de serviços e equipamentos urbanos, transporte coletivo e oportunidades de emprego. Há uma diversidade de possibilidades de políticas públicas que podem ser adotadas para além do aumento do estoque de novas unidades.

Trata-se, essencialmente, de políticas que envolvam melhoria das condições habitacionais de territórios já ocupados, como saneamento básico (distribuição de água, tratamento de esgoto, coleta de lixo, drenagem, pavimentação); melhoria das condições habitacionais de

10 Leonardo Péricles é coordenador do Movimento de Luta nos Bairros, Vilas e Favelas (MLB/MG) e morador da Ocupação Eliana Silva. Declaração publicada em post no Facebook, em 7 de agosto de 2015.



Mapa 1: Territórios populares e assentamentos de interesse especial, região Norte de Belo Horizonte. Fonte: Elaboração própria, baseada em dados da Urbel (2018).

Em abril de 2018, a PBH anunciou, por meio de decretos, medidas para viabilizar a “futura regularização de ocupações” e a “intensificação das ações para evitar que novas áreas sejam invadidas”<sup>11</sup>, reconhecendo 119 assentamentos (93 mil pessoas) considerados como de interesse social (ver Mapa 1). Como resultado desses decretos, os serviços urbanos de água, esgoto e energia elétrica deverão ser implementados, por meio de ação conjunta entre Companhia de Saneamento de Minas Gerais (Copsa), Companhia Energética de Minas Gerais (Cemig) e PBH, a partir de setembro de 2018.

11 Decreto Nº 16.888, de 12 de abril de 2018. Disponível em: <<http://portal6.pbh.gov.br/dom/iniciaEdicao.do?method=DetalheArtigo&pk=1193279>>.

imóveis já habitados (estrutura, elevadores, condições sanitárias); políticas que garantam a posse (e não entrega de propriedade privada individualizada); regulamentação das regras de aluguel, evitando-se o protagonismo do mercado na definição de preços;<sup>12</sup> e políticas de incentivo a cooperativas habitacionais (que não podem ter regras de financiamento e gestão mais rígidas que as de empreiteiras ou construtoras). Embora as melhorias habitacionais através de reformas e ampliações, da construção de unidades sanitárias ou do financiamento de material de construção apareçam como ações de apoio no PLHIS de Belo Horizonte, não há evidências de que essas propostas tenham se concretizado de forma ampla e eficiente. Além disso, as linhas de programas e ações da atual PMH/PBH dependem, em grande medida, de recursos financeiros federais, atualmente escassos diante da narrativa de crise fiscal.

Desde o início das ocupações urbanas em BH, a partir de 2008-2009, o poder municipal se omitiu em reconhecê-las e em propor ações ou políticas voltadas aos seus moradores. Houve, inclusive, disputas políticas no CMH em torno da definição de critérios para o cadastro do PMCMV que prejudicavam, em grande medida, os moradores das ocupações.<sup>13</sup> Em face desse contexto, cabe questionarmos: onde estaríamos se o poder municipal tivesse reconhecido essas ocupações àquela época? Quais seriam as atuais condições habitacionais e urbanísticas dessas áreas? Que cidade teríamos se as favelas do início do século XX também tivessem sido reconhecidas pelas autoridades públicas?

O PLHIS de Belo Horizonte definiu ocupação organizada como “assentamentos originados

de ocupações em terrenos ou edificações de *propriedade* de terceiros, públicas ou privadas, por iniciativa de movimentos organizados” (PBH, 2010, p.24, grifo nosso). E se a definição de ocupação organizada fosse: *assentamentos de ocupações em terrenos ou edificações que não cumprem função social de propriedade, por iniciativa de movimentos organizados?* Em suma, qual o real significado e potencial do conceito de função social da propriedade e sua aplicação jurídica na cidade?

A precariedade jurídico-legal de uma área em razão da irregularidade fundiária, “jurídica/dominial (referente à situação de posse/propriedade) ou urbanística (referente à desconformidade em relação à legislação urbanística)” (PBH, 2010, p.219), está atestada pelo PLHIS. Contudo, a Constituição Federal do Brasil de 1988 afirma, em seu Art. 5, que a todos é garantido o direito de propriedade. Logo em seguida, relativiza-o, ao declarar que a propriedade atenderá à sua função social. Com o advento do Estatuto da Cidade, a função social da propriedade imóvel passa a estar atrelada ao aproveitamento e à destinação que o Plano Diretor lhe atribui.

Este é o ponto: o questionamento que se faz em torno do que seja função social. Vários juristas argumentam que o conteúdo ideológico sugerido pela expressão faz com que nela se vislumbre uma ameaça de negação à propriedade privada e ao próprio modo de produção capitalista, na medida em que a noção de função social da propriedade relaciona-se com a capacidade produtiva da propriedade, ou seja, trata-se do poder de dar ao objeto da propriedade destino determinado, de vinculá-lo a certo objetivo. A legislação prevê formas de

12 Vale lembrar que aluguel social (ou bolsa-aluguel) é benefício assistencial temporário oferecido pelo governo; locação social é política pública de provisão e gestão da moradia, por meio do aluguel a custo inferior ao valor de mercado.

13 A PBH priorizou famílias participantes das entidades de moradia (Núcleos) devidamente cadastradas na Urbel e famílias indicadas pelas entidades de moradia (Núcleos) para atendimento aos benefícios conquistados por meio dos Fóruns do Orçamento Participativo da Habitação (OPH) (PRAXIS-EA/UFGM, 2014).

sanção pela inobservância da função social da propriedade: o tombamento, a requisição no caso de iminente perigo público, a ocupação temporária para uso provisório de terrenos não edificados, a desapropriação por utilidade pública ou interesse social. E, de forma, geral, as formas de intervenção estatal dão ensejo à justa indenização ao proprietário.

Os moradores das ocupações urbanas, movidos pela sobrevivência e por processos decisórios organizados e coletivos, entendem o morar como processo autoconstruído horizontalmente em terrenos, ou verticalmente em edifícios, ambos ociosos ou abandonados na cidade, sem cumprir a função social da propriedade. No século XX, as favelas ocuparam terrenos desprezados pela dinâmica imobiliária, mas os moradores também eram movidos pela urgência de sobreviver na cidade.

Ainda assim, o *sonho da casa própria* sempre esteve igualmente presente no imaginário dos moradores das ocupações urbanas e das favelas. O próprio PLHIS explicita que “a relação dos indivíduos com sua moradia e especialmente com a sua *propriedade formal* é mediada por muitos critérios culturais, emocionais e psicológicos” (PBH, 2010, p.57). Assim como também o forte desejo de morar bem e, nesse sentido, existir na cidade. Não há morador que queira viver em casas precárias e deterioradas, sem água, luz e esgoto, distantes de escolas, centros de saúde, trabalho, sujeitos a desabamentos e incêndios, distantes das centralidades urbanas, do emprego e do transporte. Todos estes são direitos descritos na Constituição Federal, mas não garantidos pelo poder público, o que pode ser entendido, em última instância, como violação de direitos humanos.

### A cidade como ação política

Na cidade neoliberal, o sistema de exclusão é intrínseco ao modo como a cidade funciona e ao que a cidade é. Basta olhar os bairros, as moradias, os serviços para que as práticas socioespaciais sejam escancaradas. Clavel (2004, p.54) coloca que as dificuldades de acesso à moradia para as populações mais desprotegidas é a “forma fundamental da exclusão”.

No entanto, ainda que essa afirmação seja importante, entendemos que a exclusão é estrutural, em torno do deslocamento do território ocupado imposto por força externa ao(s) indivíduo(s), com violência física ou simbólica, e que resulta, *a posteriori*, em diversas formas históricas de políticas, como remoções, despejos, reassentamentos, desapropriações etc.

Apesar da resistência das populações mais pobres, com a ocupação de morros e áreas próximas à região central, os processos de remoção de favelas, implementados pelo Poder Público, foram uma prática constante na trajetória de consolidação da cidade. Durante o regime militar, essa prática sofreu um recrudescimento, com um permanente processo de desfavelização e com remoções frequentes dessa população, justificadas pela implantação de sistemas viários e obras de saneamento. (PBH, 2010, p.75)

Os moradores das ocupações urbanas e vilas, em grande medida organizados e/ou apoiados por movimentos sociais, tomam a cidade como um *corpus político*. Eles estão interessados em viver sob outro modelo de cidade, onde as ações no espaço, portanto, as ações humanas,

prevaleçam sobre as escassas possibilidades de apropriação da vida urbana contemporânea. Os moradores e os movimentos sociais estão imersos nas dualidades impostas por outros – legal/ilegal, público/privado, centro/periferia, formal/informal – e mostram tanto lucidez quanto capacidade crítica na escolha e na avaliação das opções que atendam suas necessidades habitacionais individuais e coletivas. Fortemente atreladas às diferenças visíveis no acesso aos direitos, as ocupações urbanas e vilas escancaram os processos de decisão nada democráticos sobre a moradia e a cidade, permeados pela permanente narrativa de crise econômica, política, urbana e habitacional. Uma moradora da Ocupação Eliana Silva nos relatou em conversa informal que “[...] invadir é você expulsar violentamente alguém sentado em uma cadeira e colocar o seu corpo lá. Mas se a cadeira estiver vazia, apodrecendo, tenho o direito de me sentar ali. Ocupar é isso: é colocar o seu corpo no território vazio e abandonado”.

Não só no Barreiro, onde se encontram as ocupações Eliana Silva, Paulo Freire e Nelson Mandela (além da Irmã Dorothy e da Camilo Torres), mas também na região Izidora, na periferia e no centro de Belo Horizonte, assim como em toda a RMBH, encontram-se milhares de famílias em situação de insegurança de posse, grande número delas proveniente de despejos, pela incapacidade de pagar aluguel em vilas e favelas, ou de remoções previstas por planos públicos.

Dizer que os moradores dos territórios populares autoconstruídos são invasores, desempregados ou vagabundos significa desqualificar a luta pela moradia, que é direito

de todos, criminalizar a ação política, que é legítima, e favorecer o mercado imobiliário, que sustenta interesses privados. Assim, ninguém ocupa porque quer. “Quem ocupa não tem culpa!”<sup>14</sup> As famílias são reféns das políticas públicas ineficientes e dos baixos salários, insuficientes para acessar a moradia adequada. Ocupar é ação política dos movimentos sociais e moradores diante do Estado, tornando-se alternativa de moradia, na qual são exercidos a posse e o uso do terreno ou do edifício (e não a propriedade privada individualizada).

Hoje, diante dos tempos sombrios que enfrentamos, não temos encontrado espaços para a argumentação por uma transformação dos procedimentos que possa beneficiar a todos na cidade, lugar da prática cotidiana da vivência do outro e com o outro e de negociação das diferenças. Sabemos quem perde e quem ganha. Mas, se somos nós a produzir socialmente e espacialmente a cidade, a partir das nossas ideias, do nosso conhecimento e das nossas práticas, devemos autoconstruir a luta política do estar e do agir na cidade, redefinir a resistência no território e reconhecer a moradia e a cidade pelo avesso. Precisamos trazer a perspectiva política da moradia e da cidade, e não a econômica. Precisamos reconhecer o outro, dando sentido e fala aos moradores que resistem aos conflitos e lutam por outra cidade. Uma cidade que é tão diferente quanto comum.

14 Palavras de ordem usadas pelos movimentos sociais que lutam por moradia.

## Referências bibliográficas

CLAVEL, G. A sociedade da exclusão: compreendê-la para dela sair. Porto: Porto Editora, 2004.

FORNEAS, V. et al. Fave-lópoles: comércio desmistifica pobreza e violência em aglomerados de BH. Portal BHAZ. 7 set. 2018. Disponível em: <<https://bhaz.com.br/2018/09/07/fave-lopoles-comercio-bh/>>. Acesso em: 11 set. 2018.

FUNDAÇÃO JOÃO PINHEIRO (FJP). Déficit Habitacional no Brasil 2013-2014. Belo Horizonte: FJP, 2016.

GUSSEN, A. F. Programa Vila Viva da PBH é questionado pelo Ministério Público. Hoje em Dia. 8 abr. 2013. Disponível em: <<https://www.hojeemdia.com.br/primeiro-plano/pol%C3%ADtica/programa-vila-viva-da-pbh-%C3%A9-questionado-pelo-minist%C3%A9rio-p%C3%BAblico-1.129078>>. Acesso em: 04 set. 2018.

MAGALHÃES, F. N. C. et al. Valorização imobiliária e produção do espaço: novas frentes na RMBH. In: MENDONÇA, J. G. de; COSTA, H. S. de M. Estado e capital imobiliário: convergências atuais na produção do espaço urbano brasileiro. Belo Horizonte: Ed. C/Arte, 2011. p.17-40.

MAGALHÃES, M. C. F. Entrevista concedida a Denise Morado Nascimento e Maurício Lage. Belo Horizonte, 18 set. 2018.

MESQUITA, L.; SOUZA, F.; BARIFOUSE, R.. De luxo modernista a ocupação precária: a história de mais de meio século do prédio que desabou em São Paulo. BBC Brasil. 1 maio 2018. Disponível em: <<https://www.bbc.com/portuguese/brasil-43963439>>. Acesso em: 16 ago. 2018.

MORADO NASCIMENTO, D. A cidade-negócio e o Programa Minha Casa Minha Vida no contexto da Copa 2014. In: OLIVEIRA JR., H. R.; FREITAS, D. M. de; TONUCCI FILHO, J. B. M. (Orgs.). Belo Horizonte: os impactos da Copa do Mundo 2014. Belo Horizonte: Del Rey, 2014, p.97-120.

MORADO NASCIMENTO, D. et al. Programa Minha Casa Minha Vida: desafios e avanços na Região Metropolitana de Belo Horizonte. In: SANTO AMORE, C.; SHIMBO, L. Z.; RUFINO, M. B. C. (Orgs.) Minha Casa... e a cidade? Rio de Janeiro: Letra Capital, 2015.

MURARO, C. Edifício Wilton Paes de Almeida: prédio que desabou em SP foi projetado na década de 1960 e era patrimônio

histórico. Portal G1. 1º maio 2018. Disponível em: <<https://g1.globo.com/sp/sao-paulo/noticia/edificio-wilton-paes-de-almeida-predio-que-desabou-em-sp-foi-projetado-na-decada-de-1960-e-era-patrimonio-historico.ghtml>>. Acesso em: 16 ago. 2018.

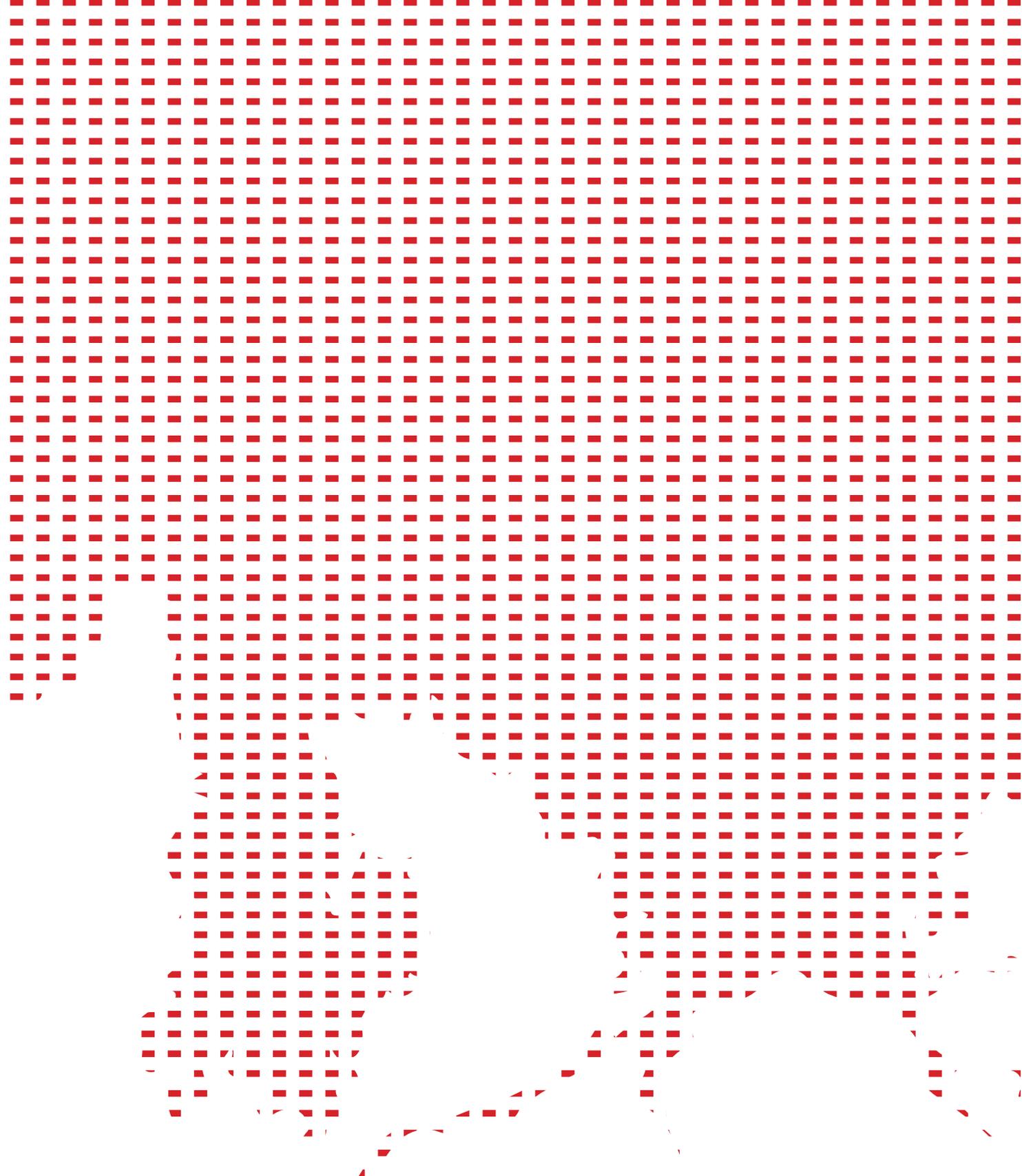
NÚCLEO DE DEFESA AGRÁRIA E MORADIA DA DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DO ESPÍRITO SANTO et al. Nota conjunta sobre o incêndio no edifício Wilton Paes de Almeida em São Paulo. Instituto dos Arquitetos do Brasil – IAB MG. 3 maio 2018. Disponível em: <<http://iabmg.org.br/site/nota-conjunta-sobre-o-incendio-no-edificio-wilton-paes-de-almeida-em-sao-paulo>>. Acesso em: 16 ago. 2018.

PREFEITURA DE BELO HORIZONTE [PBH]. Companhia Urbanizadora e de Habitação de Belo Horizonte. Portal da Prefeitura de Belo Horizonte. Disponível em: <<https://prefeitura.pbh.gov.br/urbel>>. Acesso em: 04 set. 2018.

\_\_\_\_\_. Plano Local de Habitação de Interesse Social – Diagnóstico do setor habitacional, v.1. Belo Horizonte: Prefeitura de Belo Horizonte, 2010.

PRAXIS-EA/UFMG. Relatório Programa Minha Casa Minha Vida: estudos avaliativos na RMBH. Dez. 2014. Disponível em: <[http://praxis.arq.ufmg.br/projetos-concluidos/7\\_MCMV/relatorios.html](http://praxis.arq.ufmg.br/projetos-concluidos/7_MCMV/relatorios.html)>. Acesso em: 10 set. 2018.

URBEL. Relatório Ref.: Manifestação 214903 – Controladoria-Geral do Município. 2018. Belo Horizonte: URBEL, 2018.



# Trajatória de remoções em Fortaleza: análise de registros perversos da desigualdade

**Renato Pequeno**  
**Breno Holanda**

## Introdução

Fortaleza carrega em sua história as marcas da precariedade das condições de moradia, as quais demonstram a crescente desigualdade que assola um percentual representativo de sua população. Um olhar retrospectivo para o processo de favelização, a partir dos números de áreas de ocupação e de famílias, assim como de sua localização, contribui para que se perceba a intensidade com que este processo prolifera, revelando a dimensão da informalidade ao longo das últimas cinco décadas.

Década a década, verifica-se o aumento de favelas na capital cearense, evidenciando um aumento vertiginoso das irregularidades fundiárias que se proliferam por toda a cidade. Especialmente ao longo dos últimos dez anos, novas ocupações se inserem na paisagem urbana da cidade, onde famílias socialmente desassistidas e desprovidas de recursos encontram alternativas de sobrevivência numa Fortaleza cada vez mais desigual e perversa. Estas encontram-se vinculadas, dentre outros fatores, ao alcance reduzido das políticas habitacionais de interesse social, ao empobrecimento urbano, assim como à concentração de riqueza e ao direcionamento dos investimentos para setores onde as classes mais favorecidas se auto-segregam.

Observa-se ainda, por conta do *boom* imobiliário iniciado em meados dos anos 2000, a emergência de empreendimentos residenciais em outros setores da cidade, os quais indicam a abertura de novas frentes de expansão do mercado de imóveis atendendo a vários segmentos. Contudo, diante da valorização imobiliária, os terrenos providos de infraestrutura urbana foram se tornando cada

vez mais exíguos. Assim, mesmo as franjas periféricas de Fortaleza passam a ser disputadas, constatando-se a fragmentação socioespacial diante da justaposição de favelas e condomínios horizontais.

Diante deste contexto, ganha espaço no cenário urbano de Fortaleza o fenômeno da remoção, o qual passa a se acumular na cidade, dando visibilidade a um problema que tem sido muito pouco considerado pelas mídias locais. O mesmo pode ser dito com relação aos pesquisadores das universidades.

Contribui para reforçar a importância deste problema, o predomínio cada vez maior do grande projeto urbano sobre o processo de planejamento. No caso de Fortaleza, as intervenções previstas e em parte realizadas desde o anúncio de que a mesma seria sede da Copa merecem ser realçadas, tendo em vista o impacto causado nas dezenas de comunidades atingidas, como revela a publicação “Fortaleza: Os Impactos da Copa do Mundo 2014” da série *Metropolização e megaeventos* (Costa, Pequeno e Pinheiro, 2015).

Contudo, é graças à presença do Escritório de defesa de direitos humanos Frei Tito de Alencar (EFTA) e do Núcleo de Habitação e Meio Ambiente da Defensoria Pública do Estado do Ceará (NUHAM/DPE-CE) que esta questão pode vir à tona como um tema de pesquisa-ação<sup>1</sup>. No caso, é a partir do registro de inúmeras queixas e denúncias de comunidades e famílias diante das ameaças e práticas violentas que se torna evidente a dimensão espacial do problema, bem como se abre a possibilidade de confrontar as localizações com outras dinâmicas socioespaciais da cidade.

Os conteúdos aqui apresentados resultam de intenso trabalho referente às remoções realizado pelo Laboratório de Estudos da Habitação (LEHAB) da UFC desde 2016. Ponto de partida para o desenvolvimento desta pesquisa-ação foi a construção de cartografia social no Encontro de Comunidades promovido pelo LEHAB junto à Frente de Luta por Moradia, quando, ao serem perguntados sobre o que o Estado havia feito na sua comunidade ou bairro, diversos participantes de vários bairros apontaram a remoção como prática.

Some-se a isso a realização de audiências públicas sobre o tema, considerando os impactos de grandes projetos urbanos, como o Veículo Leve sobre Trilhos, que levou a milhares de remoções. Vale registrar que a proximidade do LEHAB com os Escritórios de assessoria jurídica popular e com a Defensoria Pública permitiram ampliar as possibilidades de atuação do Observatório de Remoções, considerando a necessidade de dar respostas aos atingidos e a importância de nos distanciarmos da simples observação científica.

Passados quatro meses de estudos preliminares, foi encaminhado o Projeto de extensão denominado “Observatório de remoções de Fortaleza” com o devido destaque para a parceria formada com o NUHAM e com os Escritórios de Direitos Humanos da Assembleia Legislativa e da Câmara Municipal. Ao ser aprovado, obteve-se uma bolsa de extensão em 2017, a qual foi destinada para uma estudante de jornalismo que ficou responsável pelo acompanhamento do tema na mídia local, assim como de elaborar matérias sobre os casos de remoção ocorridos na cidade ou

1 Na atuação do Lehab e neste artigo, tratamos a “pesquisa-ação” como uma metodologia, geralmente associada ao campo científico da pedagogia, onde o pesquisador “não se limita apenas em descrever e teorizar sobre um problema social do cotidiano real

das pessoas”, mas atua no sentido de redefinir a sua prática laboral com vista a transformar a realidade e contribuir para a superação de uma situação-problema (MELO, FILHO e CHAVES, 2016, p.159).

vinculados às áreas da cidade em que o LEHAB possui estudos em profundidade.

O projeto já se encontra em seu segundo ano, tendo sido renovado no início de 2018. Manteve-se o mesmo apoio da UFC com uma bolsa de extensão, assim como se abriu a possibilidade de aprovação de um novo projeto de extensão que trata do monitoramento e da formação de lideranças comunitárias das lutas pelo direito à cidade. O reconhecimento institucional da Pró-reitoria de extensão foi fundamental no sentido de obtermos apoio para despesas de custeio, as quais julgamos fundamentais para o prosseguimento deste projeto.

Dentre os procedimentos adotados para a realização desta investigação merecem ser mencionados: a sistematização de informações coletadas desde 2009 pelo EFTA e pelo NUHAM/DP-CE; a leitura crítica das informações veiculadas pela mídia local sobre remoções; a espacialização das informações, considerando as variáveis disponíveis; a análise crítica do mapeamento obtido a partir do cruzamento destas localizações com outras dinâmicas socioespaciais.

Neste sentido, pretende-se aqui apresentar a trajetória do observatório de remoções de Fortaleza, indicando nossas estratégias de ação desde a sua criação em 2016. O artigo está organizado em torno de questões norteadoras: (i) Quais as principais atividades realizadas ao longo desta pesquisa? (ii) Como se manifestam as remoções em Fortaleza ao longo do tempo? (iii) Como os casos recentes de remoção se distribuem espacialmente? (iv) É possível estabelecer alguma inter-relação com outras dinâmicas socioespaciais em Fortaleza?

## Quais as principais atividades realizadas ao longo desta pesquisa?

Tratando-se de uma pesquisa-ação, considera-se que muitos dos resultados obtidos correspondem a descobertas em idas a campo, assim como em diálogos com agentes envolvidos e participação em reuniões de conselhos municipais, audiências públicas e debates. Neste sentido, pretende-se neste tópico apresentar as atividades realizadas, as quais encontram-se relacionadas aos objetivos específicos desta investigação.

Considerando o primeiro objetivo específico – (i) *sistematizar, espacializar e analisar os casos de remoção forçada a partir da sistematização de bases de dados e informações existentes no município de Fortaleza* - foram feitos levantamentos e sistematização dos dados de denúncias de remoções e ameaças de remoções registrados pelo (EFTA) e pelo (NUHAM/DPE) para Fortaleza e Região Metropolitana. Sistematizados em planilhas e em mapas georreferenciados, o levantamento de dados foi feito a partir das fichas e registros das denúncias, em três períodos diferentes ao longo do ano, permitindo assim a atualização dos dados à medida que novas denúncias surjam. Destaca-se aqui como resultado a construção de um banco de dados, habilitado à atualização periódica a partir da inserção de dados a serem obtidos com a construção de um novo formulário.

Para que os objetivos seguintes – (ii) *identificar as possíveis causas e os impactos das recentes remoções na produção do espaço urbano de Fortaleza e também sobre as mudanças nos padrões de segregação socioterritorial*

no município e (iii) apontar as características gerais (socioeconômicas, territoriais, locais, ambientais) das comunidades que vem sendo alvo de remoções nos últimos anos – viessem a ser atendidos, buscou-se realizar uma série de sobreposições de dados cartografados. A partir dos casos de remoções já levantados e atualizados, foram elaborados mapas temáticos, resultantes do cruzamento de diversos outros temas trabalhados no LEHAB, dentre os quais destacamos: o zoneamento urbano-ambiental previsto no PDP 2009; as áreas que tiveram seus parâmetros urbanísticos flexibilizados; o valor venal do solo por metro quadrado de acordo com as informações da Secretaria de Finanças de Fortaleza; os indicadores de venda de imóveis segundo os valores do imposto por transmissão de bens imóveis (ITBI); a localização das parcerias público-privadas; as Operações Urbanas Consorciadas e os novos projetos urbanos.

A caracterização também se deu a partir da sobreposição das remoções com a cartografia histórica e sequenciada da favelização de Fortaleza. Para tanto, utilizou-se os levantamentos feitos em 1973 (FSSF), 1985 (PROAFA); 1991 (Cohab-Ce e STAS) e em 2012 (PLHISFor/Habitafor) já convertidos no formato shapefile (arquivo georeferenciado). Neste sentido, foi possível melhor compreender a associação das remoções recentes com a evolução dos processos de favelização e os deslocamentos decorrentes dos reassentamentos, percebendo-se uma diferenciação entre as partes da cidade.

A partir destes dados e das características reconhecidas, viabilizou-se a confecção de relatórios sintéticos com análises estatísticas descritivas dos dados levantados. Estes relató-

rios contribuem para o atendimento de demandas por informações que chegam ao Lehab, bem como para dar suporte à atuação dos Escritórios de Direitos Humanos. Pretendia-se investigar com maior profundidade os novos casos. Contudo, como Fortaleza vem sendo alvo de aumento exponencial da violência urbana, marcada pela guerra entre facções que controlam os territórios e pela violência policial, a presença de pesquisadores em determinadas áreas se tornou bastante delicada, devido à violência crescente nos locais que mais concentram os casos de remoções.

A caracterização, análise e síntese destes estudos, em diferentes escalas, inclusive abrangendo alguns estudos de caso, encontra-se em fase de conclusão, pretendendo-se com isso disponibilizar todas as informações obtidas como relatório na forma de E-book.

Por fim, com vistas aos objetivos de (iv) apoiar as comunidades e os parceiros na defesa de seus direitos, evidenciando os impactos destas práticas nefastas, assim como de (v) tornar as informações mais acessíveis e ampliar a visibilidade do tema, algumas atividades foram realizadas: discussão dos resultados obtidos com o mapeamento junto aos parceiros; compartilhamento de resultados através do site e do Facebook do Lehab, mediante posts, disponibilização de mapas interativos, que permitem a visualização sequenciada dos dados, e a produção de reportagens.

A maior visibilidade do tema também foi buscada através da realização de eventos, como a audiência pública tratando de política habitacional e remoções, no dia 01 de dezembro de 2017, a qual marcou o lançamento oficial do Observatório de Remoções. Na ocasião,

diante de 200 participantes, foi realizada a denúncia da maneira como a prefeitura vem realizando os despejos. Alguns encaminhamentos merecem aqui ser mencionados: a criação do Conselho Municipal de Desenvolvimento Urbano, como forma de garantir a participação popular nas discussões sobre as políticas urbana e habitacional; o compromisso do Poder local em ceder informações sobre os processos e projetos que ameaçam remover comunidades (Aldeia da Praia/Cidades com futuro; “Fortaleza Competitiva”, Fortaleza 2040); a participação da população e dos conselhos de direitos humanos na elaboração da normativa para regulamentar os procedimentos relacionados às remoções; a criação de Comitê de Conflitos Fundiários, que é de competência do executivo; a atuação da Prefeitura de Fortaleza na garantia de direitos, prevendo uma política de reassentamento das famílias, em caso de remoções, e no cumprimento da função social de áreas vazias.

Em seguida, no âmbito acadêmico, foi realizado, em 28 de março de 2018, um Diálogo de Pesquisa sobre a temática das Remoções com o seguinte título: “Remoções em Fortaleza: impactos e resistências aos Grandes Projetos Urbanos”. No evento, foram apresentados os resultados do Observatório de Remoções dialogando com a pesquisa de mestrado em Políticas Públicas da Promotora de Conflitos Fundiários do MPE, Dra. Giovana de Melo, que defendera recentemente a dissertação “Intervenções urbanísticas de valorização estratégica e o campo de lutas e resistências: uma análise a partir da cidade de Fortaleza-CE”. Ao final do evento que reuniu mais de 100 pessoas, ficou claro o reconhecimento da importância desse

levantamento, sendo inclusive aludido pela procuradora como de elevada importância para futuras ações judiciais.

Foram, também, realizadas, com comunidades ameaçadas de remoção por iniciativa dos setores público e privado, reuniões e rodas de conversa. Tais remoções, como o caso das comunidades do grande Serviluz, acontecem em decorrência dos novos processos de planejamento e grandes projetos urbanos.

Considerando a dinamicidade desta pesquisa-ação, alguns dos seus resultados já vieram a ser publicizados, tanto para o universo acadêmico sob a forma de artigos em periódicos, anais de eventos, capítulos de livro; como na mídia, por meio de matérias de jornais, posts, reportagens de TV, dentre outras.

### **Como se manifestam as remoções em Fortaleza ao longo do tempo?**

De forma a buscar uma aproximação com a temática das remoções e dos despejos, foram elencadas diferentes estratégias para melhor compreender e aprofundar conhecimentos sobre o tema. Desde já destacamos que o propósito destas abordagens tinha o caráter exploratório visando apreender diferentes olhares; não pretendíamos, portanto, esgotar o tema, considerando a urgência de melhor compreender a situação existente e cumprir com os objetivos de uma pesquisa-ação.

Um primeiro passo foi a compilação de trabalhos acadêmicos referentes às remoções forçadas associadas à produção social do espaço em Fortaleza. Ainda que não se tenha o intuito de esgotar esta busca, constata-se que o tema tem sido pouco explorado. Em geral, os estudos são atomizados, restringindo-se a

setores da cidade atingidos por intervenções urbanísticas, desprezando a totalidade da cidade. Poucos estudos focaram nas ocupações irregulares e nas ações governamentais destinadas para removê-las. Via de regra, os trabalhos se realizam em pós-graduações nas ciências sociais aplicadas e nas ciências humanas. A tese em geografia humana, transformada em livro “Os incomodados não se retiram” defendida por José Borzacchiello em 1987 na Pós-graduação em Geografia da USP pode ser apontada como referência ao introduzir o tema nos estudos urbanos sobre Fortaleza. Mais recentemente, merece destaque a tese de doutorado “Os meandros do habitar na metrópole: expansão urbana e controle territorial na produção do litoral de Fortaleza” defendida pelo geógrafo Eider Cavalcanti em outubro de 2017 junto ao PPPGEO-UFC<sup>2</sup>.

Dentre as abordagens da temática das remoções, considerou-se, também, a análise da inserção dos despejos forçados de comunidades na mídia. Buscou-se verificar até que ponto houve abertura para a discussão destes fatos. No caso, pretendeu-se investigar se os meios de comunicação teriam não apenas divulgado a ocorrência de casos de remoções, como também cobrado soluções para o problema. Afinal, a ideia da imprensa como um “quarto poder”, imparcial e com a habilidade de clamar justiça ainda persiste?

Com isso, partiu-se para a coleta e a análise de reportagens sobre remoções ocorridas na capital disponibilizadas online, sendo a maioria dos jornais de maior circulação O Povo e Diário do Nordeste, entre 2009 e maio de 2017. Através de pesquisa realizada pela bolsista e estudante de Jornalismo Aline Medeiros,

percebeu-se que a questão das remoções não é abordada de forma proporcional à grande quantidade de ações de despejos que acontecem. Constata-se que alguns exemplos, de fato, ganharam maior repercussão e investiu-se em noticiar os desdobramentos, como o caso da Vila Vicentina, na qual foram publicadas 13 reportagens, e da comunidade Boca da Barra, com 22 reportagens. É curioso notar como esses dois exemplos ficaram conhecidos pela população em geral.

Tratando-se de uma cidade extremamente desigual, com histórica concentração de terras nas mãos de poucas famílias, percebe-se, a partir da análise dos conteúdos veiculados na mídia, que a remoção de comunidades não se constitui num problema. Via de regra, os ocupantes são culpabilizados.

Dados sobre o número de famílias, as condições em que vivem, o destino das mesmas, assim como os nomes de agentes envolvidos que se beneficiam com as remoções, como os proprietários dos terrenos e as construtoras, não são revelados. Nada se comenta também sobre a presença ou não de qualquer processo judicial que legitime o despejo das famílias. Tão pouco há prosseguimento das matérias, ou seja, a cobertura dos casos restringe-se à factualidade: é o acontecimento daquele dia e hora que importa.

Uma terceira abordagem se remete às políticas públicas habitacionais, na forma como buscaram enfrentar o problema da favelização. Considerou-se o período desde a década de 1970, quando a Fundação de Serviço Social de Fortaleza apresentou ao Banco Nacional de Habitação o Programa Integrado de Desfavelamento de Fortaleza, em 1973. Neste foram

2 Outras pesquisas de mestrado relacionadas aos impactos da Copa de 2014 merecem ser mencionadas, dentre as quais: Valéria Pinheiro (IPPUR-UFRJ); Igor Moreira Pinto (Ciências Sociais-UFC);

Simone Farias Cabral de Oliveira (PPGAU+D UFC); Larissa Viana (FAUUSP), dentre outras.

identificadas 81 áreas de ocupação, abrigando 34 mil domicílios, onde viviam mais de 205 mil pessoas. Os dados apresentam uma diferenciação entre as áreas considerando a forma de intervenção: um primeiro grupo de 32 áreas situadas ao leste que seriam totalmente erradicadas, ocupadas por 14.500 famílias; outro, com 49 favelas, as quais seriam alvo de renovação e remanejamento, observando-se a possibilidade de permanência das 19.700 famílias nessas ocupações.

Nas décadas seguintes algumas ações vieram a ser empreendidas nas favelas, sem que houvesse um programa ou plano que reunisse todas as áreas e estabelecesse diretrizes para identificar as comunidades a serem atendidas. Contudo, predominaram as ações de urbanização em setores mais valorizados, tendo como alternativa principal de projeto o reassentamento em pequenos conjuntos habitacionais, nem sempre próximos da área de intervenção. No caso, vale destacar as intervenções conduzidas pelo Programa de atendimento em favelas da região metropolitana de Fortaleza (Proafa) nos anos 1980 e a Cohab-CE nos anos 1990, ambas sob o comando do governo estadual.

Somente nos anos 2000, quando a política habitacional veio a ser municipalizada mediante a criação da Fundação para o desenvolvimento habitacional de Fortaleza (Habitafor), novas intervenções vieram a ser realizadas, priorizando as áreas de risco. Tudo isso, seguindo diretrizes estabelecidas pelo Programa Habitar Brasil – BID (HBB), a partir do qual duas comunidades foram alvejadas com a remoção e o reassentamento próximo, sinalizando um novo período.

Desde então, constata-se que a urbanização de assentamentos precários associada à remoção se consolida ainda mais como regra, salvo poucas exceções. Percebe-se que diversas áreas foram urbanizadas, observando-se um primeiro agrupamento de pequenas comunidades atendidas com diversos programas criados pelo Ministério das Cidades. Contudo, a partir da criação do Programa de aceleração do crescimento em suas modalidades urbanização de assentamentos precários (PAC-UAP) e mobilidade (PAC-Copa) retoma-se a prática de remoções e reassentamento em periferias distantes.

Desde 2009, são milhares de famílias que tem sido alvo de remoções subdivididas em dois agrupamentos: primeiro, as situadas em áreas de risco às margens dos rios Cocó, Maranguapinho, de algumas lagoas da cidade e nas faixas de praia; segundo, as comunidades posicionadas nas faixas marginais ao Veículo Leve sobre Trilhos, bem como as localizadas em áreas por onde passam obras de mobilidade urbana ou de urbanização de faixas de praia como o Vila do Mar e o Aldeia da Praia. Tais projetos vêm sendo investigados em maior profundidade através da pesquisa realizada pelo LEHAB em projeto integrado ao Núcleo do Observatório das Metrôpoles. Estima-se que mais de 15.000 famílias tenham sido removidas nestes projetos de urbanização, sendo as mesmas reassentadas em grandes conjuntos habitacionais.

### **Como os casos de remoção se distribuem espacialmente?**

Pretende-se neste tópico apresentar os resultados obtidos a partir do mapeamento das remoções e da construção de alguns elementos

gráficos, visando evidenciar a gravidade do problema em tela. Parte-se da hipótese de que as remoções forçadas tomam parte do processo de crescimento urbano e desenvolvimento desigual de Fortaleza, evidenciando deslocamentos de grupos excluídos e a ocorrência de conflitos territoriais.

Aprofundando o debate, os dados levantados pelo Observatório de Remoções pretendem consolidar o entendimento das remoções enquanto uma das principais dinâmicas institucionalizadas que contribuem para a construção do espaço urbano local, não diferenciando o caráter público ou privado dos agentes que as promovem.

Para facilitar a compreensão das análises, cabe aqui apresentar alguns elementos que indicam o processo de estruturação urbana de Fortaleza, considerando o intraurbano metropolitano, o qual reúne a capital cearense aos municípios vizinhos a ela conurbados. Seguindo os mesmos pontos destacados por Villaça (1997), inicialmente observa-se que a região metropolitana de Fortaleza se constitui num aglomerado urbano, para onde convergem os fluxos de pessoas e de mercadorias, de demandas e de riquezas.

No referente às atividades produtivas, observa-se nas últimas décadas a ocorrência do deslocamento de indústrias para os municípios periféricos a Fortaleza ou associados à logística, como no caso do Porto do Pecém ao oeste, remanescendo amplas áreas que outrora abrigaram o setor secundário.

Da mesma forma, verifica-se a expansão a partir do centro tradicional de grandes eixos terciários, os quais se diferenciam quanto ao perfil do consumidor presente nas vizinhanças,

evidenciando o macro-processo de segregação dos mais abastados na direção sudeste, assim como a emergência de novos setores almejados pelo mercado imobiliário. Complementa este direcionamento a aposta feita no turismo de sol e mar, cuja maioria dos investimentos na RMF se concentra no eixo sudeste.

Some-se a isso a evidente distribuição espacial da grande maioria dos empreendimentos residenciais verticalizados nos bairros pericentrais e nos setores à beira-mar dotados de infraestrutura urbana e de serviços. Da mesma forma, o setor imobiliário formal se estende ao longo do eixo sudeste supramencionado, inclusive avançando para os municípios vizinhos de Eusébio e Aquiraz, onde os condomínios horizontais, loteamentos fechados e resorts se concentram, configurando-se num *continuum* urbano de autosegregação.

Complementa a análise do processo de estruturação da RMF, o reconhecimento da presença de conjuntos habitacionais de interesse social ao sul e ao sudoeste, para onde tem sido historicamente deslocado um enorme contingente populacional de forma involuntária.

Tudo isso revela o processo de estruturação urbana de Fortaleza pautado na segregação, o qual ganha especificidades ao se perceber a distribuição espacial de centenas de assentamentos urbanos precários, os quais abrigam mais de 40% da população local. Evidencia-se assim um universo a ser explorado como áreas alvo de remoção, percebendo-se diferenças na forma como ocorrem em função das suas localizações.

Distribuídas de janeiro de 2009 a agosto de 2018, o Observatório de Remoções de Fortaleza levantou 275 ocorrências na capital cearense,

que chegaram a se tornar denúncias nos órgãos de assessoria jurídica. A distribuição anual dessas ocorrências (ver gráfico 01) sustenta o argumento da recente ampliação dessa problemática, principalmente no período de 2014 a 2017, período este marcado por forte crescimento.

Buscando melhor analisar as alterações desses dados nos intervalos de tempo, algumas observações devem ser feitas. A primeira é o movimento de contração registrado no período de 2009 a 2011. Em seguida, aparece uma tendência de crescimento entre 2011 e 2013, quando os grandes projetos urbanos associados à Copa de 2014 passam a ser implementados. Entretanto, verifica-se em 2014, ano eleitoral e da Copa do Mundo, uma acentuada queda. Porém, logo em seguida, retoma-se a tendência em crescimento, a partir de 2015, culminando com o ano de 2017 como sendo o que mais registrou denúncias, atingindo 56 casos, seguido por uma forte queda em 2018 (este ainda não finalizado). Ainda que a leitura da frequência dessas denúncias nos permita algumas conclusões iniciais, a espacialização dos casos registrados possibilita a continuidade da análise (mapas 01 e 02).

Ao analisar a totalidade dos registros, observa-se que se trata de uma dinâmica distribuída por toda a cidade, com uma leve concentração na porção leste da cidade, como indica o mapa 01 subsequente. Entretanto, fica nítida a concentração de ocorrências nas áreas próximas ao Aeroporto e ao bairro da Messejana (mapa 02). O primeiro, alvo de uma concessão federal para a empresa alemã Fraport; o segundo, bairro que constitui uma centralidade periférica e que, recentemente, passou a sofrer

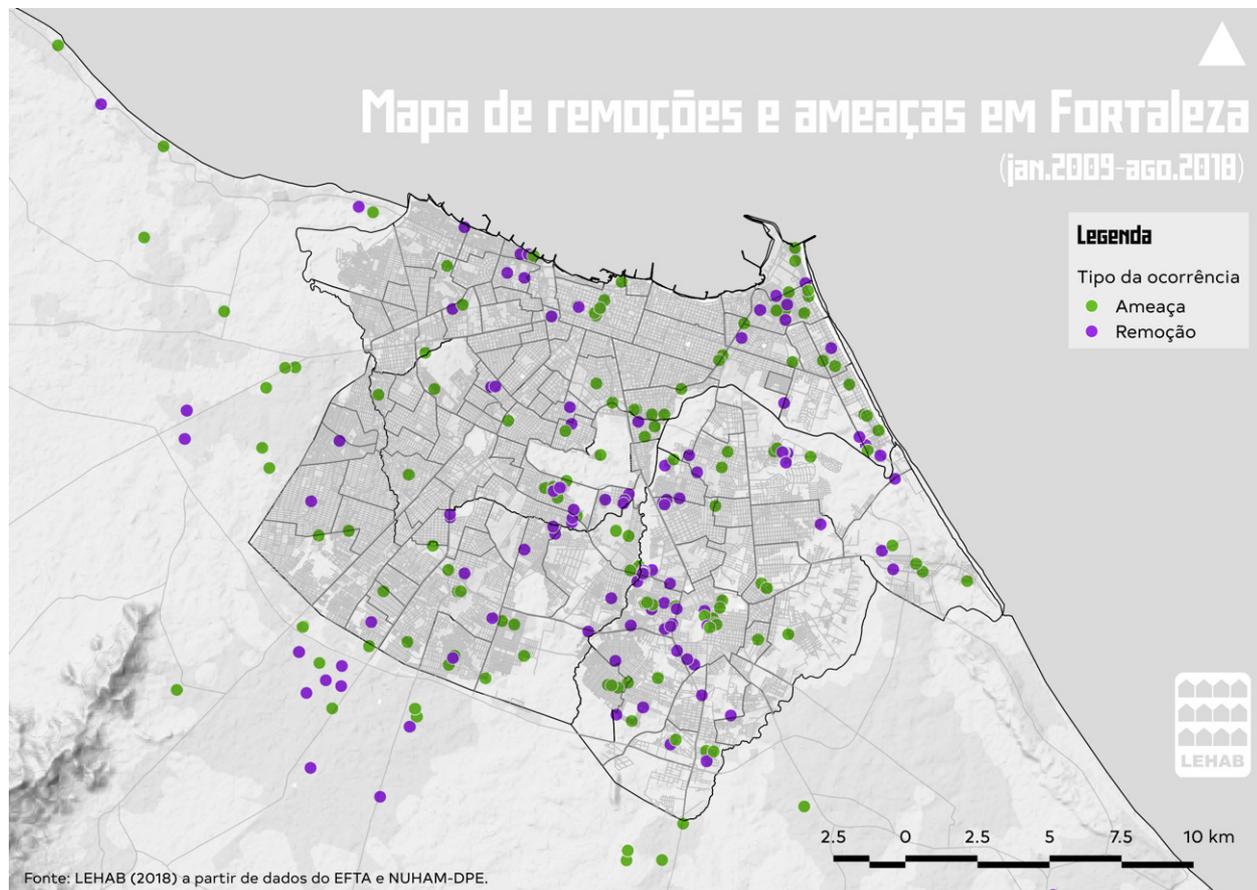


uma forte valorização imobiliária decorrente da atuação do mercado imobiliário impulsionado pelo programa Minha Casa Minha Vida (RUFINO, 2012).

Ainda que tais dados reflitam a lógica espacial dessas remoções, por si só estes não são suficientes para perceber o impacto causado por elas. Com esse objetivo, o mapa a seguir (mapa 03) demonstra que a Messejana e o entorno do Aeroporto não constituem unicamente os focos dessas ocorrências.

Quando se pondera a localização das ocorrências pelo número de famílias impactadas fica nítido o caráter sistêmico que assumem as remoções em Fortaleza. Afinal, outras áreas de expansão do mercado imobiliário formal (Cais do Porto), de recente intervenção estatal em urbanização de favelas visando a sua valorização imobiliária (Pirambu) e em construção de infra-estrutura (Sabiaguaba) e de consolidação de um anel logístico (Mondubim, Planalto Ayrton Senna, Parque Presidente Vargas) passam a ser também evidenciadas.

Ao se analisar a quantidade de famílias atingidas por ano (gráfico 1), outras informações podem ainda ser integradas de forma complementar enriquecendo a leitura inicial do gráfico da frequência anual das ocorrências.



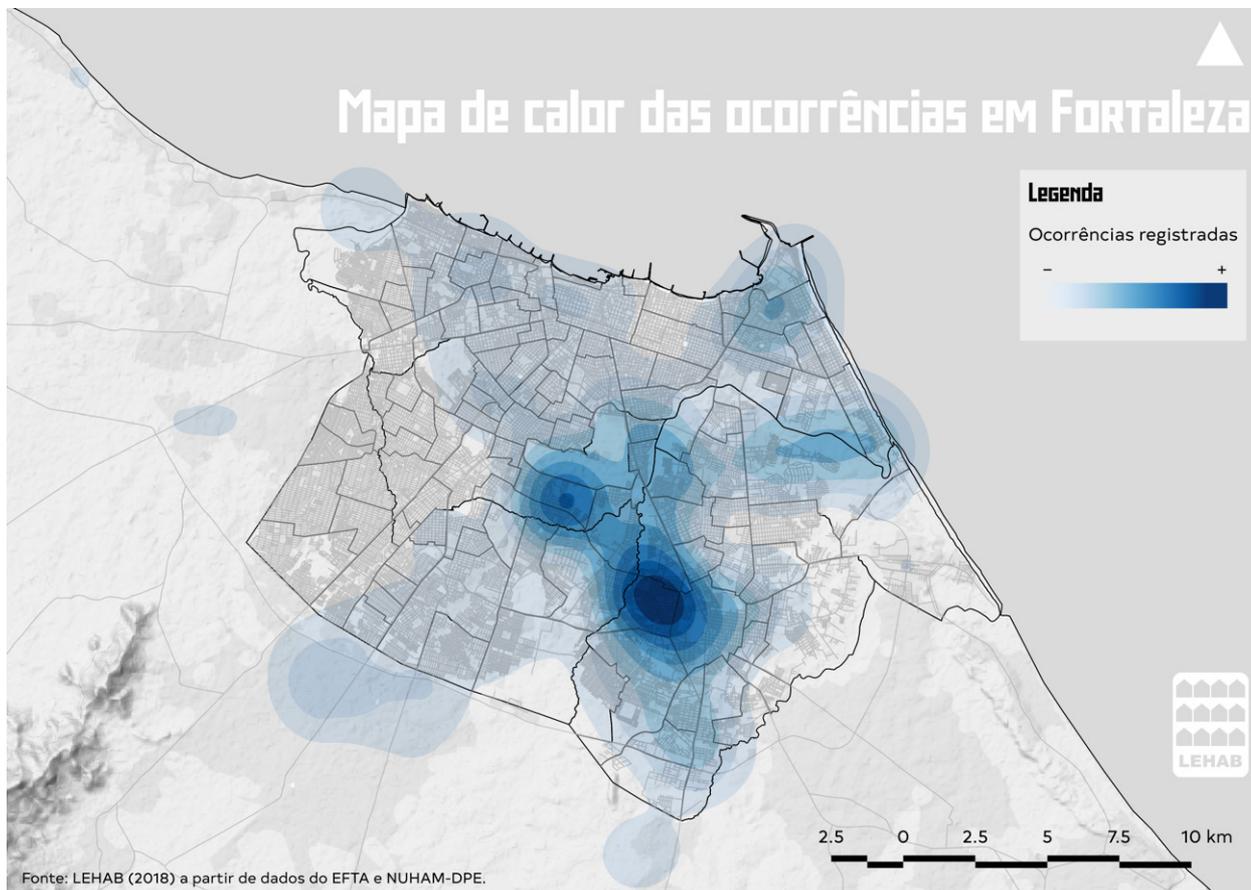
Para isso, dissociamos as ocorrências em dois tipos: as ameaças, quando não acarretam em deslocamento habitacional, e as remoções, quando este deslocamento é efetivado e as famílias são despejadas.

Da leitura dos gráficos, podemos inferir um movimento de predominância das remoções sobre as ameaças a partir de 2014, reflexo tanto do aumento de volume das ocorrências quanto

da efetivação de algumas ameaças.

Além disso, destaca-se o movimento de redução das remoções nos anos de 2014 e 2018 e a grande quantidade de pessoas ameaçadas nos anos que antecederam a Copa do Mundo de 2014. Entretanto, tais dados tendem a desconstruir a hipótese que o maior volume dessas remoções estava ligado aos grandes eventos esportivos em Fortaleza.

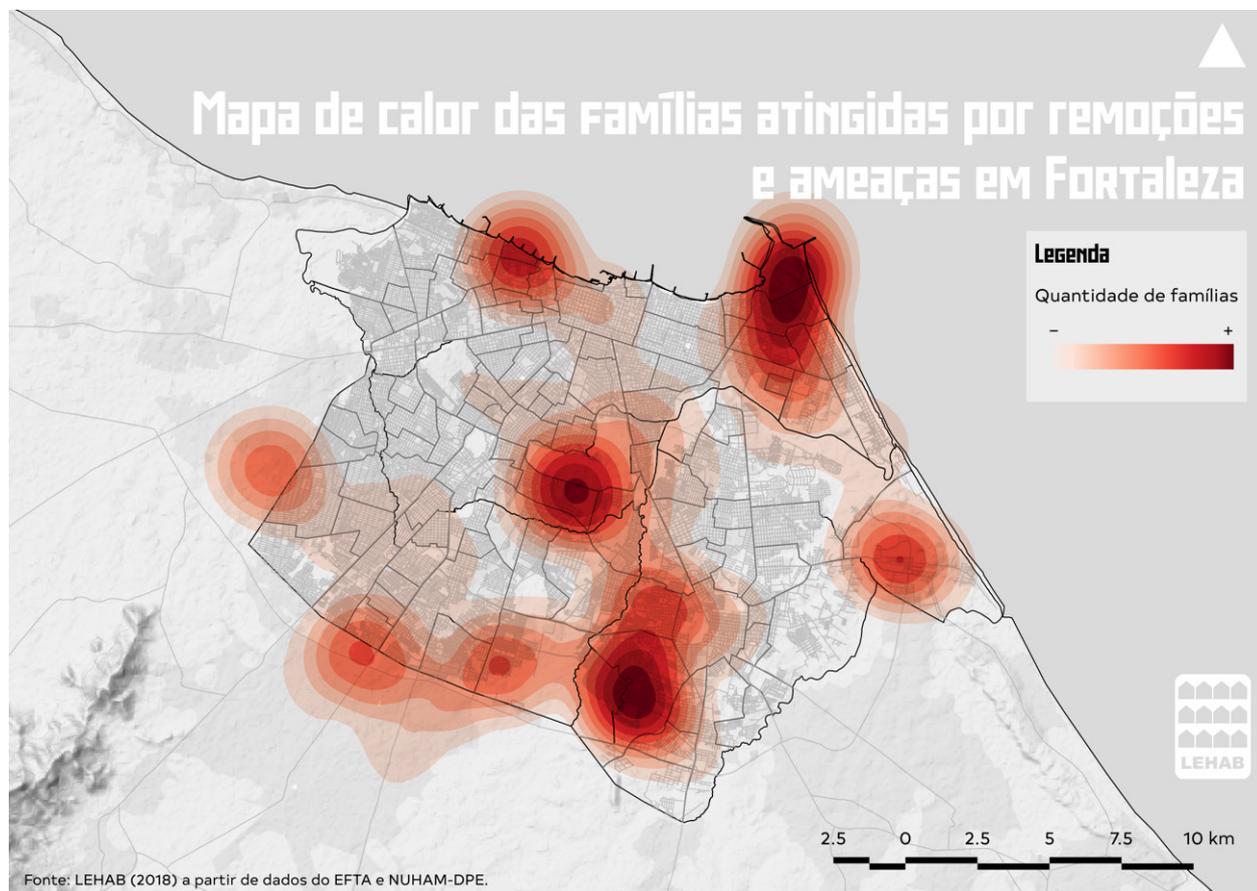
Possivelmente, a oposição popular aos



despejos decorrentes das obras de mobilidade da Copa do Mundo, quanto à não execução de várias dessas obras por impedimentos legais ou à falta de um planejamento eficiente pode ter contribuído para a não efetivação de todas as ameaças.

A manutenção, após 2014, e, principalmente, o agravamento dessas ocorrências, revelam a consolidação das remoções enquanto dinâmica

urbana, agora sem mais as escusas da celeridade para a construção de infraestruturas. Corroborando com o afirmado, o gráfico 04, a seguir, torna ainda mais claro o argumento de que as remoções e as ameaças se institucionalizam na política de desenvolvimento urbano de Fortaleza, uma vez que o estado passa a promover a maioria das ações de remoções e ameaças, em oposição à primazia do setor



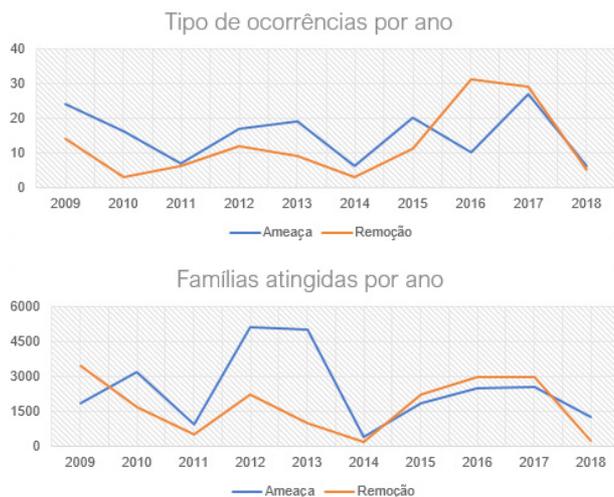
privado nos anos anteriores.

A situação adquire um recorte ainda mais problemático quando se percebe as condições que o Estado permitiu que fossem realizadas essas remoções. Nessa situação, o poder público desempenha uma posição central, uma vez que, independente de atuar como protagonista da ação, cabe a ele verificar as circunstâncias em que são realizadas no sentido da garantia dos direitos básicos e do devido processo. No caso, torna-se fundamental

compreender o campo de forças políticas na forma como se estabelecem parcerias tão amplas reunindo para além de instituições públicas, incorporadores imobiliários e entidades de classes em detrimento de comunidades vulneráveis.

Das 275 ocorrências registradas, em 123 não foram apresentadas qualquer ordem judicial ou administrativa, contabilizando 44,73% dos casos. Quando excluimos as ocorrências em

Mapa 03 – Mapa de calor: quantidade de famílias atingidas por remoções e ameaças Fonte: Elaborado pelos autores com dados do EFTA e NUHAM-DPE (2018).



que essa informação não estava clara, esse percentual chega a 59,13% do total. O quadro fica ainda mais alarmante quando se verifica que houve violência física em 147 casos, uma porcentagem de 53,45%, chegando a 76,17% quando os casos sem informação são retirados. Todavia, vale destacar que independente de ter havido violência física, compreendemos que qualquer situação de remoção corresponda a uma ação coercitiva baseada na força, causando traumas para o lado mais fraco, ainda que em ameaça de despejo.

Com o intuito de melhor compreender os impactos destas remoções vinculadas aos agentes da produção do espaço urbano em Fortaleza, buscaremos no tópico seguinte, analisar a distribuição espacial dos despejos relacionada a outras dinâmicas espaciais.

## É possível estabelecer alguma inter-relação com

Gráfico 02 – Ocorrências por ano de acordo com o tipo. Fonte: Elaborado pelos autores com dados do EFTA e NUHAM-DPE (2018).

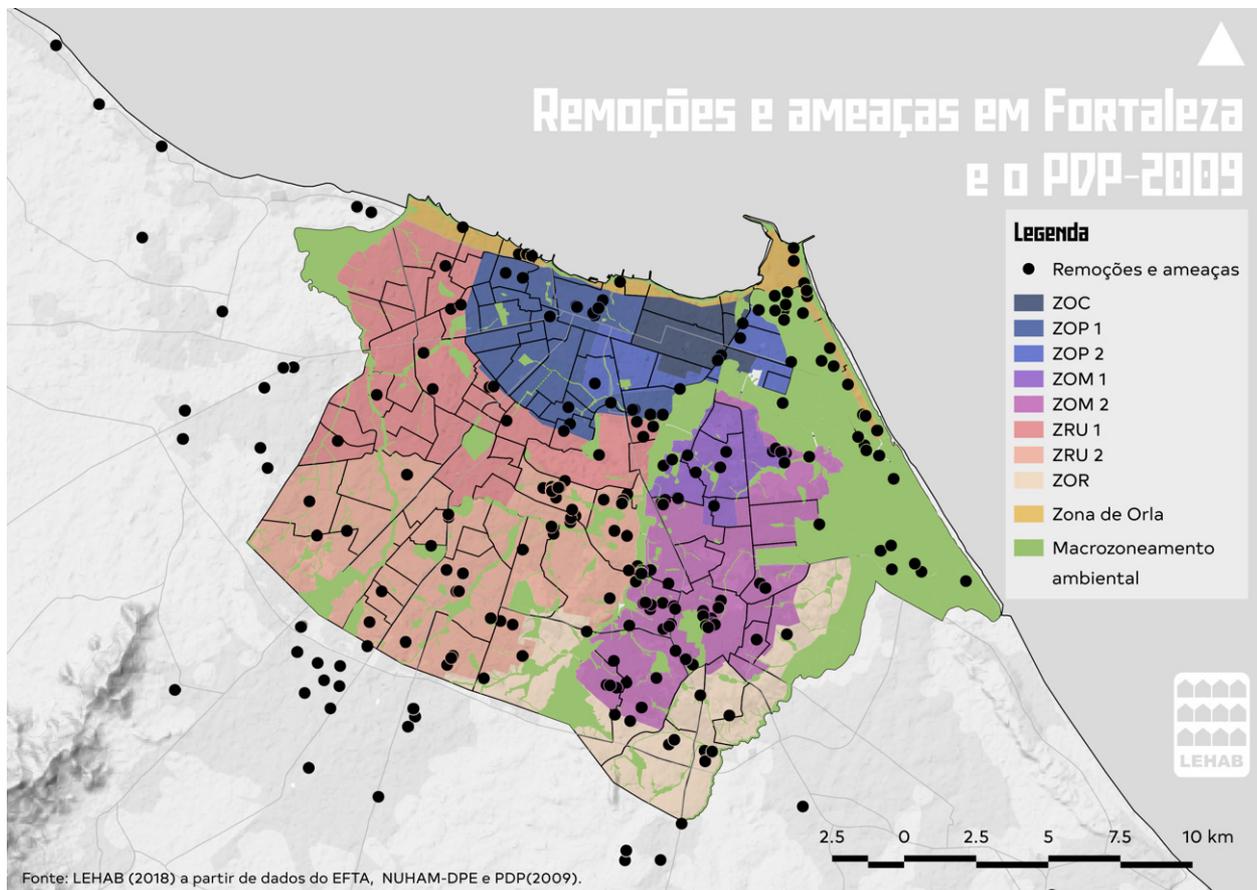
Gráfico 03 – Frequência de famílias atingidas por ano. Fonte: Elaborado pelos autores com dados do EFTA e NUHAM-DPE (2018).

## outras dinâmicas socioespaciais em Fortaleza?

Visando melhor compreender as remoções com relação aos atores sociais, pretende-se aqui confrontar os despejos forçados e ameaças - um total de 275 casos acumulados em Fortaleza desde 2009 até agosto de 2018 – com variáveis que caracterizam a cidade das políticas públicas, a cidade do mercado imobiliário e a cidade informal.

No caso da cidade das políticas públicas, na ausência de um zoneamento metropolitano, buscou-se confrontar as remoções com o zoneamento urbano e ambiental do Plano Diretor de Fortaleza vigente desde 2009. O mesmo reflete intenções do mercado imobiliário, definindo macrozonas que atendam aos interesses de incorporadores agrupando zonas consolidadas, preferenciais e de uso moderado; ao mesmo tempo, revela as contradições de uma cidade pautada no desenvolvimento desigual, com amplas zonas denominadas de

Gráfico 04 – Autores das ocorrências por ano. Fonte: Elaborado pelos autores com dados do EFTA e NUHAM-DPE (2018).

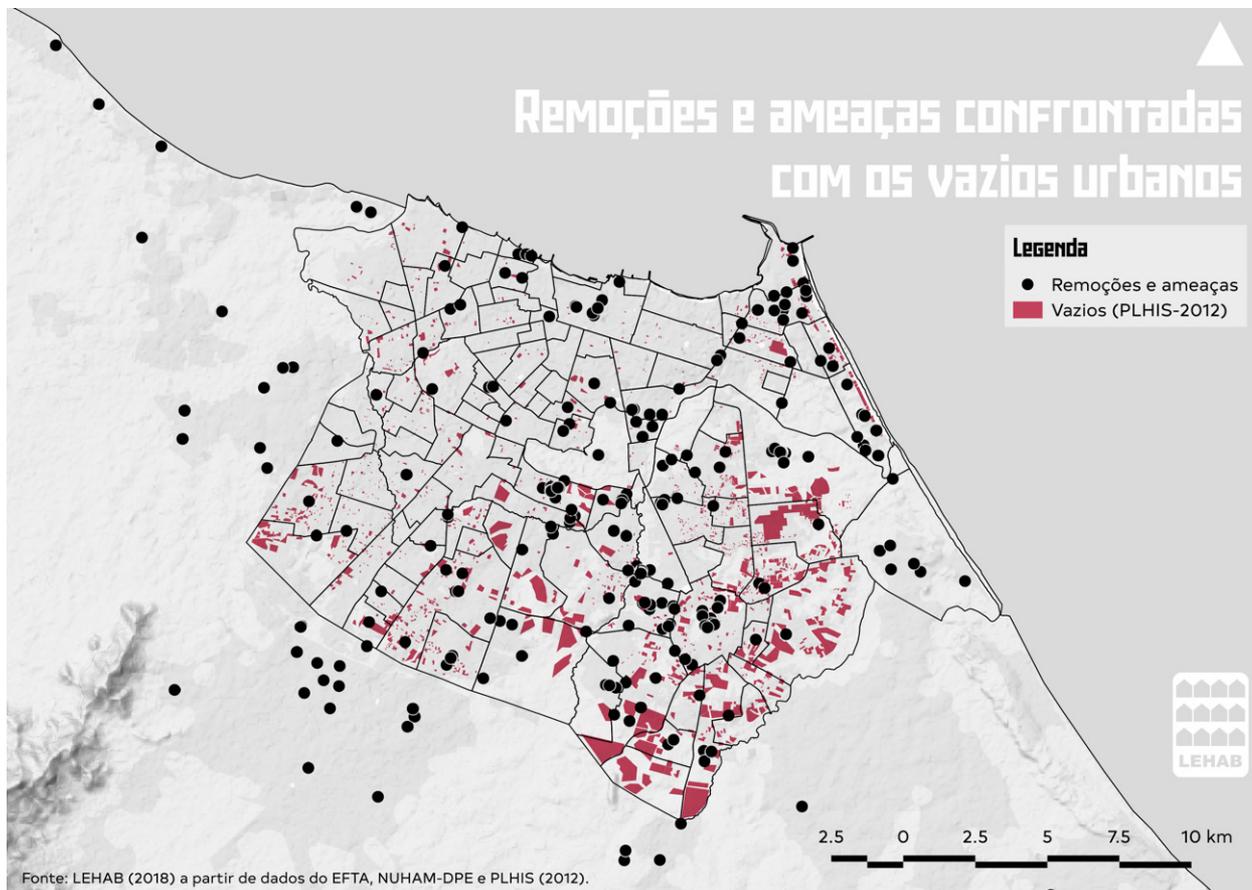


requalificação urbana, merecedoras de priorização em termos de investimentos públicos.

Quando sobrepostas ao zoneamento urbano-ambiental do Plano diretor, observa-se que as remoções se concentram na parte leste e sudeste, em setores denominados como Zonas de Ocupação Moderada (ZOM 1 e 2), assim como na Zona de Orla e na Macrozona Ambiental, distribuindo-se em Zonas de Interesse

Ambiental, de Recuperação, Proteção ou de Preservação.

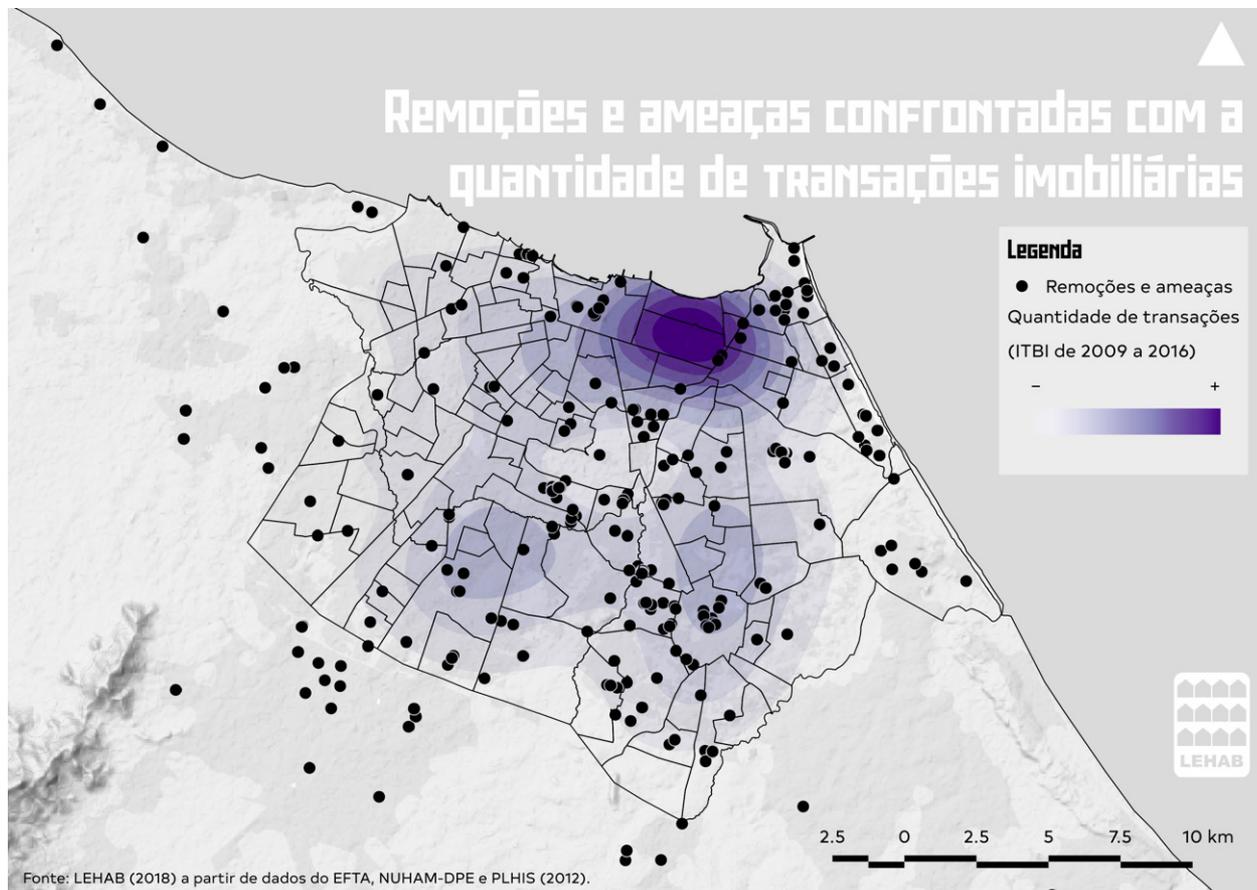
Verifica-se ainda a localização em torno da zona de ocupação preferencial, assim como nos bairros limítrofes à Zona de Ocupação Moderada. Tais constatações revelariam que o zoneamento urbano-ambiental responde aos anseios do setor imobiliário, em função desta distribuição espacial de remoções, as quais



aparentemente corresponderiam à tentativa de homogeneização destes setores, no que se refere ao perfil socioeconômico de seus moradores.

Por outro lado, constata-se que a chamada Zona de Requalificação Urbana (ZRU 1 e 2), apresenta casos dispersos de remoção, apesar de mesma concentrar a grande maioria de assentamentos precários urbanos de Fortaleza.

Uma alternativa complementar de compreensão da distribuição espacial das remoções pode ser obtida ao analisarmos a proximidade das áreas que concentram remoções dos vazios urbanos identificados pelo município no Plano local habitacional de interesse social de Fortaleza (PLHISFor) feito em 2012. No caso, vale realçar que estes terrenos desocupados foram identificados como sítios urbanos a serem



possivelmente utilizados para reassentar famílias removidas de favelas urbanizadas, ou para atender ao enorme déficit habitacional de Fortaleza.

Conforme se observa no mapa 5, há uma concentração de remoções ao sudeste de Fortaleza, justamente nas proximidades do maior número de vazios urbanos. Todo este setor vem sendo almejado pelo setor imobiliá-

rio como nova fronteira de expansão, em decorrência dos usos institucional e terciário previamente implantados e das obras viárias que o beneficiaram.

A ocorrência destas glebas situadas no que o plano diretor supracitado definiu como Zona de Ocupação Moderada II e de Ocupação Restrita pode ser ainda associada à presença de sítios e chácaras. Some-se a isso, a localização de

dezenas de condomínios nos municípios vizinhos de Eusébio e Aquiraz, assim como aos equipamentos turísticos do litoral leste da RMF.

Vale aqui mencionar que, apesar dos vários terrenos situados na Praia do Futuro, porção leste de Fortaleza, não terem sido reconhecidos como vazios, a presença de tantos casos de remoções forçadas neste setor indica a situação conflituosa em que a mesma se encontra. Tratando-se de um setor parcelado nos anos 1950, chama atenção que até hoje este setor não tenha se consolidado como frente de expansão do mercado imobiliário, alegando-se os problemas ambientais causados pela intensa maresia, pela falta de infraestrutura urbana e pela ocorrência de amplas e densas favelas.

No caso, a gravidade deste problema aumenta, se considerada a condição de Zona de Interesse Ambiental em que as mesmas se encontram. O mesmo pode ser apontado para as remoções ocorridas no bairro da Sabiaguaba, considerado em sua maior parte como área de proteção ambiental.

Complementa a análise dos casos de remoção frente à cidade comandada pelo mercado imobiliário, a sobreposição dos mesmos aos setores com maior evidência de comercialização de imóveis. Para tanto, fez-se uso dos dados obtidos junto à Secretaria de Finanças de Fortaleza referentes à emissão de impostos por transmissão de bens imóveis (ITBI) no período de 2009 a 2016, conforme apresentado no mapa 6.

No caso, as manchas de calor podem ser percebidas em três grandes núcleos: primeiro, aquele mais evidente que revela a intensa concentração no setor que agrega as zonas de

ocupação consolidada e preferencial, justamente aquelas melhor beneficiadas por infraestruturas e serviços, e por conseguinte as mais verticalizadas; em seguida, podem ser visualizados dois núcleos com intensidade similares ao sudeste e ao sudoeste, evidenciando setores emergentes do mercado imobiliário, onde aquele situado ao sudeste é mais elitizado, e o outro é mais vinculado ao padrão habitação popular de mercado.

Todavia, apesar das diferenças, entre os núcleos com maior intensidade de ITBI, constata-se a presença de remoções forçadas nas suas bordas. Tais ocorrências podem significar as tentativas, em sua maioria bem-sucedidas, dos incorporadores e proprietários fundiários, associados ao Município e ao Governo Estadual, por meio do Grupo tático para operações especiais (GTOE) da guarda municipal e da Polícia Militar respectivamente.

Similar à análise anterior, merece ser realçada a ocorrência de tantos casos de remoção nos bairros do litoral leste, abrangendo o Cais do Porto, a Praia do Futuro e a Sabiaguaba. Nestes bairros, apesar da baixa intensidade de transações imobiliárias, observa-se o interesse dos proprietários fundiários com vistas à expansão do mercado, tendo em vista a proximidade do Centro expandido de Fortaleza e a proximidade dos setores turísticos mais disputados. Assim, de modo a favorecer a implantação de novos empreendimentos e a combater as novas ocupações, um dos grandes proprietários induziu a construção da Academia do Batalhão de Choque da Polícia Militar neste setor.

Por fim, complementa esta análise a sobre-

posição das remoções junto ao mapeamento dos assentamentos urbanos precários, os quais adotamos como variável que revela a disseminação da moradia informal e precária em Fortaleza. Totalizando mais de 850 assentamentos, onde vivem mais de um milhão de pessoas, observa-se que os mesmos se concentram em três grandes setores: ao longo dos rios urbanos (Maranguapinho e Cocó); nos bairros periféricos ao sudoeste e ao sul; nos bairros litorâneos menos valorizados situados ao oeste e nas dunas situadas nas proximidades do Porto do Mucuripe ao leste.

Diante destas concentrações de favelas, loteamentos irregulares e de conjuntos habitacionais precários, é possível supor que as remoções recentes correspondam a tentativas de conter as novas ocupações. Sendo verdadeira esta suposição, a presença de 275 casos de remoções representaria por um lado, a contenção de novas favelas na porção leste mais valorizada; por outro, todo este contingente de despejos significaria a incapacidade e a ineficiência das políticas públicas habitacionais em atender às demandas mais críticas.

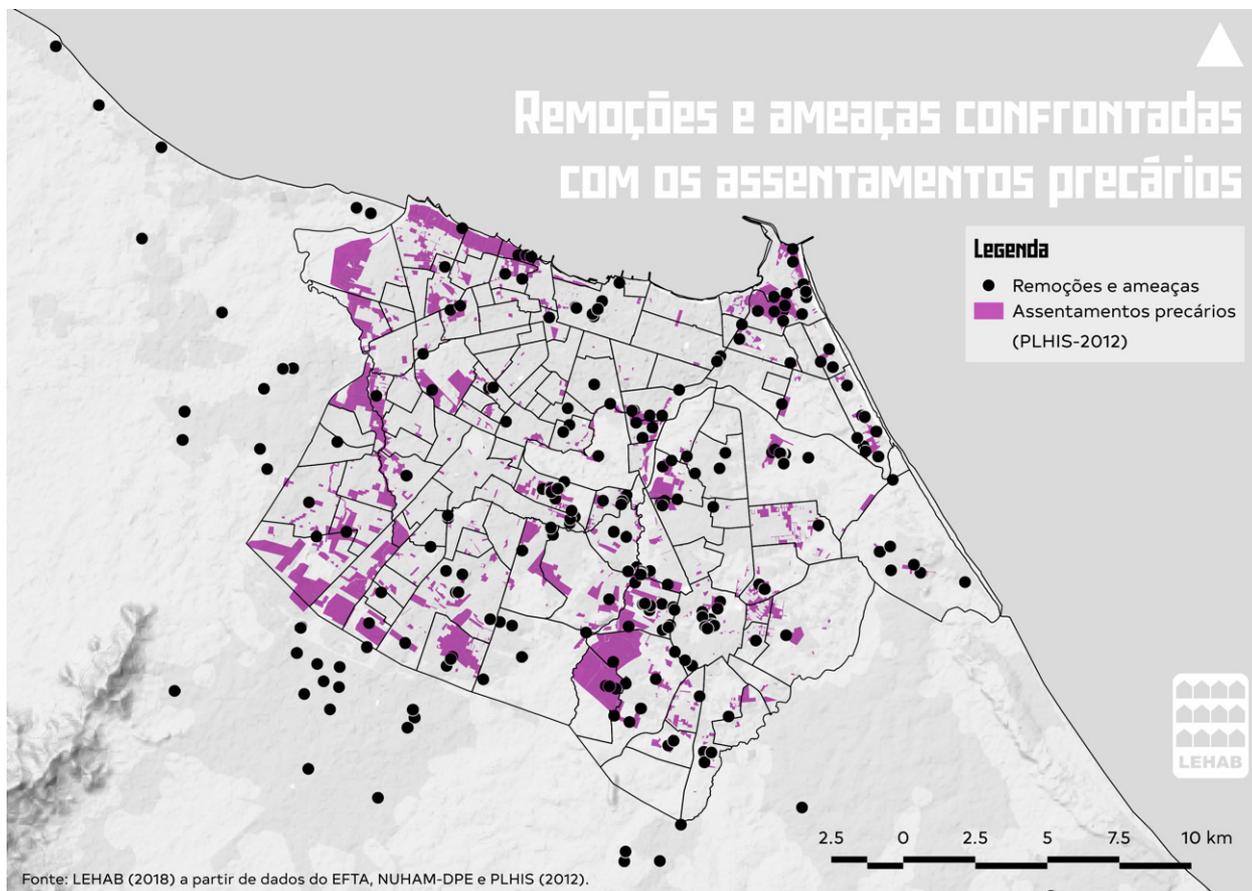
### **Considerações finais**

Neste artigo buscamos relatar o andamento das atividades do Observatório das Remoções de Fortaleza, projeto de extensão realizado pelo LEHAB. Tratando-se de pesquisa-ação, o conteúdo deste trabalho pretendeu num primeiro momento realçar as principais atividades conduzidas por seus integrantes e parceiros; em seguida, voltou-se para apresentar as diferentes abordagens adotadas para melhor se apropriar do tema, em suas causas e seus efeitos, assim como em seus agentes envolvi-

dos, nas suas responsabilidades e nos seus interesses; um terceiro tópico tratou do dimensionamento do problema, da sua distribuição espacial e da sua evolução ao longo dos últimos anos; por fim, as análises foram conduzidas no sentido de confrontar as remoções a algumas variáveis que revelam as ações dos diferentes agentes da produção social do espaço urbano.

Tratando-se de um problema vigente na cidade, a intensidade das atividades de pesquisa revela a relevância do problema no dia-a-dia de Fortaleza, envolvendo um amplo número de profissionais de instituições públicas, de coletivos, de pesquisadores e principalmente de representantes de movimentos sociais. Todavia, a importância deste fenômeno na cidade pode ser compreendida através de diversos olhares, dentre os quais: a produção acadêmica, os conteúdos das políticas públicas habitacionais, as intervenções urbanísticas de grande porte, inclusive voltadas para a urbanização de favelas, assim como pelo acúmulo das denúncias feitas junto aos escritórios de direitos humanos e à defensoria pública.

Com base na espacialização dos 275 casos de remoções e ameaças, contabilizados ao longo dos últimos nove anos, foi possível compreender o quanto os mesmos representam o acirramento das desigualdades socioespaciais, a emergência de forma recorrente de conflitos territoriais, assim como a compreensão de suas localizações. Além disso, ao confrontarmos a distribuição espacial dos despejos forçados junto aos conteúdos da política urbana, à presença de vazios urbanos, à maior intensidade de transações imobiliárias e à localização de assentamentos precários,



ganha maior sentido as concentrações de remoções nos setores sudeste e do litoral leste.

Este artigo consistiu, portanto, em um esforço de sistematizar as ações e análises feitas nos últimos dois anos pelo Observatório de Remoções. Dado esse objetivo, algumas das ações desenvolvidas foram tratadas de forma estrutural e abrangente, cabendo o seu aprofundamento em próximos trabalhos.

Algumas questões vêm à tona e passam a

compor nossa agenda de pesquisa, dentre as quais destacamos: por que houve retração das remoções em 2014 e em 2018? Como evidenciar as diferenciações na forma como esses despejos são realizados? Qual a situação das famílias após os atos que violaram seus direitos à cidade e à moradia digna? Como tratar os casos de reincidência? Além disso, observa-se uma temática que ganha maior destaque, no caso a necessidade de melhor compreender

como as remoções se inserem no atual contexto da violência urbana, principalmente, como resultado da atuação de organizações criminosas.

### Referências bibliográficas

CAVALCANTE, Eider de Olivindo. Os meandros do habitar na metrópole: expansão urbana e controle territorial na produção do litoral de Fortaleza. 2017. 269 f. Tese (Doutorado em Geografia)-Universidade Federal do Ceará, Fortaleza, 2018.

COSTA, M. C. L.; PEQUENO, R.; PINHEIRO, V. Fortaleza: Os impactos da Copa do Mundo de 2014. Fortaleza: Expressão Gráfica e Editora, 2015.

MELO, S. E. D.; FILHO, O. N.; CHAVES, H. V. Lewin e a pesquisa-ação: gênese, aplicação e finalidade. *Fractal: Revista de Psicologia, Nitéroi*, 28:1, jan/abr 2016. 153-159.

OLIVEIRA, Simone Farias Cabral de. Direito à cidade e produção do espaço urbano: o Veículo Leve sobre Trilhos e a segregação urbana em Fortaleza. 2017. – Dissertação (Mestrado) – Universidade Federal do Ceará, Programa de Pós-graduação em Arquitetura e Urbanismo + Design, Fortaleza (CE), 2017.

PEQUENO, R. Projetos e obras da Copa 2014 diante da política urbana de Fortaleza. In: COSTA, M. C. L.; PEQUENO, R.; PINHEIRO, V. Fortaleza: Os impactos da Copa do Mundo de 2014. Fortaleza: Expressão Gráfica e Editora, 2015. p. 17-56.

PINHEIRO, Valéria. A luta coletiva pelo direito cidade no contexto dos megaeventos em Fortaleza - Ceará. 2014. - Dissertação (Mestrado) - Instituto de Pesquisa em Planejamento Urbano e Regional/UFRJ, Rio de Janeiro (RJ), 2014.

PINTO, Igor Moreira de Sousa. O Morro da Vitória: um estudo socioantropológico sobre agências constitutivas no calor de um conflito. 2017. 222f. – Dissertação (Mestrado) –Programa de Pós-graduação em Sociologia, UFC Fortaleza (CE), 2017.

RUFINO, Maria Beatriz Cruz. Incorporação da metrópole: centralização do capital no imobiliário e nova produção de espaço em Fortaleza. 2012. 334 f. Tese (Doutorado) - Curso de Arquitetura e Urbanismo, Fausp, São Paulo, 2012.

SILVA, José Borzacchiello da. Os incomodados não se retiram. Fortaleza em Questão. Fortaleza: Multigraf Ed., 1992.

VIANA, Larissa de Alcântara. Da conquista à resistência: Copa do Mundo, moradia, remoções e movimentos sociais em Fortaleza-CE. 2015. – Dissertação (Mestrado) – Universidade de São Paulo, FAUUSP, São Paulo (SP), 2015.

VILLAÇA, Flávio. Espaço intra-urbano no Brasil. São Paulo: Studio Nobel, 1997.

VILLAÇA, Flávio. Reflexões sobre as cidades brasileiras. São Paulo: Studio Nobel, 2012.





## **O contexto territorial e urbanístico da região da Luz, no centro de São Paulo**

**Pedro Mendonça**

**Pedro Lima**

**Isabel Martin**

**Gisele Brito**

Não é de hoje que a região da Luz, no centro de São Paulo, sofre pressões para torná-la mais um polo de expansão do capital imobiliário e seus produtos: centros culturais, condomínios residenciais de classe média, torres corporativas. Há várias décadas, entretanto, esse território popular, um dos bairros mais antigos da cidade, com arquiteturas preservadas, resiste a essas investidas, mesmo que isto tenha implicado em remoções, demolições e uso da violência.

As tentativas do Estado de promover essa expansão imobiliária foram inviabilizadas em função da combinação de quatro fatores: 1) A existência na área de patrimônio histórico tombado, o que impõe limitações a transformações muito radicais. Até 2013, quando esta foi suprimida, o próprio desenho do loteamento era tombado, já que a Luz era um dos últimos remanescentes dos bairros abertos no século XVIII em São Paulo, mesmo assim são dezenas de imóveis tombados pelos órgãos de defesa do Patrimônio Histórico municipal e estadual; 2) A propriedade fundiária fragmentada, decorrente de séculos de heranças e divisões de propriedades nem sempre são totalmente concluídas; 3) A presença de população de baixa renda vivendo em cortiços, pensões e, mais recentemente, em ocupações organizadas; 4) A concentração, desde a década de 1990, de pessoas usuárias de crack e outras drogas que, ao longo dos anos, mudam de lugar, mas sem nunca sair da região. Essas mudanças de local do chamado fluxo sempre antecedem grandes ações de lacração e demolição de edificações que, ao cabo, só aumentam a concentração de dependentes químicos e a degradação do perímetro alvo destas opera-

ções.

Pelo menos desde meados dos anos 1990, o principal alibi para as ações do Estado na região é a eliminação da chamada Cracolândia. No primeiro momento, a estratégia foi o fechamento de hotéis e pensões, que haviam se tornado naquele período espaços de produção do crack e, depois, refúgios para dependentes. Dezenas desses hotéis foram lacrados, fechados e demolidos pelo poder público, sob a justificativa do combate ao crime. E a Cracolândia começou a ocupar as ruas.

Concomitantemente, o governo estadual impulsionou na região a política de âncoras culturais, com espaços como a Sala São Paulo, o Museu da Língua Portuguesa, em parceria com a Fundação Roberto Marinho, a Estação Pinacoteca e o Centro Paula Souza. O discurso naquele momento era que esses equipamentos iriam “revitalizar a região” e, consequentemente, atrair moradores e atividades de maior renda, o que não ocorreu.

A política usada foi a de incentivar a instalação de empresas na região, com a oferta de incentivos fiscais, além de demolir ainda mais hotéis, tachados como pontos de tráfico, e aumentar a criminalização dos dependentes químicos. As demolições e, sobretudo, sua reutilização pelo mercado imobiliário para ali erigir seus produtos, porém, enfrentavam alguns dos obstáculos que apontamos: a estrutura fundiária fragmentada impedia a incorporação de grandes empreendimentos e, ao mesmo tempo, construía-se uma narrativa de necessidade de “limpeza da área”, eliminando a presença das pessoas com dependência química, cada vez mais criminalizadas.

Em 2005, a prefeitura assumiu a frente dos

processos de transformação com o projeto Nova Luz, que previa a utilização de um novo instrumento: a concessão urbanística. Por meio dela, seria concedido à empresa vencedora do processo de licitação o direito de desapropriar e demolir cerca de 30% do perímetro previsto no projeto, que incluía não só a região da Luz, mas também ruas de comércio da Santa Ifigênia, um pulsante centro comercial. A proposta era anunciada pela prefeitura como uma forma de devolver à cidade aquele território ocupado pelos frequentadores da Cracolândia.

Na prática, o Nova Luz iria remover famílias e comerciantes que estavam há gerações estabelecidos no bairro para dar lugar a grandes empreendimentos, voltados para um público distinto daquele que já estava na região. Graças à mobilização dos comerciantes da Santa Ifigênia e dos moradores, que se organizaram em torno do Conselho Gestor de uma das Zonas Especiais de Interesse Social (ZEIS) que existem no local, o projeto foi interrompido na Justiça.

Os comerciantes e a população residente na região conseguiram barrar o projeto. Mas algumas demolições e remoções já haviam ocorrido e tiveram como consequência uma nova mudança de local do fluxo – que chegou às ruas Helvetia, Dino Bueno, Cleveland e Barão de Piracicaba – e seu crescimento.

As ações que ocorreram na região no final de maio de 2017, quando novamente um grande aparato policial foi usado para desbaratar a concentração de usuários de drogas, agora maior do que nunca, seguem a mesma lógica. A demolição de prédios (com gente dentro!) e o fechamento de pensões que oficialmente serviriam para combater o tráfico parecem resolver o problema da fragmentação das

propriedades do local, já que a prefeitura irá desapropriá-las à revelia de qualquer negociação. Como consequência, as ocupações de moradia na região estão lotadas de pessoas que perderam suas casas e vivem uma dupla violência: o medo do despejo a qualquer momento e as constantes violações de direitos promovidas pela polícia, que tem invadido imóveis e apontado armas inclusive para crianças.

Tudo isso para abrir espaço à Parceria Público-Privada (PPP) Habitacional do Centro, uma ação contratada pelo Governo do Estado de São Paulo para produção de 3.863 unidades habitacionais a famílias com renda de 1 a 10 salários mínimos. A prefeitura tem doado terrenos desocupados para a parceria, mas esta seria a primeira tentativa de, à força, abrir grandes lotes para os empreendimentos da PPP, promovendo remoção de famílias residentes. Ainda assim, o modelo da PPP não visa atender as famílias das pensões e cortiços afetados pelas intervenções. As unidades produzidas para a parceria serão destinadas a pessoas que comprovem trabalho formal no centro expandido – o que exclui as famílias mais vulneráveis, sem emprego estável – e serão distribuídas por sorteio, sendo transferidas aos sorteados via financiamento, de acordo com o contrato já assinado entre a PPP e a empresa vencedora da licitação, a Canopus Holding.

É importante ressaltar que as áreas já demolidas, e as que estão na fila da demolição, estão localizadas em Zonas Especiais de Interesse Social (ZEIS) que, segundo o Plano Diretor, são destinadas a famílias de baixa renda. Dessa forma, se a produção de habitação via PPP é utilizada como justificativa para as demolições,

de forma alguma representa uma alternativa aos moradores atuais da região, e se alinha mais a higienismo que a uma política de interesse social.

Além disso, a ação da prefeitura desrespeita a lei ao não constituir um Conselho Gestor de ZEIS com a participação de moradores e comerciantes locais, espaço que deve servir à discussão e debate para a elaboração de qualquer plano para a área, de acordo com o Plano Diretor. As demolições e lacrações ainda desrespeitam as normas referentes a patrimônios tombados e suas áreas envoltórias. Os conselhos municipal e estadual de preservação do patrimônio, Conpresp e Condephaat, precisariam autorizar previamente as demolições e mesmo os emparedamentos que ocorreram em imóveis na Dino Bueno, local de sobreposição de várias áreas envoltórias de prédios tombados.

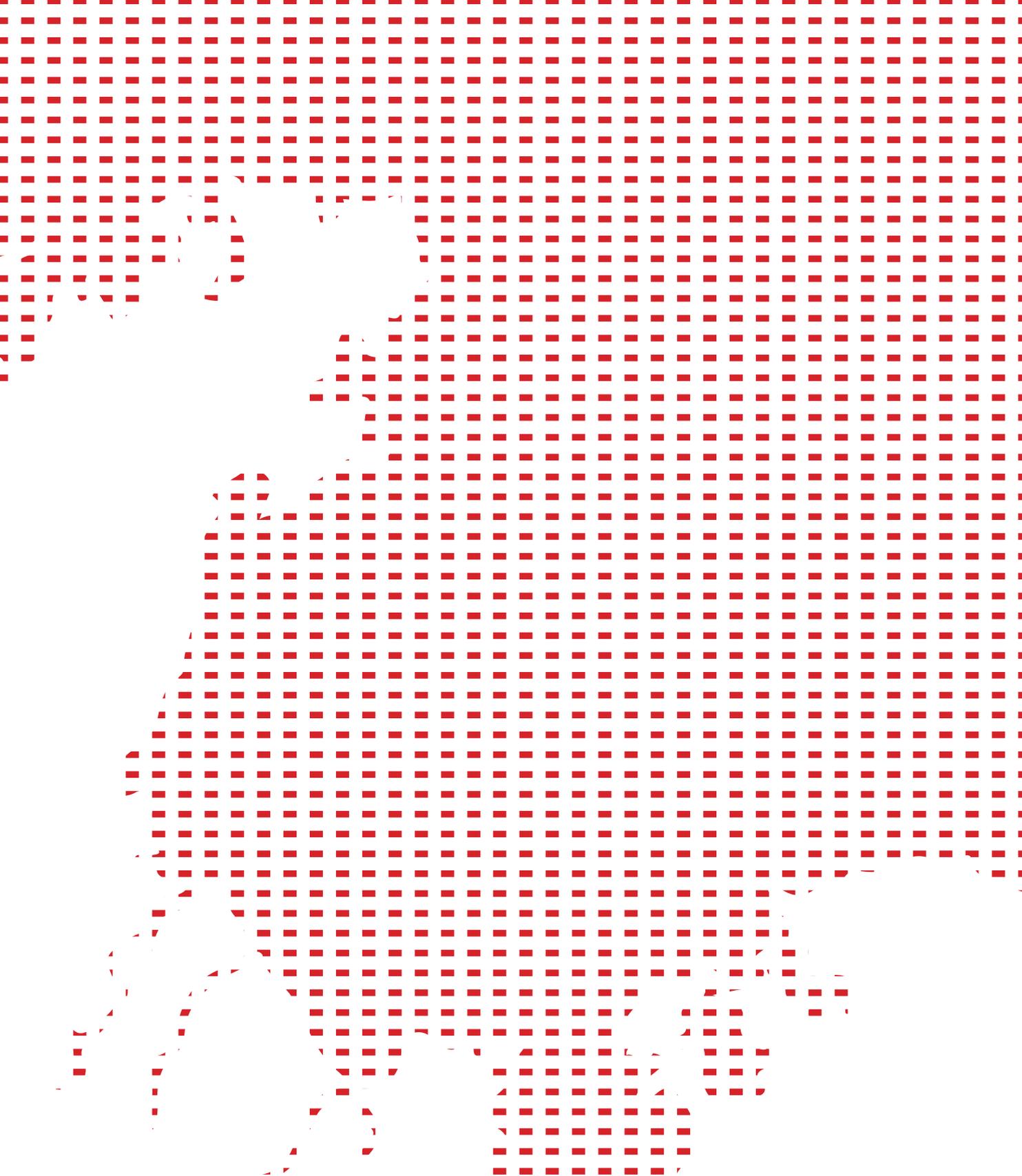
O que fica evidente é que, em raros momentos da história da Cracolândia, houve preocupação com a saúde e o bem-estar dos moradores da região e a melhoria de suas condições de vida, inclusive dos dependentes químicos. Em todo esse período, apenas os programas De Braços Abertos, municipal, e Recomeço, do governo estadual, parecem ter reconhecido a Cracolândia como questão de saúde pública e assistência social, ainda que seja possível fazer crítica aos dois programas. E, à exceção dos equipamentos culturais que foram reformados pelo governo estadual e por entidades privadas (como o Museu da Língua Portuguesa, realizado pela Fundação Roberto Marinho por meio da Lei Rouanet), nenhum plano apresentou qualquer proposta de reabilitação do patrimônio arquitetônico e urbanístico do conjunto da região.

A maioria dos projetos impostos pelo Estado para o Centro e, principalmente, para esse lugar, tem ou teve uma visão preconcebida: a ideia questionável de que se trata de um espaço vazio, sem vida, o que leva ao pressuposto da necessidade de revitalização – ou seja, de um projeto que nega a vida que existe lá para trazer de volta a classe média e a elite por meio de empreendimentos imobiliários. Não é possível uma proposta que tenha como ponto de partida enxergar e valorizar a região como um território popular (é claro, com questões sérias a serem enfrentadas) e que possa construir, ao invés de impor um plano já definido, um processo democrático de mudanças em que a população que hoje ocupa a região, que mora e trabalha lá, seja protagonista?

O LabCidade iniciou a elaboração de um dossiê com mapas que caracterizam a região da Luz do ponto de vista urbanístico – mostrando, inclusive, que não se trata de um “vazio” demográfico e econômico. O trabalho aponta os vários projetos propostos para a área e seus perímetros, os imóveis tombados, os proprietários de imóveis da região, seus usos e os caminhos do fluxo ao longo do tempo. Trata-se de um trabalho ainda em andamento, mas que deverá alimentar a reflexão crítica de todos os moradores da cidade que desejam uma Luz democrática.

***Acesse o dossiê aqui:***

***[http://www.labcidade.fau.usp.br/  
regiao-da-luz-em-disputa-mapeamento-dos-proces-  
sos-em-curso/](http://www.labcidade.fau.usp.br/regiao-da-luz-em-disputa-mapeamento-dos-processos-em-curso/)***





# Descrivendo a gênese do Fórum Aberto Mundaréu da Luz e a invenção do Projeto Campos Elíseos Vivo

**Simone Gatti**

**Regina Dulce Lins**

## **Introdução**

O entorno da Estação da Luz, local apropriado por pensões, ocupações e pessoas em situação de grande vulnerabilidade social, é hoje um território popular ameaçado.

No dia 25 de maio de 2017, um domingo, o governo do estado de São Paulo fez uma grande operação policial contra o tráfico de drogas naquela área. No dia seguinte, policiais invadiram pensões e reviraram habitações, deixando, como resultado da ação violenta, portas arrombadas e medo entre os moradores. Na terça-feira seguinte, representantes da Prefeitura paulistana, ao tentarem demolir imóveis habitados e naquele momento com seus ocupantes, machucaram três pessoas com escombros e soterraram camas de dez quartos de uma pensão vizinha ao imóvel que queriam demolir. Ao mesmo tempo, todos os bares, restaurantes e lanchonetes da Alameda Dino Bueno foram lacrados, assim como algumas pensões. Muitos perderam o emprego nesses comércios, e outros tantos perderam sua moradia. Os que conseguiram permanecer na região estão vivendo em coabitação com parentes ou amigos vizinhos.

As demolições e interdições só foram interrompidas com a intervenção da Defensoria Pública. Posteriormente, o Ministério Público (MP) entrou com uma Ação Civil Pública exigindo a paralisação das ações violentas no território e a constituição do Conselho Gestor da Zona Especial de Interesse Social (ZEIS) conforme exigência do Plano Diretor Estratégico de São Paulo.

A formação dos Conselhos Gestores de Zeis das quadras 37 e 38 e da quadra 36 (ver capi-



tulo 7 nesta publicação) e as mobilizações pela abertura desse espaço de participação institucional, em um território marcado pela presença e atuação de diversos coletivos, passaram a interagir numa articulação mais ampla – o Fórum Aberto Mundaréu da Luz – que culminou com o projeto Campos Elíseos Vivo, elaborado como alternativa aos projetos propostos pelo governo do estado e o município de São Paulo.

A situação de desorientação dos moradores frente às muitas informações dispersas levou o

Fórum inicialmente a realizar ações de comunicação com a população inserida na área demarcada como Zeis. Nestas ações, buscou informar o que é um Conselho Gestor, quais os direitos das famílias que vivem naquela área, como pleitear uma habitação subsidiada e onde procurar informações seguras. Os integrantes do Fórum registraram com vídeos e fotos os danos causados pela ação policial e pelas demolições da Prefeitura de São Paulo e passaram a informar o Ministério Público e a Defenso-

Mapa 1: o território que está em disputa

ria Pública sobre os conflitos e violações de direitos que cotidianamente começaram a ocorrer no território, subsidiando, assim, os inquéritos judiciais.

O centro de São Paulo se apresenta como exemplo emblemático de um processo dinâmico de investimentos e desinvestimentos, públicos e privados. É neste contexto territorial e urbanístico que se situa o lugar que está sob disputa entre os bairros da Luz e dos Campos Elíseos, localizado a Oeste do centro histórico da cidade, e que foi tendo seu perfil social e econômico transformado ao longo dos anos, juntamente com outras áreas da região central.

Responsável hoje por 16,61% dos empregos formais da região metropolitana, e por grande parte do emprego informal, o centro da cidade de São Paulo se manteve acessível para as classes populares. Preços reduzidos, proximidade do emprego e acesso a transporte e equipamentos públicos fizeram com que uma parcela da população urbana de outras classes acabasse também optando por ali morar.

Segundo dados do Censo 2010 do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), a população do centro de São Paulo aumentou 15,4% entre os anos de 2000 e 2010. A Subprefeitura da Sé (Sub Sé), entre 2007 e 2017, atraiu o lançamento de 33.582 novas unidades residenciais verticais, o correspondente a 10% do total lançado no município, posicionando-se como a Subprefeitura com maior número de unidades lançadas. Desde 2014, a Sub Sé vem continuamente ampliando seus índices de participação no mercado imobiliário, atingindo, em 2017, cerca de 18% dos apartamentos lançados no município naquele ano, com 5.048 novas unidades (PMSP – SMUL, 2018).

Para além das disputas sobre “para quem”

ou “como”, o que está em jogo nesse território é seu próprio processo de transformação urbanística, ou seja, a relação que os projetos de “revitalização” oficiais propõem com a história do lugar e com o patrimônio ali existente. Prevalece, em todas as abordagens, a ideia de que o que lá se apresenta deve ser destruído para dar lugar ao novo, quer sejam moradores ou morfologias. Trata-se de abordagens distintas daquela proposta pelo Fórum. É a gênese dessa articulação nomeada de Fórum Aberto Mundaréu da Luz e a criação coletiva, no seu contexto, do projeto urbanístico e social Campos Elíseos Vivo que este artigo descreve.

### **1. O Fórum Aberto Mundaréu da Luz**

O Fórum Aberto Mundaréu da Luz é uma construção coletiva que reúne instituições, profissionais e pessoas – incluindo moradores e trabalhadores – que atuam em diversas áreas temáticas, no entorno das quadras 36, 37 e 38 do bairro dos Campos Elíseos, na cidade de São Paulo. O Fórum foi articulado em torno da resistência a um projeto de intervenção urbana no território, que prevê a remoção de seus habitantes e comerciantes, assim como da população que compõe o fluxo “cracolândia” (como é chamado o deslocamento de pessoas a partir da oferta do crack) que termina por nomear e estigmatizar a área onde ocorre em área pública.

O Mundaréu existe desde maio de 2017, constituindo-se como uma frente de reação às ações violentas e autoritárias dos poderes públicos municipal e estadual, no entorno da Cracolândia. Portanto, o Fórum objetiva enfrentar, também de forma propositiva, questões complexas presentes historicamente naquele território, que envolvem desde precariedades

habitacionais e vulnerabilidades sociais até a existência de um enorme patrimônio cultural, material e imaterial, em constante transformação. Busca, assim, propor soluções alternativas às apresentadas pelo Estado, construídas a partir do diálogo com moradores e comerciantes, com o objetivo de garantir mais qualidade de vida à população do bairro.<sup>1</sup> Essas soluções consolidaram-se em um projeto urbanístico e social para aquela área do centro paulistano, denominado Campos Elíseos Vivo, que será apresentado com detalhes na sequência.

Participam da articulação do Fórum em torno de 30 instituições (nomeadas a seguir por ordem alfabética), além de moradores/as e trabalhador/a/s da área em disputa:

1) Ação da Cidadania; 2) Alma Preta; 3) Centro de Convivência É de Lei; 4) Centro Gaspar Garcia de Direitos Humanos; 5) Companhia de Teatro Mungunzá; 6) Companhia de Teatro Povoal do Faroste; 7) A Craco Resiste; 8) Defensoria Pública de São Paulo, núcleos especializados: Promoção e Defesa dos Direitos das Mulheres (Nudem), Habitação e Urbanismo (Nehaburb), Cidadania e Direitos humanos (NECDH) e Direitos do Idoso e da Pessoa com Deficiência (Nediped); 9) Escola Margarida Alves – Ocupação Mauá; 10) Frente de luta por Moradia (FLM); 11) Frente Estadual de Luta Antimanicomial (Feasp-SP); 12) Goma Oficina; 13) Instituto de Arquitetos do Brasil (IAB-SP); 14) Iniciativa Negra por uma Nova Política sobre Drogas (INNPD); 15) Instituto Pólis; 16) Laboratório Espaço Público e Direito à Cidade (LabCidade/FAU/USP); 17) Laboratório Justiça Territorial (LabJUTA/UFABC); 18) Laboratório de Estudos da Violência e Vulnerabilidade Social (LEVV/Mackenzie); 19) Moradore/a/s e comer-

ciantes das quadras 36, 37 e 38 do bairro dos Campos Elíseos; 20) Mosaico (Escritório Modelo/Mackenzie); 21) Movimento Integra; 22) Movimento Sem Teto do Centro (MSTC); 23) Observatório de Remoções; 24) Política Negra Sobre Drogas; 25) A Próxima Companhia de Teatro; 26) Rede Brasileira de Prostitutas; 27) Rede Paulista de Educação Patrimonial; 28) São Consciência; 29) União dos Movimentos de Moradia (UMM).

O território, e projeto para sua re-organização, ambos em disputa, centram-se nas quadras 36, 37 e 38, cujas populações estão ameaçadas por demolições e remoções da PPP Habitacional do Programa Casa Paulista e pela PPP do Hospital Pérola Byington, ambas de iniciativa do governo do estado de São Paulo. A área situa-se no quadrilátero entre a Rua Helvétia, a Avenida Rio Branco, a Alameda Cleveland e a Alameda Glete. Apesar de estar localizada em uma ZEIS, onde deveriam ser formados Conselhos Gestores previamente a qualquer intervenção no território (com o objetivo de elaborar e aprovar seus planos de urbanização e ser o canal oficial de participação popular e controle social), isto não aconteceu, fazendo com que o Fórum se envolvesse ativamente na constituição dos Conselhos Gestores, conforme define a legislação. (ver capítulo 7 nesta publicação).

O Fórum tornou-se, assim, para além dos espaços institucionais, um espaço de invenções, como forma de dar conta da complexidade urbanística e social existente naquela porção da cidade. A diversidade de pessoas e de interesses que o constituem demandava a formulação de narrativas que funcionassem como contraponto àquelas oficialmente divul-

1 Cf. Site do Fórum Mundaréu da Luz: <[www.mundareudaluz.org](http://www.mundareudaluz.org)>

gadas. O Fórum buscou, então: (i) criar, por meio de experimentações diversas, espaços de encontro entre a comunidade local e o restante da sociedade; (ii) catalisar o diálogo, até hoje tenso, entre moradores de pensões e usuários de crack; (iii) resgatar a memória do lugar a partir das histórias de vida das pessoas e famílias que ali vivem; (iv) discutir trabalho, política e futuros possíveis para a vizinhança; (v) atuar na mediação de conflitos entre o poder público e a comunidade local; (vi) pressionar a Prefeitura de São Paulo para a formação dos Conselhos Gestores de Zeis, bem como acompanhar o processo de formação e debate junto aos conselhos; (vii) elaborar uma proposta alternativa, em conjunto com moradores e trabalhadores, e, por fim, (vi) trabalhar pela sua implementação, em conjunto com os atores sociais envolvidos e frente à institucionalidade imposta.

Além dessas ações, o Fórum sistematizou documentos e informações sobre a região para subsidiar o diálogo com representantes do poder público em todas as instâncias (Prefeitura, governo do Estado, Ministério Público e Defensoria Pública); acompanhou as ações do poder público na região, assim como tem monitorado os conflitos possessórios nas três quadras. As famílias das quadras 37 e 38 permanecem, desde então, ameaçadas de remoção, devido aos processos de desapropriação dos imóveis que correm na justiça comum. Já as famílias que foram removidas da quadra 36 reivindicam, junto ao Conselho Gestor e ao governo do estado, o atendimento habitacional definitivo.

As ações do Fórum no território encontram-se descritas em uma linha do tempo (ver Apêndice A), junto com todas as ações que ocorreram nos

bairros da Luz e dos Campos Elíseos desde a ação policial de maio de 2017. As ações descritas, que constituem um processo de intervenções com impactos intensos no território, ainda permanecem sendo acompanhadas por membros distintos do Fórum, que se dividem cotidianamente. O Observatório de Remoções incorporou grande parte destas atividades, como pauta de trabalho, desde junho de 2017, quando passou a atuar cooperativamente com outros coletivos, entidades e pessoas na consolidação do Fórum como um espaço aberto e no desenvolvimento do projeto urbanístico-social Campos Elíseos Vivo.

O projeto Campos Elíseos Vivo foi apresentado ao poder público e à sociedade civil em evento público na sede do grupo de teatro Faroeste em 03 de abril de 2018. Apesar disso, o Fórum continua mediando e facilitando o diálogo e o debate entre os diversos atores envolvidos nos processos decisórios sobre as políticas públicas no território, já que os planos oficiais para a região, até o momento, não estão claros, pois nunca foram apresentados publicamente. A Prefeitura de São Paulo ainda pretende estender a PPP Habitacional do Centro, cujos primeiros prédios já estão construídos no terreno da antiga rodoviária, para as quadras vizinhas (37 e 38), mas ainda não apresentou propostas concretas sobre a forma como se dará o atendimento às famílias residentes que deveriam receber subsídios conforme o contrato da PPP. Por outro lado, algumas das propostas apresentadas pelo Fórum no projeto Campos Elíseos Vivo têm sido debatidas pelo poder público, discussão que se estende ao ambiente dos Conselhos Gestores de Zeis e aos

debates com a comunidade local.

O Fórum trouxe, desta forma, mecanismos horizontais de organização, onde todos os profissionais, pessoas e instituições participantes debatem conjuntamente sobre interesses coletivos, contribuindo com o conhecimento acumulado de cada um, e implementando práticas democráticas de tomadas de decisão.

É importante ressaltar que a atuação do Fórum e os produtos e atividades desenvolvidos no seu âmbito são fruto do acúmulo de experiências e conhecimentos técnicos que foram moldados no contato com indivíduos e suas formas de interação com a cidade real. Como método, os membros do Fórum partem sempre da leitura do território existente, da identificação dos seus problemas concretos e subjetividades presentes. A realidade do morar precário, dos usuários de crack, da invisibilidade de uma população altamente vulnerável, da disputa de narrativas entre proprietários e locatários, de comerciantes com fortes laços com o território e das relações econômicas estabelecidas ali estão sempre presentes nos processos e nos produtos.

Contudo, a tarefa do Fórum, ainda em curso, vai além da construção coletiva de soluções. Busca manter o processo de identificação e análise das relações existentes no território, de modo continuamente aberto às demandas incidentes e aos desejos futuros da população local.

## **2. A invenção e consolidação dos resultados do projeto urbanístico e social Campos Elíseos Vivo**

O Fórum deu continuidade ao processo de acompanhamento das ações do poder público

no território, ampliando as estratégias de comunicação e envolvendo a população local no debate sobre suas necessidades e possibilidades, culminando na elaboração coletiva de um projeto urbanístico e social alternativo para a região, o Campos Elíseos Vivo.

Os Campos Elíseos atraem, há muitos anos, famílias de baixa renda e pessoas em situação de rua que vivem ali de maneira precária. Não por acaso, de acordo com o Plano Diretor Estratégico do Município de São Paulo (Lei n 16.050, de 31 de julho de 2014), boa parte do bairro é Zona Especial de Interesse Social, área destinada prioritariamente à moradia digna para a população de baixa renda. Isso não significa apenas construir moradias, mas também oferecer serviços sociais específicos para fazer frente às dificuldades e às precariedades enfrentadas pela população. Por isso, as propostas do projeto Campos Elíseos Vivo não se limitam a intervenções no ambiente construído, nem interpretam aquele espaço como uma localização que, se “liberada” dos atuais moradores e ocupantes, poderia ser valorizada no mercado imobiliário. Ao contrário, as soluções que foram apresentadas buscam transformar os Campos Elíseos em um bairro onde o autocuidado seja estimulado e que acolha todos e todas com dignidade.

Quem frequenta o bairro conhece a diversidade de arranjos familiares, trajetórias de vida, formas de morar, trabalhar e se divertir dos moradores. Há quem sobreviva como catador de material reciclável, morando em um cômodo sem janelas com toda a família; outros são cozinheiros que trabalham em cozinhas improvisadas; há os idosos que moram sozinhos;

imigrantes que moram na “confeção” onde trabalham; usuários de crack e outras drogas que dormem nas ruas; ciganos que, há muitos anos sucessivos, passam alguns meses do ano em quartos na vizinhança... Estas são algumas das situações identificadas no território.

A partir da leitura das condições cotidianas da vida no lugar, e em conjunto com a comunidade local, foram definidos cinco princípios básicos para nortear as propostas.

- 1) Atendimento habitacional diversificado, conforme a realidade social e econômica dos moradores;
- 2) Preservação das tipologias arquitetônicas existentes;
- 3) Intervenções sobre as áreas vazias e subutilizadas, prioritariamente, das quadras e das áreas envoltórias;
- 4) Realocação definitiva de famílias e indivíduos que, em função das obras previstas neste plano, precisarem deixar as casas e espaços comerciais hoje ocupados;
- 5) Elaboração, discussão e aprovação das propostas de intervenção na comunidade, junto aos Conselhos Gestores de Zeis, conforme determinado no Plano Diretor Estratégico do Município de São Paulo.

Apesar da heterogeneidade existente, dentro e fora dos imóveis, são escassas e limitadas as opções de apoio à moradia. Grande parte das famílias vive em cômodos alugados em pensões, onde compartilham banheiros e cozinhas, em condições de precariedade. As pensões, ou cortiços, representam historicamente a possibilidade de acesso da população mais vulne-

rável a uma moradia bem localizada. Suas condições de precariedade remontam há mais de um século na cidade de São Paulo e são ainda reforçadas pelo alto preço pago para se viver nestes locais, que representam um dos aluguéis mais caros por metro quadrado da capital paulista.

Contudo, morar em cortiços representa estar perto do emprego ou das condições de trabalho informal, economizar tempo e dinheiro em deslocamentos diários, ter acesso a equipamentos públicos, como escolas e hospitais, e à infraestrutura urbana, diferente do que ocorre em muitas áreas periféricas. Representa, ainda, o acesso à moradia para aqueles que não têm possibilidade de se inserir no mercado formal de habitação, seja pela falta de documentação necessária para o contrato de aluguel, seja pela ausência de um fiador ou de dinheiro para o seguro fiança, ou, ainda, por terem seus nomes vinculados a agências de proteção de crédito.

São estes e outros motivos que justificam a histórica luta por habitação de baixa renda na área central, somada ainda ao desejo de manter as relações sociais estabelecidas ao longo da vida, já que grande parte da população encortificada vive nas áreas centrais há muitos anos.

Essa vulnerabilidade econômica soma-se ainda à vulnerabilidade social, retratada com bastante precisão no estudo desenvolvido pela assessoria técnica Peabiru, na pesquisa sobre os cortiços localizados no perímetro da Operação Urbana Bairros do Tamandateí. São condições humanas as mais diversas, que passam por

*inseguranças da condição de estrangeiro, imigrante ou refugiado; a violência contra a mulher e outras questões de gênero; a ausência da Figura masculina (companheiro ou pai) e a existência de famílias monoparentais, com muitos filhos ainda pequenos; o trabalho “autônomo” viabilizado no limite da precarização e, ainda assim, associado à produção formal da indústria; o “nomadismo involuntário” provocado por conflitos familiares, despejos, incêndios e outras instabilidades em relação à moradia; o “mundo do crime”, tráfico e consumo de drogas; a polícia e o sistema prisional.*

Para atender à diversidade de demandas na vizinhança, as propostas do projeto Campos Elíseos Vivo foram organizadas em três eixos intertemáticos, definidos no diálogo com os moradores e trabalhadores, a partir de referências a suas atividades cotidianas: (i) Morar e Trabalhar, (ii) Amar e Cuidar e (iii) Estar na Rua e Conviver. Com base nesses eixos, que nortearam todas as ações e propostas do Fórum na construção do projeto, foram testadas metodologias colaborativas para compartilhar visões e informações sobre a história e a situação atual do território, e construir coletivamente propostas com moradores, usuários e entidades.

Assim, no eixo Morar e Trabalhar, o atendimento habitacional aparece junto a alternativas para geração de renda. Restaurante popular e banheiros públicos estão na mesma categoria de espaço para uso supervisionado de drogas, no eixo Amar e Cuidar. Um desafio específico para moradores e frequentadores é melhorar a convivência entre diferentes nos espaços públicos da vizinhança. É comum ouvir dos que não moram nas ruas, não se interessam por drogas, mas que moram e trabalham naquela

área, o quanto se incomodam com a aglomeração de pessoas nos espaços públicos: calçadas, rua e praças. Por outro lado, quem vive na rua tem dificuldades de conseguir com os comerciantes até um copo d’água para beber. As propostas para lidar com estes conflitos e reorganizar o espaço público estão no eixo Estar na Rua e Conviver.

Em síntese, as propostas por eixo temático são:

a. MORAR E TRABALHAR: Locação social; Hotel Social; Casa própria; Moradia terapêutica; Comércio Social Local; e Oficinas Compartilhadas de trabalho.

b. AMAR E CUIDAR: Espaço de convivência de baixa exigência; Espaço de convivência de média exigência; Restaurante popular e cozinha compartilhada; e Hortas comunitárias e domésticas.

c. ESTAR NA RUA E CONVIVER: Rua aberta, espaços para brincar e de socialização e experimentação coletiva; Banheiros públicos; Potencializar as ações de coletivos culturais.

O projeto completo encontra-se disponível no link:

[https://mundareudaluz.files.wordpress.com/2018/04/completo\\_caderno-plano-alternativo-luz-ro9-2018-04-10\\_web1.pdf](https://mundareudaluz.files.wordpress.com/2018/04/completo_caderno-plano-alternativo-luz-ro9-2018-04-10_web1.pdf).

### **3. Ações do Fórum Aberto Mundaréu da Luz**

Descrevemos a seguir as principais atividades realizadas pelo Fórum Aberto Mundaréu da Luz no desenvolvimento de suas ações e do projeto Campos Elíseos Vivo.

#### **3.1 Mutirão Desenhos & Desejos**

Sobrados do século XIX, árvores centenárias, um bar com garrafas da década de 1950, outro que só toca músicas em espanhol, imigrantes sul-ameri-

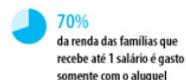
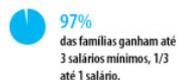
[mundareudaluz.org](http://mundareudaluz.org)

# CAMPOS ELÍSEOS VIVO

PROPOSTA URBANÍSTICA E SOCIAL ELABORADA EM CONJUNTO COM A COMUNIDADE LOCAL NO ÂMBITO DO FÓRUM ABERTO MUNDARÉU DA LUZ

Essa proposta é fruto de uma construção coletiva a partir de reuniões gerais de apresentação, oficinas de discussão, mutirão de desenho e ações no território

## PERFIL DAS FAMÍLIAS



## PRINCÍPIOS

Entenda quais as ideias que serviram de referência para o projeto:

- MÍNIMO DE DEMOLIÇÕES**  
Início das intervenções em áreas vazias e subutilizadas
- CHAVE A CHAVE**  
Famílias e indivíduos só deixam as casas e comércios para serem realocados em espaços definitivos
- MORADIA PARA TODOS**  
Atendimento habitacional condizente com a realidade social e econômica dos moradores
- ESPAÇOS PARA COMÉRCIO**  
Permanência na região dos comércios e serviços existentes
- MAIS LAZER E EQUIPAMENTOS**  
Qualificação e valorização de:  
• Rua, praças, parquinhos (segurança para as crianças)  
• Apoio à geração de renda  
• Trabalho comunitário  
• Assistência social
- PRESERVAÇÃO DA PAISAGEM**  
Preservação da arquitetura e do tipo das construções do bairro
- APROVAÇÃO DO PROJETO PELO CONSELHO GESTOR**  
Elaboração e aprovação das propostas pela comunidade local, especialmente nos Conselhos Gestores de ZEIS

## PROJETO

### MORAR E TRABALHAR



- Locação social
- Moradia terapêutica
- Hotel social
- Casa própria
- Comércio social local
- Oficinas compartilhadas de trabalho

### ESTAR NA RUA E CONVIVER

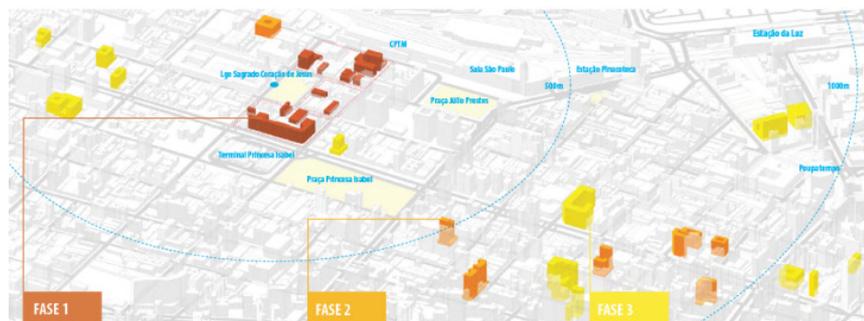


- Espaços de convivência (baixa exig.)
- Espaços livres de gestão comunitária
- Uso de equipamentos culturais

### AMAR E CUIDAR



- Restaurante popular e comunitário
- Espaços de convivência (méd. exig)
- Banheiros público



**FASE 1**  
302 unidades habitacionais cenário com o Hospital Pérola Byington  
877 unidades habitacionais cenário sem o Hospital Pérola Byington

**FASE 2**  
715 unidades habitacionais  
7.200m<sup>2</sup> para comércios, serviços e usos institucionais

**FASE 3**  
1.689 unidades habitacionais  
18.400m<sup>2</sup> para comércios, serviços e usos institucionais

**VIABILIDADE ECONÔMICA**

Alternativas que economizam recursos para aquisição de terra em até R\$110 milhões nas Fases 2 e 3

**CONSORCIO IMOBILIÁRIO**  
TÍTULOS DA DIVIDA

**TERRA CUSTO ZERO**

**FUNDOS PÚBLICOS**  
R\$ 346 MILHÕES

**= 3.081 NOVAS MORADIAS**

Infográfico 1: Síntese Projeto Campos Eliseos Vivo



canos e portugueses, ciganos, crianças brincando na rua e cadeiras na calçada. Em resumo, gente de todo o Brasil e do mundo, com muita história para contar, se encontra nas esquinas dos Campos Elíseos, primeiro bairro projetado de São Paulo.

“Como registrar esta diversidade?” foi uma das perguntas que o Fórum se colocou. Para respondê-la, no dia 21 de outubro de 2017, um sábado, experimentamos formas de registro que dessem conta daquela diversidade, em um mutirão que envolveu artistas, arquitetos e quaisquer outras pessoas ou profissionais que dele quisessem participar. Distribuímos papéis e canetas para quem esteve no Largo Coração de Jesus, a fim de produzir registros-desenhos. De início, a atividade foi realizada individualmente, em folhas pequenas, e, depois, em grupo, num grande papel estendido no chão. Percorremos também a vizinhança para conhecer por dentro algumas construções existentes, conversando com quem vive ou trabalha nestes locais e, então, desenhando-os.

Figura 1: Mutirão de desenhos e desejos 21/10/2017

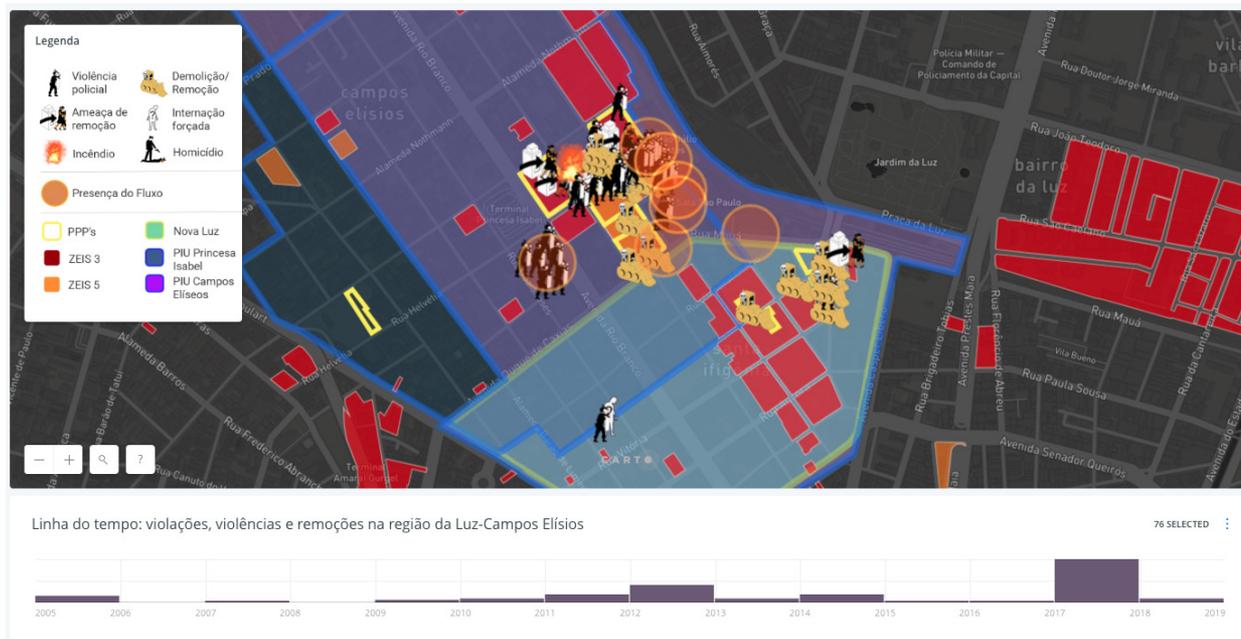
Além de produzir os desenhos, instalamos um Totem de Desejos, na esquina das ruas Helvética e Dino Bueno, apresentando três perguntas motivadoras: (i) como você vive o bairro?; (ii) o que você deseja para o bairro?; e (iii) como você vê o bairro?. O Totem foi mantido naquele lugar durante todo o dia e possibilitou registrar a percepção da população que por ali circulava a respeito do território.

O Mutirão Desenhos & Desejos foi um dispositivo que permitiu produzir conhecimento compartilhado sobre aquela porção da cidade de São Paulo e sobre como transformá-la. A partir dos desenhos, os participantes registraram o que já existe e o que poderia existir na região, costurando futuros possíveis para a vizinhança junto com quem conhece bem o lugar.

### 3.2 Ativismos cartográficos

Uma série de experiências cartográficas foi realizada, não só com os moradores, mas também com pessoas que circulam pelo território, além de ativistas e pesquisadores. Nessas experiências, construímos mapas afetivos, linhas do tempo, mapas mentais e painéis colaborativos, que trouxeram à tona elementos importantes para a compreensão da complexidade existente no território e para fundamentar a construção das propostas alternativas àquelas apresentadas pelo poder público. Dentre as questões levantadas coletivamente, destacam-se:

a) A constatação de que aquele é um território ocupado – ali pessoas e famílias vivem, moram, trabalham, circulam, divertem-se e convivem. Sem negar a necessidade de trans-



formações e melhorias nas condições de reprodução da vida, argumentamos que qualquer mudança deve ser pensada a partir da perspectiva daqueles que ali vivem.

b) O descontentamento com os espaços de participação institucional – por exemplo, os conselhos gestores, que, embora tenham sua importância, não são suficientes para traduzir as demandas sociais em políticas públicas. Uma das contribuições surgidas nesta atividade defende: “ampliação de canais de participação com a população moradora do centro como obrigatoriedade para a implementação das políticas na região”. Outra sugere: “cartografias, rádios, lambes, aulas públicas para ampliar o diálogo entre os moradores e a cidade”.

c) O histórico de ações do poder público, ao longo das últimas décadas, com objetivos de “revitalização do centro”, concentraram-se majoritariamente em: demolições e interdições de imóveis; operações policiais; projetos urbanísticos que não incluem os que lá vivem; e construção de equipamentos culturais âncora, a fim de atrair investidores e capital especulativo para a área de intervenção.

d) A relação direta entre as intervenções do poder público (principalmente os governos municipal e estadual), o mercado imobiliário e as grandes empresas de outros setores no processo de revitalização do centro paulistano.

Figura 2: Publicação das cartografias de violências, remoções e violações



Esta relação se faz visível, por exemplo, nas recentes parcerias público-privadas (Casa Paulista) e nos investimentos e intervenções promovidos pela Cia. Porto Seguro, dentre eles, o Fórum Revitalização do Centro, realizado em parceria com o jornal Folha de S.Paulo, no Sesc 24 de maio. Durante as experiências cartográficas, surgiram várias críticas ao favorecimento de grandes construtoras. Também foi apontada a necessidade de clareza na linguagem dos projetos urbanos e políticas públicas.

Os resultados visuais resultantes ilustram as violências, violações e remoções sistemáticas que ocorrem no território. Além do mapa, produzimos uma linha do tempo (ver Figura 2) cujo marco temporal inicial é 2005 – ano em que foi lançado o projeto Nova Luz e em que essas ações sistemáticas e violentas se tornaram evidentes. A partir de 2017, intensifica-se o número de ocorrências registradas, acompanhadas pela fragmentação do fluxo da “cra-colândia”. A leitura histórico-espacial possibilita relacionar as ocorrências violentas

Figura 3: Ato de lançamento do projeto Campos Elíseos Vivo, 03/04/2018



mapeadas e os projetos de intervenção urbana propostos e /ou implementados. Constatase também o fracasso das atuais estratégias governamentais, pautadas pela violência institucional e a militarização, na resolução dos problemas existentes.

### 3.3 Lançamento do Projeto Campos Elíseos Vivo

No dia 3 de abril de 2018, a população que vive e trabalha no entorno da estação da Luz, no centro de São Paulo, ou que frequenta a região, foi às ruas defender um projeto popular, de autoria coletiva, para melhorar aquele lugar: o “Campos Elíseos Vivo”.

Dezenas de encontros foram realizados – entre reuniões, oficinas, apresentações, debates e atividades, na rua e em outros espaços, como o Largo Coração de Jesus, o Largo General Osório, o Teatro Mungunzá, o Teatro Faroeste e a Ocupação Mauá. A presença cotidiana do Fórum Mundaréu da Luz no bairro permitiu a criação de uma rede de apoio capaz de resistir às intervenções violentas promovidas pelo poder

Figura 4: Ação Maio sem Bombas 21/05/2018

público, enriquecendo e conferindo mais consistência ao projeto alternativo.

A apresentação pública da proposta deu-se em uma coletiva de imprensa realizada no Teatro Faroeste, localizado na Rua do Triunfo, onde se fizeram representar vereadores, representantes do Ministério Público e da Defensoria Pública e de outras instituições públicas e privadas. Após a apresentação, seguiu-se um cortejo-performance, organizado pelo Mundaréu da Luz, que circulou até o Largo Coração de Jesus (ver Figura 4). Mais de 30 pessoas, vestidas com macacões impermeáveis brancos e carregando mangueiras de água aromatizada, fizeram a lavagem simbólica das políticas higienistas. O grupo denunciava o fato de que, para serem implementadas, tais políticas pressupõem a destruição de três quarteirões inteiros (quadras 36, 37 e 38) e a expulsão (remoção forçada) de todos os seus atuais moradores e trabalhadores.

Na sequência, no Largo Coração de Jesus, foi realizada uma audiência-cidadã na qual moradores e comerciantes locais contaram histórias da sua relação com o lugar (ver Figura 3). Ao microfone, essas pessoas também falaram sobre o que desejam para o bairro e defenderam seus direitos. Enquanto os moradores falavam, as grades do largo ganharam painéis que mostravam esquemas das leituras sociais e territoriais produzidas durante o processo de elaboração do projeto Campos Elíseos Vivo, assim como as principais propostas do projeto (ver Figura 3).

O ato foi encerrado com samba e projeções de poemas na fachada de um edifício histórico, celebrando a luta dos moradores e trabalhadores por uma vida mais digna no bairro e por

poderem decidir sobre os projetos que influenciam seu futuro.

### **3.4 Maio sem Bombas**

No dia 21 de maio de 2018, urbanistas, artistas, moradores, estudantes e profissionais da saúde, organizados em torno do Fórum Aberto Mundaréu da Luz, realizaram uma intervenção-reflexão, criada coletivamente e de forma cooperativa, como uma forma distinta de pensar e atuar no território, para lembrar o marco de um ano da ação policial que resultou em demolições arbitrárias.

Algumas das propostas que constam no projeto Campos Elíseos Vivo foram representadas em vez de bombas de efeito moral, foram jogadas “bombas” de semente; em vez de lacres e demolições, marcamos o território com lambe-lambes e projeções.

A programação dividiu-se em duas partes: na primeira, realizada com estudantes da Escola Técnica Estadual Maria Augusta Saraiva, dos Campos Elíseos, foi feita uma apresentação do projeto, seguida de um almoço coletivo e, por fim, foi elaborado um mapeamento colaborativo da região. Na segunda parte, ocorreram duas oficinas-intervenção: uma de “bombas” de sementes, e outra, de colagem de cartazes (lambe-lambes) nas ruas. Por fim, exibimos, nas paredes externas do Hotel Piratininga, no Largo General Osório, o documentário Mundaréu da Luz e apresentado o slam de poesias Moinho Resiste.

### **3.5 Elaboração de cartilha sobre Zeis**

O Fórum Aberto Mundaréu da Luz também desenvolveu uma cartilha, em parceria com a Defensoria Pública do Estado de São Paulo,



sobre as Zonas Especiais de Interesse Social, com o objetivo de informar os moradores residentes em áreas de Zeis sobre os seus direitos e orientá-los em caso de ameaças de despejos. As cartilhas foram distribuídas nas ações coletivas realizadas com a comunidade, durante o processo de acompanhamento das reuniões dos Conselhos Gestores e de elaboração do projeto Campos Elíseos Vivo.

Figura 5: Cartilha sobre os direitos dos moradores de Zeis



### 3.6 Vídeos-pílulas

Foram elaborados cinco vídeos durante o período de desenvolvimento do projeto Campos Elíseos Vivo. Os vídeos trazem relatos da vida cotidiana dos moradores da Luz e dos Campos Elíseos, denunciam as violações de direitos sofridas pelos diferentes atores sociais e registram o processo de construção coletiva e debate realizado pelo Fórum Aberto Mundaréu da Luz.



Os cinco vídeos estão disponíveis nos links a seguir:

<https://vimeo.com/240814405>:Mundaréu da Luz / Uma tarde na Rua Helvétia

<https://vimeo.com/260340844>: Mundaréu da Luz - Ato 1

<https://vimeo.com/261396820>: Mundaréu da Luz - Ato 2

<https://vimeo.com/262470825>: Mundaréu da Luz - Ato 3

<https://www.facebook.com/ForumMundareuDaLuz/videos/224689794789383/>: Mundaréu da Luz - Ato Final

### **3.7. Comunicação via distintas mídias sociais, revistas especializadas e imprensa**

Todas as ações elaboradas pelo Fórum Aberto Mundaréu da Luz, e no seu âmbito, estão divulgadas e descritas no seu website e nas suas redes sociais.

Website oficial do Fórum Aberto Mundaréu da Luz: [mundareudaluz.org](http://mundareudaluz.org)

Página do Fórum Aberto Mundaréu da Luz no Facebook: [www.facebook.com/ForumMundareuDaLuz/](https://www.facebook.com/ForumMundareuDaLuz/)

O Projeto Campos Elíseos Vivo foi ainda divulgado em revistas técnicas especializadas, jornais de grande circulação, jornais locais, programas de televisão, portal de notícias e blogs, tais como: revistas Arquitetura e Construção, Casa Vogue e Projeto Design; jornais O Estado de São Paulo, Folha de S.Paulo, O Globo, Jornal da USP e Rede Brasil Atual; Globo News; SPTV, Globo, TV Câmara, dentre outros.

### **3.8. Indicadores quantitativos**

A construção do Fórum Aberto Mundaréu da Luz baseia-se majoritariamente em processos qualitativos, em função das complexidades específicas de cada uma de suas etapas, processos e das decisões e resultados a elas vinculados, portanto não se almejando monitoramentos quantitativos. Por outro lado, apresenta-se aqui uma quantificação, por meio de um quadro de elementos constitutivos do Fórum, que tem efeito ilustrativo, ou seja, busca exclusivamente mostrar o número de vezes que cada uma das etapas de trabalho ocorreu. A quantificação dos indicadores não faz parte de metas predefinidas, já que o processo horizontal e participativo do Fórum pressupõe principalmente a qualificação dos processos políticos, não seu dimensionamento.

Figura 6: Vídeos

Entidades envolvidas no Fórum	29
Assembleias de construção participativa do Fórum com a comunidade	8
Oficinas de mapeamento e ações coletivas de aproximação com os atores sociais	6
Reuniões do Conselho Gestor de Zeis monitoradas	13
Reuniões de aproximação entre a sociedade civil e o Ministério Público	8
No. de moradores, trabalhadores e frequentadores da região mobilizados em atividades do Fórum	450
Matérias divulgadas na mídia sobre o projeto Campos Elíseos Vivo	15

### ***Apêndice A: Ações relacionadas ao Fórum Aberto Mundaréu da Luz, por meses e por dias***

#### ***Maio de 2017***

- 21 Grande operação policial na Cracolândia
- 22 Policiais invadem pensões e reviram habitações
- 23 Prefeitura soterra três pessoas com escombros e inviabiliza dez quartos de uma pensão vizinha ao imóvel que queria demolir
- 24 Defensoria Pública obtém liminar que proíbe remoções e demolições na Cracolândia
- 24 Primeira visita da Coordenadoria de Trabalho Social (CTS) da Secretaria de Habitação (Sehab) para arrolamento dos moradores
- 25 Segunda visita da Sehab para arrolamento dos moradores

#### ***Junho de 2017***

- 01 Terceira visita da Sehab para arrolamento dos moradores.
- 02 MP entra com ação solicitando a paralisação de qualquer ação na área da Cracolândia, até a formação do Conselho Gestor da Zeis 3, e que se não remova nenhum morador das quadras inseridas no perímetro da Zeis.
- 06 Apresentação do dossiê "Luz em disputa", na Ocupação Mauá (onde tivemos contato pela primeira vez com moradores da área).

- 12 Primeira reunião da Prefeitura com os moradores das quadras 37 e 38 sobre constituição do Conselho Gestor.
- 13 Primeira reunião entre Prefeitura e sociedade civil organizada.
- 14 Segunda reunião da Prefeitura com os moradores das quadras 37 e 38 sobre constituição do Conselho Gestor.
- 19 Terceira reunião da Prefeitura com os moradores das quadras 37 e 38 sobre constituição do Conselho Gestor.
- 20 Reunião na Ocupação Mauá sobre possibilidades de atuação no Conselho Gestor.
- 22 Ministério Público entra com ação contra o Conselho Gestor restrito às quadras 37 e 38, solicitando a formação de Conselho para todo o perímetro da Zeis.
- 24 Encontro entre urbanistas e redutores de danos, promovido pela Bancada Ativista, que culminou na pactuação de entidades para a formação do Fórum Mundaréu da Luz, no Teatro Mungunzá.
- 28 Quarta reunião da Prefeitura (Sehab) com os moradores das quadras 37 e 38 sobre constituição do Conselho Gestor, na Paróquia Sagrado Coração de Jesus.

### **Julho de 2017**

- 04 Reunião na Ocupação Mauá sobre estratégias de atuação da sociedade civil organizada no Conselho Gestor.
- 5ª reunião da Prefeitura com moradores das quadras 37 e 38 sobre constituição do Conselho Gestor.
- 05 Primeira reunião do Fórum Aberto Mundaréu da Luz, no Teatro Faroeste.
- 11 Reunião entre Prefeitura e sociedade civil organizada, na sede da Sehab.
- 12 Reunião na Ocupação Mauá sobre estratégias de atuação da sociedade civil organizada no Conselho Gestor.
- 2ª reunião do Fórum Aberto Mundaréu da Luz, no Teatro Faroeste.
- 13 Reunião da Prefeitura (Sehab) com moradores das quadras 37 e 38 sobre constituição do Conselho Gestor, no prédio do Salesiano, no Largo Coração de Jesus
- 16 Primeira ação do Fórum Aberto Mundaréu da Luz: megafone e panfletagem nas quadras 37 e 38.
- 19 3ª reunião do Fórum Aberto Mundaréu da Luz, no Teatro Faroeste.
- Supostos oficiais de justiça distribuem documentos de imissão na posse (em nome do governo do estado, no âmbito da PPP do novo Hospital Pérola Byington) na quadra 36.
- 25 Levantamento dos imóveis que receberam notificação de imissão na posse na quadra do hospital
- 6ª reunião da Prefeitura com os moradores das quadras 37 e 38 sobre constituição do Conselho Gestor – apresentação dos candidatos ao Conselho Gestor, no Largo Coração de Jesus.
- 26 Terceira reunião do Fórum Aberto Mundaréu da Luz, no Largo General Osório.

- 27 Justiça nega pedido do MP para suspender eleição do Conselho Gestor.  
29 Eleição do Conselho Gestor Zeis 3 Quadras 37 e 38.

### **Agosto de 2017**

- 02 Reunião com o prefeito e a equipe de secretários sobre o projeto Redenção.  
07 Reunião na Procuradoria Geral do MP sobre remoções na região da Luz.  
09 Quarta reunião do Fórum Aberto Mundaréu da Luz, no Teatro A Próxima Companhia.  
10 Reunião preparatória dos conselheiros do Conselho Gestor da Zeis, na Ocupação Mauá, para elaborar a proposta de regimento interno.  
16 Lançamento do mapa interativo “Região da Luz em disputa: violações, violências e remoções”.  
18 Ida ao Largo Coração de Jesus, com o objetivo de coletar assinaturas de moradores e conselheiros para solicitar ampliação do perímetro do Conselho Gestor junto ao MP.  
21 Quinta reunião do Fórum Aberto Mundaréu da Luz, no Teatro Faroeste.  
28 Reunião no Ministério Público discute perímetro de atuação do Conselho Gestor da Zeis 3, das quadras 37 e 38 dos Campos Elíseos.  
Reunião de posse do Conselho Gestor dos Campos Elíseos.  
Sexta reunião do Fórum Aberto Mundaréu da Luz, no Largo Coração de Jesus.

### **Setembro de 2017**

- 04 7ª reunião do Fórum Aberto Mundaréu da Luz, no Largo Coração de Jesus.  
11 Reunião do Fórum Aberto Mundaréu da Luz, no Largo Coração de Jesus.  
13 Reunião do Conselho Gestor, na sede da Sehab, no terraço do Edifício Martinelli.

### **Outubro de 2017**

- 04 Encontro Bogotá com São Paulo (direitos humanos, redução de danos e planejamento urbano), no Teatro de Contêiner Mungunzá.  
07 Primeira tentativa do grande encontro do Fórum, quando a maior parte das atividades foi cancelada por causa da chuva. Houve café da manhã, pizzada e evento na rua chamada “Lançamentos Imobiliários”, na Rua Helvétia.  
17 Reunião Fórum Aberto Mundaréu da Luz, na Pizzaria Helvétia.  
21 Realização do Mutirão Desenhos e Desejos, com moradores, no Largo Coração de Jesus, articulado pelo Eixo Morar, do Fórum Aberto Mundaréu da Luz.  
25 Reunião do Conselho Gestor para que a Prefeitura apresentasse estudo preliminar da intervenção nas quadras 37 e 38, na sede da Sehab, no terraço do Edifício Martinelli.  
28 Primeiro grande encontro do Fórum Aberto Mundaréu da Luz, na Rua Helvétia.

### **Novembro de 2017**

- 06 Reunião do Fórum Aberto Mundaréu da Luz, no bar do Nel (esquina da Rua Barão de

Piracicaba com a Rua Helvétia).

09 Visita do Observatório de Remoções e de conselheira do Pólis, em pensão ameaçada de remoção pelas obras do Hospital Pérola Byington, na quadra 36, Largo Coração de Jesus, 115.

10 Cinco moradoras da pensão localizada no Largo Coração de Jesus, 115, vão à Promotoria de Habitação e Urbanismo, no MP, procurar informações sobre o projeto que ameaça suas casas e também ajuda para conseguir atendimento habitacional.

13 Primeira visita de levantamento amostral dos moradores de pensões (quadra 36) para aplicação de questionário, articulado no Eixo Morar do Fórum Aberto Mundaréu da Luz, que inclui Observatório de Remoções, Mosaico, Levv e Pólis.

17 Segunda visita de levantamento amostral dos moradores de pensões (quadra 37) para aplicação de questionário.

21 Levantamento dos comerciantes nas quadras 37 e 38, realizado pelo Observatório de Remoções, para pressionar por atendimento no Conselho Gestor.

27 Primeira reunião do Eixo Morar com moradores, no Largo Coração de Jesus, para discutir plano alternativo.

### **Dezembro de 2017**

06 Terceira visita de levantamento das pensões (quadra 38). Não foi possível aplicar questionários. Levantamento de usos e ocupação (abandonados) dos imóveis, realizado pela rua, com auxílio de uma agente do programa De Braços Abertos.

07 Sehab inicia cadastramento dos moradores das quadras 37 e 38 nesta semana, ligando para eles e convidando-os para irem até a sede da secretaria na Prefeitura.

11 Segunda reunião do Eixo Morar com moradores, no Largo Coração de Jesus, para discutir plano alternativo.

14 MP envia recomendações à Secretaria de Saúde do Estado e à SMUL para formação de Conselho Gestor e para cadastro e atendimento habitacional das famílias que moram em Zeis na quadra 36.

15 Promotor da Promotoria de Habitação e Urbanismo do MP vai ao LabCidade para firmar parceria para compartilhar informações sobre processos de remoção e despejos e interpretar estes dados conjuntamente.

20 Reunião do Fórum (última do ano), na nova sede do Centro de Convivência É de Lei, para debater propostas do Fórum para atendimento social e habitacional dos moradores.

27 Nota sobre ação do MP sobre novo hospital é publicada na coluna da jornalista Mônica Bergamo, na Folha de S.Paulo.

***Janeiro de 2018***

- 09 Primeira visita de oficial de justiça para constatação da ocupação dos imóveis na quadra 36.
- 16 Prefeitura lacra bares na Praça Júlio Prestes.
- 22 Reunião do Eixo Morar com moradores, no Largo Coração de Jesus, para discutir plano alternativo.
- 23 Reunião do Conselho Gestor Quadras 37 e 38.
- 29 Audiência Pública para compartilhamento de relatos sobre violência do estado ou violações de direitos na região da Luz/cracolândia, puxada pelo Fórum e pela Defensoria Pública, no auditório térreo da Defensoria.
- 31 Selagem das moradias na quadra 36, em levantamento realizado pela Prefeitura.

***Fevereiro de 2018***

- 02 Governo do estado se compromete, em reunião no MP, a não começar obras na quadra 36, sem que haja atendimento habitacional.
- 06 Segunda visita de oficial de justiça para constatação da ocupação dos imóveis na quadra 36.
- 15 Levantamento do Eixo Morar/Fórum na quadra 37.
- 16 MP abre inquérito para investigar PPP da Habitação do Centro.
- 21 Primeira oficina da Rede Remoções para disseminar ferramenta de mapeamento colaborativo, no Grajaú.
- 26 Justiça nega agravo do MP e impede ampliação do Conselho Gestor das quadras 37 e 38.
- 27 Guarda Civil Metropolitana (GCM) lacra novamente bares na Rua Helvétia que haviam sido reabertos sem autorização.
- 28 Reunião do Fórum Aberto Mundaréu da Luz, no Teatro Faroeste.

***Março 2018***

- 01 Subprefeitura da Sé faz operação para interditar imóveis com irregularidades na Rua Dino Bueno, na Praça Júlio Prestes, no Largo Coração de Jesus e na Rua Barão de Piracicaba. Assistentes sociais acompanharam para encaminhar as pessoas para CTA (abrigos).
- Reunião do Eixo Morar com moradores, no Largo Coração de Jesus, para discutir plano alternativo.
- 02 Nova operação da Subprefeitura da Sé para interditar imóveis, por “questão de segurança”, desta vez, apenas na Rua Barão de Piracicaba. Comerciantes e moradores (quadra 36) resistem ao lacramento de um imóvel (com hotel e bares) pela GCM e colocam “para correr” policiais e o subprefeito.

- 05 Primeira audiência entre juíza, MP (que exigiu Conselho Gestor) e governo do estado (que ofereceu auxílio aluguel por seis meses) para tratar da quadra 36. Nova audiência é marcada para dali a 15 dias.
- 08 Reunião do Eixo Morar do Fórum com moradores, no Largo Coração de Jesus, para discutir plano alternativo.
- 13 Primeira reunião chamada pela Sehab para discutir constituição do Conselho Gestor da quadra 36, realizada no Largo Coração de Jesus. Foi proposta a oferta de auxílio aluguel para que as pessoas saíssem imediatamente, até o atendimento definitivo. População rejeita a proposta e a reunião não caminha para outras pautas.
- 14 Segunda audiência com juíza é antecipada. Ela decide pela remoção de todos os moradores da quadra 36, no prazo de um mês (16/04, às 5h). A audiência ocorreu no Tribunal de Justiça.
- 16 Protocolo de ofícios, em órgãos municipais, apresentando o projeto Campos Elíseos Vivos.  
Ato dos moradores da quadra 36 contra a remoção coletiva marcada para o dia 16 de abril, no Largo Coração de Jesus.
- 19 Protocolo de ofícios, em órgãos estaduais, apresentando o projeto Campos Elíseos Vivos.  
Reunião de grupo de trabalho do Conselho Gestor para apresentação do cadastro das quadras 37 e 38, na Sehab.
- 20 Reunião Conselho Gestor na quadra 36. Sehab apresenta cronograma da eleição e do pagamento do auxílio moradia pela CDHU.
- 21 Conselho Nacional de Direitos Humanos se manifesta contra fechamento dos hotéis do programa De Braços Abertos. Prefeitura concorda em suspender a desocupação do Hotel Dom Pedro, que acolhe cerca de 100 beneficiários remanescentes do programa. A desocupação estava prevista para ocorrer na sexta-feira (23).  
Moradores da quadra 36, da região da Luz, fazem manifestação em frente ao Tribunal de Justiça, contra a decisão da juíza Alexandra Fuchs de Araújo sobre a data de reintegração de posse. A solicitação é que se entenda o prazo para negociação para o atendimento das famílias pela Semab.
- 23 Juízes suspendem parte dos processos de imissão na posse de imóveis da quadra 36. Isso elimina a data de 16 de abril para a remoção coletiva de todos os moradores e comerciantes da quadra.  
Conversa chamada pelo secretário municipal de Habitação, na Sehab, “em caráter de urgência”, com a comissão de conselheiros das quadras 37 e 38 e representantes da quadra 36, sobre atendimento habitacional nestas quadras. Ele propõe antecipar a eleição do Conselho Gestor da quadra 36 para o dia 6 de abril, a fim de assinar termo de

atendimento dos moradores nas quadras 37 e 38, antes da saída do prefeito e do governador para disputar eleições.

24 Portaria nº 32, com regras para eleição do Conselho Gestor da quadra 36, é publicada no Diário Oficial da Cidade.

25 Reunião do Eixo Morar, no Largo Coração de Jesus, com moradores da quadra 36, para tratar dos desdobramentos dos processos de imissão na posse e reintegração.

26 Apresentação do projeto Campos Elíseos Vivo na Comissão Executiva da Operação Urbana Centro.

27 Reunião do Conselho Gestor das quadras 37 e 38, na Sehab. Pautas: validação e aprovação do cadastro dos moradores, apresentação do projeto Campos Elíseos Vivo.

28 Apresentação do Campos Elíseos Vivo, na Subprefeitura Regional da Sé, para o sub-prefeito regional.

Apresentação do Campos Elíseos Vivo na Casa Civil da Prefeitura. Conversa com o secretário-executivo.

Contatos com os vereadores Toninho Paiva, Police Neto, Alfredinho e Toninho Vespoli, na Comissão de Política Urbana da Câmara, para divulgar o projeto Campos Elíseos Vivo.

Reunião para composição do Conselho Gestor da quadra 36, no Largo Coração de Jesus.

29 Assinatura de Termo Aditivo ao Convênio da PPP Habitacional, entre Prefeitura (Sehab e Cohab) e governo do estado (SH), para acrescentar as quadras 37 e 38 no rol de terrenos a serem transferidos pela Prefeitura e o estado, livres e condições para início das obras. Prefeitura se compromete a cobrir custos extras da produção das unidades nessas localidades.

Entrega da primeira torre do Complexo Júlio Prestes, da PPP Habitacional, com presença do prefeito e do governador, na Alameda Barão de Piracicaba.

### ***Abril de 2018***

03 Lançamento público do projeto Campos Elíseos Vivo. Coletiva de imprensa no Teatro do Faroeste (com presença dos vereadores José Police Neto (PSD) e Eduardo Suplicy (PT), assessores de Soninha Francine (PPS) e Sâmia Bonfim (PSOL), Dr. Marcus Vinicius (MP), defensores públicos Rafael e Luiza), seguida de cortejo com performances de coletivos culturais, audiência cidadã no Largo Coração de Jesus, videomapping e samba.

04 Nova tentativa de divulgar o Campos Elíseos Vivo na Comissão de Política Urbana da Câmara, mas a comissão está esvaziada. Só compareceram dois vereadores.

06 Prazo limite para cadastro de entidades para a eleição do Conselho Gestor da quadra 36.

Reunião de advogados do Centro Gaspar Garcia de Direitos Humanos com moradores da ocupação Rio Branco, quando estes decidiram aceitar o auxílio-aluguel para desocupar o local.

Reunião de comissão do Eixo Morar com o secretário municipal de Habitação para apresentar o projeto Campos Elíseos Vivo.

10 Reunião do Conselho Gestor da quadra 36 para preparar eleições. O promotor Dr. Marcus Vinicius intervém para dizer que os mandados de imissão na posse (que provocariam remoção) foram suspensos pela juíza. Moradores batem palmas.

12 Moradores da quadra 36 cadastrados na CDHU vão ao Banco do Brasil pegar as três primeiras parcelas do auxílio-aluguel (R\$ 400 x 3 = R\$ 1200).

13 Reunião geral do Fórum Aberto Mundaréu da Luz, depois do lançamento do projeto Campos Elíseos Vivo, no Instituto Pólis, com mais de 40 pessoas.

Observatório de Remoções e Fórum Aberto Mundaréu da Luz avisam aos moradores e comerciantes da quadra que haverá remoção forçada no dia 16 de abril. Decisão foi tomada no mesmo dia, com base em recurso do governo do estado ao Tribunal de Justiça.

14 Eleição do Conselho Gestor da quadra 36, no Largo Coração de Jesus. Moradores votavam e recebiam da CDHU quatro caixas de papelão para preparar suas mudanças.

15 Remoção e lacramento de alguns imóveis na quadra 36, com presença da CDHU. Caminhões de mudança são oferecidos pela Secretaria Estadual de Saúde.

16 Remoção e lacramento de alguns imóveis na quadra 36, com presença de oficiais de justiça, procuradores do estado, MP, Defensoria Pública, CDHU, polícia e Fórum Aberto Mundaréu da Luz. Caminhões de mudança são oferecidos pela Secretaria Estadual de Saúde. Alguns imóveis não foram lacrados porque ainda havia moradores sem acesso aos recursos do auxílio-aluguel. Prazo para desocupação nestes casos seria sexta-feira (20/04).

17 Agravo de instrumento para seguir desocupação da ocupação na Rio Branco.

18 Remoções na quadra 36 – ocupação na Avenida Rio Branco com a Rua Glete e prédio no Largo Coração de Coração de Jesus, 155, são desocupados e lacrados.

20 Descobrimos que a Construtora Construcap estava demolindo por dentro os imóveis desocupados na quadra 36, a partir do terreno da antiga esquina dos pneus.

Remoção na quadra 36 – Brechó/loja de móveis usados, no Largo Sagrado Coração de Jesus, 145.

22 Prédios da PPP no Complexo Júlio Prestes são saqueados.

23 Remoção na quadra 36 – Prédio na Rua Glete, 249, onde mora Hilda, é emparedado.

24 Remoção na quadra 36 – Sr. Fernando, que vive no bar-museu desde 1959, deixa o imóvel com toda a família e se muda para Peruíbe, onde tem outra casa. O imóvel foi imediatamente emparedado. No dia anterior, ele havia ido ao MP. No dia 24 cedo, no entanto, saiu ordem judicial para que ele deixasse o imóvel.

25 Reunião dos conselheiros da quadra 36 com moradores, sem participação da Prefeitura, no Largo Sagrado Coração de Jesus.

26 Apresentação do Campos Elíseos Vivo na Subcomissão de Álcool e Drogas da Comis-

são de Direitos Humanos da Câmara Municipal de SP. Estavam presentes as vereadoras Patrícia Bezerra (PSDB) e Soninha Francine (PPS).

- 27 Remoções na quadra 36, nos seguintes imóveis: Rua Glete, 227 (oficina mecânica e moradia), Rua Barão de Piracicaba, 277 (padaria), Largo Coração de Jesus, 137 (oficina mecânica e moradia), Largo Coração de Jesus, 131 (vazio).

### **Maio de 2018**

- 01 Ocupação pega fogo e edifício de 24 andares desaba, no Largo do Paissandú.
- 02 Reunião de representantes de movimentos de moradia e do Conselho Gestor das quadras 37 e 38 com a juíza Alexandra Fuchs, da Central de Mandados, para definir como seria a remoção. A oficial de justiça deveria anotar na certidão o nome das famílias não cadastradas e receber lista de famílias não cadastradas feita pelo Fórum Aberto Mundaréu da Luz para juntar à certidão.
- 03 Posse do Conselho Gestor da quadra 36, dos Campos Elíseos, na sede da Sehab, no Edifício Martinelli.  
Remoções na quadra 36, nos seguintes imóveis: Rua Helvétia, 216, 228 A e B; Rua Barão, 255, 257, 265, 269A e 275a; Rua Glete, 225 (avícola) e 251 (bar). Moradora denuncia que começaram a demolição do prédio enquanto as pessoas ainda tiravam suas coisas.
- 07 Reunião dos conselheiros da quadra 36 com moradores, sem a Prefeitura, no Largo Sagrado Coração de Jesus. A reunião foi interrompida por causa das bombas soltados pela polícia na região do fluxo.  
Reunião do Fórum Aberto Mundaréu da Luz, na sede da Cia. Pessoal do Faroeste, para planejar a ação do dia 21/05.
- 17 Reunião do Conselho Gestor da quadra 36, na Sehab.
- 21 Realização do evento “Maio sem Bombas e Remoções”, no Largo General Osório, para marcar 1 ano da ação policial na cracolândia que foi acompanhada por remoções e lacramentos. Programação incluiu lançamento do minidocumentário O Mundaréu da Luz, oficina de mapeamento com estudantes secundaristas da região e oficina de “bomba” de sementes.
- 24 Reunião do Conselho Gestor da quadra 36, na Sehab, no terraço do Edifício Martinelli. A pauta incluía a apresentação do projeto do Hospital Pérola Byington (mas conselheiros representantes da sociedade civil não aceitaram), a aprovação do cadastro de moradores (que também não foi aceita porque o cadastro estava inconcluso) e a aprovação do regimento sobre a votação (poder público venceu por maioria simples).
- 29 Dinâmica de psicodrama Fique Vivo!, realizada pelo LEVV (psicologia Mackenzie) no Largo Coração de Jesus, com moradores atingidos por remoção e violência cotidiana na cracolândia. A atividade contou com, aproximadamente, 30 participantes.

### **Junho de 2018**

- 05 Reunião dos moradores da quadra 36 com CDHU sobre carta de crédito para aquisição de imóvel.





## Como atingidos por PPPs no centro de São Paulo perderam suas casas

**Felipe Villela**

**Regina Dulce Lins**

**Raquel Rolnik**

**Renato Abramowicz Santos**

“Ninguém sabe se guarda dinheiro para quando a polícia colocar a gente para fora ou para pagar o apartamento”. Foi assim que Rosana, moradora de uma pensão nos Campos Elíseos, área central da cidade de São Paulo, comentou o rascunho do projeto de intervenção urbana da Prefeitura que previa a demolição de sua moradia, junto com imóveis de duas quadras inteiras, com o objetivo de entregar os terrenos ao governo do estado para a construção de apartamentos em esquema de parceria-público privada (PPP).

Para os atingidos, a intervenção começou em 21 de maio de 2017, quando uma ação policial foi acompanhada de interdições de pensões e comércios, na esquina da Alameda Dino Bueno com a Rua Helvétia. No fim daquele ano, Rosana e seus vizinhos ainda não sabiam quando seriam expulsos, nem se receberiam alguma contrapartida, apesar de já sentirem os efeitos desestabilizadores da ameaça de remoção. “Como vai ser nossa vida nessa dúvida?”, ela perguntou aos representantes do poder público em uma reunião. Na mesma Rua Helvétia, mas em outra quadra, o processo correu muito mais rápido. Em maio de 2017, os moradores achavam que o problema dos vizinhos não os alcançaria. Mas em junho de 2018, aproximadamente 200 famílias foram removidas pelas obras de um novo hospital estadual, também construído via PPP.

Neste artigo, relatamos estes processos desde a emissão dos decretos de utilidade pública sobre os terrenos até a chegada dos caminhões de mudança. Além de entender os arranjos institucionais que viabilizaram as remoções, também nos interessa conhecer seus efeitos na vida dos atingidos. Para tanto,

relacionamos a evolução das remoções com as “brutalidades cotidianas” que marcaram esses processos de desposseção (BRICKEL, 2017, p.3), procurando compreender o ponto de vista dos atingidos sobre uma questão central para o planejamento urbano: a implementação de políticas e projetos (DAS; POOLE, 2009).

As quadras-alvo da intervenção articulada entre prefeitura e Governo do Estado são marcadas como Zonas Especiais de Interesse Social (Zeis)<sup>1</sup>, um reconhecimento legal de que se trata de um território popular e uma recomendação para que as necessidades habitacionais dos moradores sejam atendidas naquele lugar. Mas as quadras também estão próximas da chamada “Cracolândia”, onde fica a maior cena pública de uso de crack e outras drogas na cidade e um importante ponto de concentração de pessoas em situação de rua. O estigma que acompanha esse topônimo fragiliza os direitos de moradores, comerciantes e frequentadores da região, e justifica a flexibilização de regras urbanísticas e a implementação de políticas para a eliminação desse espaço.

Apesar de as PPPs da habitação e da saúde terem representado a ameaça mais concreta em 2017 e 2018, estas não podem ser consideradas excepcionais. Projetos que vinculam operações policiais, expulsões e demolições são propostos pelo poder público desde que o nome “cracolândia” surgiu, na década de 1990. O projeto Nova Luz e os recentes projetos de intervenção urbana (PIUs) Rio Branco e Terminal Princesa Isabel se inserem nesta lista. Outro exemplo foi o Complexo Cultural Luz, proposto pelo governo do estado em 2010 e paralisado em 2014. Apesar de os edifícios previstos nunca

terem sido construídos, o projeto provocou a demolição quase completa de duas quadras nos Campos Elíseos, justamente as que formam a esquina da Alameda Dino Bueno com a Rua Helvétia (ver Mapa 1, pg 143)<sup>2</sup>.

A PPP da Habitação aproveitou esses terrenos para construir o Complexo Júlio Prestes e também os usou como garantia para o financiamento que viabiliza toda a PPP: 3.683 unidades habitacionais devem ser construídas em terrenos disponibilizados pelo governo do estado e pela Prefeitura, na área central da cidade de São Paulo, e vendidas com financiamento subsidiado para quem tem renda entre um e dez salários mínimos. As remoções nos Campos Elíseos, portanto, são apenas parte de um processo maior de “captura de terra” em territórios vulneráveis para expansão do complexo imobiliário financeiro (ROLNIK, 2015, p.243). Fragilizados pela ação do Estado e por ambiguidades e indeterminações que envolvem as noções de legalidade/ilegalidade, formalidade/informalidade, esses espaços funcionam como “reservas de terra” a serem capturadas no momento adequado (ROLNIK, 2015, p.230).

Entre 2017 e 2018, o processo de desposseção afastou ou ameaçou afastar moradores dos Campos Elíseos de oportunidades de emprego, serviços públicos, familiares e redes de apoio construídas na vizinhança. Para os atingidos, as PPPs provocaram mais uma situação de insegurança habitacional em suas vidas, já marcadas por múltiplas remoções, e contribuíram para a reprodução de uma condição de “permanente transitoriedade” (ROLNIK, 2015, p.174). A precariedade que esta população enfrenta não se refere, então, apenas à condição de vida em

1 Ver Capítulos 4,5,7 e 8 nesta publicação.

2 Ver Capítulos 4 e 5 nesta publicação.

3 Ver Blog do Observatório de Remoções (<<https://www.observatorioderemoco.es.fau.usp.br/>>); Facebook (<<https://www.facebook.com/observatorioderemoco.es.fau.usp.br/>>);

book.com/observatorioderemoco(es/>); Portal do LabCidade (<<http://www.labcidade.fau.usp.br/>>); Site do Fórum Aberto Mundaréu da Luz (<<https://mundareudaluz.org/>>) e na sua respectiva página no Facebook (<[facebook.com/forummundareudaluz](https://www.facebook.com/forummundareudaluz/)>).

moradias improvisadas e caras em relação à sua renda. A experiência da precariedade também implica em instabilidade e insegurança que atingem diferentes aspectos da vida (NEILSON; ROSSITER, 2008).

Para entender como trajetórias de precariedade podem ser agravadas por políticas habitacionais e projetos urbanos, frequentamos, por mais de um ano, as moradias e os locais de trabalho dos atingidos, participamos de reuniões com o poder público, fiscalizamos o atendimento habitacional da Prefeitura e do governo do estado, promovemos debates na vizinhança e colaboramos com a resistência à remoção. Enquanto estivemos em campo, nossa missão foi registrar os processos de remoção e nele interferir para garantir direitos dos moradores. Por isso, este artigo apresenta um relato simultâneo das remoções e da pesquisa-ação.

Usamos o relato de situações como metodologia justamente para que se possa observar o desenrolar dos processos, quando e como aconteceram (BARTHE et al., 2016). Para narrar situações em detalhes, recorremos à produção de anotações em cadernos de campo, gravações de áudio e vídeo, fotos e cartografias. Também arquivamos sistematicamente documentos importantes, como, por exemplo, contratos da Companhia de Desenvolvimento Habitacional e Urbano (CDHU) com moradores, decisões judiciais, decretos e portarias, projetos urbanos e outras propostas do poder público para a área, notícias de jornal e materiais produzidos pela rede contra remoções na região da Luz. Além do relatório consolidado aqui apresentado, resultados parciais desta pesquisa foram compartilhados em outras

publicações<sup>3</sup>.

Como as remoções nos Campos Elíseos ainda estavam em curso quando este texto foi escrito, e as propostas de atendimento habitacional seguiam indefinidas, preferimos usar nomes fictícios para preservar as pessoas envolvidas e evitar possíveis retaliações contra elas.

A seguir, apresentamos como são as formas de morar e o mercado de habitação na região, como foi o processo de remoção vivido pelos moradores entre 2017 e 2018, e uma reflexão a partir de dados empíricos sobre como funciona a lógica das remoções articulada ao papel do Estado na reprodução da precariedade.

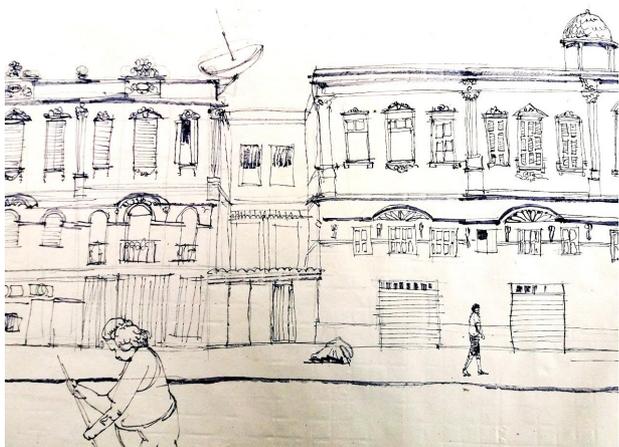
### **As formas de morar e o mercado de habitação nos Campos Elíseos**

“Ele falou que aqui só tem cortiço. Não é cortiço. Nas pensões tem trabalhador, não traficante”, comentou um morador dos Campos Elíseos sobre as declarações do prefeito na televisão, logo após a operação policial de maio de 2017. “Cortiço” é a palavra que costuma aparecer em planos e relatórios estatais, há mais de um século, em referência a habitações coletivas de aluguel, com condições inadequadas de moradia (como superlotação, infraestrutura precária e cômodos privados pequenos),<sup>4</sup> e localizadas principalmente na área central da cidade. Apesar da semelhança com os lugares descritos neste texto, ninguém que conhecemos nos Campos Elíseos definiu seu lugar de moradia como “cortiço”, mas como “hotel”, “pensão”, “invasão” ou “ocupação”. Um mesmo imóvel, no entanto, pode ser categorizado de modo diferente por moradores, proprietários ou agentes do poder público, depen-

4 Conforme características descritas na Lei nº 10.928, de janeiro de 1991, conhecida como Lei Moura.

5 Questionário semelhante ao aplicado pela Companhia Metropolitana de Habitação de São Paulo (Cohab) para quem entra na fila dos seus empreendimentos habitacionais.

6 Mesmo valor dos programas de subsídio de aluguel



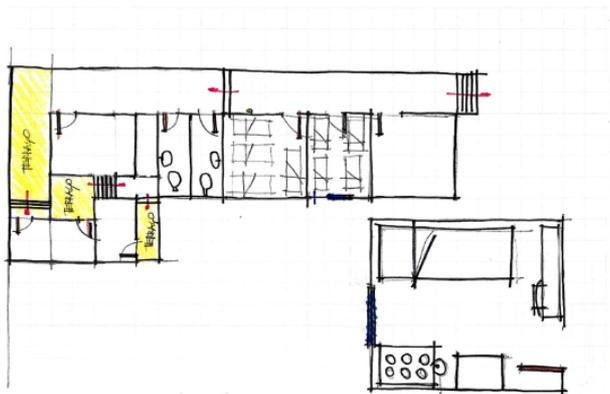
dendo da situação.

A concentração de hotéis nesta região, servida pelas estações ferroviárias Luz e Júlio Prestes, ganhou mais um impulso no início dos anos 1960, quando a rodoviária foi inaugurada. Em 1982, a rodoviária foi transferida para a zona Norte da cidade e em seu edifício passou a funcionar um centro comercial popular, até que, em 2010, o local foi esvaziado. Em novembro de 2017, o aluguel de um quarto, sem banheiro ou cozinha, em um “hotel” perto da antiga rodoviária, na Rua Helvétia, custava cerca de R\$400,00 por mês. Era um imóvel típico de uma vizinhança que começou a ser construída no fim do século XIX

O sobrado com térreo e pavimento superior ainda tinha pé-direito alto, piso de madeira e detalhes decorativos em alto relevo na fachada. Em alguns quartos, as janelas originais foram substituídas por pequenas esquadrias de alumínio, enquanto em outros, ainda pareciam

Figura 1: Fachadas no Largo Coração de Jesus, quadra 37, em outubro de 2017. Desenho por André Marques para o Fórum Aberto Mundaréu da Luz.

Figura 2: Habitações individuais e coletivas em hotel na quadra 37, em novembro de 2017. Desenho por Lizete Rubano (Mackenzie/Mosaico) para o Fórum Aberto Mundaréu da Luz.



originais – estreitas, altas e de madeira. Um senhor aposentado que respondeu ao questionário aplicado pelo Fórum Aberto Mundaréu da Luz, em 33 habitações de três imóveis de aluguel,<sup>5</sup> nas quadras 36 e 37, disse viver em um cômodo assim há pouco mais de dois anos. Em todo esse tempo, ele nunca improvisou uma cozinha, como fizeram outros moradores no mesmo imóvel. No quarto de uma vizinha, cabia apenas uma cama de solteiro, uma estante, uma mesa e um fogão com botijão de gás. Ela fazia marmitas para vender na vizinhança, mesmo sem ter nenhuma pia na sua habitação. (Ver Figura 2)

40% dos entrevistados pelo Mundaréu da Luz viviam na mesma situação que esta senhora em um cômodo com banheiro e cozinha improvisada. Outros 24% alugavam quartos, mas compartilhavam banheiro e não tinham acesso a qualquer cozinha. Além de quartos privativos, no mesmo imóvel também era possível alugar

oferecidos pela prefeitura e pelo governo do estado, como será explicado em detalhes mais à frente neste texto.

7 Venda de passagens e transporte de encomendas foram

uma cama em um quarto coletivo, a chamada “vaga”, que custava R\$300,00 por mês. Na região, também se podia alugar camas para pernoite. Por exemplo, no Largo Coração de Jesus, localizado na mesma quadra deste hotel, havia oferta de “vagas” por R\$10,00 a noite.

Os dados gerais do estudo realizado pelo Mundaréu da Luz, que incluiu aplicação de questionário e levantamento morfológico, indicam que R\$400,00 era o valor do aluguel mais barato para uma habitação privada.<sup>6</sup> O mais caro, um apartamento com sala, cozinha, quarto e banheiro separados, mas com janela apenas nos últimos dois cômodos, custava R\$900,00. A renda familiar de 66% dos entrevistados estava entre um e três salários mínimos, 33% ganhavam menos que um salário mínimo (R\$938,00 à época), e em apenas um caso a família ganhava mais do que três salários mínimos por mês. Considerando os valores de aluguel, 48% dos moradores gastavam mais de 2/3 da renda com moradia. Quase 60% estavam desempregados e 30% recebiam algum tipo de auxílio estatal, como Bolsa Família, Bolsa Escola ou pensão do Instituto Nacional do Seguro Social (INSS). As ocupações mais comuns eram faxina e serviços gerais, turismo,<sup>7</sup> comércio ambulante e carregador em depósitos.

Foi trabalhando como arrumadeira em hotéis que Marta, por exemplo, chegou ao centro de São Paulo, há três décadas, e juntou dinheiro para começar seu próprio negócio. No início dos anos 2000, ela arrendou um hotel que estava fechado e investiu em uma pequena reforma, especialmente pintura e outros acaba-

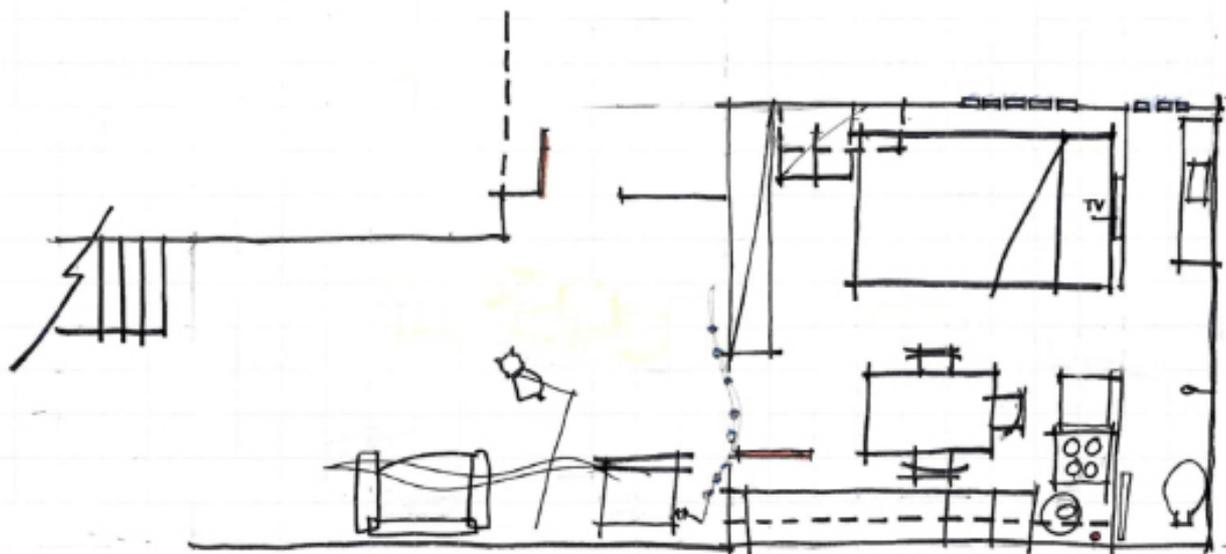
os serviços classificados como turismo pelos interlocutores.

8 Fluxo é como tem sido chamada recentemente a circulação e a reunião de usuários de drogas nas ruas do entorno da estação da Luz.

mentos. Na hora de registrar o negócio na Prefeitura, no entanto, avaliou que seria melhor transformar o “hotel” em “pensão”, que paga menos taxas e tem regras mais flexíveis. O aluguel mensal de um quarto custava R\$600,00, mas depois da operação policial, em maio de 2017, restaram apenas quatro quartos ocupados. O cliente mais antigo vivia lá há nove anos. Todos os 28 quartos de sua “pensão” têm janela e banheiro. Não há cozinha coletiva, mas quem quer pode improvisar um fogão no próprio quarto. No prédio de três andares, ainda funcionava um brechó de móveis, no espaço que seria da garagem, e um brechó de roupas, na entrada da pensão. Além do aluguel mensal, Marta também aluga quartos por hora ou pernoite e cobra por banho. Essa foi uma das estratégias que encontrou, segundo ela, para lidar com a queda de clientes fixos desde que o fluxo<sup>8</sup> se estabeleceu na sua porta. Não que o negócio de pensões fosse estável antes disso. Como ela diz, “pensão é assim: tá cheia, você acha que vai guardar um dinheiro, e, de repente, saem quatro quartos”. Na perspectiva da gerente de pensão, a multiplicação de “invasões” na vizinhança é outro desafio para o seu negócio. Ela sabe que é muito mais barato morar em um prédio abandonado, tomado pelos moradores e administrado por eles mesmos, do que pagar aluguel. A poucas quadras dali, na Avenida Rio Branco, moradores de barracos construídos dentro de um galpão abandonado pagavam R\$100,00 por mês de “contribuição” para os coordenadores do grupo. O que Marta chama de “invasão” outros chamam de “ocupação”, como será abordado

9 Valor do metro quadrado para aluguel formal em Pinheiros, conforme anunciado por DMI-VivaReal.

10 Conforme consta na “cientificação de eventuais

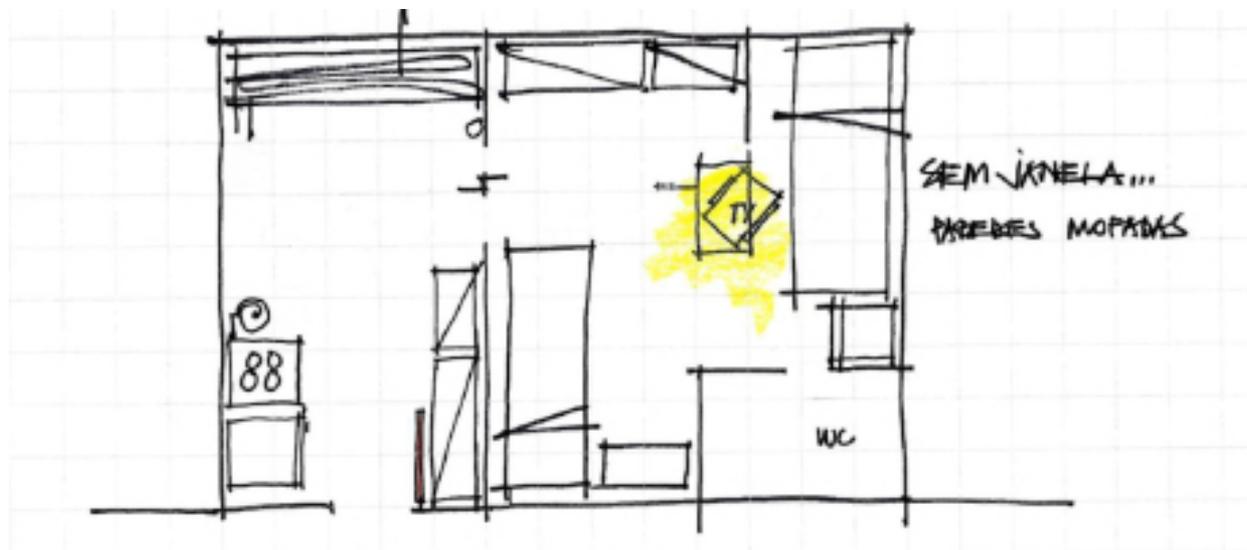


mais adiante.

Marta nasceu no Nordeste, assim como 43% dos entrevistados pelo Fórum Mundaréu da Luz. 21% são do estado de São Paulo, enquanto outros 21% vieram do Norte; 12%, de estados do Sul e Sudeste; e 3%, do Centro-Oeste. Considerando o tempo de moradia no local onde foram entrevistados, 73% viviam ali há mais de dois anos, 9%, há mais de dez, e 18% estavam lá há menos de um ano. O principal motivo da última mudança, mencionado por

40% dos entrevistados, foi a necessidade de se aproximar de oportunidades de emprego. O segundo foi a remoção da moradia anterior (por incêndio, interdição do edifício ou violência do gerente), citado por 18%. Valor excessivo do aluguel aparece em 12% das respostas, seguido de questões familiares, com 9%. Outros 21% não quiseram responder a essa pergunta. Sobre o que atraiu as pessoas para os Campos Elíseos, 27% citaram a proximidade com familiares e amigos; 24% mencionaram a oferta de

Figura 3: Habitação de Rosana no térreo de pensão na quadra 37, em novembro de 2017. Desenho por Lizete Rubano (Mackenzie/Mosaico) para o Fórum Aberto Mundaréu da Luz.



moradias de baixo custo; 18%, trabalho; e 15%, a disponibilidade de serviços de saúde nas imediações.

Rosana, por exemplo, mudou-se para ficar mais perto do lugar onde faz tratamento médico. Ela viveu três anos em uma pensão na Rua Helvétia, onde a entrevistamos, até ser despejada violentamente pelo gerente do negócio. Quando chegou ao edifício, morava no térreo, em uma habitação com um quarto, onde ficava a única janela, sala/cozinha e banheiro. Sua situação mudou quando o gerente decidiu alugar o quarto para outra pessoa. Rosana, então, perdeu um cômodo e a única janela.

Para viver assim, pagava R\$700,00 mensais, o que equivalia a aproximadamente R\$70,00 por metro quadrado. Muito mais do que o preço médio em Pinheiros, bairro nobre localizado na região Sudoeste da cidade, onde o aluguel custava R\$54,29 por metro quadrado, em outu-

bro de 2017.<sup>9</sup> Em fevereiro de 2018, o suposto proprietário vendeu o imóvel. O novo dono, então, realizou uma reforma que destruiu as habitações no térreo para dar lugar a um bar com sinuca, e, nos pavimentos superiores, passou a alugar os quartos por R\$5,00 a hora. Rosana lembra que recebeu a notícia da venda numa manhã e que, na madrugada do dia seguinte, mudou-se com seus sete gatos e três cachorros para outra pensão, na mesma rua, mas em outra quadra. O novo quarto com cozinha e banheiro estava em condições melhores de conservação, apesar de não ter janelas, e o aluguel custava R\$900,00. Em abril daquele ano, no mesmo dia em que imóveis eram lacrados na quadra 36, um oficial de justiça trouxe a confirmação do que os moradores já suspeitavam. O proprietário legal da primeira pensão não era o homem que cobrava os aluguéis e ele não tinha autorização para

Figura 4: Habitação sem janelas onde cinco crianças e dois adultos viviam em novembro de 2017, em pensão na quadra 37. Desenho por Lizete Rubano (Mackenzie/Mosaico) para o Fórum Aberto Mundaréu da Luz.

ocupantes” enviada aos moradores da pensão pelo Tribunal de Justiça do estado.

explorar o imóvel, que estava em processo de desapropriação<sup>10</sup>. Para Rosana, essa foi a confirmação de que a “pensão” onde vivia era, na verdade, uma “invasão”.

Este edifício era o mais precário de todos os três que visitamos no levantamento realizado pelo Mundaréu. Obras improvisadas haviam praticamente acabado com a ventilação e a iluminação de todos os cômodos, mesmo daqueles que tinham aberturas voltadas para fossos. Os corredores eram muito estreitos para a quantidade de moradores. Apenas uma escada com degraus quebrados conectava os quatro pavimentos. Uma mulher que vivia ali com cinco filhos e o marido reclamava do calor e do mofo dentro da habitação.

Para se refrescar, ela costumava sentar na calçada, onde às vezes também parava sua carroça de madeira. Ela e o marido eram catadores de material reciclável. Quando a pensão foi reformada, essa família se mudou para a mesma pensão que Rosana. Depois da reforma, Rosana diz que apenas seus vizinhos que eram usuários de drogas permaneceram. Entre os dez entrevistados naquela pensão, pelo menos dois responderam explicitamente que foram viver ali para ficar perto da fonte de crack. Ter um teto, no entanto, era uma possibilidade para poucos usuários de drogas da vizinhança.

Segundo contagem realizada em estudo do

11 Coordenadoria de Políticas sobre Drogas (COED) da Secretaria de Desenvolvimento Social do Estado de São Paulo. Levantamento do Perfil de Usuários de Drogas na Região da Cracolândia. 2017.

12 Este foi o único programa que experimentou colocar a questão da moradia em primeiro lugar, na fase inicial do processo de cuidado para tratamento da dependência química. Implementado no início de 2014 e extinto no primeiro semestre de 2018, o programa oferecia trabalho remunerado e acompanhamento de especialistas em saúde

governo do estado,<sup>11</sup> aproximadamente 1.860 pessoas formavam o fluxo nas ruas dos Campos Elíseos, em 2017. Esse estudo também incluiu 136 entrevistas com usuários de drogas. Destes, pouco mais de 67% disseram estar em situação de rua, aproximadamente 10% viviam em hotéis, e 4%, em pensões. Quase 55% disseram não ter nenhuma renda e 15% afirmaram ter renda mensal de até um salário mínimo. A maior parte, 66%, era da cidade ou do estado de São Paulo, quase 31% eram de outros estados, e 3% eram estrangeiros.

Outras características dessa população aparecem na pesquisa de avaliação do programa municipal De Braços Abertos<sup>12</sup> (DBA). Em 2015, 80 beneficiários do programa foram entrevistados em pesquisa realizada por Rui, Fiore e Tófoli (2016).<sup>13</sup> Do total de entrevistados, 68% se autodenominavam pretos ou pardos. Para efeito de comparação, 37% da população da cidade de São Paulo se declarou assim no Censo de 2010 do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE). A pesquisa também mostrou que 66% haviam passado pela prisão e 25%, pelo sistema socioeducativo, quando ainda eram adolescentes.

Apesar da concentração de usuários de drogas na vizinhança, não se pode dizer que estes fossem maioria nas habitações coletivas. Para lidar com a presença dessa população,

mental, além de vagas em hotéis da região. O tratamento não exigia abstinência, mas investia em estratégias para redução de danos no uso de drogas.

13 Cf. RUI T. C., FIORE, M.; TÓFOLI, L.F. “Pesquisa preliminar de avaliação do Programa ‘De Braços Abertos’”. Plataforma Brasileira de Política de Drogas (PBPD)/ Instituto Brasileiro de Ciências Criminais (IBCCRIM). São Paulo, 2016.

moradores de edifícios autogestionados, por exemplo, vedavam a entrada de armas e a presença de tráfico dentro dos imóveis. Uma moradora que costumava mediar conflitos dentro de um galpão histórico, na Avenida Rio Branco, tomado por aproximadamente 70 barracos de madeira, explicou: “não posso pedir para a pessoa ter uma vida direita, mas posso pedir para ela respeitar nosso espaço”. Cláudia não queria que se repetisse ali o que viveu no Cine Marrocos, em 2016, também no centro da cidade: “cinco pessoas envolvidas com tráfico acabaram transformando todo mundo em criminoso”. A família de Cláudia era uma das 600 que foram obrigadas a procurar outro lugar para viver, dois meses depois que uma operação policial prendeu supostos traficantes dentro do edifício (G1, 2016), o que precipitou sua interdição. Ela e seus vizinhos no galpão abandonado decidiram não aderir a nenhum movimento de moradia para não excluir usuários de drogas, já que a expulsão de usuários é uma consequência habitual em “ocupações”, mas proibiu tráfico de drogas dentro do galpão para evitar a criminalização do espaço. Por outro lado, não podiam contar com a rede de apoio de movimentos.

Quando começamos a frequentar este lugar, era comum ouvir moradores se referirem ao imóvel como “invasão”. “Olha o cheiro de gás, vai botar fogo na invasão”, escutamos em uma visita em 2017. A preocupação era justificada, já que cozinhas com fogão e botijão de gás eram improvisadas em algumas habitações, e o acesso à água era limitado. Havia apenas um chuveiro e um tanque, no pavimento superior, e dois banheiros no térreo. Meses depois, em 2018, o esvaziamento do galpão era iminente,

junto com toda a quadra 36. Mobilizados para entrar em programas habitacionais, os moradores abriram as portas do galpão para ativistas e entidades de direitos humanos que participam da rede de movimentos de moradia. Desde então, ganhou força o termo “ocupação”, que expressa a ideia de uso legítimo do imóvel que não cumpre sua função social por estar abandonado, em oposição ao termo “invasão”, que carrega um sentido de negatividade. Moradores desse galpão e de outros locais na vizinhança foram atingidos pela violência típica das intervenções públicas em territórios populares estigmatizados.

### **O processo vivido da remoção**

“Aqui é como se fosse favela”, comenta a moradora de uma pensão invadida por policiais, em maio de 2017, nos Campos Elíseos. “A polícia entra, arromba a porta e, se tiver homem, manda levantar”. Entre os dias 21 e 23 daquele mês, o fluxo foi dispersado, habitações foram revistadas, edifícios foram interditados, tudo o que havia em um terreno foi demolido e três pessoas foram atingidas por escombros, dentro de seus quartos, e precisaram ser hospitalizadas. No entanto, muito antes de os moradores e frequentadores da Alameda Dino Bueno, foco da operação, serem surpreendidos, a preparação da ação já mobilizava diferentes órgãos públicos.

No dia 19 de maio, o prefeito decretou que as quadras 37 e 38, identificadas conforme numeração no cadastro fiscal da cidade, passavam a ser de “utilidade pública”, o que permitiu a abertura de processos de desapropriação de todos os imóveis no perímetro. Quatro meses antes, o governador e o prefeito promoveram

de São Paulo.

14 Como consta na contestação da Prefeitura à tutela cautelar nº 1022440-18.2017.8.26.0053 da Defensoria Pública. No documento, a Prefeitura lista as providências adotadas na sequência da intervenção policial do estado



um evento público para lançar as obras do Complexo Júlio Prestes, uma PPP que produziria 914 unidades habitacionais nas quadras 48 e 49, desapropriadas e demolidas entre 2010 e 2013. Todas essas quatro quadras formavam a mesma esquina (Ver Mapa 1, pg 143).

Nos primeiros meses de 2017, funcionários da Supervisão Técnica de Fiscalização da Prefeitura Regional da Sé vistoriaram a área e constataram “condições precárias de segurança”, o que gerou uma lista de imóveis sujeitos à interdição, caso obras emergenciais não fossem realizadas.<sup>14</sup> Em maio, junto com a operação policial, os fiscais voltaram com tijolos e tratores. Comércio e pensões foram emparedados e o que restava no lote número 118 da Alameda Dino Bueno foi demolido, com exceção da fachada, preservada como patrimônio histórico.<sup>15</sup> Foi nessa operação que uma máquina da Prefeitura acertou a viga de con-

Figura 5: Habitações de pensão na quadra 38 inutilizadas por escombros de demolição feita pela prefeitura em edificação vizinha. Foto por Felipe Villela, julho de 2017.

Figura 6: Cama soterrada em pensão na quadra 38 atingida por escombros de demolição feita pela prefeitura em edificação vizinha. Foto por Felipe Villela, julho de 2017.



creto de uma pensão vizinha, fazendo com que o telhado e pedaços de parede soterrassem dez camas e ferissem três pessoas.

Durante a operação, o prefeito caminhou pela área para anunciar publicamente que a Cracolândia havia acabado. Quase um ano depois, governador e prefeito inauguravam juntos parte do Complexo Júlio Prestes, em um evento de pré-campanha para as eleições de 2018, enquanto policiais enfrentavam o fluxo nas imediações da mesma Alameda Dino Bueno, conforme noticiou o portal do Estadão (PALHARES, 2018).

Desapropriações e demolições não são incomuns na região por onde o fluxo circula. Entre 1998 e 2017, conforme levantamento

15 Atrás da fachada antiga, encontram-se as ruínas de um antigo hotel que começou a ser demolido cinco anos antes, durante a Operação Sufoco, quando estava tomado por usuários de drogas, junto com três construções na Rua Helvética, todas conectadas pelos fundos.

16 Cf. MENDONÇA et al. Região da Luz em disputa: mapeamento dos processos em curso. Portal do LabCidade. 6 set. 2017. Disponível em: <<http://www.labcidade.org.br>>

realizado pelo LabCidade,<sup>16</sup> imóveis foram demolidos nas imediações da estação da Luz (nas ruas Mauá, General Couto de Magalhães, dos Andradas e dos Gusmões) e nos Campos Elíseos (na Rua Helvécia e nas alamedas Barão de Piracicaba e Dino Bueno). Durante o mesmo período, o governo do estado construiu três museus, uma sala de concertos e um centro educacional profissionalizante, e iniciou as obras do Complexo Júlio Prestes. Os terrenos aproveitados pelo conjunto habitacional, no entanto, foram inicialmente requisitados pelo estado para execução de outro grande projeto.

Tratava-se do Complexo Cultural Luz, promovido pela Secretaria Estadual da Cultura entre a Alameda Cleveland e a Avenida Rio Branco, e que atingiria três quadras (48, 49 e 50), entre a Alameda Cleveland e a Avenida Rio Branco. As demolições começaram pela antiga rodoviária. Em março de 2010, na urgência do calendário eleitoral, o então governador José Serra (PSDB) subiu em um trator e investiu contra um muro. “É gostoso”, disse o pré-candidato à presidência da república para os repórteres que cobriam o evento (FREITAS, 2010). E completou: “Derrubar prédios é uma terapia” (FREITAS, 2010). O projeto cultural foi paralisado em 2014, quando decidiu-se entregar o terreno para a Agência Casa Paulista.<sup>17</sup>

Pedro vivia na Alameda Barão de Piracicaba quando os terrenos para o complexo cultural começaram a ser liberados. Segundo ele, seu prédio foi um dos primeiros a cair na quadra 48, então destinada a virar um jardim, e onde só

restariam os edifícios marcados como Zeis. Ele atravessou a rua para viver na quadra 49, colada à antiga rodoviária. O último prédio particular daquela quadra foi demolido em 2012, quando Pedro já estava na quadra 50. Em 2013, os tratores o alcançaram no lugar denominado pelos planos da Secretaria da Cultura como “Quadrilátero Helvécia”.<sup>18</sup> Para lá deveria ser transferido o quartel do corpo de bombeiros, que havia sobrado na quadra da rodoviária, o que nunca chegou a acontecer. Pedro atravessou a rua novamente e se mudou para a quadra 38. Em junho de 2017, ele estava cadastrado na lista da Prefeitura, que o removeria pela quarta vez na mesma vizinhança. “Ou seja, onde eu estou indo, eles estão indo, onde estou, eles estão. Então tem que ir para longe daqui. Daqui a pouco está tudo no chão. E você tem que ir, e você tem que ir. E o problema está indo atrás de você”, assim ele avalia a situação que enfrenta há oito anos.

Entre a operação de maio de 2017 e junho de 2018, pelo menos 600 famílias, em três quadras, foram ameaçadas de remoção, e cerca de 200 famílias foram efetivamente removidas da quadra 36. Nesta quadra, cujos terrenos passaram a pertencer à Secretaria da Saúde, deve ser construída a nova sede do hospital estadual Pérola Byington, especializado em saúde da mulher. O destino das quadras 37 e 38 pertence à Prefeitura, que quer entregar os terrenos ao governo do estado para que sejam construídos ali novos prédios como os do Complexo Júlio Prestes.

fau.usp.br/regiao-da-luz-em-disputa-mapeamento-dos-processos-em-curso/>. Acesso em: DD/MM/AAAA.

17 Criada pelo governo do estado, em 2011, para produzir habitação exclusivamente por meio de contratos de parceria com empresas privadas. Até então, a única entidade pública estadual com atribuição de construir habitação popular era a CDHU.

18 Conforme informações constantes do termo de adesão que a CDHU assinou com os moradores de ocupações removidos do Quadrilátero Helvécia, em setembro de 2013.

19 A ação da Defensoria Pública foi deferida pelo Tribunal de Justiça do estado conforme consta na sentença do processo nº 1022440-18.2017.8.26.0053.

Os projetos habitacional e de saúde estão sendo viabilizados pelo governo do estado por meio de convênio com as construtoras Canopus e Inova Saúde, respectivamente. Esta última pertence ao Grupo Construcap. Para executar essas duas PPPs, o poder público precisava desapropriar os imóveis, remover seus ocupantes, efetivar sua posse e demolir tudo. Quando esses planos se tornaram públicos, no entanto, a repercussão na sociedade mobilizou resistências que impuseram obstáculos ao processo. Estas resistências, que envolveram tanto entidades da sociedade civil que já atuavam na área e movimentos de moradia com atuação na região central, como grupos de pesquisadores, a exemplo do próprio LabCidade, mobilizaram e acionaram a Defensoria e o Ministério Público para interromper as ações da forma como estavam sendo conduzidas.

Os primeiros emparedamentos, ocorridos em maio de 2017, foram questionados pela Defensoria Pública Estadual, que entrou com ação exigindo a suspensão de qualquer remoção compulsória de pessoas, bloqueio e demolição de edificações, até que os atingidos fossem cadastrados para receber atendimento de saúde, assistência social e habitação.<sup>19</sup> Enquanto a Defensoria freou os tratores da Prefeitura, outra ação do Ministério Público Estadual obrigou a Secretaria Municipal de Habitação (Sehab) a iniciar o processo de constituição de um Conselho Gestor da Zeis afetada pela intervenção.<sup>20</sup>

Nove quadras dos Campos Elíseos (incluindo a 36, a 37 e a 38) são marcadas como Zeis3 no Plano Diretor Estratégico (Lei Municipal n 16.050/2014), um reconhecimento legal de que

a área concentra imóveis “ociosos, subutilizados, não utilizados, encortiçados ou deteriorados”, além de serviços públicos, infraestrutura urbana e oportunidades de emprego (art. 45, III). A legislação indica, então, que essas quadras devem ser alvo de projeto de intervenção para “reabilitação física ou requalificação” de moradias precárias, desde que haja formas de participação dos atingidos na elaboração e implementação da intervenção (art. 52, VI). Caso a intervenção induza a demolições, os moradores antigos têm preferência para ocupar as novas unidades habitacionais ali produzidas (art. 52, parágrafo 2º). (Capítulo 7 nesta publicação).

Instituídos pela Justiça, assistentes sociais da Sehab realizaram três visitas<sup>21</sup> para registrar os moradores, vistoriar suas habitações e selar, com um adesivo na porta, todos os cômodos pelos quais passaram nas duas quadras marcadas para remoção. Quem estivesse nesta lista poderia votar no Conselho Gestor e ter a expectativa de acessar algum programa ou política de habitação popular. A primeira reunião da Prefeitura com os atingidos pela intervenção aconteceu no dia 12 de junho e a eleição do Conselho, no dia 29 de julho, mais de dois meses após as primeiras interdições e demolição. Foi neste período que os atingidos confirmaram a intenção do poder público de ampliar a PPP habitacional sobre o lugar onde viviam. Dois dias antes da eleição do Conselho Gestor das quadras 37 e 38, notificações de “desocupação voluntária”, algumas com prazos entre 30 e 60 dias, foram distribuídas em endereços na quadra 36, a pedido do governo do estado, revelando que a intervenção pretendida pelo poder público atingiria mais quadras do que os

20 Conforme processo nº 1024495-39.2017.8.26.0053.

21 Nos dias 24 e 25 de maio, e 01 de junho.

22 Decreto nº 59.217, de 21 de maio de 2013.

moradores esperavam.

Estes documentos eram mandados de imissão na posse datados de 2015 e 2016, que informavam aos ocupantes que os imóveis haviam sido desapropriados, alguns, inclusive, com indenização já depositada em juízo para os proprietários, e que deveriam ser desocupados para que o governo do estado efetivasse sua posse. O decreto de utilidade pública foi publicado pelo governador em 2013 como parte dos procedimentos para construir a nova sede do Hospital Pérola Byington.<sup>22</sup>

Joaquim, um dos proprietários atingidos, cuja família vive e trabalha no mesmo imóvel desde a década de 1960, ouviu falar pela primeira vez do processo em 2015, depois, não soube de mais nada. Achou que a ameaça havia passado, até começar a ser visitado por oficiais de justiça, em 2017. “Agora é assim, o que é nosso não é nosso. Tem que sair sem querer, tem que aceitar o dinheiro que eles [o governo] pagarem”, comentou, enquanto explicava que estava questionando na Justiça o valor da desapropriação. “Diz que chega um caminhão, encosta e começa a tirar tudo. Acho que isso é uma crueldade muito grande, chegar e tirar as coisas assim e botar as pessoas na rua”, desabafou.

Logo que os mandados de imissão na posse foram entregues, o Fórum Mundaréu da Luz (ver Capítulo 5 nesta publicação) listou os imóveis notificados e divulgou que o processo de remoção atingiria proprietários antigos, moradores de pensões, ocupações e pequenos comerciantes.<sup>23</sup> A repercussão chegou ao Ministério Público, que, em dezembro de 2017, questionou na Justiça, mais uma vez, o

fato de a legislação de Zeis estar sendo desconsiderada nos Campos Elíseos.<sup>24</sup> A partir dessa ação, os eventos na quadra 36 sucedem em alta velocidade, com efeitos desestabilizadores na vida dos atingidos.

No dia 9 de janeiro de 2018, uma oficial de justiça começou a percorrer todos os imóveis no perímetro do projeto do novo hospital para constatar a existência de ocupantes. No dia 2 de fevereiro, em reunião no Ministério Público, representantes do governo do estado se comprometeram a não começar as obras do hospital sem encaminhar os removidos para atendimento habitacional. No dia 6, a oficial de justiça fez nova visita de constatação. Nos dois primeiros dias de março, fiscais da Prefeitura Regional da Sé interditaram imóveis na Alameda Barão de Piracicaba, alegando condições inseguras, a mesma justificativa usada na Dino Bueno, como já citado. Moradores da quadra 36 reagiram e conseguiram impedir o emparedamento de um hotel naquela ocasião.

No dia 13 de março, aconteceu a primeira reunião entre moradores e a Secretaria Municipal de Habitação, órgão competente para constituição de conselhos gestores de Zeis, mas que até então se eximira de qualquer responsabilidade sobre a quadra 36, já que as demolições eram induzidas por um projeto do governo do estado. No dia seguinte, audiência de representantes dos moradores com a juíza responsável pela emissão dos mandados de imissão na posse foi adiada, mesmo assim, a remoção foi determinada para dali um mês. Na segunda reunião para discutir a formação do Conselho Gestor, em 20 de março, a Prefeitura apresentou o cronograma da eleição e de

23 Na quadra 36 havia oficina mecânica, loja de pneus, centro de coleta de material reciclável, açougue, padaria, distribuidora de água, brechó de móveis, bares e restaurantes.

24 Inquérito Civil nº 4371/17.

pagamento do subsídio temporário de aluguel que os moradores cadastrados e habilitados receberiam a partir do momento em que fossem removidos.

No dia seguinte, moradores fizeram manifestação em frente ao Tribunal de Justiça contra a remoção. No dia 23, juízes responsáveis pelas imissões na posse suspenderam alguns processos, o que adiará também o prazo de remoção. No mesmo dia, o secretário municipal de Habitação chamou, “em caráter de urgência”, representantes da quadra 36 e conselheiros já eleitos da 37 e da 38 para apresentar propostas de atendimento habitacional. Os termos de atendimento precisariam ser assinados até o início de abril, antes de o prefeito renunciar ao cargo para concorrer à eleição para governador do estado, e de o governador renunciar para disputar a presidência da República. No dia seguinte, esse secretário publicou portaria com as regras da eleição para o conselho gestor da quadra 36.

Parte dos termos de atendimento aos moradores desta quadra foram, então, assinados. No dia 12 de abril, eles foram ao Branco do Brasil para sacar R\$1.200,00, referentes a três parcelas do auxílio-moradia, que depois seria pago mensalmente pela CDHU. A eleição do conselho gestor aconteceu no dia 14 de abril, quando todos que votaram também receberam quatro caixas de papelão para empacotar suas mudanças. A remoção começou no dia seguinte, um domingo. Os caminhões de mudança chegaram e, então, alguns imóveis foram esvaziados e lacrados.

Novas remoções aconteceram nos dias 16, 18, 20, 23, 24 e 27 de abril. Em 3 de maio, imóveis foram desocupados durante o dia e, à

noite, aconteceu a cerimônia de posse dos conselheiros eleitos pela quadra 36, na sede da Prefeitura. A última ocupação da quadra 36, que servia de refúgio derradeiro aos recém-removidos não habilitados para receber auxílio moradia e que não tinham para onde ir, foi esvaziada e emparedada no dia 5 de junho. Todos os imóveis esvaziados eram imediatamente demolidos, começando pelos fundos, a partir do grande terreno do que foi uma loja de pneus. Desde então, a quadra está deserta e isolada com tapumes metálicos. Enquanto tudo isso acontecia, as negociações continuaram no conselho gestor das quadras 37 e 38 para decidir quem receberia atendimento habitacional e de qual tipo.

Na quadra 36, a negociação não se esgotou antes da remoção. A oferta do governo do estado foi o subsídio ao aluguel, por tempo indeterminado, até que o beneficiário fosse encaminhado para uma unidade habitacional definitiva.<sup>25</sup> Para definir quem, entre os atingidos, teria acesso ao subsídio, a CDHU pedia comprovações de vínculo com a área. No caso do galpão ocupado na Avenida Rio Branco, por exemplo, coube aos coordenadores do grupo indicar quem realmente vivia no lugar e quem havia chegado pouco antes da remoção apenas para ter o nome incluído no cadastro do governo do estado. Apesar de todos enfrentarem semelhante condição de insegurança habitacional, apenas alguns conseguiriam atendimento. Para os não habilitados inicialmente, ainda havia a possibilidade de se tornarem “estudos de caso” que seriam debatidos no conselho gestor.

Receber subsídio de aluguel, no entanto, não é garantia de acesso a uma moradia digna.

25 Conforme descrito no temo de adesão celebrado entre a CDHU e “o morador que adere ao programa de reassentamento de indivíduos e famílias vulneráveis assentados

irregularmente nas áreas atingidas por obras de implantação do hospital Pérola Byington – quadra 36”, em abril de 2018.

Margarida, por exemplo, vivia no galpão ocupado e não pôde receber o auxílio da CDHU porque já participava de programa municipal equivalente. Seis anos antes, ela havia perdido a casa em um grande incêndio na Favela do Moinho. Desde então, recebe mensalmente os R\$400,00 do auxílio-aluguel, programa da Sehab destinado a quem é removido por obra pública, ação judicial de reintegração de posse ou desastre (como deslizamento de terra e incêndio). Em abril de 2018, 28.696 pessoas recebiam auxílio-aluguel, sendo que o beneficiário mais antigo foi cadastrado em 2008.<sup>26</sup> O dinheiro é depositado diretamente na conta do beneficiário, que precisa encontrar, por conta própria, um lugar para morar que caiba em seu orçamento, até ser encaminhado para uma habitação definitiva.

Margarida nunca recebeu atendimento habitacional definitivo. Depois de passar pouco mais de um ano no galpão nos Campos Elíseos, ela foi viver em outro prédio abandonado, no Largo do Paissandu. Não completou três semanas no novo endereço, no centro da cidade, quando um incêndio consumiu todo o edifício Wilton Paes de Almeida de mais de 20 andares, que veio a desmoronar. Pelo menos oito pessoas morreram e 169 famílias ficaram desabrigadas. O desmoronamento ainda destruiu parcialmente a primeira Igreja Luterana da cidade, construída em 1908, e afetou dois edifícios vizinhos, que foram interditados pela defesa civil, deixando mais 94 famílias desabrigadas. Margarida e sua família passaram um mês, pelo menos, acampados na praça em frente ao prédio que desabou, em busca de ajuda para encontrar uma nova moradia.

26 Conforme lista da Prefeitura disponível no portal HabitaSAMPA. Disponível em (consultado em 03/05/2018): <<http://www.habitasampa.inf.br/atendimento/atendimentos-realizados/programa-aco-es-de-habitacao/>>

## A reprodução da precariedade

“O nosso problema é a Cracolândia, que existe aqui há anos e anos. Não é um caso que [o prefeito] pegou a prefeitura e brotou a Cracolândia. Ele podia ter resolvido como um problema social e policial, que é, e não com moradores. Aí é outra coisa, aí é de habitação”. Foi assim que Pedro, atingido pela PPP habitacional, explicou porque questionou, em uma reunião do conselho gestor das quadras 37 e 38, a pressa da Prefeitura em interditar e demolir sua moradia. Desde 2005, o fluxo começou a se formar nos Campos Elíseos, quando a Operação Limpa afastou os usuários de drogas das imediações da estação da Luz. Em 2008, o movimento em torno do crack já estava estabelecido na Rua Helvetia (FRÚGOLI JR; SPAGGIARI, 2010). Em 2013, começou o processo de desapropriação da quadra 36 para construção do novo hospital estadual. Por que, então, acabar com a Cracolândia nos Campos Elíseos virou prioridade política entre 2017 e 2018? E por que políticas e projetos para transformar a região pressupõem demolições?

As eleições de 2018 ditaram a agenda das intervenções na Cracolândia. Até que o governador e o prefeito deixassem seus postos para concorrer a outros cargos executivos, era preciso mostrar publicamente como o trabalho realizados por eles na política institucional, cujo cotidiano se passa em gabinetes fechados, produz resultados concretos e visíveis na cidade. Obras de “utilidade pública” podem cumprir essa função de dar visibilidade ao político que a promoveu e, por isso, podem ser

entendidas como a “face pública da política” (PALMEIRA, 2010, p.128). Em tempo de eleição, eventos públicos como a inauguração de obras e outros atos de governo são oportunidades para o governante atualizar compromissos com eleitores (BORGES, 2003, p.90-91).

Foi o que o então governador fez, em 2010, quando subiu em um trator para começar a demolir a rodoviária, abrindo espaço para um projeto cultural que nunca saiu do papel, como mencionado acima. Também foi o que aconteceu em 2017, quando o governador, Geraldo Alckmin (PSDB), em fim de mandato, e o prefeito recém-eleito, João Doria (PSDB), vestiram luvas para passar argamassa nos ditos primeiros blocos da obra do Complexo Júlio Prestes e reafirmar um suposto compromisso com a habitação popular. E, ainda, foi o que esses dois últimos políticos fizeram, em março de 2018, quando convidaram a imprensa para cobrir a inauguração de uma torre desse conjunto habitacional, ainda que o prédio não pudesse receber moradores porque faltava concluir a infraestrutura de luz, água e esgoto. Nota-se, então, que, por um lado, as grandes obras na Cracolândia servem para promoção dos políticos. Por outro, também assinalam como capturar a terra é mais importante do que transformar a condição de precariedade das pessoas que vivem ali.

Os terrenos que são incluídos na carteira da PPP da Habitação, além de serem local de produção das novas unidades habitacionais, servem para alavancar o financiamento que viabiliza todo o projeto. Ao mesmo tempo em que o estado experimenta novos produtos financeiros baseados em uma intensificação da extração da renda da terra, também fortalece a

propriedade privada como solução única para a produção habitacional subsidiada, já que todos os apartamentos produzidos no esquema da PPP devem ser vendidos com financiamentos subsidiados. Apesar da articulação entre governo do estado, bancos e construtora privada, todos os riscos do empreendimento são assumidos pelo poder público e, entre as garantias, estão, justamente, terrenos públicos.

A mobilização desses terrenos em área urbana consolidada é atribuição do poder público, que deve entregá-los “completamente limpos e em condições de início de obras e serviços”, como aparece no aditivo ao convênio firmado entre governo do estado e Prefeitura para construção dos apartamentos via PPP. Este documento, assinado no dia 29 de março de 2018, adiciona as quadras 37 e 38 dos Campos Elíseos ao conjunto de terrenos a serem disponibilizados pela Prefeitura para a parceria.<sup>27</sup> Para a execução desta PPP, pouco importa o destino dos moradores que usavam os imóveis desapropriados e demolidos, desde que deixem o perímetro da intervenção. Mais do que isso, a “eliminação de usos e formas de ocupação [...] em poder de setores sociais incapazes de utilizá-las como ativos financeiros” (ROLNIK, 2015, p.227) faz parte desta operação financeira, que é também um projeto de intervenção urbana. No caso dos Campos Elíseos, constatamos que a produção de novas habitações de interesse social para aquisição com financiamento subsidiado promove a destruição de modos e meios de vida populares.

O processo de remoção que aqui relatamos é especialmente brutal não só porque policiais e tratores entraram em ação antes dos assistentes sociais da Secretaria Municipal de

27 Os outros terrenos listados no documento do convênio são: Rua São Caetano nº 629, quadras 69 e 77 (na Rua dos Protestantes, cujos imóveis foram demolidos também em operações contra a cracolândia), e na Água Branca

(quadras A e B, parte do setor A1 da Operação Urbana Consorciada Água Branca).

Habitação, como vimos. A ação atingiu um território atacado por políticas e projetos autoritários desde, pelo menos, o fim da década de 1990, quando parte do centro da cidade ficou conhecida como Cracolândia. Ao longo desses anos, os pontos de concentração de pessoas em situação de rua não pararam de mudar de lugar. Cada mudança foi precipitada principalmente por operações policiais e demolições, que constituíram violentamente o que Frúgoli Jr. e Spaggiari (2010) chamaram de “territorialidade itinerante” dos atingidos. Apesar da repressão, o fluxo permaneceu um importante “campo de gravitação” dessa população heterogênea que Vera Telles chama de “refugiados urbanos” (TELLES, 2017, p.5), pessoas destituídas de trabalho, moradia e condições de vida, atingidas por processos de despossessão. A captura da terra em territórios populares agrava ainda mais a precariedade vivida por essas pessoas.

A última década do século XX também coincide com o fim do período de esvaziamento do centro, que perdia moradores desde os anos 1980. Na primeira década do século XXI, a população voltou a crescer, graças, também, ao incremento de domicílios cujo responsável ganhava até três salários mínimos, como mostram os dados dos censos do IBGE de 2000 e 2010, resgatados por Luiz Kohara (2013). Assim, as operações violentas aqui mencionadas atingiram territórios cada vez mais populares.

Em 2017, o discurso do esvaziamento da área central ainda servia como justificativa para projetos como o da PPP da Habitação, apesar dos números do Censo. Talvez a motivação não revelada desses projetos levasse em conta a

popularização de uma região cuja localização poderia ser valorizada por empreendimentos imobiliários, caso atraísse pessoas com suficiente capacidade de consumo. O que é certo, no entanto, é como o estigma territorial que acompanha a Cracolândia serviu para justificar tentativas de eliminação desse espaço e para mantê-lo em uma condição de “instabilidade, irresolução e temporariedade”, principais características que Rolnik (2015, p.184) identifica em espaços de exceção. Percebida como margem, a região onde recai a alcunha Cracolândia torna-se um campo de experimentação de modos de ordenar e legislar, incluindo o planejamento urbano e formas de gerir populações (DAS; POOLE, 2009).

Propostas para flexibilização de normas urbanísticas, como o Projeto Nova Luz e os projetos de intervenção urbana (PIU) Rio Branco e Terminal Princesa Isabel, mesmo que não sejam implementadas, contribuem para o aprofundamento da ambiguidade que constitui “zonas de indeterminação” entre o que é legal/ilegal, formal/informal, tolerado/não tolerado (ROLNIK, 2015, p.174). Ambiguidade que aparece na legislação urbana quando esta comporta o fracionamento discricionário de uma única Zeis para composição de múltiplos conselhos gestores. Ambiguidade sobre quem é habilitado e quem não é para receber atendimento habitacional a partir do estabelecimento de critérios discricionários, como “cut-off-dates” (ROLNIK, 2015, p.182), a distinção entre “merecedores” e “não merecedores” (BAKER, 2017, p.151), ou o estabelecimento de categorias de “cidadania variada” (ZHANG, 2017, p.105). Ambiguidade que fragiliza a segurança na posse até de proprietários legais, que têm

de aceitar a indenização e deixar suas casas, e comerciantes formais, que não recebem qualquer compensação caso não sejam proprietários dos seus pontos. E que fragiliza também o direito de permanecer (conforme prevê a legislação de Zeis), como aconteceu na quadra 36, em que famílias foram expulsas no início do processo de intervenção. Ambiguidade dos modos de gestão governamental da Cracolândia, presente na área central há duas décadas, vivendo alternadamente momentos de tolerância com momentos de repressão urgente, em que parte do aparato do Estado se alinha para realizar uma operação (ZHANG, 2017).

A diversidade de órgãos estatais que atuam na Cracolândia é outro sinal da ambiguidade que constitui este “conector urbano” (MALLART, RUI, 2015). Considerando apenas as remoções que foram objeto desta pesquisa, incidem no território medidas executadas por órgãos municipais – como Guarda Civil Metropolitana, Sehab e Prefeitura Regional da Sé, e gabinete do prefeito (onde são emitidos decretos decretos de utilidade pública por exemplo) – e estaduais – como CDHU, Secretaria da Saúde, Agência Casa Paulista, polícias Militar e Civil, e gabinete do governador. Presença ambígua e contraditória também é a do Judiciário, que envolve Tribunal de Justiça, central de mandados, Defensoria Pública e Ministério Público, em conflitos entre direitos dos atingidos e pressões políticas dos governantes.

Vimos que, nos Campos Elíseos, as diversas instituições que se articularam em torno da remoção “invadiram” as moradias, transformando-as em lugar de encontro entre “lei, força e relações íntimas” (BAKER, 2017, p.156).

Rosana, moradora da pensão na Helvétia,

disse numa reunião do conselho gestor: “A gente paga aluguel para um sujeito que não sei quem é e ainda tem que prestar contas para vocês”. Ela reclamava da invasão das instituições na sua vida, e sua fala era direcionada a conselheiros tanto do poder público, quanto da sociedade civil. Com o processo de remoção, ela foi obrigada a se relacionar com agentes da Prefeitura até dentro da sua moradia. Este processo também trouxe outras entidades e grupos organizados, como o Observatório de Remoções e o Fórum Aberto Mundaréu da Luz.

Essa constatação encontra ressonância no artigo de Melo e Simões (2011) sobre a renovação urbana de um bairro na cidade de Lille, na França. Lá, um espaço de articulação entre poder público e pessoas atingidas também foi constituído. Mas o que chama mais atenção neste paralelo é que as pesquisadoras na França também identificaram uma “formidável penetração institucional na vida dos moradores de certos bairros da cidade” (MELO, SIMÕES, 2011, p.4). Ou seja, “penetração” na vida de populações que o poder público quer gerir, que são alvos de políticas que buscam determinar onde e como vivem – uma invasão, na percepção daqueles que têm suas vidas impactadas. Portanto, esse processo ampliou o sentido da habitação de espaço íntimo de reprodução da vida, por meio do qual se acessam serviços públicos e oportunidades de trabalho, para “lugar de luta política” (BRICKEL, 2017, p.18), onde ganha corpo o conflito entre valor de uso e valor de troca da terra (MADDEN; MARCUSE, 2016).

As moradias de aluguel nos Campos Elíseos valem para o mercado imobiliário pelo chão

que ocupam e, se a PPP da Habitação for implementada, serão substituídas por novos apartamentos, que serão vendidos para quem tem renda de mais de um salário mínimo e trabalho formal. Isso vai impactar a vida de Pedro, que talvez deixe de ser vizinho da irmã e da mãe cozinheiras, a quem recorre diariamente para fazer suas refeições. Rosana provavelmente se afastará da unidade de saúde onde trata uma doença incurável. Joaquim já foi obrigado a abandonar a casa onde ele e três gerações de sua família construíram raízes, memórias e sonhos. Essas são apenas algumas dimensões do sofrimento provocado por um processo de despossessão, mas, para a maior parte dos atingidos nos Campos Elíseos, não são situações excepcionais. Ao contrário, essa é uma população que experimenta insegurança habitacional como consequência de ciclos recorrentes de despossessão (BRICKEL, 2015). Para estas pessoas, precariedade é norma e não exceção.

Os problemas enfrentados em casa pelas pessoas acompanhadas por esta pesquisa não se resumem, portanto, à falta de janela ou à falta de conservação dos imóveis. Suas casas não são precárias apenas porque foram improvisadas em prédios construídos sem fim residencial, convertidos em moradia depois de abandonados— esta é a definição de “habitação precária” usada pela Fundação João Pinheiro para calcular quantas moradias faltam no país. Esses moradores também têm que lidar com a situação instável de uma vizinhança constituída por ambiguidades e oscilações violentas, e onde a posse das moradias é frágil, característi-

28 O Plano Municipal de Habitação não virou lei. O projeto de Lei foi encaminhado à câmara no fim da legislatura 2013-2016, pelo prefeito Fernando Haddad (PT). Passou pela Comissão de Constituição, Justiça e Legislação Participativa, mas a tramitação foi paralisada na Comissão de Política Urbana, Metropolitana e Meio Ambiente.

cas que se aproximam da definição de “assentamento precário” que aparece no Plano Municipal de Habitação (Projeto de Lei nº. 619/2016).<sup>28</sup> A imprevisibilidade da renda é outro fator de desestabilização enfrentado por quem tem trabalho temporário, sem vínculo empregatício, sem acesso a benefícios sociais, sem carreira e sem apoio de um grupo de representação profissional (como um sindicato).

Todas essas situações têm como componente central a instabilidade, o que faz a “precariedade” ser mais bem entendida como uma “experiência” do que como um objeto empírico bem delimitado e “estável” (NEILSON; ROSSITER, 2008, p.63). Como vimos, moradores de Campos Elíseos e outros territórios populares na área central experimentam recorrentemente instabilidade e insegurança, vivendo em uma condição de “permanente transitoriedade” (ROLNIK, 2015, p.174). Essa condição é agravada por situações específicas, como as demolições induzidas pelas PPPs da habitação e da saúde, que evidenciam o papel central do Estado na reprodução da precariedade de determinadas populações.”

### Referências bibliográficas

BAKER, Alexander G. Bailiffs at the Door: Work, Power, and Resistance in Eviction Enforcement. In: BRICKELL, Katherine; ARRIGOITIA, Melisse F; VASUDEVAN, Alex (Orgs). Geographies of Forced Eviction: Dispossession, Violence, Resistance. London: Palgrave-Macmillan, 2017, p.145-166.

BARTHE, Yannicket al. Sociologia pragmática: guia do usuário. Trad. de Patrícia Reuillard. Sociologias, Porto Alegre, ano 18, n.41, jan./abr. 2016, p.84-129.

BORGES, Antonádia. Tempo de Brasília: etnografando

lugares-eventos da política. Rio de Janeiro: RelumeDumará/Núcleo de Antropologia da Política NUAP/UFRJ, 2003.

BRICKELL, Katherine; ARRIGOITIA, Melisse F; VASUDEVAN, Alex. Geographies of Forced Eviction: Dispossession, Violence, Resistance. In: BRICKELL, Katherine; ARRIGOITIA, Melisse F; VASUDEVAN, Alex (Orgs). Geographies of Forced Eviction: Dispossession, Violence, Resistance. London: PalgraveMacmillan, 2017, p.1-23.

DAS, Veena; POOLE, Deborah. State and Its Margins: Comparative Ethnographies. In: DAS, Veena; Poole, Deborah. (Orgs.). Anthropology in the Margins of the State. Santa Fe: School of American Research, 2009.

EVARISTO, Conceição. Becos da Memória. Rio de Janeiro: Pallas, 2017.

FREITAS, Carolina. Serra participa de demolição em obra sem projeto pronto. O Estado de S.Paulo, 23/03/2010. Disponível em: <<https://politica.estadao.com.br/noticias/geral,serra-participa-de-demolicao-em-obra-sem-projeto-pronto,528233>>. Acesso em: 10/09/2018

FRÚGOLI JR., Heitor; SPAGGIARI, Enrico. Da cracolândia aos nóias: percursos etnográficos no bairro da Luz. Revista Eletrônica Ponto Urbe, ano 4, ago.2010.

G1. Sem-teto deixam prédio do Cine Marrocos em reintegração de posse. Portal G1. São Paulo, 15/10/2016. Disponível em: <<http://g1.globo.com/sao-paulo/noticia/2016/10/familias-que-ocupavam-antigo-cine-marrocos-deixam-o-edificio.html>>. Acesso em: 10/09/2018

KOHARA, Luiz T. As contribuições dos movimentos de moradia do centro para as políticas habitacionais e para o desenvolvimento urbano do centro da cidade de São Paulo. São Paulo: FAPESP, 2013.

MADDEN, David; MARCUSE, Peter. In Defense of Housing: the Politics of Crisis. London/New York: Verso, 2016.

MALLART, Fábio; RUI, Taniele. A Cracolândia, um potente conector urbano. Le Monde Diplomatique Brasil, n.99, out. 2015. Disponível em: <<http://diplomatique.org.br/a-cracolandia-um-potente-conectorurbano>>. Acesso em: 20/10/2017.

MELO, Ana Maria B. C.; SIMÕES, Soraya S. Considerações

acerca de um drama: a renovação urbana em Lillesud. Revista Bibliográfica de Geografía y Ciencias Sociales, Universidad de Barcelona, v.XVI, n.937, ago.2011.

MENDONÇA, Pedro et al. Região da Luz em disputa: mapeamento dos processos em curso. Portal do LabCidade. 6 set. 2017. Disponível em: <<http://www.labcidade.fau.usp.br/regiao-da-luz-em-disputa-mapeamento-dos-processos-em-curso/>>. Acesso em: 15/08/2018

NASSER, Marina M. S. Cracolândia como campo de gravitação. Revista Ponto Urbe [Online], n. 21, dez. 2017. Disponível em: <<http://journals.openedition.org/pontourbe/3530>>. Acesso em: 31/12/2017.

NEILSON, Brett; ROSSITER, Ned. Precarity as a Political Concept, or, Fordism as Exception. Theory, Culture & Society. SAGE (Los Angeles, Londres, Nova Deli e Singapura), v. 25(7-8), 51-72, 2008.

PALHARES, Isabela. Alckmin e Doria inauguram obra habitacional no centro com confusão na cracolândia. O Estado de S.Paulo, 29/03/2018. Disponível em: <<https://sao-paulo.estadao.com.br/noticias/geral,alckmin-e-doria-inauguram-obra-habitacional-no-centro-com-confusao-na-cracolandia,70002247709>>. Acesso em: 05/09/2018.

PALMEIRA, Moacir. Eleição municipal, política e cidadania. In: PALMEIRA, Moacir; HEREDIA, Beatriz M.A. Política ambígua. Rio de Janeiro: Relume-Dumará/NUAP/UFRJ, 2010.

ROLNIK, Raquel. Guerra dos lugares: a colonização da terra e da moradia na era das finanças. São Paulo: Boitempo, 2015.

RUI, Taniele. Depois da "Operação Sufoco": sobre espetáculo policial, cobertura midiática e direitos na "cracolândia" paulistana. Contemporânea, v.3, n.2, p.287-310, jul.-dez. 2013.

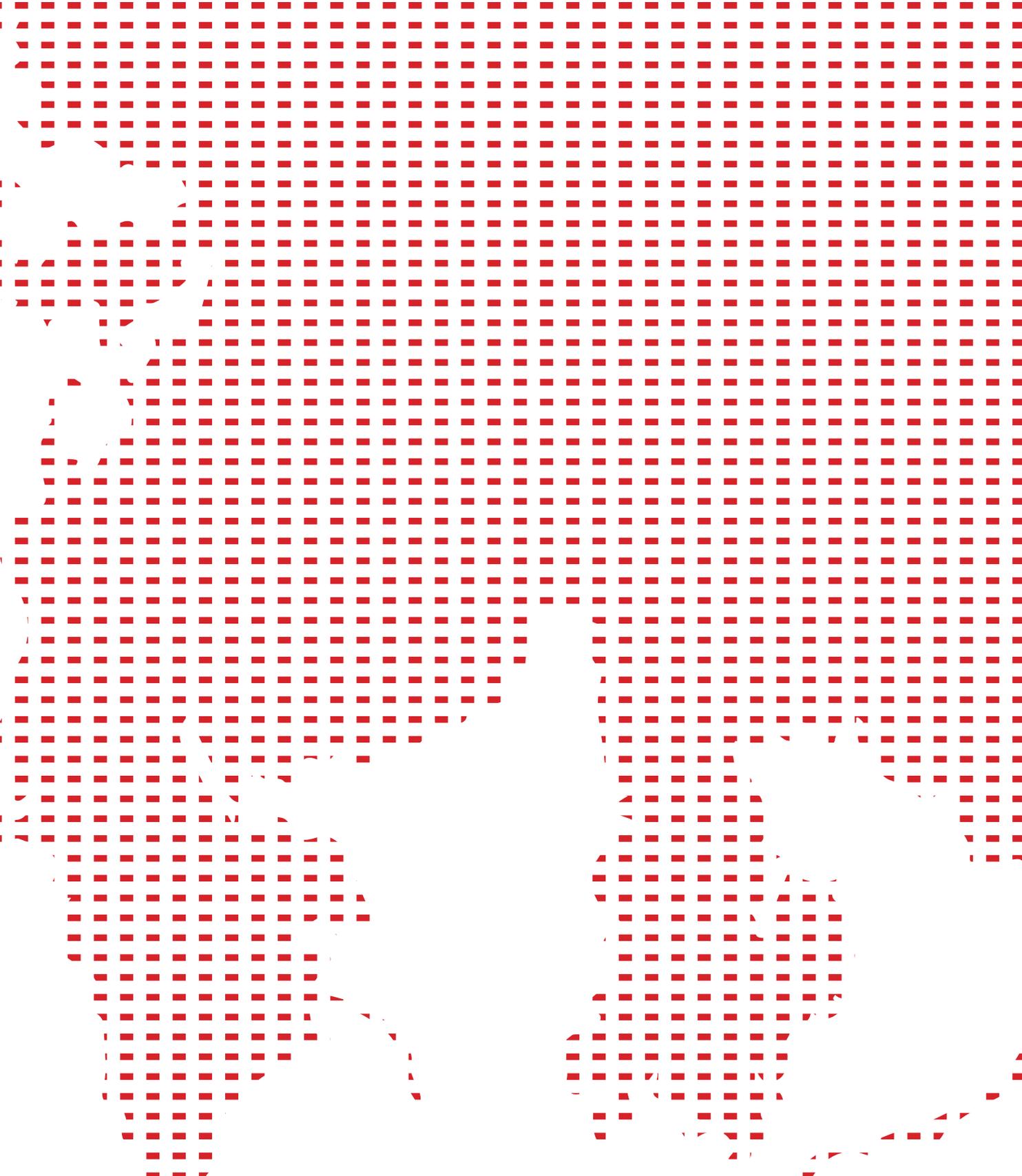
SECRETARIA DE DESENVOLVIMENTO SOCIAL DO ESTADO DE SÃO PAULO. Coordenadoria de Políticas sobre Drogas (COED). Levantamento do Perfil de Usuários de Drogas na Região da Cracolândia. 2017.

TELLES, Vera S. Cidade: produção de espaços, formas de controle e conflitos. Revista de Ciências Sociais, Fortaleza, v.46, n.1, p.15-41, jan./jun. 2015.

\_\_\_\_\_. Em torno da Cracolândia Paulista: apresentação. Ponto Urbe [Online], n. 21, dez 2017, Disponível em: <<http://journals.openedition.org/pontourbe/3602>>. Acesso em: 31/12/2017

WOLFE, Tom. *The New Journalism*. London: Picador, 1975.

ZHANG, Yunpeng. 'It Felt Like You Were at War': State of Exception and Wounded Life in the Shanghai Expo-Induced Domicide. In: BRICKELL, Katherine; ARRIGOITIA, Melisse F; VASUDEVAN, Alex (Orgs). *Geographies of Forced Eviction: Dispossession, Violence, Resistance*. London: PalgraveMacmillan, 2017, p.97-120.



## A formação dos conselhos gestores nos Campos Elíseos e disputas para além da esfera institucional

**Renato Abramowicz Santos**  
**Talita Anzei Gonsales**  
**Aluízio Marino**

### Introdução

Neste artigo, discutiremos o processo de formação e o funcionamento dos conselhos gestores da Zona Especial de Interesse Social (Zeis) das quadras 37 e 38 e da quadra 36, no bairro dos Campos Elíseos, em uma área conhecida como “Cracolândia”. São também objetivos deste trabalho reconstituir as mobilizações que se deram pela abertura desse espaço de participação institucional, em um território marcado também pela presença e atuação de diversos coletivos, movimentos sociais e instituições. Após a mega operação violenta conduzida por representantes do governo do estado e da Prefeitura de São Paulo, em maio de 2017, esses atores passaram a se organizar em uma articulação mais ampla, o Fórum Aberto Mundaréu da Luz (ver Capítulo 5 nesta publicação). Buscamos compreender de que forma essa articulação envolveu os conselhos gestores e outros espaços de participação não institucionais presentes naquele território, bem como as dificuldades e desafios que surgem dessa interação.

No dia 21 maio de 2017, teve início uma megaoperação conjunta entre governo do estado e Prefeitura, nos Campos Elíseos, no centro da cidade de São Paulo, especificamente na área conhecida como “Cracolândia”: centenas de policiais civis e militares, com um arsenal de guerra justificado pelo combate ao tráfico de drogas reprimiram duramente os usuários no *fluxo*, mas não só, a violência atingiu também moradores e trabalhadores do entorno. Dois dias após essa ação violenta, a Prefeitura passou a interditar e demolir imóveis. Os moradores foram surpreendidos com as demolições, sendo que três ficaram feridos em

um imóvel que começou a ser demolido antes que tivessem tempo de sair.<sup>1</sup> Diante da violência, da falta de informações e de diálogo por parte do poder público, reações para enfrentar essa situação começaram a ser mobilizadas.

Esse território, historicamente, é espaço de atuação e trabalho de uma multiplicidade de coletivos, instituições e movimentos sociais, que, após a ação do dia 21, começaram a se movimentar e articular com o objetivo de organizar resistências aos projetos e à violência em curso. A mobilização e pressão em torno da constituição de um conselho gestor, como instância formal e institucional de disputa, representou uma das muitas ações de resistência que decorreram da megaoperação.

Após a repercussão negativa na mídia, a Prefeitura decidiu convidar parte dos movimentos de moradia da área central, que têm a prática de diálogo com o poder público, para uma reunião, na qual seria apresentada a situação e os encaminhamentos para a região. Nessa reunião, foi exigida a formação de um conselho gestor. Paralelamente, outras ações estavam acontecendo também: por exemplo, o Observatório de Remoções vinha desenvolvendo um levantamento e análise dos impactos das Parcerias Público-Privadas (PPPs) naquele território, exatamente na época em que a megaoperação eclodiu. O resultado desse estudo compõe o dossiê “Região da Luz em disputa: mapeamento dos processos em curso”.<sup>2</sup>

Além destas, muitas outras ações se desenvolviam, e foi diante da diversidade de coletivos e de iniciativas no território que surgiu a ideia de construção de uma articulação que alinhasse e colocasse em contato e diálogo

essa miríade de atores e repertórios, a partir de objetivos comuns de ação e resistência. Foi assim que surgiu o Fórum Aberto Mundaréu da Luz (ver Capítulo 5 nesta publicação). Conforme a iniciativa se consolidava, as várias ações que estavam acontecendo no território passaram a se articular em seu espaço, na tentativa de enfrentar as violações de direitos e projetos impostos na região. Entretanto, outras ações continuaram ocorrendo, de forma paralela e não vinculadas a essa articulação ampla, já que nem tudo o que acontece naquele território liga-se ao Fórum. Inclusive, apesar de haver proximidade, os movimentos de moradia da área central, por exemplo, não se engajaram plenamente nas atividades e estratégias formuladas a partir do Fórum.

Além da disputa institucional, uma série de atividades foi proposta e desenvolvida pelo Fórum junto aos moradores, comerciantes, profissionais e ativistas, com a finalidade de aprofundar a leitura e compreensão sobre aquele território em disputa, buscando entender suas especificidades, necessidades e conformações. A tentativa de aproximação e reconhecimento do território deu-se aos poucos e de forma não linear, sendo construída em torno de demandas que surgiam no cotidiano de uma população desconfiada, não organizada politicamente e acostumada a lidar com a truculência e a falta de diálogo – afinal, esse era o modo como geralmente o poder público intervinha (e intervém) historicamente nessa área da cidade.

Uma das estratégias adotadas pelo Fórum é a disputa institucional, que se materializa na sua atuação em espaços de participação social,

1 Cf. Demolição de imóveis na cracolândia deixa feridos. Estadão. Disponível em: <<https://sao-paulo.estadao.com.br/noticias/geral,demolicao-de-imoveis-na-cracolandia-deixa-feridos,70001808892>>. Acesso em: 05/09/2018.

2 Cf. MENDONÇA, Pedro. et al. Região da Luz em disputa: mapeamento dos processos em curso. Observatório de Remoções. 9 jun. 2017. Disponível em: <<https://observasp.wordpress.com/2017/06/09/regiao-da-luz-em-disputa-mapeamento-dos-processos-em-curso/>>. Acesso em: agosto de 2018

entre os quais, os conselhos gestores de Zeis. Mas é importante destacar que as disputas institucionais que foram sendo construídas a partir do Fórum Mundaréu da Luz não se restringiram à atuação nos conselhos gestores. Entre as demais ações, destacam-se: (i) solicitação de reuniões junto à Prefeitura Regional da Sé, à Secretaria Municipal de Habitação e à Prefeitura para questionamentos sobre os projetos para a área em disputa e apresentação de propostas; (ii) presença em debates da Comissão de Política Urbana da Câmara Municipal; (iii) apresentação na Subcomissão sobre Políticas de Drogas da Câmara Municipal; (iv) comunicação com secretários municipais e vereadores a partir de ofícios; e (v) apresentação de propostas urbanísticas à Companhia de Desenvolvimento Habitacional e Urbano (CDHU).

Evidentemente, a atuação nesse território expôs uma série de conflitos preexistentes, ao mesmo tempo em que gerou novos. À medida em que se observava a articulação entre diferentes atores, ocorria também a dispersão de pautas e demandas. Por vezes, tensões e desacordos surgiram dos modos distintos de olhar, interpretar e atuar na área. Por exemplo, a forma como muitos moradores enxergam e lidam com o fluxo de usuários de drogas da região difere da visão e dos planos de atuação de grupos antiproibicionistas e organizações que atuam no campo da redução de danos. Buscar construir pontos e pontes de diálogo e discussão de projetos comuns, que respeitem a todos, é um desafio constante na construção dessa articulação em curso.

A articulação do Fórum buscou estabelecer aproximações e conciliações entre espaços e dinâmicas distintos (formais ou informais,

institucionalizados ou não convidados<sup>3</sup> ou inventados) para que, por meio desse contato, se reforçassem e complementassem, tendo como fio condutor a promoção de ações e alternativas às urgências e demandas da população que mora, trabalha e circula naquele território. A construção e o fortalecimento dos espaços de ação são vistos como uma estratégia fundamental em um território estigmatizado, de grande precariedade, e permeado por conflitos e frágeis vínculos comunitários. Por mais que esses espaços e dinâmicas sejam distintos, a estratégia construída é a de atravessá-los e articulá-los, com o objetivo de engajar e mobilizar sujeitos e coletivos variados. Lidar com as diferenças, limitações e atritos que surgem da realidade vivida no território, e que se manifestam de diferentes formas, coloca-se como uma questão a ser enfrentada e negociada, constantemente, no processo de constituição e consolidação dessa articulação.

O Observatório de Remoções participou de todo o processo de criação do Fórum Aberto Mundaréu da Luz e de constituição dos conselhos gestores, tendo, inclusive, representação formal no conselho das quadras 37 e 38. Foi a partir dessa posição e dessa perspectiva que este artigo foi escrito: ao mesmo tempo em que observamos os eventos que se desenrolam na área, também deles participamos. Conseqüentemente, a tarefa de elaboração desse processo representa um desafio tanto analítico – pois se trata de descrever um processo permeado de contradições e conflitos que ainda se encontra em curso; quanto metodológico – pois, como participamos dos eventos e processos descritos, reconhecemos que a falta de distanciamento (não só temporal, mas também físico, já

3 MIRAFTAB (2016, pp. 368-369) compreende os espaços de ação convidados como canais institucionais de participação cidadã, tais como conselhos, conferências, audiências públicas, entre outros. Segundo a autora, tais espaços estão orientados pela lógica da inclusão liberal e são designados pelas “instituições de poder, tais como a mídia dominante, o Estado, organizações internacionais

de ajuda, [...] como espaços ‘apropriados’ para as vozes e participação dos cidadãos.” Em contraposição a essa lógica, aponta que movimentos insurgentes se movem entre os espaços de ação convidados e inventados “de acordo com as necessidades específicas da luta”.

que não há distância na nossa própria atuação e envolvimento) para discutir e refletir sobre os sentidos dessas articulações e dos conflitos que delas nascem faz parte também do exercício de escrita e formulação a que nos propomos aqui.

Foi a partir dos processos de criação do conselho gestor que desenvolvemos a discussão e construímos nossa argumentação, situando-a nesse contexto mais amplo que acabamos de descrever.

### **A constituição e eleição dos conselhos gestores: mobilização e pressão pela formação de instâncias institucionais de disputa e negociação**

O fato de as ações violentas do dia 21 de maio terem sido dirigidas a quadras pertencentes a uma Zona Especial de Interesse Social, no caso, uma Zeis-3, agravou ainda mais a situação de violação de direitos cometida. As Zeis-3 localizam-se na região central da cidade de São Paulo, onde existem redes de infraestrutura urbana e grande oferta de emprego e consumo. São principalmente áreas subutilizadas, ou com predominância de habitações precárias, que sofrem pressões por valorização por parte de interesses imobiliários. De acordo com a legislação municipal, as áreas demarcadas como Zeis-3 deveriam ser destinadas predominantemente para habitação de interesse social, ou seja, para garantir moradia digna para a

4 As moradias previstas pela PPP da Habitação do Programa Casa Paulista, do governo do estado de São Paulo, estão sendo construídas no centro, prioritariamente, em perímetros de Zeis3, com recursos privados, subsídios federais e recursos dos governos estaduais e municipais.

5 O Projeto Redenção foi criado em 2017, inicialmente, com o objetivo de “combater a crackolândia” e previa a internação em massa dos usuários de droga. O projeto foi severamente criticado por instituições do campo da saúde, entre elas, o

população de baixa renda, atendendo prioritariamente às pessoas que já residem no local – e não em regiões afastadas do centro urbano consolidado.

Foi em uma dessas Zeis que as intervenções do poder público se concentraram, em maio de 2017, mais especificamente nas quadras 37 e 38 dos Campos Elíseos, ambas integrando a Zeis-3 C 108 (ver Mapa 1), uma zona mais ampla composta de nove quadras no total, conforme demarcado pelo Plano Diretor municipal.

No entanto, é importante destacar que, embora a operação de maio tenha se restringido às quadras 37 e 38, uma série de projetos de intervenção, pública e privada, em discussão ou já em implementação, se sobrepõe naquele território (ver Mapa 2): (i) PPP Habitacional do Centro, “que propõe trazer cerca de duas mil famílias para o entorno, mas que não foi pensada para aqueles que lá já habitam; (ii) Projeto Redenção;<sup>5</sup>(iii) PPP Complexos Hospitalares, responsável pela implementação do Hospital Pérola Byington na quadra 36; (iv) Operação Urbana Centro; e (v) Projetos de Intervenção Urbanística (PIUs): PIU Terminal Princesa Isabel e PIU Central. Os PIUs são intervenções que têm como objetivo a flexibilização da legislação urbanística, de forma pouco transparente, para viabilizar o aumento de densidade construtiva no perímetro demarcado, passando para a iniciativa privada a prerrogativa de desapropriar e explorar comercialmente

Conselho Regional de Medicina do Estado de São Paulo (Cremesp) e o Conselho Municipal de Política de Drogas (Comuda). Ver: <[http://cremesp.org.br//pdfs/web\\_relatorio.pdf](http://cremesp.org.br//pdfs/web_relatorio.pdf)>. Acesso em: 04/10/2018.

6 Cf. SANTORO, Paula F.; NUNES, Flavia. Projetos de Intervenção Urbana (PIUs) em São Paulo: transferência de terras para exploração comercial por terceiros. Observatório de Remoções. 25 maio 2018. Disponível em: <<https://observasp.wordpress.com/2018/05/25/projetos-de-intervencao-urbana-pius-em-sao-paulo-transferencia-de-terras-para-exploracao-comercial-por-terceiros/>>. Acesso em: 12/09/2018.

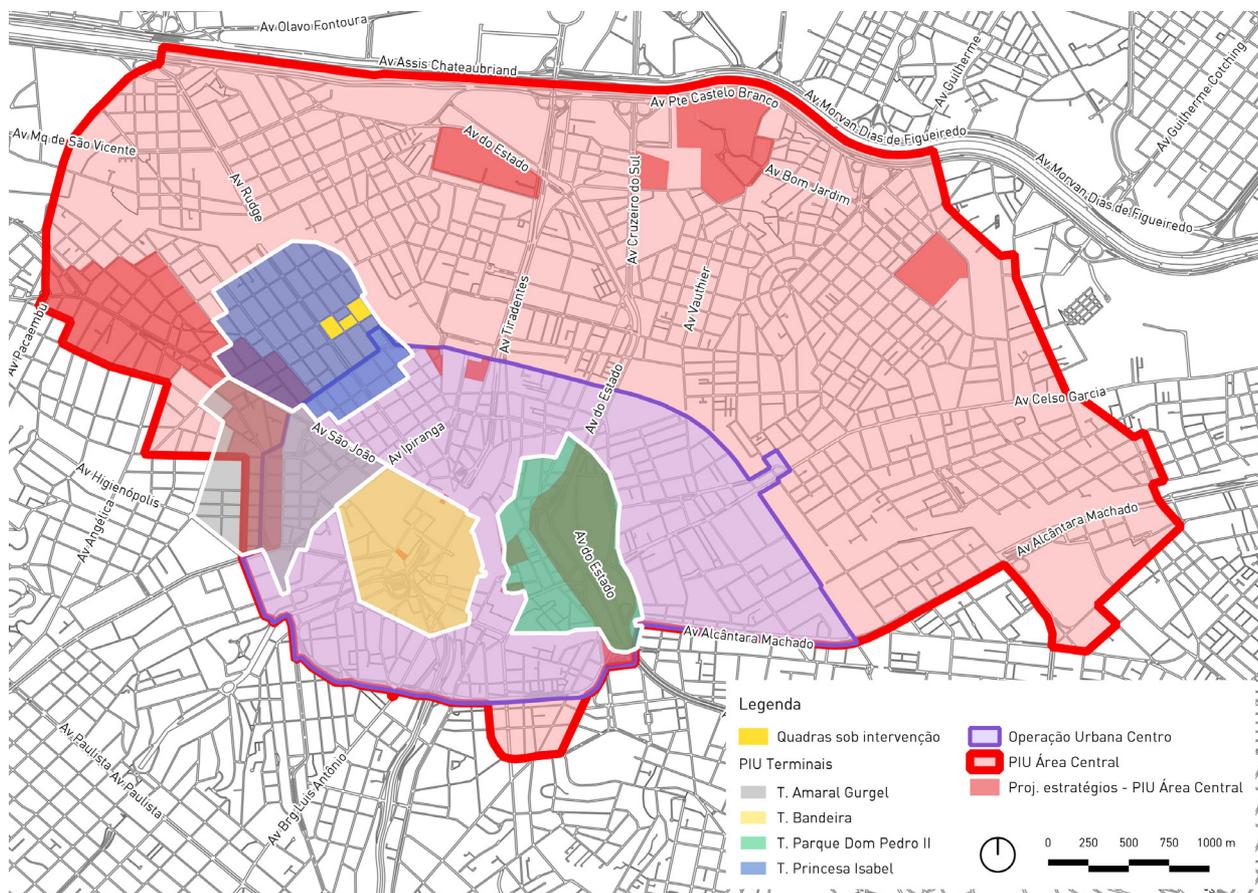


a área sob sua administração.<sup>6</sup> A sobreposição de vários instrumentos urbanísticos no mesmo território evidencia a multiplicidade e intensidade de interesses que se atravessam e que ali estão em disputa.

Portanto, se, por um lado, a ação e a postura do poder público – no caso, a Prefeitura e o governo do estado –, naquelas duas quadras, se pautavam por acordos a portas fechadas com a empresa Canopus Holding, vencedora da

licitação da PPP Habitacional (Casa Paulista), aprofundando na população a percepção de que os encaminhamentos se davam de forma pouco transparente e agravando a situação de desrespeito e incerteza que os moradores viviam, de forma mais aguda, desde maio de 2017, por outro lado, entidades, coletivos e atores diversos passaram a se articular para discutir e organizar estratégias de enfrentamento e resistência frente ao avanço de um

Mapa 1: Quadras sob intervenção e Zeis na região entre os bairros Luz e Campos Elíseos



projeto do poder público, desconhecido e não pactuado com os moradores e os trabalhadores da área.

Desse modo, naquele momento, parte das mobilizações que ocorriam no território pós-operação de maio se organizou em torno da reivindicação e pressão pela criação de um espaço institucional formal de disputa e negociação sobre os destinos da área: o conselho gestor de Zeis. O fato de as quadras 37 e 38,

sob intervenção do poder público, constituírem uma Zeis-3, foi o argumento jurídico utilizado, pois qualquer intervenção ou projeto para aquela porção do território municipal deveria ser discutido, elaborado e aprovado por meio de um conselho gestor - instância composta de forma paritária, entre poder público e sociedade civil, sendo que esta deve ter seus membros eleitos por moradores da área. Assim, a partir da ação do Ministério Público e da Defen-

Mapa 2: Projetos urbanísticos na região central da cidade de São Paulo

soria Pública do Estado de São Paulo, conjuntamente com a pressão da população local e dos coletivos atuantes na região, ocorreu a constituição, por parte da Prefeitura, do processo que culminou na eleição do Conselho Gestor das Quadras 37 e 38.

Convocadas pela Prefeitura, algumas reuniões e conversas prévias aconteceram na Secretaria Municipal de Habitação entre representantes do poder público e alguns atores presentes no território, como coordenadores de movimentos de moradia da área central, advogados, pesquisadores e moradores das quadras, para discutir a operação realizada em maio pelo poder público, a situação do território, os planos pretendidos para a área e os encaminhamentos possíveis. A reivindicação principal do grupo que representava a sociedade civil era a paralisação imediata das demolições e remoções por parte da Prefeitura, o cadastramento de todos os afetados e a constituição de um conselho gestor, já que aquelas quadras pertenciam a uma Zeis.

Após a garantia da administração municipal sobre a constituição do processo que culminaria na eleição de um conselho gestor para área, a primeira discussão se deu em torno da composição do conselho, ou seja, das vagas e dos representantes a serem eleitos. A primeira divergência foi em relação à proposta do poder público para que uma das vagas do conselho fosse destinada ao setor produtivo, com a indicação do sindicato do mercado imobiliário, o Secovi, para tomar esse assento. O argumento contrário a esta proposta, apresentado pelos representantes da sociedade civil, que tiveram sua posição atendida, foi o de que o Secovi já participava da intervenção e, portanto, já tinha

seus interesses contemplados.

Estabeleceu-se, a partir dessas reuniões, que o conselho gestor seria composto por vinte representantes titulares no total, divididos paritariamente entre representantes do poder público (de diferentes pastas municipais e de uma secretaria estadual) e da sociedade civil – estes últimos seriam eleitos pelos moradores das duas quadras, 37 e 38 (sendo dois representantes dos moradores, um dos comerciantes, um dos proprietários, dois de movimentos de moradia da região central, dois representantes de ONGs e entidades com atuação comprovada na área, e duas vagas para pesquisadores e universidades). Para cada vaga de titular, haveria ainda uma de suplente, somando 40 conselheiros no total. O Observatório de Remoções foi eleito pelos moradores como representante do segmento “universidade”, ocupando um assento no conselho com uma vaga de titular e seu suplente.

Segundo determina o Plano Diretor de São Paulo, o conselho gestor tem como objetivo, em princípio, discutir, elaborar e aprovar o projeto de intervenção e atendimento para os habitantes dessas quadras. Apesar de a Zeis-3 à qual pertencem as quadras 37 e 38 ser mais ampla, a Prefeitura optou por montar um conselho gestor restrito a essas duas quadras, alegando que as intervenções se restringiam a elas, não havendo necessidade de envolver os moradores de uma área mais abrangente.

A decisão tomada pela Prefeitura de limitar o Conselho Gestor da Zeis-3 a somente duas de suas quadras foi contestada na Justiça pelo Ministério Público e o processo segue em andamento.<sup>7</sup> Uma das justificativas para a necessidade de ampliar o olhar sobre o território

7 <https://www.redebrasilatual.com.br/cidadania/2017/07/ministerio-publico-vai-a-justica-contra-acao-de-doria-na-cracolan-dia>. Acessado dia 10 de outubro de 2018.

rio, ou seja, incluir no mesmo conselho gestor todas as quadras que fazem parte daquela Zeis, é a de que há em curso múltiplas intervenções urbanas que incidem sobre a mesma região e cujos efeitos, diferentemente do que alega a Prefeitura, não se restringem às quadras sob intervenção apenas; essas intervenções impactam e afetam a vida e o cotidiano de moradores e comerciantes do entorno, que, ao serem excluídos do processo de discussão, no conselho gestor, sobre o futuro de seu bairro, passam a ter como incerta sua permanência ali.

Mesmo com as limitações à representação territorial – que contempla somente duas quadras e não todo o perímetro da Zeis –, o conselho gestor foi conquistado e sua criação é fruto da mobilização social. Nesse sentido, o conceito de “espaço de ação *convidado*” (MIRAFTAB, 2016)<sup>8</sup> não dá conta do contexto descrito. Para além de *espaço convidado*, trata-se também de um *espaço exigido*: uma instância de participação institucional, conquistada graças à articulação de moradores, movimentos, pesquisadores e diferentes coletivos atuantes naquele território frente ao poder público.

### **O funcionamento e as dinâmicas internas do Conselho Gestor: a prolongação dos conflitos e as limitações dessas instâncias**

A eleição do Conselho Gestor das quadras 37 e 38 ocorreu em julho de 2017, e, segundo estabelecido no seu regimento interno, a gestão atual tem mandato previsto até 2019. O processo eleitoral foi marcado por uma série de tensões, incluindo atritos entre poder público e

sociedade civil organizada e irregularidades por parte da Prefeitura, sendo necessária a intervenção do Ministério Público para que os ritos fossem respeitados.<sup>9</sup> Já na primeira reunião, depois da posse do conselho, a Prefeitura apresentou uma proposta urbanística para as quadras 37 e 38, que já havia sido divulgada na ocasião do lançamento do Projeto Redenção, em junho de 2017,<sup>10</sup> antes mesmo da realização de cadastro dos atingidos e de qualquer discussão com os moradores e com seus representantes eleitos sobre o que poderia/deveria ser feito para a área em disputa. A proposta apresentada pelo poder público municipal desconsiderava totalmente a realidade dos moradores que vivem no território e dos comerciantes que ali trabalham, uma vez que nem sequer havia sido realizado levantamento socioeconômico sobre esses ocupantes. Assim, tanto a Prefeitura quanto os conselheiros eleitos desconheciam a conformação socioeconômica e as dinâmicas que constituíam as quadras sob intervenção.

Para além das denúncias de violência e das violações, tomou bastante tempo dos conselheiros a discussão sobre o cadastramento de todas as pessoas que viviam na área. Em alguns casos, apenas um colchão em um beliche foi marcado como forma de registro e vínculo – o aluguel de camas, por hora e por dia, é uma prática recorrente (ver Capítulo 6 sobre precariedade habitacional nesta publicação). Ainda, por se tratar de um território marcado por intensa circulação e rotatividade de pessoas, muitas das que foram identificadas como ocupantes nos dias que se seguiram às operações policiais não foram mais encontradas nos mesmos locais.

8 MIRAFTAB, F. Insurgência, planejamento e a perspectiva de um urbanismo humano. Revista Brasileira de Estudos Urbanos e Regionais. Vol. 18, n. 3. pp. 363-377. Recife. 2016.

9 Conforme matéria intitulada ‘Novos atropelos e ilegalidades da intervenção na “Cracolândia”’. Disponível em: <https://raquelrolnik.wordpress.com/tag/conselho-gestor-de-zeis/>. E conforme a notícia: <http://www1.folha.uol.com.br/colunas/monicabergamo/2017/06/1897364-ministerio-publico-entra-com-nova-acao-contra-atuacao-da-prefeitura-na-cracolandia.shtml>. Acessado em 12 de setembro de 2018.

O cadastramento foi concluído e aprovado formalmente somente em junho de 2018, quase um ano após a eleição do conselho gestor. Várias versões do cadastro foram apresentadas pela Prefeitura, mas eram recorrentes os problemas identificados: (i) pessoas que moravam na área ausentes da lista final; (ii) exigências formais de comprovação de moradia, impossíveis de serem atendidas, dadas as relações que caracterizam as várias situações de precariedade habitacional; (iii) desconhecimento das pessoas sobre os vários estágios e procedimentos do processo de cadastramento.

Depois de muitas reuniões e embates, iniciou-se a discussão sobre as diretrizes de atendimento para os cadastrados e de intervenção urbanística para as duas quadras. Parte dos representantes da sociedade civil apresentou propostas de atendimento e intervenção urbanística para a área formuladas e organizadas pelo projeto Campos Elíseos Vivo,<sup>11</sup> construído coletivamente pelo Fórum Aberto Mundaréu da Luz.

A Prefeitura de São Paulo pareceu reagir favoravelmente ao projeto Campos Elíseos Vivo, pois seus representantes afirmaram publicamente considerar incorporar algumas demandas ali estabelecidas, que não estavam anteriormente sendo cogitadas pelo poder público municipal, para atender aos cadastrados. Por exemplo, a adoção de outras formas de atendimento habitacional para a população que não apenas a compra da casa própria, ou mesmo incluir o atendimento aos comerciantes das quadras. Apesar de sua aparente concordância com pontos desse projeto alternativo, a Prefei-

tura seguiu com sua proposta inicial—integrar o seu projeto ao Complexo Júlio Prestes, composto por torres de moradia já construídas, em quadras contíguas às 37 e 38, por meio de parceria público-privada firmada pela Secretaria de Habitação do Governo do Estado, no âmbito da PPP da Habitação (Casa Paulista).

Enquanto todos esses eventos transcorriam, foi decretada judicialmente a decisão da remoção dos moradores e trabalhadores, proprietários ou não, dos imóveis da quadra 36, vizinha às quadras 37 e 38. Tramitavam na Justiça, desde 2013, os processos de desapropriação de todos os imóveis que restavam naquela quadra (metade deles já havia sido demolida) para viabilizar a construção do Hospital Pérola Byington, em outra parceria público-privada, desta vez conduzida pela Secretaria de Saúde do Governo do Estado. Com os eventos ocorridos nas quadras 37 e 38, os processos referentes à quadra 36 foram acelerados e as decisões de remoção das pessoas e de demolição do estoque construído que restava foram executadas. Permaneceram apenas dois imóveis - um casarão tombado e um prédio que pertencia à Prefeitura e era usado como equipamento voltado para idosos. Pequenos bares, restaurantes, oficinas, padarias, hotéis e pensões, bem como pequenos prédios residenciais e ocupações foram esvaziados e demolidos.

Com a data dessa remoção marcada para 16 de abril de 2018, iniciou-se, então, a articulação e mobilização de moradores e comerciantes da quadra 36, com o apoio dos conselheiros da sociedade civil das quadras 37 e 38, da Defen-

10 <https://gestaourbana.prefeitura.sp.gov.br/noticias/conheca-as-diretrizes-urbanisticas-do-projeto-redencao-regiao-da-luz/>. Acessado em 04 de outubro de 2018.

11 De caráter interdisciplinar e feito de forma coletiva – e em permanente construção –, o projeto busca enfrentar a

realidade posta no território, propondo alguns princípios e propostas que levam em conta as precariedades habitacionais, os diferentes arranjos familiares e usos distintos dos imóveis (residência, trabalho, misto, pernoite), as vulnerabilidades sociais e o patrimônio cultural material e imaterial da região tentando evitar e contornar as remoções dos habitantes da área e demolições de seus imóveis. <https://mundareudaluz.org/camposeliseosvivo/>.

soria Pública e do Ministério Público e de entidades, movimentos e indivíduos articulados em torno do Fórum Aberto Mundaréu da Luz, para evitar aquela ação. Inicialmente, exigiu-se do poder público a constituição de um conselho gestor para a quadra 36 – da mesma forma que para as quadras 37 e 38 –, pois ela também era parte da Zeis-3. Uma audiência foi marcada para que a juíza avaliasse a situação, o que culminou com a sua determinação de que o conselho gestor fosse constituído, como forma de garantir o cadastro das pessoas e famílias que seriam removidas e também o posterior atendimento habitacional definitivo.

A Prefeitura marcou a eleição do Conselho Gestor<sup>12</sup> da quadra 36 para o dia 14 de abril, um sábado chuvoso, há apenas dois dias da data marcada para a remoção das famílias, mais um ato de desrespeito. Ao mesmo tempo em que votavam nos seus representantes para compor o conselho que, em princípio, deveria ser a instância de discussão e aprovação de tudo o que seria feito na área, equipes da CDHU, ligadas ao governo do Estado de São Paulo, ofereciam caixas de papelão e transporte para a mudança dos moradores e comerciantes, afirmando que não havia garantia de que no dia da remoção eles teriam tempo e condições de empacotar e transportar tudo diante da presença da polícia – o que agravava ainda mais a situação de angústia e desespero que as pessoas viviam.

Uma das principais atribuições de um conselho gestor, conforme estabelecido no Plano Diretor, é discutir e aprovar o atendimento habitacional das famílias na própria área da Zeis. Entretanto, no caso da quadra 36, muitas das famílias foram deslocadas forçadamente

para lugares distantes, de acordo com levantamento realizado pelo Fórum Aberto Mundaréu da Luz.<sup>13</sup> Para além disso, o governo do estado de São Paulo definiu a construção do Hospital Pérola Byington, no terreno onde existiam os imóveis da quadra 36, como um fato, ou seja, desrespeitando as prerrogativas do conselho gestor ao não realizar discussões sobre o projeto de intervenção a ser implementado.

Essa situação é agravada ao se considerar que, de acordo com o Plano Diretor, em Zeis, apenas 20% da área total pode ter um uso que não seja o residencial, e essa porção territorial deve ser destinada, sobretudo a equipamentos sociais para a população que já vive no local. Ou seja, 80% daquela área deveria ser destinada à construção de Habitação de Interesse Social (HIS). Nesse caso, o hospital só poderia ocupar 20% da quadra, todavia, conforme definido pelo governo do estado de São Paulo, o hospital ocupará praticamente toda a quadra, violando o que determina a legislação urbanística em vigor. E mesmo que ninguém se oponha à ideia de construção de um hospital, os antigos moradores que foram expulsos de suas casas para dar lugar à sua implementação não vão desfrutar desse equipamento do mesmo modo que fariam se continuassem a morar ali.

Além desses problemas, outros estão presentes no funcionamento e operação dos conselhos e dizem respeito não só à forma como são apresentados e discutidos os projetos de intervenção para a área, mas também às suas próprias dinâmicas internas e à relação do poder público com o território. Por exemplo, é possível observar, em ambos os conselhos gestores, que por mais que a responsabilidade por “informar e promover o debate das propos-

12 <http://www.docidadaesp.imprensaoficial.com.br/NavegaEdicao.aspx?ClipID=ORG8UEIRJTPJeDI15DC41B59HA&PalavraChave=conselho%20gestor%20zeis>. Acessado em 10 de outubro de 2018.

13 <http://www.labcidade.fau.usp.br/para-onde-foram-as-familias-removidas-da-quadra-36/>. Acessado em 10 de outubro de 2018.

tas e divulgar as deliberações e os comunicados do Conselho Gestor aos moradores interessados” caiba a todos os conselheiros, tanto do poder público quanto da sociedade civil, como determina o regimento interno, esta ação de comunicação pública vem sendo realizada unicamente pelos conselheiros representantes da sociedade civil organizada. O poder público, mais especificamente a Prefeitura de São Paulo, exime-se, assim, da tarefa de informar, dialogar e esclarecer a população sobre as ações e projetos em curso.

Em relação às dinâmicas internas das reuniões, constatamos que os embates, discussões e negociações que se dão em torno dos conselhos gestores e dos diferentes projetos urbanísticos são intensos e, em muitos momentos, irreconciliáveis, dificultando, repetidas vezes, a efetivação de um espaço aberto e transparente para debates e tomada de decisões conjuntas e consensuadas, que respeitem a diversidade de visões e interesses. As diferentes posições e estratégias dos atores envolvidos nesse processo costumam travar ou, pelo menos, conferir um ritmo lento para o avanço das pautas, até porque muitas delas são apresentadas de forma nebulosa pelo poder público, dificultando a compreensão, pelos outros atores, do que está sendo proposto e a avaliação dos interesses que estão em jogo.

Contudo, é importante que se registre que os atritos e tensões que se estabelecem em torno do conselho gestor não existem apenas entre os representantes do poder público, de um lado, e os representantes da sociedade civil, do outro, como se fossem dois blocos homogêneos e opostos. O que se apresenta é mais complexo: discordâncias e oposições envolvem

e conformam a interação entre os diferentes representantes da sociedade civil, que têm composição e formação bastante heterogêneas.

A relação entre os conselheiros da sociedade civil e a própria população afetada, que eles representam, também não é isenta de conflitos. A urgência das situações vividas por moradores e comerciantes, a sistemática falta de informação, a insegurança em relação ao que pode acontecer e as diferenças de perspectivas para a resolução dos conflitos costumam tensionar a relação entre representantes e representados. A título de exemplo: na reunião em que seria discutida e aprovada a lista contendo os nomes dos moradores que comporiam o cadastro, mas que ainda não haviam sido cadastrados, a Prefeitura enviou para os conselheiros uma quantidade enorme de dados sobre quem seria atendido, com muito pouco tempo hábil para que fossem checados e averiguados, antes de qualquer aprovação – inclusive, para evitar que alguém que não tivesse sido incluído pudesse reverter essa situação. Quando, naquela reunião, conselheiros da sociedade civil questionaram e passaram a problematizar a situação posta naquele momento, uma parte dos moradores presentes, exaltada, prontamente tomou a palavra para atacar aqueles conselheiros, com receio de que eles pudessem inviabilizar ou prejudicar a situação e, possivelmente, a perspectiva de atendimento de quem já havia sido cadastrado. Diante do conflito, o debate ficou impraticável e os dados (a lista com os nomes) foram aprovados sem nenhuma discussão.

Diante da relação conflituosa e das diferentes posições e interesses dos representantes, somadas ao fato de que o tempo e o alcance das reuniões são limitados frente à complexi-

dade da situação e dos problemas a resolver, a construção de diálogos e consensos, para além daqueles que acontecem em espaços institucionais, como é o caso do conselho gestor, constituiu-se como estratégia importante para ultrapassar tais limitações. Nesse sentido, articular as pautas e dinâmicas que se dão em torno do conselho gestor com outros espaços e atores é uma das apostas do Fórum Aberto Mundaréu da Luz. Ou seja, compor e conciliar espaços “convidados”, formais e de disputas institucionais com outras estratégias – informais, “inventadas” – para assim fortalecer sua própria articulação e força de atuação.

### **Conclusões: A articulação de espaços na constituição de uma rede mais ampla de ação**

Neste artigo, o nosso objetivo foi tratar dos conselhos gestores de Zeis, descrevendo-os como instância de discussão e tomada de decisões permeados por problemas, contradições e limitações. Entretanto, reforçamos sua importância, pois estes são espaços em disputa, que não podem ser ignorados. Ainda assim, a experiência aqui apresentada demonstra que a participação social não pode se limitar a esses espaços – “convidados”, formais, institucionais –, os quais não devem ser encarados como um fim em si mesmo, mas como parte de um processo de disputa política e institucional.

Em torno das dinâmicas internas de funcionamento dos conselhos, notamos e enfrentamos uma série de dificuldades: (i) a predominância de uma linguagem e de conhecimentos técnicos que excluem a maioria dos envolvidos e afetados, que não os dominam; (ii) a recorrên-

cia de um ritmo de pressão e atropelo, na maioria das vezes, impostos pela ação do poder público; (iii) negociações e promessas que se dão por fora das discussões abertas e formais do conselho, entre o poder público e a população atingida; e (iv) a existência de grande tensão entre a população local e para com ela. Mesmo assim, os conselhos gestores se mostram como espaços possíveis de construção de alianças e apoios, que permitem pensar meios de vida mais dignos e territórios menos excludentes e violentos. Podem desempenhar o papel de ativar diálogos e resistências, desde que haja uma preocupação e um trabalho constantes para que todo o processo, nos vários níveis e etapas que vão se sucedendo, seja construído em conjunto, envolvendo, dialogando e respeitando a população atingida, suas necessidades, tempos e anseios. É importante afirmar, contudo, que essa forma de atuação não é simples, nem fácil, tampouco acontece de modo automático. Pelo contrário, a construção de um solo comum, em um território marcado por conflitos e vínculos comunitários fragilizados, exige tempo, empenho e construção coletiva, que variam de acordo com cada contexto.

Consequentemente, a atuação apenas em espaços institucionais nos parece insuficiente, seja pelas dificuldades e atritos inerentes à construção de consensos, seja pelas limitações do escopo desses espaços isolados, frente a um contexto em que as decisões sobre as políticas são tomadas, formuladas e negociadas de forma privada, longe da esfera pública, como verificamos no caso da implementação das PPPs na área, aqui descrita e analisada. Ultrapassar os limites dos espaços formais e

institucionais de ação, articulando-os com outros espaços e modos de participação, nos parece uma aposta a ser empreendida. Sendo que a forma de desenvolver e realizar essa estratégia também importa: para além de um papel meramente reativo, é importante atuar adotando ações propositivas e construídas coletivamente, envolvendo tanto a população atingida, quanto outros sujeitos e coletivos.

Práticas e dinâmicas vão surgindo e sendo inventadas para resistir e criar outras possibilidades, que permitam ir além daquelas impostas pelas ações do Estado que desrespeitam e ameaçam formas de vida e espaços consolidados da cidade. Construir aproximações e ressonâncias entre esses espaços e práticas de resistência, que agreguem um amplo número de atores e constituam uma rede de apoio e de atuação ampliados, foi (e segue sendo) uma das estratégias do Fórum Aberto Mundaréu da Luz, com todas as limitações e contradições que surgem da convivência dessa multiplicidade de atores, repertórios e práticas.

Fazer com que as ações e os espaços que vão sendo criados se aproximem e reforcem a atuação em espaços formais e institucionais, como os conselhos gestores, e que as tensões e atritos que surgem do cruzamento de diferentes realidades e perspectivas sejam combustível para a construção de propostas complexas, envolvendo e respeitando a população atingida e ameaçada, nos parece o desafio a ser permanentemente enfrentado na busca pela realização e efetivação das potencialidades presentes nesse projeto de articulação político-territorial.



# Cotidiano e espetáculo: territórios e narrativas em disputa na Cracolândia

**Camila Almeida**  
**Fernando Túlio S. R. Franco**

## Introdução

Era 21 de maio de 2017 quando uma megaoperação policial<sup>1</sup> visou a colocar um fim na área estigmatizada como Cracolândia, no centro de São Paulo. A ação ocorreu sob gestão do então prefeito João Doria (PSDB), em parceria com o governo do Estado de Geraldo Alckmin (PSDB). O Estado atuou de modo ostensivo e violento, com a atuação de novecentos agentes da Polícia Civil e Militar fazendo uso de balas de borracha e gases de efeito moral. A intenção de *limpar* a área culminou na prisão de cerca de setenta pessoas suspeitas de envolvimento com o tráfico de drogas, na dispersão do chamado *fluxo* para outros pontos da cidade e até mesmo na proposição da internação compulsória de usuários de drogas. Também foram emparedados, lacrados e demolidos prédios que, segundo a prefeitura, estariam com a estrutura condenada. Três pessoas ficaram feridas na ação de demolição, uma vez que os edifícios não tinham nem ao menos sido devidamente esvaziados. Iniciava-se ali o Programa Redenção, de combate ao uso de drogas, e uma nova tentativa de reestruturação territorial, como veremos ao longo deste texto.

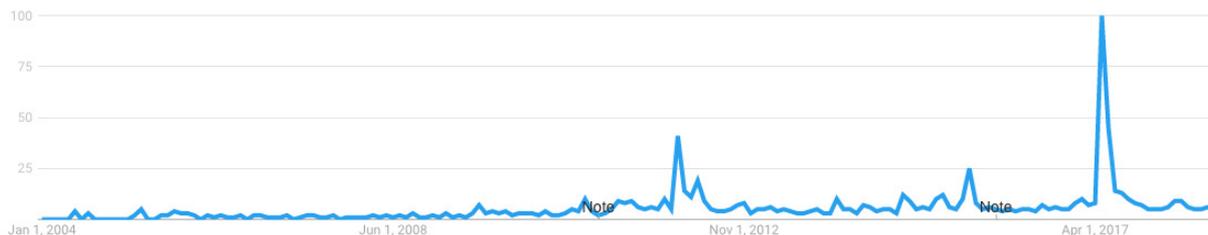
Nos dias seguintes, uma série de desdobramentos fez com que a ação se tornasse ainda mais controversa. A secretária municipal de Direitos Humanos, Patrícia Bezerra, e o secretário-adjunto da pasta, Thiago Amparo<sup>2</sup>, pediram demissão. Bezerra classificou a ação como “desastrosa”<sup>3</sup>.

A análise das buscas, no Google, pelo termo “Cracolândia”, de 2005 a 2018, demonstra o alcance estrondoso da ação no buscador (Cf. Figura 01); e, apesar de a maioria das pesquisas terem sido feitas em São Paulo, o alcance do tema foi nacional.

1 Cf. Fábio (2017).

2 Cf. G1 SP (2017).

3 Cf. Bergamo (2017).

Interest over time ?

A avaliação do período como um todo nos permite compreender que há uma oscilação constante, fato que pode estar associado ao cotidiano de conflitos e disputas territoriais presentes na região ora tornados visíveis. É possível também perceber os picos de busca pelo tema, fato que apresenta relação direta com as ações policiais espetaculares, a cobertura midiática e a disputa por direitos (RUI, 2013).

Apesar da realização da Operação Limpa, em 2005, mesmo ano em que a prefeitura apresentou o projeto Nova Luz, não se observa um pico nas buscas. Uma das hipóteses é a de que o acesso à internet nos domicílios não havia ainda se disseminado significativamente pelo país. Em 2012, uma nova ação, destacada na Figura 1 como o segundo pico mais alto, denominada Operação Sufoco, mobilizou a imprensa em razão de uma investida policial espetacularizada.

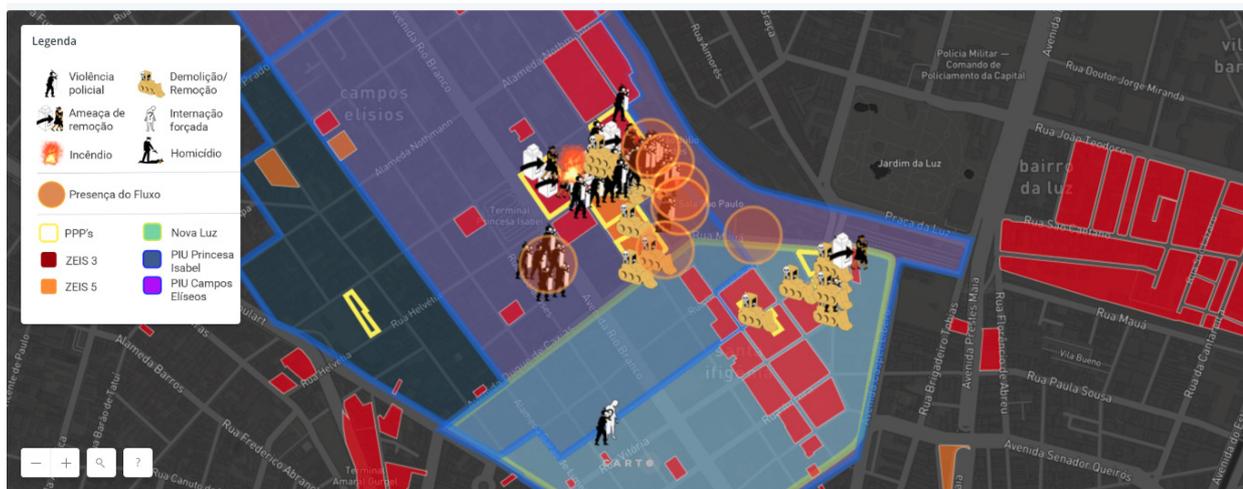
Para compreender melhor como esse processo se desdobrou no território, o Observatório de Remoções mapeou e georreferenciou registros das ocorrências, datados de 2005 a

2017, na imprensa tradicional e na mídia alternativa, ou obtidos a partir de denúncias do grupo A Craco Resiste e da pesquisa de campo do próprio Observatório. Revela-se assim, mais uma vez, como os bairros Luz e Campos Elíseos são marcados por violações, violências e remoções sistemáticas que afetam, sobretudo, a população mais pobre.

As informações da Figura 2, mapa e linha do tempo interativos, foram classificadas como: i) truculência das polícias civil e militar e da guarda civil metropolitana (incluindo homicídio e tortura); ii) demolições e lacramentos de imóveis habitados; iii) incêndios em áreas de moradia precária; e iv) internações forçadas dos sujeitos-usuários de substâncias químicas em situação de rua.

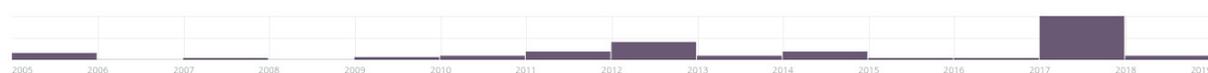
Analisando-se as fontes de informação dessa cartografia, percebe-se o papel fundamental dos veículos não tradicionais de comunicação – seja no acompanhamento e visibilização das violações cotidianas dos bairros dos Campos Elíseos e da Luz, seja para mostrar a vida ordinária que existe para além do estigma da criminalidade.

Figura 1. Evolução das buscas pelo termo "Cracolândia" no Google. Fonte: Google Trends



Linha do tempo: violações, violências e remoções na região da Luz-Campos Elísios

76 SELECTED



Essa disputa territorial e seus confrontos estão submetidos a, pelo menos, dois tipos de temporalidade e visibilidade, manifestos em ações performáticas, de caráter público e espetacular, e em ações cotidianas, de caráter privado e rotineiro (RUI, 2013). Quando da cobertura midiática, o foco reside nas ações performáticas, que se valem da imprensa, assim como a imprensa se vale do espetáculo. Já as ações rotineiras que acometem cotidianamente o território são o foco dos movimentos e das pesquisas contra-hegemônicas engajadas tanto na disputa territorial como de narrativas. Evidenciar que a violência é uma prática rotineira, que impacta não só os usuários de drogas, mas toda a comunidade que vive e trabalha sob constante ameaça e vigilância,

tem ajudado a dar visibilidade às violações no território, a torná-las de conhecimento público. Para que o espetáculo e as ações performáticas do Estado sejam validados, é fundamental encampar também uma disputa simbólica e, nos últimos anos, fundamentalmente midiática. Esse aspecto ficou especialmente evidente com a Operação Sufoco, realizada durante a gestão do prefeito Gilberto Kassab (PSD). Ali, a narrativa que historicamente se disputa em relação ao centro de São Paulo passou a ter uma dimensão midiática central, uma vez que o sucesso da ação-espetáculo policial se garante por uma cúmplice vinculação com a exposição midiática. Da mesma forma, quando não há o estabelecimento dessa cumplicidade, é também mais possível apontar o fracasso e a

Figura 02: Violações na região da Cracolândia (2005-2017)

Fonte: Observatório de Remoções

ineficiência do espetáculo (RUI, 2013).

Porém, essa não é a única forma de atuação e de presença do Estado no território. Nas palavras de Taniele Rui:

Se o poder estatal se materializa nessas operações midiáticas, há uma série de interações cotidianas que escapam da visibilidade e do conhecimento públicos, conformando, assim, não uma oposição, mas uma complementaridade na lógica de atuação.<sup>4</sup>

Ela diz ainda que esse *background* teórico deve ser utilizado para explicitar o caráter efêmero das operações e identificar, outra vez, a “mise-en-scène da segurança”. As estratégias de planejamento insurgente nesse território, sendo assim, não podem desconsiderar essas dimensões.

Tais disputas discursivas têm impactado a forma como a população percebe o território e as intervenções nele realizadas. Dados de 2017 coletados pelo DataFolha mostraram que 59% declararam serem a favor da megaoperação policial realizada em maio daquele ano; 34%, contra; 4%, indiferentes à questão; e 4% não opinaram. A maioria dos paulistanos, 64%, avalia que as ações irão resolver o problema do crack na região central da capital; enquanto para 34% as ações não resolvem. A pesquisa também mostrou que 53% dos entrevistados acharam que houve violência nas ações realizadas, enquanto 37% acharam que não houve.<sup>5</sup>

Em linha gerais, a população tem uma visão alinhada às operações, mas não acredita efetivamente em seus resultados perenes. Se, por um lado, a maioria se declara favorável à

4 Cf. RUI (2013).

5 Cf. Datafolha (2017).

ação de maio de 2017 e concorda que ela irá resolver o problema, ao mesmo tempo, por outro, considera que ações dessa natureza, consideradas violentas, podem fazer com que os usuários apenas busquem outras cenas na cidade—nove em cada dez concordaram com essa afirmação<sup>6</sup>. Ainda assim, 50% acreditam que “a operação na Cracolândia irá fazer com que os usuários busquem tratamento para abandonar o vício”.

Em 2018, outra pesquisa de opinião, “Viver em São Paulo: Assistência Social”<sup>7</sup>, feita pelo IBOPE a partir de uma encomenda da Rede Nossa São Paulo, destaca a visão da população em geral segundo a qual a questão da drogadição deve ser enfrentada, mas de forma conjugada a programas sociais. Questionados sobre como a região deve ser abordada, 28% defenderam o combate ao tráfico de drogas; 21%, o desenvolvimento de políticas públicas interseoriais, que abranjam saúde, segurança, assistência social, educação, trabalho e renda; e 18%, a construção, no local, de unidades de saúde especializadas para atendimento exclusivo dos usuários; entre outras ações. (IBOPE, 2018)

Nesse contexto, fica posto que a disputa de narrativas também é parte crucial da disputa pelo espaço, uma vez que é a partir dela que se validam, fortalecem, justificam ou combatem as intervenções realizadas num território sobre o qual frequentemente se impõem e sobrepõem projetos de “requalificação”, que não ocasionalmente coincidem com as tais ações performáticas, com o espetáculo policial (RUI; MALLART, 2015). A resistência a esses processos violentos e excludentes passa, portanto, por essa disputa comunicacional.

6 1% não concorda, nem discorda e 8% discordam da frase (DATAFOLHA, 2017).

7 Cf. Pesquisa Viver em São Paulo: Assistência Social (2018).

Ao longo deste texto, falaremos sobre como o Estado constrói a narrativa que justifica os projetos de “requalificação” propostos para o centro de São Paulo; sobre a construção de um imaginário — e de um cenário — de degradação e criminalização que reforça práticas de exclusão e de violência, com apoio de uma narrativa midiática também excludente; e sobre a crescente construção de uma narrativa contra-hegemônica — encampada por movimentos sociais, coletivos e institutos de pesquisa e outros —, que passa pela busca por incidir sobre o discurso midiático, em conexão com a experimentação de uma nova forma de inserção, diálogo, pesquisa e construção de conhecimento no campo.

### **Estado intervencionista e suas motivações em torno de um projeto de “requalificação”**

O centro de São Paulo é casa para uma população variada em termos de renda, raça, orientação sexual e origem. “Enquanto os estratos sociais paulistanos vivem de maneira cada vez mais segregada, o centro torna-se o principal espaço onde muitas ‘cidades’ presentes na metrópole podem se encontrar” (MALTA CAMPOS; PEREIRA, 2005, p.2). No artigo, que fala sobre moradia e requalificação no centro, observando os movimentos entre segregação e diversidade, os autores apontam para a necessidade de compreender esse convívio das diferenças como essência da região, que, de acordo com eles, não tende nem a sofrer uma gentrificação por completo, nem a se tornar um gueto de pobreza.

A natureza diversa do centro da cidade é histórica, bem como o são as disputas no território. No final do século 19, os alemães

Frederico Glette e Victor Nothmann atuaram como pioneiros da urbanização da capital, com uma meta: lotear e planejar um bairro para elites. Fundaram, então, os Campos Elíseos, numa referência à Champs Elysée parisiense. “O bairro foi revestido de uma nova ordem urbana, eficiente e disciplinada desde sua aurora” (MARINS, 2011, p. 212). Os primeiros casarões do bairro começaram a ser construídos na década de 1880, num território que já era predominantemente misto, por sua proximidade com os trilhos dos trens que chegavam à estação da Luz. Essa característica, porém, não era apresentada nas peças publicitárias e jornalísticas que tentavam atrair os barões do café para a região, e os destaques estavam sempre reservados à nobreza daquela vizinhança que se constituía — de forma lindeira às habitações simples e conjugadas também presentes naquelas calçadas. Na década de 1960, contudo, um incêndio no Palácio dos Campos Elíseos — um dos principais símbolos de poder do bairro —, junto à inauguração da nova rodoviária da cidade selaram o fracasso da intenção de constituir um reduto para as elites e abriram as portas para que o caráter popular do bairro fosse consolidado (MARINS, 2011, p.240).

Mas as tentativas de fazer o centro se tornar um lugar para as elites não cessaram, e há uma herança escravocrata nessa intenção. Ainda no final do século 19, foram inúmeras as investidas contra os territórios populares — eminentemente negros — que compunham o centro da cidade de São Paulo. Como explica a urbanista Raquel Rolnik (2007), projetos urbanos já visavam à “limpeza” do centro para que as elites pudessem ocupá-lo, o que se torna

explícito na alegação de que “as quituteiras devem sair porque ‘atrapalham o trânsito’, os mercados devem ser transferidos porque ‘afrontam a cultura e conspurcam a cidade’, os pais-de-santo não podem mais trabalhar porque são ‘embusteiros que fingem inspiração por algum ente sobrenatural’”, conforme constava no código de condutas municipal de 1886. À época, a população negra acabou por ser desalojada do chamado “centro velho” pelos chamados “trabalhos de melhoramento da capital”, que eram grandes operações de renovação urbana iniciados na gestão de Antonio Prado, ainda em 1899. Essa “operação de limpeza” se refletiu em várias intervenções, como a construção da Praça da Sé, a remodelação do Largo Municipal e a demolição de cortiços, hotéis e pensões da região central (ROLNIK, 2007, p. 81).

As semelhanças com o que ainda vivemos, mais de um século depois, são inegáveis. O caráter popular do centro continua incomodando — e jamais conseguiu ser revertido. Como demonstra Beatriz Kara José, em sua tese sobre a popularização do centro, na década de 1970, o discurso da “revitalização”, motivado pelo discurso de que a região estaria “degradada”, assumiu um caráter peculiar: no foco das propostas estava a atração das classes médias e do setor privado para a área, que já tinha sido abandonada pelas elites. Desde então, para justificar as intervenções propostas, as gestões municipais têm apostado numa estratégia de “marketing inverso”, baseado sempre num discurso que ressalta a “decadência” desse centro (KARA JOSÉ, 2010, p.27).

Segundo Villaça (2011), esse discurso revela

sucessivas tentativas de segregar a população de mais baixa renda que permaneceu no centro, mesmo que a predominância dela na região tenha se dado também em parte pelo abandono das “classes dominantes”, que desde o início do século XX passaram a ocupar outras regiões da cidade.

A ideia dominante é: o centro da cidade está se “deteriorando”. A deterioração, ou apodrecimento, é um processo natural que só ocorre com seres vivos. Essa ideia pretende esconder o processo real rotulado de “decadência” e que é de responsabilidade da classe dominante, mas que não quer assumi-lo. A verdade é que a chamada “decadência” decorreu do fato de essa classe ter abandonado o centro (...). Justamente a partir do momento em que o centro deixa de ser patrocinado pelas elites e passa a ser patrocinado pela maioria popular, cria-se a ideia de que ele está se deteriorando. Mais ainda. Justamente quando a maioria toma conta do centro, cria-se a ideia de que esse não é mais o centro da cidade, e que essa teria um novo centro. (VILLAÇA, 2011, p.48)

O surgimento e a construção narrativa da Cracolândia no centro de São Paulo ajudou a engrossar o discurso em torno da decadência. Já na década de 1950, a região que abarcava os bairros da Luz, Santa Ifigênia e Campos Elíseos, onde concentravam-se atividades de boemia, prostituição e ilegalismos, era denominada Boca do Lixo. Os primeiros textos que utilizaram o termo “Cracolândia”, na década de 1990, associavam seu surgimento à Boca do Lixo, e as narrativas se concentravam em afirmar que o local tinha se consolidado como ponto de

venda e produção de crack, não de uso da substância. “Esses elementos importantes mostram que, em primeiro lugar, a Cracolândia nasceu conectada(...) às dinâmicas mais amplas de gestão da violência e do tráfico de drogas na cidade de São Paulo” (RUI; MALLART, 2015).

Na década seguinte, começaram as operações que articulavam militarização e política urbana. Em 2005, ocorreu a Operação Limpa, durante a gestão José Serra. No mesmo ano, foi anunciado o projeto Nova Luz. As tentativas de concretizar o plano de “requalificação” da área culminaram em mais uma série de ações policiais, sendo as mais performáticas a Operação Centro Legal, em 2009, e a Operação Sufoco, em 2012 (RUI, 2013). O Nova Luz foi arquivado em 2013, durante a gestão do prefeito Fernando Haddad, que, em janeiro de 2014, apresentou um programa de acolhimento aos usuários de drogas no centro de São Paulo, o De Braços Abertos. A vontade de ver nascer uma “Nova Luz”, entretanto, não se dissipou. Mesmo com o projeto arquivado, o governador Geraldo Alckmin o manteve em seus discursos. Em junho de 2014, no lançamento de uma nova base comunitária policial, a equipe de comunicação divulgou o feito com o seguinte título: “Governador Alckmin inaugura base comunitária na Nova Luz”<sup>8</sup>. Na ocasião, Alckmin deixou clara a vinculação entre a atuação policial e a intenção de “requalificar” a região, a partir da atuação na Cracolândia:

Instalamos, junto com a Prefeitura, a base fixa da Polícia Militar. A Polícia Comunitária é muito importante, porque o policial sabe o nome das

pessoas e está muito próximo da comunidade. Essa revitalização contribui com a sensação de segurança e tem o intuito de fazer com que as pessoas voltem a morar na Luz. (declaração em GOVERNO DO ESTADO DE SÃO PAULO, 2014)

Essa tentativa de atrair novas pessoas para morar na Luz acontece com constante ameaça à população que já vive no centro de São Paulo. O limiar entre o deslocamento e a permanência das camadas populares no território foi abordado pela pesquisadora Simone Gatti, em tese que discutiu as ameaças à população de baixa renda no projeto Nova Luz. No projeto, por exemplo, foram desconsideradas totalmente as especificidades locais. “Quando todas essas referências são perdidas, quando esse sentido de lugar é desfeito, está se abrindo uma conjuntura favorável para a criação de um novo território, uma ‘Nova Luz’ para os moradores, com perfil social distinto daqueles que ali estavam” (GATTI, 2015, p. 169). Após consistente pressão da sociedade civil e atuação do Ministério Público (MP), o projeto foi engavetado, mas suas bases ainda são aproveitadas e reverberam nos projetos que têm sido propostos para a região.

Nesse sentido, é importante notar que o fenômeno da gentrificação, que acaba como despontar como uma consequência dos processos de “requalificação”, não incide sobre o território como uma mera substituição de população por critérios de renda, afastando aqueles que não podem mais arcar com a moradia num território onde os preços aumentaram. Jane Jacobs já alertava, na década de 1960, que esses projetos, na verdade, vendem a diversidade — a ser construída a partir da

atração das classes médias — como um atributo que deixará esses locais mais atrativos, porém, “o acréscimo de uma diversidade nova ocorre principalmente pela concorrência com a diversidade existente” (JACOBS, 2011, p.278). Como Neil Smith afirma, a gentrificação deixou de ser uma anomalia local, que seria quase como um produto indesejado das intervenções de “renovação”, para se tornar uma estratégia urbana global (SMITH, 2006, p.73), repleta de motivações ideológicas:

Na mídia, a gentrificação tem sido apresentada como o maior símbolo do amplo processo de renovação urbana que vem ocorrendo. Sua importância simbólica ultrapassa em muito sua importância real; é uma pequena parte, embora muito visível, de um processo muito mais amplo. (...) Quaisquer que sejam as reais forças econômicas, sociais e políticas que pavimentam o caminho para a gentrificação, e quaisquer que sejam os bancos e imobiliárias, governos e empreiteiros que estão por trás do processo, o fato é que a gentrificação aparece, à primeira vista, e especialmente nos EUA, como um maravilhoso testemunho dos valores do individualismo, da família, da oportunidade econômica e da dignidade do trabalho (o ganho pelo suor). Aparentemente, ao menos, a gentrificação pode ser tocada de forma a executar alguns dos acordos mais ressonantes de nosso piano ideológico. (SMITH, 2007, p.18)

Levando em conta as vantagens econômicas de transformação do território, é crucial apontar que a região da Luz tem servido, em grande medida, aos interesses de manutenção e reprodução de relações capitalistas de produção do espaço, de que são excluídos os mora-

dores da região. O problema foi abordado pelo urbanista Guilherme Petrella: segundo o pesquisador, os agentes envolvidos na produção do espaço a partir dos planos urbanos propostos “devem ser capazes de realizar o valor e o preço da mercadoria imobiliária, constituindo-se em oposição aos antigos moradores” (PETRELLA, 2017, p.19). A análise dele é feita a partir de três planos, que evoluem em termos de complexidade na relação entre poder público, setor privado e agentes financeiros: a concessão urbanística Nova Luz, a Parceira Público-Privada (PPP) Casa Paulista e os Planos de Intervenção Urbanística (PIU). As possibilidades de se explorar o território (e as pessoas que nele habitam) para se garantir a efetivação dos planos se apresentam de forma cada vez mais sofisticada, mas Petrella defende que, “se a acumulação por espoliação tem sua realidade na produção do espaço, ao dar corpo à ficção imobiliária financeira, a experiência de resistência à espoliação pode se constituir como uma ‘tomada de consciência espacial’ contra a reprodução do capital” (PETRELLA, op. cit.).

Os novos projetos de fato têm ampliado a participação do setor privado na produção da cidade; esse setor ganha cada vez mais força na disputa pelos territórios da região central, e as frentes de “requalificação” são inúmeras. Estão em curso, atualmente, no centro, as seguintes intervenções e/ou propostas: a PPP do Hospital Pérola Byington, que já forçou o deslocamento de famílias do bairro dos Campos Elíseos; a PPP Habitacional Casa Paulista, que se instalou na quadra da antiga rodoviária – cujos moradores foram removidos – e ameaça moradores na mesma vizinhança; os PIUs dos terminais Princesa Isabel, Bandeira, Amaral Gurgel,

Parque Dom Pedro, do Mercado Municipal e do Projeto Redenção; o PIU do Setor Central, que é apresentado como a nova fase da Operação Urbana Centro; o PIU Pacaembu; a implantação de calçadas em diversas ruas e a “requalificação” dos largos; e as reformas do Largo do Arouche e do Vale do Anhangabaú. Essas intervenções são justificadas pelas diretrizes presentes no marco regulatório de política urbana, em especial, no novo Plano Diretor Estratégico do Município de São Paulo (lei nº 16.050/2014). Este criou instrumentos como o PIU, em que o setor privado pode propor e executar intervenções em grandes glebas da cidade, desde que apresente um programa de interesse público; e apontou, em relação ao centro, a necessidade de “requalificação e reabilitação das áreas deterioradas e subutilizadas, ocupadas de modo precário pela população de baixa renda” (PDE, 2014).

É justamente o conjunto de PPPs promovidas no bairro que tem dado à luz novos espetáculos. Em abril de 2018, uma quadra inteira no bairro de Campos Elíseos foi demolida, após a expulsão de mais de duzentas famílias que moravam no local – inserido numa Zona Especial de Interesse Social (Zeis). O terreno, que fica vizinho ao fluxo da Cracolândia, foi destinado à PPP para a construção da nova sede do Hospital Pérola Byington, sem que os moradores tenham recebido qualquer alternativa de atendimento habitacional definitiva.

Os projetos públicos de “requalificação” da área, os quais tantas vezes se sobrepõem e se interpõem, poucas vezes se consolidam, mas mantêm aceso o interesse do mercado imobiliário na região. Essa associação entre políticas públicas e atuação do mercado imobiliário é

trabalhada pela pesquisadora Telma Hoyer (2014), que mostra como a produção de unidades está intimamente relacionada a movimentos do Estado no território. Um estudo de Eduardo Marques e Carolina Requena demonstra que, a partir dos anos 2000, o centro voltou a ser cenário de lançamentos imobiliários; deixa claro, portanto, que o mercado tem figurado, sim, como um ator relevante na produção desse espaço nos últimos anos (MARQUES; REQUENA, 2013). Nesses casos, o interesse público majoritariamente fica em segundo plano.

### **Espectáculo: exclusão, violência e a construção de um imaginário de degradação**

Tanto o movimento pela “requalificação” do centro, quanto a expectativa de que ela se concretize já impõem uma série de ameaças à permanência popular no território. Além das famílias e indivíduos que já estão sendo removidos de suas casas para dar lugar aos novos projetos, sem que lhes seja ofertada qualquer alternativa definitiva de reassentamento, os demais pontos de resistência popular no centro também convivem com constante risco de remoção.

No dia 1º de maio de 2018, por exemplo, um edifício que abrigava uma ocupação no Largo do Paissandu pegou fogo e desmoronou, deixando desabrigadas centenas de famílias. O fato abriu margem para que o governo do estado e a prefeitura de São Paulo tenham colocado na mira todas as outras ocupações localizadas no centro da cidade; acabar com esse tipo de habitação foi medida apontada como necessária para impedir que tragédias como aquela voltassem a se repetir. Chegou-se

a afirmar, ao jornal *Folha de S. Paulo*, que o MP deveria contribuir com “bom senso e compreensão”, em vez de tentar dificultar as remoções das famílias (FOLHA DE S. PAULO, 2018).

O apoio à “requalificação” é perceptível em uma série de textos da imprensa. Uma reportagem também do jornal *Folha de S. Paulo* afirmou que a “antiga cracolândia” já foi um bairro de elite que o novo projeto de requalificação estaria ameaçado devido a questionamentos de urbanistas e promotores públicos, que atrapalhariam a volta ao período de nobreza (PINHO, 2017). Também é propagado, muitas vezes, um discurso de criminalização e desmoralização da população que mora em condições precárias no centro de São Paulo, frequentemente retratada como “invasora” (LOBEL; MARQUES, 2018) ou “viciada” (PINHO; SCOLESE, 2017), e a parte da cidade que a abriga é vista como uma área que precisa ser “limpa” (MACIEL, 2018). Dentre as políticas propostas para resolver o problema, estão a de pagar para que moradores em situação de rua voltassem para as cidades de onde vieram e até mesmo a de internar compulsoriamente os usuários de droga (GARCIA, 2017; SANCHES, 2017).

Em Michel Foucault, o poder político é apontado como máquina que trabalha para reinscrever perpetuamente relações de força “através de uma espécie de guerra silenciosa, nas instituições e nas desigualdades econômicas, na linguagem e até no corpo dos indivíduos” (FOUCAULT, 2014, p. 275). Essa variedade nas formas de dominação — no contexto social brasileiro, traduzida como exclusão — é trabalhada pelo pesquisador Jessé Souza. Em diálogo constante com a obra de Pierre Bourdieu,

ele identificou o preconceito estético como sendo um dos pontos centrais para a legitimação dos privilégios das classes abastadas em oposição às classes populares, à “ralé brasileira” (SOUZA, 2018, p. 21-24).

Acerca dos processos de exclusão social, debruçou-se também Lúcio Kowarick, que afirma que, em princípio,

não se trata apenas de isolar, confinar ou banir mas, seguindo as trilhas de Hannah Arendt, de negar ao outro o direito de ter direitos: é o instante extremo em que representações e práticas levam à exclusão do outro, tido e havido como encarnação da periculosidade e, portanto, passível de ser eliminado. (KOWARICK, 2009, p. 92)

É importante, então, nos voltarmos à análise da cobertura recente da imprensa tradicional, que tem, em geral, privilegiado as ações performativas, efêmeras e de caráter espetacular, promovidas pela polícia, e consistentemente reiterado os estigmas que recaem sobre a população que habita o centro de São Paulo. Para analisar melhor esse processo, detalhamos a cobertura da ação policial do dia 21 de maio de 2017.

No primeiro dia da ação de maio 2017, a imprensa destacou, em linhas gerais, os números da operação policial e as declarações do Prefeito, que anunciou o fim da Cracolândia e do programa de redução de danos da gestão anterior, o De Braços Abertos. O gestor apresentou, assim, o programa substituto, o Redenção, anunciando que “toda a área sofrerá um amplo projeto de reurbanização”. A grande imprensa inicialmente veiculava a medida e seus dados com entusiasmo.

No segundo dia, percebeu-se com maior nitidez que parte significativa do fluxo havia se dispersado para outras regiões da cidade. O MP apresentou uma ação civil denunciando a atuação da Guarda Civil Metropolitana (GCM) com o desvio de finalidade, dado que os guardas, segundo eles mesmos informaram, atuaram no dia anterior como se fossem Policiais Militares, revistando civis, algo que estava para além de suas prerrogativas. Nesta mesma data, também reverberaram na imprensa as manifestações públicas de entidades, como o Conselho Regional de Psicologia de São Paulo e o Movimento Nacional de Direitos Humanos, que criticaram os excessos, a falta de planejamento e o caráter higienista da ação.

No terceiro dia, dois outros episódios chamaram novamente a atenção da mídia. O desabamento de um edifício na região, em função de uma iniciativa da prefeitura realizada sem aviso prévio, o que feriu três pessoas que ali estavam; e a conformação de uma nova cena de uso de crack na Praça Princesa Isabel, local muito próximo do antigo fluxo, a aproximadamente quatrocentos metros.

No quarto dia, a prefeitura se envolveu em uma nova polêmica. Apresentou ao Tribunal de Justiça um pedido com tutela de urgência para que os usuários pudessem ser internados compulsoriamente. Uma batalha judicial foi travada com o MP e a Defensoria.

No quinto dia, a Secretária de Direitos Humanos, Patrícia Bezerra, e seu secretário-adjunto renunciaram. Alegaram que não haviam tomado conhecimento da ação e que a operação havia sido um desastre.

Em decorrência desses episódios, a prefeitura se esforçou para apresentar um conjunto

de projetos de intervenção no território, conforme mencionado anteriormente. Daí surge o Projeto de Intervenção Urbana Redenção – tão efêmero quanto a própria ação. Hoje este projeto não está mais em andamento. Outras iniciativas, no entanto, prosseguem.

O Prefeito João Doria, pela primeira vez, ficou por um período sem se manifestar nas redes sociais. Gravou cinco dias depois, um vídeo em que afirmava que não iria recuar. Destacou os números da operação e as ações da Prefeitura na região. E relativizou sua fala inicial sobre o ponto final à Cracolândia. Uma primeira mancha na imagem do prefeito, idealizador do SP Cidade Linda, se efetivou. Três meses depois, o fluxo retornou para a rua de onde havia saído. A imprensa seguiu acompanhando o caso, mas somente a partir de datas simbólicas que permitiriam realizar um balanço das idas e vindas no território, como se nada mais existisse por ali.

### **Cotidiano: a construção de narrativas contra-hegemônicas a partir da rotina**

As ações cotidianas, rotineiras, escapam da visibilidade e do conhecimento público. Para se contrapor à ação excludente da imprensa e da comunicação oficial promovida pelo Estado, uma série de grupos midialivistas, instituições de pesquisa e de defesa dos direitos humanos tem se organizado para acompanhar o dia a dia na região, em busca de visibilizar as ameaças, violências e violações cotidianas.

O acompanhamento em campo junto aos moradores e comerciantes do bairro Campos Elíseos tem sido uma das estratégias do Observatório de Remoções para estabelecer uma relação de confiança com famílias e indivíduos

e se aprofundar nas questões que permeiam o território.

Acerca desse assunto, uma das referências é o trabalho do documentarista Eduardo Coutinho, que rompeu paradigmas ao desconstruir a ideia de que se é preciso buscar distanciamento para se conseguir produzir narrativas com credibilidade. Pelo contrário, Coutinho escolheu “ser alimentado pela fala-olhar de acontecimentos e pessoas singulares, mergulhadas na contingência da vida”. De acordo com o documentarista, essa escolha abriu caminhos para eliminar “até onde fosse possível, o universo das ideias gerais (...) e dos ‘tipos’ imediata e coerentemente simbólicos de uma classe social, de um grupo, de uma nação, de uma cultura”. Não que uma ideia central e previamente construída não seja fundamental, mas ela não pode passar de uma “hipótese de trabalho a ser testada na prática desses sucessivos encontros com personagens de carne e osso” (COUTINHO, 2013, p. 16).

Essa necessidade de buscar aproximação com as pessoas que participam das dinâmicas reais que se dão no território foi abordada também por José Guilherme Magnani (2002), que ressalta a importância da etnografia para os estudos urbanos. Segundo ele, esse método de pesquisa possibilita a inclusão dos atores sociais não só nos projetos para as cidades, mas nas pesquisas. Para o pesquisador, apreender a cidade de longe e de fora, com base em variáveis e indicadores sociais, econômicos e demográficos, tem sido um dos motores dos ideais de “renovação” que acometem os centros urbanos das cidades mundo afora, uma vez que, por meio desse tipo de análise, é fácil chegar a constatar situações como deterio-

ração do espaço e equipamentos públicos ou a segregação sócio-espacial e a violência urbana, por exemplo, sem levar em conta as dinâmicas reais vividas no território. Na maioria das vezes, essa abordagem desconsidera um aspecto fundamental da cidade: seus moradores — e, quando são considerados, eles aparecem “na qualidade da parte passiva (os excluídos, os espoliados) de todo o intrincado processo urbano” (MAGNANI, 2002, p.15). Então, para que seja possível identificar “uma gama de práticas que não são visíveis na chave da leitura política (ao menos de uma certa visão política)”, o autor sugere uma perspectiva que se dê de dentro e de perto, a partir da etnografia urbana.

A pesquisadora Cibele Rizek, que é referência nos estudos que relacionam trabalho e produção do espaço, também ressaltou a importância da etnografia no decorrer da pesquisa *Cidade, civilidade e seus avessos: tessituras e gestão dos territórios da precariedade*, em que buscou definir a noção de zonas de indiferenciação entre trabalho, moradia e cidade:

As tessituras urbanas só puderam ser apreendidas por um conjunto de incursões a campo de cunho rigorosamente etnográfico: observações, cadernos de campo, longas entrevistas, análise, interpretações, tentativas de apreensão de trajetórias, terreno bastante distante dos grandes mapeamentos de dados ou da sistematização de informações de natureza quantitativa. (RIZEK, 2012, p. 42)

As contribuições desse método de pesquisa para a compreensão da vida urbana têm revelado facetas da construção das cidades que

ainda eram ainda pouco exploradas. Mas, mais do que isso, segundo Rizek, “trata-se de um método de apreensão e de descrição das transformações em curso que geram verdadeiros desafios para as visões teóricas e conceituais mais clássicas” (RIZEK, 2012, p. 42)

De acordo com Vera Telles, que tem sido uma das principais pesquisadoras a se dedicar ao desenvolvimento desse método nos estudos sobre as cidades, tal potencial revelador já mostrou que as formas de moradia e sua localização no tecido urbano, por exemplo, informam muito mais do que os níveis de precariedade habitacional. Elas

traduzem tempos coletivos e trajetórias urbanas, representam a consolidação ou ruptura de redes sociais e teias de solidariedade e interação com dinâmicas familiares e formas de composição da vida doméstica, tudo isso convergindo na construção de uma topografia da cidade que não corresponde ao seu mapa físico. (TELLES, 2012, p. 75)

Para chegar a esse nível de compreensão, ela ressalta a importância de realizar um trabalho descritivo que escape tanto da abstração desencarnada dos números e indicadores, quanto da referência exclusiva (e problemática) ao local. “Não se trata de negar a história, muito menos a narrativa daqueles que contam seus percursos e elaboram suas experiências. Trata-se, isso sim, de traçar a simultaneidade de tempos sociais e de tempos biográficos distintos” (TELLES, 2013, p. 73)

Nas pesquisas do Observatório de Remoções, a partir do Observando de Perto, lançar luz às trajetórias de vida e auxiliar na constru-

ção de uma cartografia contra-hegemônica têm sido práticas recorrentes nos trabalhos sobre a área da Cracolândia. No texto, “Último refúgio da quadra 36 é destruído por obra irregular do Pérola Byington” (SANTOS; VILLELA, 2018), é narrada a história da última ocupação a ser demolida no quarteirão. Um evento que não teve cobertura midiática como o dia em que a maioria dos imóveis da quadra foram reintegrados, mas que retrata a ação cotidiana do Estado na área. O vizinho e irmão de uma das moradoras removidas na data ajudava a organizar a mudança e afirmou perante a oficial da Justiça, no momento da remoção: “A senhora já me tirou [de casa] cinco vezes”. Ao que a oficial respondeu: “E daqui a pouco vou te tirar de novo” (depoimentos citados em SANTOS; VILLELA, 2018). Ele também está ameaçado de remoção porque mora na quadra 38, onde prefeitura e governo do estado pretendem demolir tudo para construir torres habitacionais também em esquema de PPP. “Eu aviso para eles não mudarem para aqui perto. Tudo isso vai cair” (depoimentos citados em SANTOS; VILLELA, op. cit.), prevê a oficial, se referindo também à quadra 37, para onde a família em questão se mudou.

Esse diálogo e esse texto, publicados no blog do Observatório de Remoções, revela a situação de constante ameaça que permeia a vida dos que habitam o território. Conforme relatado, um dos moradores já foi tirado de casa cinco vezes pelo Estado. Mas o risco permanece, como fica evidente na profecia de que tudo que ali está virá abaixo, sem que haja qualquer espaço para aquela população na nova cidade a ser erguida.

O texto “Refugiados urbanos: as vítimas do desastre habitacional paulistano” conta a

história de algumas mulheres que estavam vivendo no edifício Wilton Paes de Almeida e que passaram a viver no acampamento armado em frente ao prédio desmoronado, no Largo do Paissandu. Sobre uma das mulheres que ficou desabrigada, o texto traz o seguinte relato, que revela o quanto a vida de uma única mulher é permeada por uma série de eventos que forcem seu deslocamento:

A barraca de camping, instalada em frente à Igreja Nossa Senhora do Rosário dos Homens Pretos e à antiga morada incendiada, é mais um lar improvisado. Sete anos atrás, ela sofreu outra mudança indesejada, quando um incêndio destruiu a casa onde morava na Favela do Moinho. Passou a morar numa ocupação na Avenida Rio Branco, em Campos Elíseos, mas em abril deste ano foi expulsa de casa pelo governo do Estado, para que o quarteirão onde morava com centenas de outras famílias pudesse dar lugar a um hospital. Viveu na Torre de Vidro por apenas duas semanas, até tudo virar cinzas. (VILLELA, 2018)

A ação de tipo espetacular não leva em conta as trajetórias dos moradores, desconsidera que tal ação performática é mais uma que se soma às várias que uma mesma família já enfrentou além de se juntar às ações rotineiras enfrentadas cotidianamente.

Já a intervenção policial do dia 21 de maio de 2017 foi amplamente coberta por veículos independentes, como *A Craco Resiste* (2017), que fez um relato sobre a violência utilizada. Na cobertura independente, foram feitas denúncias importantes por parte desse coletivo que acompanha o cotidiano na área. De acordo com o grupo, “a polícia chegou de forma tão abrupta

que os usuários só correram, sem pegar seus pertences ou documentos. Quando o rapa chegou muitos usuários pediram para pegar, ao menos, seus documentos”. ainda: “muitos usuários foram presos. Os detidos, via de regra, tinham características muito distintas da imagem do ‘traficante’ constituídos como inimigo nacional”; e complementam: “fazia alguns dias que a prefeitura não passava para pegar o lixo, o que deixou o local com acúmulo acima do normal – dando, é claro, mais espetáculo a ação do Prefeito marqueteiro” (*A CRACO RESISTE*, 2017). Apesar de as publicações independentes não terem o mesmo alcance — esse post, por exemplo, foi compartilhado apenas por oitenta pessoas —, elas não podem ter seu papel negado, disputam também o campo narrativo de forma normalmente potente, porque revelam informações incômodas, com as quais o poder público dificilmente precisaria lidar na imprensa hegemônica.

As narrativas contra-hegemônicas revelam, normalmente, uma realidade muito diferente daquela imagem espetacular que as ações performáticas promovem. Essas ações normalmente se apresentam como soluções fáceis e necessárias e contribuem para gerar uma percepção de efetividade do Estado. Porém, o que se passa no território é muito mais complexo e exige ações muito mais articuladas. A imprensa, que só é atraída nesses momentos de espetáculo, também desconhece o território, e raramente acompanha como as ações performáticas se desenrolam nos dias que seguem ou verifica o êxito e o impacto delas na vida das pessoas da região.

Foi também a presença no território e o acompanhamento do cotidiano junto às famí-

lias que permitiu ao Fórum Aberto Mundaréu da Luz desenvolver uma alternativa ao projeto de “requalificação” excludente proposto pelo poder público. Com o projeto Campos Elíseos Vivo, apresentado em abril de 2018, um ano após o espetáculo do poder público, o coletivo mostrou que é possível transformar o bairro a partir, principalmente, da melhoria da qualidade de vida dos que lá já se encontram e aproveitando o potencial imobiliário subutilizado do bairro. O projeto, como narrativa contra-hegemônica, tem sido utilizado nas negociações junto ao poder público e nos diálogos com a imprensa para mostrar que outros projetos para o bairro são possíveis, e que a população tem o direito e a capacidade de participar da política urbana e social, com proposições para o território onde vivem.

Foi graças ao levantamento realizado junto a algumas ocupações de Campos Elíseos que uma reportagem no jornal *Folha de S. Paulo* revelou que moradores da Luz, mesmo vivendo em condições precárias, pagam mais caro no aluguel, levando em conta o preço do metro quadrado, do que moradores do bairro nobre de Pinheiros, na Zona Oeste da cidade (MENA, 2018). O levantamento foi repassado com exclusividade pelo Observatório de Remoções para a jornalista, ajudando a romper com a espetacularização que domina a grande mídia. O projeto Campos Elíseos Vivo também compôs uma reportagem extensa, em texto e vídeo, do jornal *O Globo*, sobre como estava a Cracolândia um ano após a megaoperação da polícia (MARTINS; SOUTO, 2018). Os problemas, diga-se de passagem, não só não foram resolvidos, como têm sido recorrentemente agravados.

No dia do lançamento do projeto do Fórum

Aberto Mundaréu da Luz, foram criados materiais que também ajudaram a disputar narrativas territoriais nos meses que se seguiram. Um dos lambe-lambes colados no muro da quadra 36, por exemplo, trazia os dizeres “CUIDADO: PESSOAS MORANDO” e estampou diversas reportagens veiculadas sobre a remoção dos moradores da quadra. Os símbolos comunicacionais criados ajudaram a construir uma nova narrativa: os moradores dali não são *invasores*, *drogados* ou *viciados*, que podem ser despejados sem que sejam respeitados. Os moradores e moradoras da Cracolândia pagam aluguel, têm família e filhos na escola, moram em área de Zeis, que é protegida pelo Plano Diretor municipal, e vivem, cotidianamente, sob violência e vigilância do Estado. A violência é praticada contra eles e as experiências de narrativas contra-hegemônicas têm sido cruciais na defesa de seus direitos, uma vez que a narrativa hegemônica, baseada no espetáculo, ainda insiste em fazer crer que são eles, os habitantes da cidade, os que promovem a violência no território.

## Referências Bibliográficas

A CRACO RESISTE. Hoje, dia 21 de maio de 2017, às 5 h da manhã chegamos no território. Facebook, Disponível em: <https://www.facebook.com/ACracoResiste/posts/hoje-dia-21-de-maio-de-2017-%C3%A0s-5-h-da-manh%C3%A3-chegamos-no-territ%C3%B3rio-%C3%A0s-6h-um-heli/1846464505604921/>

BERGAMO, Mônica. “Secretária de Doria entrega cargo após discordar de ação na cracolândia e chamá-la de ‘desastrosa’”. *Folha de S. Paulo*, São Paulo, 24 mai. 2017. Disponível em: <https://www1.folha.uol.com.br/colunas/monicabergamo/2017/05/1887181-secretaria-de-doria-entrega-cargo-apos-discordar-de-acao-na-cracolandia-e-chama-la-de-desastrosa.shtml>. Acesso em: 30 out 2018.

COUTINHO, Eduardo. "O olhar no documentário". In: OHATA, Milton (org.). Eduardo Coutinho. São Paulo: Cosac Naify, 2013. 701 p.

DATAFOLHA. Maioria dos paulistanos aprova ações na cracolândia. Datafolha, São Paulo, 5 jun. 2017. Disponível em: <http://datafolha.folha.uol.com.br/opiniaopublica/2017/06/1890337-maioria-dos-paulistanos-aprova-acoes-na-cracolandia.shtml>. Acesso em: 30 out 2018.

FÁBIO, André Cabette. "A nova intervenção na cracolândia: origens e precedentes de um problema crônico". Nexo Jornal, São Paulo, 23 mai. 2017. Disponível em: <https://www.nexojournal.com.br/expresso/2017/05/23/A-nova-intervencao-na-cracolandia-origens-e-precedentes-de-um-problema-cronico>. Acesso em: 30 out 2018.

FOLHA DE S. PAULO. Prédio invadido desaba em incêndio no largo do Paissandu, centro de SP. São Paulo, 1º mai. 2018. Disponível em: <https://www1.folha.uol.com.br/cotidiano/2018/05/incendio--de-grandes-proporcoes-atinge-um-edificio-no-largo-do-paissan-du.shtml>. Acesso em: 30 out 2018.

FOUCAULT, Michel. Microfísica do poder. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2014. 431 p.

G1 SP. Após saída de secretária, secretário-adjunto deixa Direitos Humanos e critica gestão Doria. 29 mai. 2017. Disponível em: <https://g1.globo.com/sao-paulo/noticia/apos-saida-de-secretaria-secretario-adjunto-deixa-direitos-humanos-e-critica-gestao-doria.ghtml>. Acesso em: 30 out 2018.

GARCIA, Janaina. "Prefeitura quer pagar para moradores de rua deixarem SP, diz secretário de Doria". UOL, São Paulo, 13 jun 2017. Disponível em: <https://noticias.uol.com.br/cotidiano/ultimas-noticias/2017/06/13/prefeitura-quer-pagar-para-moradores-de-rua-e-viciados-deixarem-sp-diz-secretario-de-doria.htm>. Acesso em: 30 out 2018.

GOVERNO DO ESTADO DE SÃO PAULO. Governador Alckmin inaugura base comunitária na Nova Luz. São Paulo, 03 jun. 2014. Disponível em: <http://www.saopaulo.sp.gov.br/sala-de-imprensa/release/governador-alcmin-inaugura-base-comunitaria-na-nova-luz-1/>. Acesso em: 30 out 2018.

KARA JOSÉ, Beatriz. A popularização do centro de São Paulo: um estudo de transformações ocorridas nos últimos 20 anos. Tese de Doutorado. São Paulo: FAUUSP, 2010.

LOBEL, Fabrício; MARQUES, Jairo. "Prédios invadidos por sem-teto acumulam perigos em série em SP". Folha de S. Paulo, São Paulo, 3 mai. 2018. Disponível em: <https://www1.folha.uol.com.br/acao-de-limpeza-na-cracolandia-termina-em-confusao>. Acesso em: 30 out 2018.

MACIEL, Camila. Ação de limpeza na Cracolândia termina em confusão. Agência Brasil. 24 fev. 2018. Disponível em: <http://agenciabrasil.ebc.com.br/direitos-humanos/noticia/2018-02/acao-de-limpeza-na-cracolandia-termina-em-confusao>. Acesso em: 30 out 2018.

MAGNANI, José Guilherme Cantor. De perto e de dentro: notas para uma etnografia urbana. In: Revista Brasileira de Ciências Sociais, v. 17, n. 49, p. 11-29, junho de 2002.

MALTA CAMPOS, Cândido; PEREIRA, José Eduardo Borba. Da segregação à diversidade: moradia e requalificação na área central de São Paulo. In: Caderno de Pós-graduação em Arquitetura e Urbanismo, v. 5, n. 1. São Paulo: FAU Mackenzie, 2015.

MARINS, Paulo César Garcéz. "Um lugar para as elites": os Campos Elíseos de Glette e Nothmann no imaginário urbano de São Paulo. In: LANNA, Ana; PEIXOTO, F.; LIRA, José; SAMPAIO, Mariana (orgs.) São Paulo, os estrangeiros e a construção das cidades. São Paulo: Alameda, 2011.

MARQUES, Eduardo; REQUENA, Carolina. "O centro voltou a crescer?". In: Novos Estudos, CEBRAP, n. 95, 2013, p. 17-36.

MARTINS, Elisa; SOUTO, Luiza. "Um ano após ação polêmica da prefeitura de SP, Cracolândia sofre com nova crise". O Globo, 07 mai. 2018. Disponível em: <https://oglobo.globo.com/brasil/um-ano-apos-acao-polemica-da-prefeitura-de-sp-cracolandia-sofre-com-nova-crise-22658891>. Acesso em: 30 out 2018.

MENA, Fernanda. "Locação de imóveis na região da Luz é mais cara do que em Pinheiros". Folha de S. Paulo, São Paulo, 5 mai. 2018. Disponível em: <https://www1.folha.uol.com.br/cotidiano/2018/05/locacao-de-imoveis-na-regiao-da-luz-e-mais-carodo-que-em-pinheiros.shtml>. Acesso em: 30 out 2018.

PINHO, Angela. "Antiga cracolândia foi bairro de elite; com novo

projeto, tem futuro incerto". Folha de S. Paulo, São Paulo, 4 jun. 2017. Disponível em: <https://www1.folha.uol.com.br/cotidiano/2017/01/1847475-programa-de-doria-na-cracolandia-preve-emprego.shtml>. Acesso em: 30 out 2018.

\_\_\_\_\_; SCOLESE, Eduardo. "Programa de Doria na cracolândia prevê emprego de R\$ 1.800 a viciados". Folha de S. Paulo, São Paulo, 6 jan. 2017. Disponível em: <https://www1.folha.uol.com.br/cotidiano/2017/01/1847475-programa-de-doria-na-cracolandia-preve-emprego-de-r-1800-a-viciados.shtml>. Acesso em: 30 out 2018.

RIZEK, Cibele. Trabalho, moradia e cidade: zonas de indiferenciação? In: Revista Brasileira de Ciências Sociais, v. 27, n. 78, 2012, p. 41-49.

RUI, Taniele. "Depois da 'Operação Sufoco': sobre espetáculo policial, cobertura midiática e direitos na 'Cracolândia paulistana'". In: Contemporânea – Revista de Sociologia da UFSCar, v.3, p. 287-310, 2013.

RUI, Taniele; MALLART, Fábio. "A Cracolândia, um potente conector urbano". Le Monde Diplomatique Brasil, São Paulo, ed. 99, em 01 out. 2015.

SANCHES, Mariana. "Justiça autoriza Prefeitura a fazer internação compulsória de usuários da Cracolândia". O Globo, 26 mai. 2017. Disponível em: <https://oglobo.globo.com/brasil/justica-autoriza-prefeitura-fazer-internacao-compulsoria-de-usuarios-da-cracolandia-21400824>. Acesso em: 30 out 2018.

SANTOS, Renato Abramowicz; VILLELA, Felipe. "Último refúgio da quadra 36 é destruído por obra irregular do Pérola Byington". Observatório de Remoções, 13 jun 2018. Disponível em: <https://www.observatorioderemoco.es.fau.usp.br/ultimo-refugio-da-quadra-36-e-destruido-por-obra-irregular-do-perola-byington/>. Acesso em: 30 out 2018.

SMITH, Neil. "A gentrificação generalizada": de uma anomalia local à "regeneração" urbana como estratégia urbana global. In: BIDOU-ZACHARIASEN, Catherine (org.). Dos processos de gentrificação às políticas de "revitalização" dos centros urbanos. São Paulo: Annablume, 2006. 293 p.

SOUZA, Jessé. A ralé brasileira. São Paulo: Contracorrente, 2018. 506 p.

TELLES, Vera. "Trajetórias urbanas": fios de uma descrição da cidade. In: TELLES, Vera. e Cabanes, Roberto. (orgs.) Nas tramas da cidade: trajetórias urbanas e seus territórios. São Paulo: Humanitas, 2006. 442 p.

**VILLELA, Felipe. Refugiados urbanos: as vítimas do desastre habitacional paulistano. Observatório de Remoções, 11 de maio de 2018. Disponível em: <https://www.observatorioderemoco.es.fau.usp.br/refugiados-urbanos-as-vitimas-do-desastre-habitacional-paulistano/>. Acesso em: 06 dez 18**



# **Instrumentos, visibilidade e resistências: ações para o fortalecimento da Rede Contra Remoções**

**Beatriz Amâncio**

**Benedito Roberto Barbosa**

**Fernando Túlio S. R. Franco**

**Francisco Comaru**

**Talita Anzei Gonsales**

## ***Introdução***

Um dos principais objetivos do Observatório de Remoções é compreender, tornar visível e fortalecer a atuação dos grupos envolvidos na defesa dos direitos das pessoas atingidas e ameaçadas por remoções.

A falta de informações sistematizadas e públicas sobre o tema reduz quer seja a capacidade de inserção de entidades, universidades, coletivos e movimentos nos processos de resistência, quer seja a capacidade de intervenção dessas entidades sobre as principais causas de remoções.

O mapeamento dos processos de remoção e ameaças de remoção proposto pelo Observatório de Remoções tem como finalidade, portanto, oferecer maior visibilidade às comunidades atingidas e estabelecer insumos para análise mais geral desses processos, aí incluída a dimensão territorial. Com isso, espera-se fortalecer a atuação das entidades de apoio, inclusive nas ações voltadas à sensibilização da sociedade.

Em março de 2017, após a consolidação das informações da primeira etapa desse projeto de mapeamento, entre 2015 e 2017, foi realizada uma primeira plenária para apresentação e discussão pública dos resultados obtidos junto aos atingidos. Um dos encaminhamentos desse encontro foi a criação da Rede contra Remoções, articulação entre comunidades atingidas, movimentos sociais, Organizações Não Governamentais (ONGs) e grupos de universidades com a finalidade de organizar estratégias de luta e frentes de resistência na defesa dos atingidos, assim como incidir sobre o debate público para transformar as práticas institucionais vigentes e evitar remoções e deslocamentos forçados.

Na fase seguinte do projeto, entre 2017 e 2018, as ferramentas colaborativas para o levantamento de informações sobre os processos de remoções e ameaças de remoções foram aprimoradas através da criação de um canal direto de denúncia. Após esse esforço inicial, foi organizado um conjunto de oficinas regionais em comunidades ameaçadas de remoção para difundir a nova ferramenta de denúncia e mapeamento, além de debater os processos em curso. As oficinas funcionaram como espaço de articulação e mobilização para a segunda plenária da rede, ocorrida em agosto de 2018. O redesenho da ferramenta se baseou na constatação de que a ferramenta de colaboração anterior apresentava alguns fatores que dificultavam a utilização popular, como, por exemplo, a necessidade de ser acessada por um computador. A criação de um aplicativo específico, a utilização ou adaptação de outros existentes foram outras opções estudadas, além do aprimoramento do código da interface até então utilizada. No entanto, optou-se pela adoção de um número de telefone específico do Observatório para receber denúncias via WhatsApp, por ser um aplicativo largamente utilizado por uma parcela significativa da população e não demandar programações complexas.

### **1. Plataforma de denúncia e mapeamento colaborativo**

Uma das ambições do Observatório é que o mapeamento funcione majoritariamente de forma colaborativa, ou seja, por meio de denúncias de atingidos por processos de remoção. No momento, o Observatório utiliza-se também de diversas fontes para levantar informações sobre remoções e ameaças de remoções na Região



Metropolitana de São Paulo, como *clippings* de notícias, bancos de dados públicos e de parceiros, informações de movimentos e associações, além do que se obtém mediante o mapeamento colaborativo.

Com objetivo de aprimorar a usabilidade e a apropriação pelos atingidos da ferramenta de denúncia de remoções, ela foi redesenhada. Antes consistia no preenchimento de um formulário existente no site do Observatório; criou-se, então um canal direto de denúncias entre atingidos e equipe do Observatório, por meio de um número de telefone no aplicativo-WhatsApp. O canal foi configurado para que as denúncias fossem automaticamente respondidas com uma mensagem padrão. O texto apresentava duas possibilidades de encaminhamento: i) o contato telefônico da Defensoria Pública, para casos de emergência; e ii) o link para um formulário online para se complementarem as informações. Ainda assim, é possível que ocorra uma interação com a pessoa que fez a denúncia para se esclarecerem eventuais dúvidas.

As denúncias recebidas via WhatsApp são verificadas quanto a sua adequação para que, então, as informações sejam incluídas no banco

Figura 1 - Imagem de divulgação do canal de denuncia  
Fonte: Observatório de Remoções

de dados que alimenta o mapeamento. A partir disso, são adotadas medidas visando à divulgação dos casos e ao diálogo com a Rede de Apoio contra as Remoções Forçadas.

## **2. Descrevendo as Oficinas Territoriais**

Entre 2017 e 2018, a equipe do Observatório de Remoções foi a campo para divulgar o mapeamento colaborativo e as suas novas ferramentas de denúncia, apresentando também seus objetivos de pesquisa, em especial o de debater os processos em curso e as formas para o fortalecimento da rede em defesa dos direitos das pessoas e famílias atingidas e ameaçadas.

Dito de outro modo, em linhas gerais, buscou-se nas oficinas territoriais: (i) ouvir a opinião dos participantes sobre a eficácia dos novos métodos de denúncia; (ii) discutir a importância do mapeamento das remoções, como forma de trazer visibilidade para o tema; (iii) conhecer os processos de remoção ou ameaças de remoções que afetavam, naquele momento, as comunidades visitadas; além de (iv) conhecer as comunidades.

A escolha dos lugares onde ocorreriam as oficinas deu-se diante do objetivo de atingir todas as regiões da cidade. Os critérios adicionais foram a pré-existência de contatos com lideranças distintas (ainda que nem todas as áreas tivessem atuação direta de movimentos de moradia) e a existência de processos de ameaça de remoção. O público-alvo eram moradores e lideranças das comunidades visitadas e de outras próximas a elas.

Dada a dificuldade de agendamento das datas com as lideranças locais, foram realizadas cinco das nove oficinas planejadas, todas

em 2018, quais sejam: (i) em 21 de fevereiro, Ocupação Anchieta e Porto Velho/Grajaú; (ii) em 03 de março, Jardim Manacá da Serra II/Parelheiros; (iii) em 19 de março, Ocupação Nova Paris/Tremembê; (iv) em 24 de abril, Frente de Luta por Moradia (FLM)/Centro; e (v) em 05 de maio, Centro Gaspar Garcia.

Durante as oficinas, a equipe do Observatório de Remoções realizava as seguintes atividades: (i) explanação breve do que é o Observatório de Remoções e dos seus principais objetivos; (ii) apresentação de uma linha do tempo sobre a construção da plataforma de remoções; (iii) demonstração do mapeamento resultante dos registros das remoções e ameaças de remoções em 2017; e (iv) distribuição e explicação do folheto com instruções sobre como contatar a Defensoria Pública em casos de ameaças de remoção. Por fim, duas questões direcionavam o debate: a importância de fortalecer o mapeamento colaborativo das remoções e ameaças de remoções e de se estar articulado/a em rede como estratégia para otimizar a resistência.

Além das oficinas territoriais, a equipe do Observatório de Remoções realizou uma série de visitas em outras comunidades com o objetivo de articular outras lideranças para participarem da segunda plenária da Rede. Nesse esforço visitamos: (i) a Ocupação Gaivotas (Grajaú); (ii) uma ocupação de edifícios abandonados do Minha Casa, Minha Vida em Carapicuíba; (iii) a comunidade Pantanal e São Francisco (Zona Sul de São Paulo); (iv) comunidades localizadas nas áreas da Ecovias, em Diadema; (v) comunidades da Paz e Miguel Inácio Curi, em Itaquera (Zona Leste de São Paulo); (vi) comunidades removidas em São

Bernardo do Campo; e (vii) ocupações de edifícios na região central. Também buscamos acionar movimentos e lideranças que haviam participado do encontro da Rede em março de 2017, com a finalidade de reunir o maior número possível de lideranças e movimentos de moradia.

### **2.1 Oficina Anchieta e Porto Velho**

A primeira oficina ocorreu na Ocupação Anchieta, em seu galpão de reuniões. A ocupação encontra-se ameaçada de remoção pela emissão de uma ordem judicial, ainda que tenha sido obtida uma decisão que postergou o prazo por mais 90 dias. Em fevereiro deste ano, a liderança da comunidade começou a se mobilizar para fazer o recadastramento das famílias residentes no terreno e, assim, garantir seus direitos.

No mesmo dia desta visita para realização da oficina, foi removida a Ocupação dos Queixadas, em Perus, onde residiam cerca de 300 famílias. Fato que só foi amplamente divulgado pela imprensa devido à forte e violenta repressão policial empreendida. Os movimentos de moradia se mobilizaram para denunciar o ocorrido, que, sequer, se amparava em ordem judicial.

Da Ocupação Anchieta, era possível avistar outras ocupações e desmembramentos de lotes irregulares, como Cocaia, Elos e João Cabana, cuja organização e cujas famílias residentes eram desconhecidas pelas lideranças, o que dificultou o mapeamento. De todo modo, teve-se um indicativo de que as necessidades habitacionais naquela região da cidade são marcadas pela precariedade e levaram a muitas ocupações recentes.

O nome da comunidade deve-se ao Instituto Anchieta, situado próximo à ocupação e responsável pela intermediação entre moradores-ocupantes e proprietários. Uma Unidade Básica de Saúde (UBS) está sendo construída na área ocupada, e, por conta disso, os próprios moradores se organizaram para realocar as famílias, pois com a construção da UBS no terreno, poderia gerar ainda mais conflitos. Dessa forma, as famílias localizadas nessa área foram realocadas e redistribuídas entre as moradias existentes na ocupação. Não foram registrados relatos de falta de escolas ao redor, municipal ou estadual.

A Universidade de Michigan desenvolve um projeto na comunidade chamado Ocupação Anchieta Avança!, que aborda os conflitos entre direito à moradia e preservação ambiental, problema recorrente no Sul global. Segundo a Universidade, a ocupação é um exemplo entre aquelas realizadas em áreas de proteção. Os alunos participantes do projeto, em uma visita de campo, determinaram estratégias e diretrizes, que incluem a criação de um centro cultural para abrigar programas de ONGs que atualmente acontecem ao ar livre. Também há propostas para limpar as águas e reflorestar as áreas envoltórias da nascente localizada na área da ocupação, além do desenvolvimento de protótipos para a infraestrutura de esgoto descentralizada. Em pesquisa realizada pelos estudantes, a principal demanda foi um playground para as mais de mil crianças que ali moram. As lideranças, em nossa visita, demonstraram muito entusiasmo com a possibilidade de implementação do projeto.

Em seguida, visitamos a Ocupação Porto Velho na presença das lideranças. A ocupação



era mais recente que o Anchieta, com cerca de dois anos de existência, tendo apenas habitações muito precárias. Pessoas buscavam abrigo na ocupação a todo momento durante a visita. Como o terreno é bastante acidentado, observou-se que algumas das áreas poderiam estar sob risco de deslizamento. A Sabesp havia visitado a comunidade horas antes da reunião do Observatório e numerou todas as casas, visando instalar equipamentos de distribuição de água.

## 2.2. Oficina Jardim Manacá da Serra

A segunda oficina foi realizada na comunidade Manacá da Serra, localizada no Jardim Manacá da Serra, região de Parelheiros, que conta com 300 famílias. Lideranças de quatro outras comunidades estiveram presentes: comunidade Papai Noel, com 250 famílias; Novo São Norberto, 1.498 famílias; Chácara do Conde, associada à FLM, sem estimativa do número de famílias; e Pão de Açúcar, 70 famílias. A maioria presente há mais de 20 anos na região.

Figura 2 - Apresentação do Observatório de Remoções na Associação da Ocupação Anchieta



Uma matéria publicada em agosto de 2014 (SEM, 2014) denunciou que o abastecimento de água da região era feito por meio de uma mina contaminada. Em novembro de 2016, a Sabesp emitiu uma nota sobre a questão e sobre a instalação de rede de esgoto, que não foi feita até hoje. O motivo alegado para a demora é a impossibilidade de se construir estação elevatória a partir da estação de tratamento de Barueri. Em outras ocupações, como por exemplo, a Pão de Açúcar, também não há água encanada.

O Jardim Manacá da Serra foi formado por grileiros que compram sítios em áreas de proteção ambiental e os loteiam irregularmente. Em 2012 foi criada a Associação União dos Moradores do Jardim Manacá da Serra e Adjacências, para se reivindicarem os direitos das famílias da região. Uma reclamação dos moradores é que a polícia ambiental fiscaliza as moradias de forma recorrente e, quando encontra modificações, pede a interdição ou desfazimento das novas construções. Nesse

Figura 3 - Apresentação do OR na associação da Ocupação Manacá da Serra II

processo muitas famílias acabam sendo removidas arbitrariamente, sem o acompanhamento da Secretaria Municipal de Habitação ou sem o devido processo legal. Recentemente a comunidade foi acionada pelo Ministério Público, que solicitou seu desfazimento por causa das condicionantes ambientais.

Diante disso, uma das principais demandas das famílias é a regularização fundiária. Elas relatam que são pressionadas a sair pela Secretaria Municipal do Verde e do Meio Ambiente, que, quando realiza visitas, não aborda o cadastramento das famílias, muito menos o atendimento habitacional a ser oferecido a elas. As visitas não são acompanhadas por assistentes sociais. Frequentemente a energia elétrica da ocupação é cortada.

Durante a nossa visita, alguns presentes sugeriram que a comunidade Manacá da Serra adotasse medidas semelhantes às da ocupação Vila Nova Esperança, no Butantã, onde foram criadas soluções voltadas à redução dos impactos ambientais, por meio de áreas de amortecimento ambiental e hortas comunitárias, fato que contribuiu para que a comunidade tivesse maior apoio e suporte na luta pela permanência.

### **2.3. Oficina Ocupação Nova Paris**

No dia 19 de março, foi realizada a visita à Ocupação Nova Paris, na região Norte, nas adjacências do trecho norte do Rodoanel, em fase final de obras. As famílias ocuparam a área— remanescente das desapropriações feitas pela Desenvolvimento Rodoviário S/A (DERSA)— há aproximadamente dois anos.

A entrada da comunidade e a sede da associação onde aconteciam as reuniões locais



ficavam inicialmente na Av. Cel. Sezefredo Fagundes, 7.000. Ao chegarmos ao local e estacionarmos à frente do número 7001, onde hoje se encontra uma pizzaria, foi descoberto que não havia mais passagem por ali: as obras do Rodoanel Norte acabaram fechando a antiga entrada com um muro. Para se locomover até o local, voltamos pela estrada rodeada de mata e passamos por baixo das obras viárias do Rodoanel, através de um túnel —construído em razão dessas obras— que dava acesso a uma estrada íngreme de terra, aberta pelos próprios moradores. No dia da visita, a estrada estava enlameada em virtude da chuva torrencial que havia caído poucas horas antes. Após nos perguntarmos se o carro “aguentaria o tranco”, arriscamos e chegamos até o barraco, sede da associação.

Antes da reunião, Kléber, a liderança da comunidade, levou a equipe do Observatório para caminhar pela ocupação, a primeira das que visitamos cujas casas em sua maioria eram de alvenaria. Muitas habitações estavam sendo construídas e, em diversos casos, moradores

Figura 4 - Visita da equipe do Observatório de Remoções à Ocupação Nova Paris

abandonaram seus barracos enquanto a alvenaria ficava pronta, fato que justificava a ausência de parte significativa das famílias. Kléber revelou a forte presença de imigrantes entre os ocupantes.

A ocupação conta com aproximadamente duzentas famílias. A equipe conversou com Dona Maria, que mora lá há sete meses e revelou ter sido removida de uma outra ocupação no mesmo bairro. Ela tentou viver de aluguel em um dos loteamentos irregulares que rodeiam a área, mas não conseguiu se sustentar por muito tempo e foi, novamente, buscar moradia em uma ocupação.

Em uma outra porção do terreno, a equipe visitou uma área em que um muro separava a ocupação da mata; acima dele se localizava um aterro e um loteamento irregular. Um desentendimento sobre o limite entre os territórios da ocupação e dos grileiros fez com que estes levantassem uma parede de concreto. Mais à frente, uma criança brincava na piscina improvisada em uma caixa d'água, para aliviar o calor escaldante do dia. Do outro lado, eram visíveis as torres de transmissão de energia responsáveis pelo nome da ocupação, Nova Paris – “porque aqui também temos nossa torre”, disse Kléber.

A ocupação era servida de infraestrutura de água e energia, mas de acesso irregular. A tubulação de água estava em bom estado, mas os fios de energia seriam trocados nos próximos dias, pois alguns haviam derretido pela alta tensão a que estavam submetidos. Para as manutenções, bem como para os serviços de assessoria jurídica para a comunidade, uma taxa de trinta reais é cobrada aos moradores. “Já que não pagam água, luz e aluguel, acho que é um valor justo”, diz a liderança.

Durante a apresentação do Observatório de Remoções, descobrimos que a liderança local havia sido presa por crime ambiental no início da ocupação, em 2016. No momento não há pedido de reintegração de posse, mas a advogada da ocupação segue acompanhando o caso.

#### **2.4 FLM/Centro**

O objetivo de realizar uma oficina junto à FLM foi mobilizar um dos principais movimentos de moradia que realizam ocupações de edifícios abandonados na região central de São Paulo e que lidam historicamente com processos de remoção. A oficina teve um caráter diferente das outras, já que, para alcançar o maior número possível de lideranças, foi encaixada junto a uma reunião da Frente.

Ainda que a atividade tenha ocorrido de forma consideravelmente rápida, sua realização foi bastante importante: naquele espaço acontecem as reuniões semanais da Frente, que contam com lideranças de ocupações espalhadas por toda a Região Metropolitana. Nessa ocasião, havia cerca de 40 pessoas – com uma surpreendente representatividade territorial –, mais a equipe do Observatório. Um dos pontos positivos dessa distribuição geográfica entre os presentes foi a forte presença de lideranças da Zona Leste da capital, onde não conseguimos realizar uma atividade específica por conta das dificuldades de agenda do articulador da região.

A FLM é também um dos primeiros parceiros do Observatório de Remoções e, por essa razão, grande parte dos presentes já conhecia nossos trabalhos e formas de atuação. Sendo assim, a discussão nessa atividade se concentrou na atualização do mapeamento; na definição de



estratégias de resistência frente a um contexto no qual se percebe um aumento das reintegrações de posse; e na necessidade de atuação em rede, sobretudo nos locais onde não há atuação direta dos movimentos de moradia.

### **2.5 Oficina Centro Gaspar Garcia**

A oficina organizada contou com a participação de pelo menos 10 comunidades, entre elas: Parque do Gato, Ocupação Aqualtune, Ocupação Vitorino Camilo, Ocupação em Guaianases/Tiradentes, Casa Amarela, Vista Alegre, Conselheiro Carrão 611, Vila do Sapo, Jardim Hebrum, Sallus e Sítio Paiolzinho.

Os relatos foram os mais diversos. Dezesesseis pessoas da ocupação Parque do Gato compareceram e relataram a luta das famílias com muito fervor. Eles haviam sido notificados no dia 16 de abril de 2018 pelo oficial de justiça e estavam, portanto, sob ameaça de remoção nos próximos três meses. As moradias já haviam sido seladas. Além delas, há também ocupações comerciais, forma de sustento de moradores do conjunto habitacional vizinho. José, por

exemplo, disse que investiu cerca de 7 mil reais na construção de seu comércio, dez anos antes<sup>1</sup>.

Quando da oficina, a comunidade estava na localidade havia cerca de doze anos e a ameaça de remoção veio à tona de tempos em tempos, principalmente em época de eleições. Os comerciantes estavam em dúvida se a luta pelo direito à permanência os incluía. Suas exigências eram de regularização fundiária; declararam que aceitariam pagar alguma taxa semelhante a um aluguel subsidiado e padronizar as diversas construções destinadas ao comércio e a serviços – já que “uma é laranja, outra é rosa... seria legal a substituição por uns boxes” conforme explicou um comerciante. Na conversa, foi utilizada a nomenclatura “ocupação mista” pelos próprios ocupantes para descrever a situação – conjugação entre moradias e estabelecimentos de comércio.

Outra moradora relatou a situação de permanente transição vivida pelos moradores, que haviam sido anteriormente removidos da ocupação Estaiadinha. Segundo a moradora, quando a Estaiadinha passou por reintegração de posse e a alternativa de atendimento oferecida pelo poder público foi anunciada, as lideranças selecionaram os moradores que seriam atendidos e, de acordo com ela, foram adotados critérios injustos, baseados em afinidade. Os que não foram beneficiados não encontraram alternativa, senão procurar outra ocupação, e acabaram indo morar no Parque do Gato.

Foi relatado também o descaso do poder público. Alguns moradores recebem auxílio-aluguel há anos e continuam esperando pelo atendimento definitivo; um dos presentes

Figura 5: Atividade na FLM

afirmou que “é como tapar o sol com a peneira”, questionando a eficiência dessa política. Disseram também que os moradores que aceitam o auxílio acabam ficando presos aos critérios da Caixa Econômica Federal que, dentre outras exigências, só libera o auxílio-aluguel se o beneficiado não estiver com o “CPF sujo”, o que termina por eliminar boa parte dos removidos.

Outra fala de destaque foi a do Fábio, morador da Vila Alegre, Guaianases. Fábio relatou que o Centro Gaspar Garcia está entrando com um processo de usucapião, em favor da permanência da comunidade; e afirmou que a ajuda externa é fundamental. Fábio disse ainda concordar com o mapeamento das comunidades ameaçadas, iniciativa importante para dar evidência à luta, frequentemente invisibilizada pelo poder público.

Sobre a visibilidade, foi apontada a sugestão de realização de um ato, uma manifestação, ferramenta considerada potente para evidenciar os dados levantados no mapeamento e garantir que esse trabalho não fique limitado aos pesquisadores e atingidos, mas que chegue até os órgãos responsáveis, a grande mídia e o público em geral. Dúvidas metodológicas também foram levantadas, como para quem seriam encaminhadas as denúncias, especialmente em casos de urgência, e qual seria a postura do Observatório nesses casos, se atuaríamos apenas como pesquisadores ou como agentes ativos.

Benedito Barbosa, advogado popular do Centro Gaspar Garcia e consultor do Observatório de Remoções, falou sobre a importância da união dos movimentos e famílias neste momento tão sensível. Discorreu sobre a criminali-



zação das ocupações e a priorização dada ao direito à propriedade em detrimento ao direito à moradia.

### **3. Plenária da Rede contra Remoções**

As oficinas também tiveram um papel importante para mobilizar as comunidades em relação à Rede contra Remoções, assim como para fomentar a discussão sobre a importância de estarmos articulados daquela forma, num contexto em que é possível perceber o aumento das remoções ocasionadas por processos de reintegração de posse. Por ser a remoção um fenômeno historicamente invisibilizado, muitas comunidades que passam por esses processos desconhecem a magnitude do problema. Além disso, a realização de um encontro que promove a troca de experiências entre os atingidos proporciona também a discussão sobre formas de resistência e de luta pela permanência nos territórios que ocupam, do mesmo modo que permite a compreensão de que eles não estão sós nesse processo.

Sendo assim, em agosto de 2018 foi reali-

Figura 6: Apresentação do Observatório de Remoções no Centro Gaspar Garcia de Direitos Humanos



zada, na Casa do Povo, a segunda plenária da rede, que contou com aproximadamente 80 pessoas, a maioria proveniente de comunidades atingidas. Representantes de entidades, universidades, ONGs e instituições de defesa jurídica também estiveram presentes.

Durante o encontro, apresentou-se o mapeamento das remoções e ameaças de remoções relativas ao período de 2017 e 2018. Os casos foram discutidos em comparação aos processos

do período anterior, entre 2015 e 2017.

Foi também apresentada, discutida e aprovada uma carta-compromisso pela proteção contra as remoções forçadas, com diretrizes a serem apresentadas aos candidatos às eleições de 2018. Apresentou-se inicialmente à plenária a minuta, que foi discutida em grupos. As novas contribuições foram levadas à plenária que, por fim, aprovou a versão final da carta (ver Apêndice A). Outros encaminhamentos relacionados

Figura 7 -Imagem da plenária da Rede contra Remoções

à Rede também foram discutidos, como a formação de uma comissão executiva e a criação de um espaço virtual de discussão para essa comissão.

Em linhas gerais, a carta aborda, em 19 itens, problemas e propostas relacionados à defesa do direito constitucional à moradia digna e ao cumprimento das normas internacionais que regem a matéria, dentre elas: a não promoção de projetos públicos – ou em parceria com a iniciativa privada – que gerem remoções; no caso da inevitabilidade de remoção, que o atendimento habitacional definitivo seja feito de acordo com as necessidades e capacidade de pagamento dos atingidos, e que essas propostas sejam discutidas e acordadas com os atingidos.

Outros compromissos que constam do documento são evitar o uso da violência e criar espaços de mediação, com garantia do acesso à justiça e de condições de igualdade nos processos judiciais (ver Apêndice A).

A comissão executiva ficou responsável pela aprovação da edição final da carta e pela sua divulgação em suas redes sociais, em uma busca ativa por candidatos e candidatas que se comprometessem com o tema. Após finalizada, a carta foi enviada aos diretórios nacionais de todos os partidos, com a instrução de ser distribuída a todos os seus candidatos.

O Observatório se colocou nesse processo como secretaria executiva da Rede, organizando e executando algumas atividades cotidianas, como, por exemplo, a sistematização e a divulgação das assinaturas dos candidatos e candidatas e a propagação de pequenos vídeos gravados durante o encontro, com diversos

olhares sobre remoções, numa espécie de campanha que divulga a atuação da Rede.

Foram registradas, até as eleições, 112 adesões, sendo de: 01 candidato à Presidência da República, 06 candidatos a governos estaduais, 07 para o senado, 47 para a câmara federal e 51 para as assembleias legislativas estaduais. Foram registradas adesões de 17 estados (49 de São Paulo, 12 da Bahia, 10 de Minas Gerais, 07 do Rio de Janeiro, 05 do Ceará, 04 de Goiás, Pernambuco, Rio Grande do Norte e Rio Grande do Sul, 02 de Amazonas e Paraíba, 01 de Alagoas, Distrito Federal, Espírito Santo, Pará, Piauí e Santa Catarina) e de 08 partidos (57 do PSOL; 35 do PT; 08 do PCdoB; 03 do PSB; 03 do PDT; 03 do PPL; 02 da REDE; e 01 do PSDB) (Cf. REDE CONTRA REMOÇÕES, 2018)

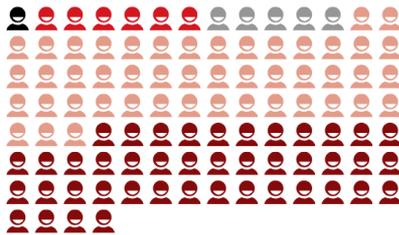
A ideia de construção de uma carta-compromisso em prol da proteção contra as remoções forçadas foi impulsionada pela situação de emergência habitacional escancarada pelo desabamento, ocorrido no dia 1º de maio de 2018, do Edifício Wilton Paes de Almeida, na região central de São Paulo. Apenas entre 2017 e 2018, ao menos 147.000 famílias encontraram-se ameaçadas de remoção na Região Metropolitana de São Paulo e, ao menos, outras 17.000 foram removidas de suas casas, em grande parte por intervenções do próprio poder público sobre o território (ver Capítulo 1 nesta publicação).

O resultado foi além do esperado, revelou a abrangência e a emergência da questão habitacional e dos processos de remoção, assim como a existência de processos de resistência e luta por direitos em âmbito nacional. Ao longo do processo, foi possível notar

## ELEIÇÕES 2018: MAIS DE 100 CANDIDATURAS CONTRA AS REMOÇÕES FORÇADAS

Candidatos e candidatas de todas as regiões do país assinaram a carta-compromisso da **Rede contra Remoções**. Leia a [carta completa](#) e conheça os compromissos assumidos.

### Uma agenda de todos os cargos

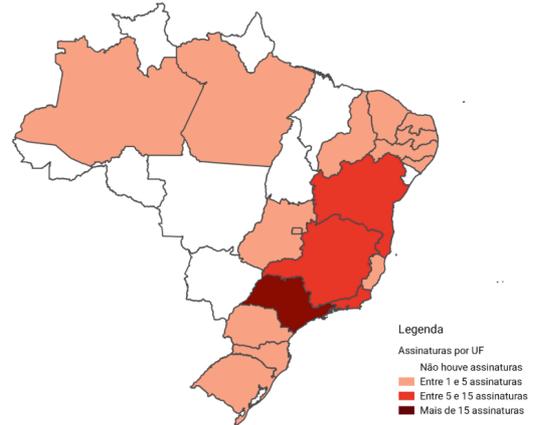


Nestas eleições, todos os cargos eletivos têm candidaturas comprometidas com a causa.

- Presidência
- Senado
- Governos Estaduais
- Assembleias Legislativas
- Câmara dos Deputados

## Abrangência nacional

Em 17 estados brasileiros, candidatos e candidatas aderiram à carta-compromisso.



## Adesão de vários partidos

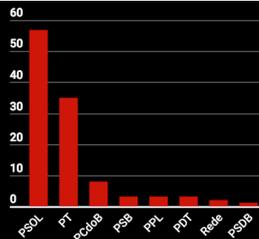


Figura 8 - Infográfico das adesões

que, seja para o Observatório, seja para os atingidos, fica cada vez mais latente a necessidade de se aprimorarem os mecanismos de visibilização das remoções e ameaças de remoção e de incidência no debate e nas políticas públicas relacionadas à defesa da moradia digna; igualmente, ganha evidência a necessidade de estarmos mobilizados e articulados numa rede diversa e abrangente, para que seja possível resistirmos aos processos de remoções e avançarmos na luta pela garantia de direitos.

É importante considerar que o intercâmbio e a troca de experiência entre as diferentes comunidades pode ter um papel muito estratégico para o fortalecimento das comunidades, a troca de informações, a socialização. Além disso, comunidades pequenas e relativamente isoladas podem revigorar os ânimos diante da constatação de que não se encontram sozinhas naquela situação de ameaça de remoção; mas, ao contrário, em rede podem criar mecanismos de colaboração para enfrentar os desafios que, a depender dos desdobramentos políticos do país, podem intensificar a agenda regressiva que encontra no desfazimento de direitos sociais um de seus pilares.

## Referências Bibliográficas

OBSERVATÓRIO DE REMOÇÕES. Parque do Gato: comerciantes e novas ocupações produzidas por remoções serão removidos: qual será seu destino? 20 ago. 2018. Disponível em: <https://www.observatorioderemoco.es.fau.usp.br/parque-do-gato-comerciantes-e-novas-ocupacoes-produzidas-por-remoco-es-serao-removidos-qual-sera-seu-destino/>. Acesso em 20 set. 2018.

REDE CONTRA REMOÇÕES. Carta contra remoções forçadas tem adesão de mais de 100 candidaturas. 10 set. 2018. Disponível em: <http://www.labcidade.fau.usp.br/carta-contra-remoco-es-forcadas-tem-adesao-de-mais-de-100-candidaturas/>. Acesso em 20 set. 2018.

SEM rede de distribuição, bairro em SP usa água de mina contaminada. G1, São Paulo, 11 ago. 2014. Disponível em: <http://g1.globo.com/sao-paulo/noticia/2014/08/sem-rede-de-distribuc-ao-bairro-da-regiao-de-parelheiros-zona-sul-de-sao-paulo-usa-agua-de-mina-contaminada.html>. Acesso em 20 set. 2018.

## APENDICE A

### CARTA-COMPROMISSO PELA PROTEÇÃO CONTRA AS REMOÇÕES FORÇADAS

Às candidatas e aos candidatos à presidência da república, ao senado, à câmara dos deputados, aos governos estaduais e às assembleias legislativas nas eleições de 2018.

#### CONSIDERANDO QUE:

1. O desabamento do edifício Wilton Paes de Almeida, no Largo do Paissandu, em São Paulo, no dia 1 de maio de 2018, escancarou a situação de emergência habitacional;

2. Verifica-se uma ofensiva no sentido da criminalização dos movimentos de moradia;

2. Outras tragédias envolvendo incêndios, remoções com uso de violência e outras violações de direitos já haviam ocorrido antes do desabamento, caracterizando as remoções e os despejos como um problema histórico e sistêmico em todo o país;

3. As famílias que se encontravam no edifício que desabou haviam sido submetidas anteriormente a processos de remoções e despejos;

4. Entre 2010 e 2016, ao menos 288 mil famílias foram removidas ou ameaçadas de remoção apenas em São Paulo e no ABC Paulista, sendo que 81% dessas remoções ocorreram motivadas por obras públicas;

5. Somente entre janeiro de 2017 e abril de 2018, ao menos 14 mil famílias foram removidas de suas casas na Região Metropolitana de São Paulo e outras 30 mil estão ameaçadas de remoção sem perspectiva de atendimento habitacional definitivo. Sendo, nesse período, 75% das remoções causadas por processos de reintegração de posse;

6. Tornam-se cada vez mais recorrentes os casos de famílias que já passaram por mais de uma remoção, evidenciando a situação de insegurança permanente vivida pelas famílias mais vulneráveis.

ASSUMO, perante a população brasileira, caso seja eleita(o), o compromisso de trabalhar em defesa do direito constitucional à moradia digna cumprindo as normas internacionais que regem a matéria e especialmente defender as seguintes propostas referentes aos casos de ameaças de remoção:

1. Não promover projetos públicos, ou em parceria com a iniciativa privada, que promovam remoções;

2. Apresentar proposta de atendimento habitacional definitivo junto com o projeto de intervenção que apresentar necessidade de remoção, garantindo a participação das comunidades atingidas e o amplo acesso à informação, respeitando os modos de vida e as especificidades de cada contexto;

3. Assegurar o atendimento habitacional definitivo para todas as famílias, no caso de inevitabilidade de remoção; e quando a justificativa da remoção for a segurança das famílias, que o atendimento habitacional seja feito de acordo com as necessidades e capacidade de pagamento dos atingidos;

4. Garantir que o atendimento habitacional provisório só aconteça no caso de remoções de populações em risco emergencial. Em quaisquer outros casos o atendimento deve ser sempre definitivo. Caso não haja o atendimento definitivo no momento da remoção, garantir moradia digna até o atendimento definitivo;

5. Atender as necessidades habitacionais independente da origem das pessoas nessas situações;

6. Priorizar as famílias que já moram em áreas sujeitas a intervenções, reformas ou projetos que visam suas transformações futuras;

7. Garantir a construção de contra laudos nos casos de áreas de risco e o atendimento definitivo aos moradores em áreas de proteção de mananciais;

8. Nunca usar a violência, respeitando em todos os casos a dignidade do ser humano;

9. Incorporar o princípio da equidade no atendimento habitacional, tratando cada caso de forma a respeitar suas especificidades;

10. Atenção e atendimento prioritário a mulheres, crianças e pessoas com deficiência;

11. No caso de remoção, comunicar obrigatoriamente aos conselhos municipais de habitação, da criança do adolescente e dos idosos;

12. Assegurar acesso à assistência jurídica e à assistência técnica em habitação de interesse social gratuitas para todas as pessoas e famílias atingidas;

13. Assegurar mecanismos de controle e de acesso à terra e à moradia bem localizada e com infraestrutura para famílias de baixa renda, destinando imóveis ociosos à moradia popular para que, enfim, cumpram sua Função Social;

14. Atuar de forma que sejam constituídas instâncias de tratamento dos conflitos fundiários urbanos e rurais no âmbito dos poderes executivo, legislativo e judiciário, garantindo que as partes estejam no mesmo pé de igualdade nas negociações e que o direito coletivo prevaleça sobre o direito individual, respeitando os princípios da não remoção e da

promoção da segurança da posse;

15. Dialogar permanentemente com as diferentes instâncias e órgãos do poder público, em especial o sistema judiciário (Defensoria, Ministério Público) de modo a tratar de forma adequada as situações de conflito fundiário, assumindo a responsabilidade de evitar as remoções;

16. Garantir o acesso universal aos serviços públicos essenciais: água potável, saneamento, energia elétrica, saúde, educação, cultura, lazer, entre outros;

17. Assegurar a instalação de infraestrutura, equipamentos e serviços públicos, mesmo em áreas sob disputa judicial, como garantia de defesa da vida, saúde e da segurança das famílias;

18. Dialogar com os movimentos sociais de moradia e acesso à terra, encontrando soluções em conjunto com esses atores. Não criminalizar a luta por moradia digna;

19. Assegurar políticas de regularização fundiária e segurança habitacional para as populações vulneráveis (favelas, assentamentos precários e outros).

São Paulo, 15 de agosto de 2018



# Experimentando práticas insurgentes de planejamento no contexto de remoções

**Francisco Comaru**  
**Talita Anzei Gonsoles**

## Introdução

Desde sua concepção e em construção contínua durante o desenvolvimento de suas três fases, o Observatório de Remoções tem trabalhado em duas dimensões ou escalas. Na primeira delas, a da metrópole, busca-se compreender a geografia, a localização e a distribuição dos processos e das dinâmicas que promovem remoções e ameaças de remoções a grupos vulneráveis. Busca-se, simultaneamente, tornar visíveis tais processos e dinâmicas. Na segunda dimensão ou escala, a dos atingidos observados de perto, atua-se *in loco*. Aqui, busca-se inicialmente o aprofundamento em determinados casos, com o propósito de compreender quem são os atingidos por processos de remoção e alguns dos impactos diretos e indiretos desses processos, que sempre portam elevado grau de violência material e simbólica nas vidas dos removidos.

Além disso, o Observatório de Remoções, como projeto de pesquisa-ação (THIOLLENT, 1985), tem como uma de suas premissas o apoio e fortalecimento dos atingidos, por meio de produção e uso de ferramentas que auxiliem na compreensão desse fenômeno (aqui estudado no contexto urbano), mas também por meio da construção de instrumentos que contribuam para fortalecimento da defesa do direito à moradia. A pesquisa-ação constitui um método de pesquisa em que a investigação ocorre em paralelo ao apoio e à assessoria a comunidades, grupos ou populações que lutam pela melhoria das suas condições de vida, por dignidade e direitos. O pesquisador caracteriza-se, assim, como sujeito proativo que está engajado na ação, buscando junto com a comunidade a resolução dos problemas sociais

e políticos em questão. Entende-se que os conhecimentos sistematizados e produzidos neste processo devem, claramente, concorrer para o fortalecimento da comunidade nas suas lutas pela emancipação (THIOLLENT, 1985).

É nesse contexto que se situam as estratégias de construção de práticas insurgentes de planejamento, experiências que aparecem como uma das respostas às ameaças sofridas por diversas comunidades, como processos e dinâmicas que são também instrumentais para a resistência dos grupos vulneráveis atingidos.

Num cenário em que, apenas entre 2017 e 2018, ao menos 17 mil famílias foram removidas de suas casas e outras 147 mil encontram-se ameaçadas de remoção (ver Capítulo 1 nesta publicação) por diversas razões, faz-se necessário buscar estratégias para resistir a esses processos. No presente texto, apresentaremos três casos observados de perto pelo Observatório de Remoções. Acompanhamos iniciativas de resistência que, ao mesmo tempo que questionavam o planejamento urbano (convencional ou tradicional) – entendido aqui como a ação oficial do Estado sobre o território urbano (VILLAÇA, 1999) –, utilizavam-se de instrumentos do planejamento para subvertê-lo e orientá-lo a favor das estratégias de resistência às remoções forçadas.

Além do esforço para a sistematização de um fio condutor conceitual que discuta tais práticas, busca-se, aqui, caminhar em direção ao registro e à análise de experimentações de práticas insurgentes de planejamento.

### **Práticas insurgentes de planejamento**

O acirramento dos conflitos urbanos em uma das sociedades mais desiguais do planeta,

aliado à incapacidade do Estado ou até mesmo uso do aparelho estatal para ampliar as injustiças e iniquidades, entre outros fatores, têm levado as populações vulneráveis à busca de formas de resistência, por uma sobrevivência digna nas cidades. Isso passa, obviamente, pelas lutas urbanas – e, dentre elas, e a luta pelo direito de morar dignamente.

A observação empírica e inúmeros estudos têm mostrado que a ação coletiva e organizada é capaz de gerar resultados sociais e políticos muito mais relevantes que os gerados a partir de ações individuais e desarticuladas.

A necessidade de, no contexto de uma situação de conflito, a partir de uma leitura da realidade com a comunidade, produzir respostas, propostas, contralaudos, planos populares e outros tipos de documentos com diretrizes técnicas demarca um tipo de situação específica, que se distingue do mesmo tipo de atividade que venha a ser realizada no contexto de uma política pública habitacional convencional, por exemplo (TANAKA, 2017).

Compreende-se aqui a relevância dos estudos e da sistematização dos processos de planejamento urbano autônomo em situações de conflitos e ameaças. Vale distinguir, ainda, a perspectiva dessas experiências também em função de seu alcance e de sua ambição, se radical ou pragmática (TANAKA, 2017).

Nos últimos tempos, diversos autores (MAYER; LOURENÇO, 2016; DE CARLI et al, 2016; OLIVEIRA et al, 2016; COMARU, 2017; TANAKA, 2017) vêm propondo a necessidade de outras práticas de planejamento territorial, que avancem no sentido de radicalização e da subversão das práticas tradicionais do planejamento, aquelas capitaneadas pela ação do Estado no

território, muitas vezes direcionadas por forças, atores ou instituições dominantes. Num cenário no qual as políticas públicas e investimentos sociais nas últimas décadas, com raras exceções, acabaram por manter ou agravar a desigualdade social, tendo como exemplo o fato de que aproximadamente 80% das remoções ou ameaças de remoções ocorridas entre 2010 e 2016 tiveram como motivação a intervenção do Estado no território, faz-se necessário o questionamento do papel do planejamento, assim como uma reflexão sobre como disputá-lo e garantir que ele não contribua para o agravamento desta situação.

Para Oliveira (2013), o conflito urbano é também uma possibilidade de surgimento de formas alternativas de incidência nas políticas públicas, por meio da proposição de intervenções pontuais, projetos, planos ou até mesmo políticas públicas baseados em participação direta, muitas vezes reivindicada nos conflitos e manifestações. Além disso, frequentemente, apoderar-se do conflito permite que a comunidade se identifique como um sujeito coletivo, deixe de reivindicar apenas as questões individuais e passe a buscar soluções no plano coletivo.

Importante notar, no entanto, que a maior parte das comunidades encontra-se desorganizada ou em estágio bastante embrionário de organização. Para muitas comunidades ameaçadas de remoção ou em situação de conflito, deixar a invisibilidade e o anonimato pode ser considerado um grande e importante passo no processo de resistência e fortalecimento.

Randolph (2007) utiliza o conceito de planejamento subversivo para a partir dele, propor que sejam superados dialeticamente o mero

discursode participação e o da representação, em favor de uma efetiva participação direta no processo de planejamento; propõe ainda que sejam reconhecidas as contradições presentes na cidade. O autor também entende o planejamento subversivo como uma prática relacionada a uma visão transformadora.

Para Miraftab (2009), o planejamento insurgente é caracterizado por ser contra-hegemônico, transgressor e imaginativo. É contra-hegemônico pela proposição da quebra ou da desestabilização da ordem político-econômica dominante. É transgressor em dois momentos. Primeiro no que diz respeito ao tempo, pois estimula a reconstrução da memória coletiva, problematizando as questões que incidem atualmente dentro da formação histórica e dando significativa importância à apropriação da história de um determinado lugar – ou seja, funcionando também como uma metodologia de empoderamento da comunidade quanto à sua história dentro do contexto na qual está inserida.

O planejamento insurgente é transgressivo também em relação aos espaços de participação, já que, nesses casos, as reivindicações e, muitas vezes, as negociações são feitas fora dos espaços institucionais de participação, dão-se a partir da ocupação das ruas como espaços de reivindicação.

É imaginativo, pois traz outra visão do planejamento e da incidência popular sobre, sendo que essa visão é, além de possível, necessária para que sejam respeitados os desejos e necessidades daqueles que reivindicam determinada questão (MIRAFTAB, 2009).

## **Experiências de construção de ferramentas técnicas no âmbito do Observatório de Remoções**

A atuação do Observatório de Remoções em três casos específicos – (i) Comunidade da Paz, Itaquera; (ii) Áreas da Ecovias, Diadema; e (iii) Campos Elíseos, centro de São Paulo – deu-se na dimensão ou escala dos atingidos, no âmbito do eixo de atividades denominado Observando de Perto. Como método, a observação nessa escala propõe uma compreensão mais aprofundada das circunstâncias sob as quais ocorrem as ameaças e as remoções, das suas causas e consequências, assim como dos atores envolvidos. A partir do aprofundamento nos casos em estudo, procura-se também apoiar e fortalecer comunidades ameaçadas de remoção na busca pela garantia do direito à moradia.

### **Comunidade da Paz, Itaquera**

A comunidade Vila da Paz está localizada em Itaquera, próxima ao Estádio do Corinthians, que recebeu a abertura e mais cinco jogos da Copa do Mundo de Futebol em 2014. Naquele momento a comunidade passava por mais uma ameaça de remoção, justificada pela construção do Parque Linear Rio Verde, que passaria pela mesma área da comunidade. Porém, a partir de um período de intensa mobilização, contra as obras para a Copa do Mundo e que removiam populações dos seus locais de moradia, quando muitos olhos estavam voltados para as cidades-sede, a comunidade conseguiu resistir, tornando-se um dos exemplos do que denominamos como práticas insurgentes de planejamento.

A comunidade da Paz situa-se na Av. Miguel Inácio Curi, a aproximadamente 800 metros da

estação de trem e da estação de metrô Itaquera, com acesso fácil a diversos tipos de equipamentos urbanos, dentre eles, unidades de saúde e escolas, parques, entre outros, sendo este fator um dos pontos bem avaliados pelos seus moradores (PEABIRU, 2013). A área também está localizada próxima a um shopping, a um posto da rede Poupatempo e ao centro comercial de Itaquera, contando também com um número significativo de linhas de ônibus.

É importante considerar que a região de Itaquera se constitui num dos vetores de desenvolvimento urbano da cidade de São Paulo, é objeto de um montante significativo de investimentos públicos e privados.

Apesar de sua localização estratégica, a comunidade Vila da Paz ainda sofre com condições precárias, em 2014 não possuía sistemas de abastecimento de água e de energia elétrica (parcialmente instalados em 2015, e finalizados em junho de 2017) e não possui coleta de esgoto, o que faz com que uma parte dos dejetos corra pelas vielas da comunidade e outra parte seja despejada diretamente no córrego Rio Verde. Essas condições impõem dificuldades à vida das famílias que ali residem. Apesar da ocorrência de intervenções pontuais na comunidade, muitas casas ainda se encontram em condições construtivas precárias.

Atualmente vivem na Vila da Paz cerca de 280 famílias. De acordo com o último cadastramento realizado pela Prefeitura de São Paulo, há um grande percentual de crianças e jovens na comunidade e uma ligeira diferença entre o número de mulheres e homens. A prefeitura apontou também que havia 27 portadores de alguma deficiência física.

A comunidade surgiu com a iniciativa das primeiras famílias que ocuparam a área da comunidade, no início dos anos 1990. Neste período ocorreu a primeira tentativa de remoção da comunidade, justificada pela ação de reintegração de posse da área, requerida pela Companhia Metropolitana de Habitação (Cohab) de São Paulo e pelo Metrô. A partir de então, os moradores deram início a um processo de mobilização que culminou com a permanência das famílias no local. Apenas com a chegada da Copa do Mundo de Futebol é que as tentativas de remoção se intensificaram; e, se, por um lado, as ameaças aumentaram, por outro, as resistências também se fortaleceram. Moradores se articularam com uma série de outros atores e se mobilizaram para resistir às novas investidas contra a permanência da comunidade.

Um dos resultados dessa mobilização foi a construção do Plano Popular Alternativo de Urbanização, resultado da ação conjunta de moradores, movimentos sociais, entidades da sociedade civil organizada e assessoria técnica, com o objetivo de construir coletivamente estratégias para resistir ao processo que estava colocado. O Plano Popular apresentou uma proposta de urbanização na qual comunidade e parque linear conviveriam no mesmo território, respeitado o direito à moradia das famílias (GONSALES, 2015).

Após um longo e exaustivo processo de resistência, com uma série de resultados positivos e negativos, a maior parte da comunidade da Paz conseguiu se manter na área, que foi demarcada no Plano Diretor Estratégico da cidade de São Paulo (PDE), como uma Zona Especial de Interesse Social (ZEIS) 1<sup>1</sup>. As famílias que viviam em casas muito próximas ao

córrego Rio Verde e que tiveram que ser removidas saíram diretamente para o atendimento definitivo, em local próximo ao da comunidade, cumprindo-se uma das principais diretrizes do Plano Popular, aquela que é nominada “chave por chave” (GONSALES, 2015).

Além disso, a comunidade passou por uma experiência de aprendizado do ponto de vista da resistência, entendida aqui como prática popular que tem como objetivo enfrentar as ações do poder público que venham a causar violações de direito, no caso, o direito à moradia digna e o direito à cidade. Este processo de aprendizagem resultou num caminho sem volta na construção da autonomia dos moradores, que compreenderam e reconheceram suas possibilidades de ação e de reação em processos de ameaças de remoção.

Apesar dos avanços construídos pelas famílias da Comunidade da Paz, surge, em abril de 2017, uma nova ameaça de remoção, agora justificada pela proposta da Prefeitura de São Paulo de construção de um corredor de ônibus financiado pelo Programa de Aceleração do Crescimento (PAC) – Mobilidade; o corredor passaria por três comunidades da região: Comunidade da Paz, Miguel Inácio Curi e Francisco Munhoz. Inspirados pela experiência anterior, moradores mobilizaram a rede de apoio e solidariedade que havia se formado e optaram por se utilizar da estratégia de construção de uma contraproposta técnica baseada nas necessidades e demandas populares para dialogar com o poder público. Foi nesse contexto que o Observatório de Remoções iniciou o acompanhamento do caso por meio do Observando de Perto.

Num primeiro momento, a prefeitura apre-

1 Ver a implicações de uma área ser demarcada como ZEIS no Plano Diretor no Capítulo 7 desta publicação.

sentou o cronograma de remoção e informou que o atendimento habitacional a ser oferecido seria o auxílio-aluguel até que o empreendimento para reassentamento das famílias estivesse pronto. Os moradores avaliaram negativamente essa alternativa de atendimento e optaram por formular estratégias de resistência.

Após algumas reuniões, moradores e apoiadores optaram por buscar mais informações sobre o corredor de ônibus, além de organizar atividades sócio-políticas para debater o tema e retomar a rede de apoio e solidariedade à comunidade da Paz formada na época da Copa de 2014. Um dos desdobramentos dessa articulação foi a realização de um ato político no dia 21 de maio de 2017, no Parque Linear Rio Verde, juntamente com o encaminhamento acertado coletivamente de construção de uma proposta alternativa de traçado para o corredor de ônibus – um que não removesse as famílias.

No projeto inicial, de 2013, seria necessária a remoção apenas de uma pequena parte da comunidade; o projeto foi revisado em 2014, porém, a obra contratada teve como base uma segunda revisão que aconteceu de forma obscura, não havendo informações sobre este processo de decisão. Apesar de essa última alteração diminuir drasticamente o número de desapropriações, tanto a Comunidade da Paz, quanto a Miguel Inácio Curi e a Francisco Munhoz se tornaram alvos de remoção.

Com o traçado alternativo em mãos, moradores e apoiadores seguiram na busca por uma abertura de diálogo com a Prefeitura, mostrando a viabilidade de prosseguir com o corredor de ônibus da proposta alternativa e,

assim, diminuir o número de remoções de famílias que já estavam consolidadas e estruturadas no território. O resultado encontrado pode ser observado na Figura 1.

Os moradores organizaram uma série de atividades com a finalidade de pautar e cobrar negociações quanto às possibilidades de permanência. Foram realizados atos públicos, articulações com outros movimentos, reuniões com o poder público, articulação com órgãos de defesa, como a Defensoria Pública, entre outras atividades. Até o presente momento, os Secretários Municipais de Habitação, Fernando Chucre, e de Infraestrutura Urbana e Obras, Marcos Penido, receberam o traçado alternativo dos moradores e aceitaram abrir o diálogo, principalmente por se tratar de uma área demarcada como Zeis, na qual não pode haver qualquer intervenção sem a criação de um Conselho Gestor e a discussão nele.

O projeto de corredor não foi aprovado pela Comissão de Avaliação de Empreendimentos de Habitação de Interesse Social (CAEHIS), comissão que avalia empreendimentos de habitação de interesse social, que sujeitou tal aprovação à existência do Conselho Gestor. O processo segue aparentemente paralisado e os moradores persistem cobrando a instauração do Conselho, para discutirem também nessa instância oficial de representação. As Secretarias de Obras e Habitação se comprometeram a analisar o traçado alternativo e a pensar numa terceira proposta que promova o menor número de remoções possível.

O traçado alternativo constitui-se numa ferramenta consideravelmente simples do ponto de vista técnico; mais importante que a ferramenta foi o processo de sua construção,



Figura 1: Traçado alternativo para o corredor de ônibus

que teve como base a experiência anterior de construção do Plano Popular Alternativo de Urbanização. A estratégia foi, portanto, fruto de um aprendizado anterior: buscou-se a replicação da estratégia de construção de uma ferramenta técnico-política a partir da ameaça de remoção. Nessa linha, foi possível observar que, diante da ameaça, os moradores da Comunidade da Paz se utilizaram outra vez da interação e do compartilhamento de saberes entre população, técnicos e apoiadores, com a finalidade de contrapor à narrativa oficial sobre a justificativa de remoção a possibilidade técnica de permanecerem em suas casas.

### **Áreas da Ecovias, Diadema**

Desde 2015 o Observatório de Remoções acompanha o caso das comunidades situadas nas chamadas áreas da Ecovias em Diadema, que consistem nas ocupações das faixas de domínio da Rodovia dos Imigrantes. As faixas são uma reserva de área das margens e seu tamanho varia de acordo com o tipo de rodovia, bem como com o seu processo de desapropriação. Porém, nessas áreas não é permitido nenhum tipo de edificação, com a justificativa de se atender uma futura necessidade de ampliação ou de outros tipos de construções para a rodovia.

A Ecovias é a concessionária no controle do Sistema Anchieta-Imigrantes, que compreende as duas rodovias, e é responsável contratualmente por zelar não somente por elas, mas também pelas faixas de domínio e áreas não edificantes no seu entorno – isto é, é responsável por tomar as devidas providências para que tais áreas sejam preservadas integralmente. Sendo assim, baseada nessas prerrogativas, a

Ecovias acionou em diversos momentos o sistema judiciário, pedindo a reintegração de posse e a desocupação das áreas no entorno da Imigrantes. Como áreas que não poderiam ser ocupadas, dadas as restrições legais, essas regiões terminam por se situar fora do mercado imobiliário, sendo muitas vezes – especialmente em municípios extremamente densos como Diadema –, as poucas áreas que restam para serem ocupadas pela população de baixa renda que não consegue acessar moradia adequada em outras localidades da cidade (MARICATO, 2001).

Apenas no município de Diadema, encontramos onze núcleos habitacionais localizados no entorno da Rodovia dos Imigrantes: Parque Reide, Serra do Acaraí, Maria Leonor, Mulford, Quito/Pequim, Pré-Moldado, Barbosinha, Arco Íris, Piratininga, Jardim Ruyce e Barão de Uruguaiana. Somam-se nesses núcleos de ocupações aproximadamente duas mil famílias, que vivem há anos em situação de permanente ameaça de remoção.

Por meio de uma série de incursões e levantamentos nas comunidades, foi possível notar a existência de uma grande heterogeneidade entre as ocupações tanto do ponto de vista físico, quanto do ponto de vista social e organizacional. Algumas comunidades já existiam antes mesmo da chegada da Rodovia, enquanto outras foram formadas a partir da construção dela, que atraiu um grande contingente de trabalhadores.

Já em 2008, iniciou-se a remoção de aproximadamente trezentas famílias, num episódio caracterizado por intensa violência por parte do Estado. Naquele momento, parte das famílias foi incluída no programa de auxílio-aluguel,

com uma promessa de atendimento habitacional que não se concretizou até os dias atuais.

Em 2011, o Ministério Público instaurou um inquérito civil (nº271/11) sobre as ocupações situadas em faixa de domínio na Rodovia dos Imigrantes, no município de Diadema. A Ecovias alegou que diversas moradias se encontravam em situação de risco e pediu que as famílias fossem retiradas com urgência e encaminhadas para atendimentos em programas de habitação. Já em 2012 o Ministério Público aciona o judiciário através de uma Ação Civil Pública que pede a remoção emergencial de catorze famílias que se encontravam em situação de risco, solicitando que elas fossem incluídas em programa de atendimento habitacional.

Tendo em vista esse cenário, o Observatório de Remoções optou por se aprofundar em duas das comunidades nas áreas da Ecovias: Barbozinha e Piratininga. Trata-se de áreas bastante diversas entre si, onde havia a presença de uma liderança, o que facilitaria, além da interlocução e da representação das comunidades, a incursão e o aprofundamento do trabalho nessas áreas.

Situadas no bairro da Serraria, a região apresenta características de tantas outras ocupações periféricas: escassa infraestrutura, com restrições principalmente nos serviços de saneamento; alta densidade populacional, com as edificações existentes muito próximas umas das outras; pouca disponibilidade de espaços públicos; vias de circulação estreitas; e condições construtivas consideravelmente precárias, com usos mistos ou multifamiliares.

A partir da relação que se estabeleceu entre o Observatório de Remoções e as duas comunidades, aquele dando o apoio a essas, buscou-

-se criar uma série de atividades inspiradas na metodologia da educação popular, de Paulo Freire (1992), o que pressupunha partir do ponto de vista da população na abordagem da questão da remoção. O objetivo inicial desses encontros foi promover um debate sobre a situação de ameaça, a fim de auxiliar e fortalecer os moradores com relação a dúvidas frequentes em um cenário de potencial reintegração de posse. Debateu-se o acesso à informação, o papel do poder público durante o processo, os direitos a serem reivindicados, as estratégias de resistência e articulações políticas.

Com o desenvolvimento dos trabalhos, vislumbrou-se a construção conjunta de um plano popular para as duas comunidades, o que foi rapidamente aprovado pelos moradores e apoiadores. Desde então, buscou-se produzir junto aos moradores uma leitura do território ocupado pelas comunidades. Um fator que fortaleceu a ideia da construção do plano foi a visita de uma das lideranças da Comunidade da Paz – que havia construído seu plano em 2013 –, para contar e debater sobre a experiência de resistência vivida pela sua comunidade; a visita tinha o objetivo de inspirar os moradores das duas comunidades das áreas da Ecovias de se compartilhar em estratégias de lutas.

Após a primeira etapa de discussão e entendimento sobre o território, o grupo seguiu na construção da ferramenta, através da identificação das reivindicações mínimas necessárias para as duas comunidades, chegando-se a uma lista que organizava os desejos das famílias residentes. Por fim, o grupo levantou e sistematizou o que seriam as diretrizes que presidiriam a proposta de intervenção para, a partir de

então, entender as possibilidades e limitações técnicas daquele território.

Por conta disso, um dos resultados construído ao longo do projeto foi a articulação com o Laboratório de Gestão de Riscos da UFABC (LabGris), que, juntamente com a equipe do Observatório de Remoções/LabJUTA realizou uma série de visitas e levantamentos para analisar a situação do risco nas comunidades, buscando superar um discurso genérico e compreender quais iniciativas poderiam melhorar as condições de segurança das moradias, da maior parte das famílias. Eles já viviam ali havia mais de dez anos e não tinham outra alternativa senão a busca pela permanência.

Com o Plano Popular<sup>2</sup> em mãos, os moradores e apoiadores começaram a levá-lo para as discussões com o poder público. A publicação foi entregue à Ecovias, à Companhia de Desenvolvimento Habitacional e Urbano (CDHU) e à Prefeitura de Diadema, que se comprometeram a analisá-lo. Até o presente momento, mesmo diante da proibição de realização de intervenções nas comunidades por meio do chamado "congelamento das áreas"<sup>3</sup>, as próprias famílias começaram a realizar pequenas medidas que promovem a melhoria das condições de segurança apontadas no documento.

### **Campos Elíseos, centro da cidade de São Paulo**

No dia 21 de maio de 2017, Prefeitura e Governo do Estado protagonizaram uma ação violenta no bairro de Campos Elíseos, região central de São Paulo, local que abriga o fluxo de usuários de crack conhecido como Cracolândia. A ação, que surpreendeu, sobretudo, as pessoas que moram, trabalham e circulam pelo bairro histórico, ficou marcada pela truculência, falta

2 O Plano Popular das comunidades Barbosinha e Piratininga está disponível em: <https://goo.gl/uP7kte>

de diálogo e desrespeito com os moradores da região, sob a justificativa da "guerra às drogas" (ver capítulo 5 nesta publicação).

Nos dias que se sucederam a esta megaoperação, diversos episódios demonstraram os interesses do poder público sobre aquele território e caracterizaram inúmeras formas de violação de direitos. No dia 23 de maio, imóveis começaram a ser interditados pela prefeitura e a demolição de uma pensão com moradores dentro resultou em três pessoas feridas<sup>3</sup>. Ambas as ocorrências se deram sem nenhum aviso prévio aos moradores e comerciantes responsáveis pelos referentes imóveis. A situação ainda é mais grave pelo fato de os episódios terem ocorrido em uma –Zeis de categoria 3, tipo de área demarcada no Plano Diretor da cidade a ser destinada predominantemente para habitação de interesse social, ou seja, área reservada prioritariamente para prover habitação para a população de menor renda, principalmente para as pessoas que lá já vivem.

De acordo com o instituído no Plano Diretor, antes de qualquer intervenção em Zeis dos tipos 1 e 3, é necessário que se constitua um Conselho Gestor de Zeis (ver Capítulo 7 nesta publicação), instância de participação paritária entre poder público e sociedade civil que tem como atribuição a discussão, elaboração e aprovação de qualquer projeto de intervenção na Zeis, assim como o atendimento das pessoas que já moram no local. Ainda que a legislação preveja a obrigatoriedade do Conselho Gestor, já em março de 2017, dois meses antes da megaoperação, a prefeitura já discutia o processo de "urbanização"<sup>4</sup>, lançado no dia 02 de maio<sup>5</sup>. A princípio o projeto da prefeitura

3 Expressão utilizada pelo poder público para indicar que não haja mais alterações ou novas construções em determinada área. Neste caso foi utilizado pela prefeitura no inquérito civil por meio de um acordo e instalação de placas nas comunidades.

anunciava a desapropriação de cinquenta imóveis distribuídos em duas quadras de Campos Elíseos, as chamadas quadras 37 e 38.

Foi neste cenário de violência, atropelo, ilegalidades e falta de diálogo, que diversos grupos, entidades, coletivos, movimentos sociais e indivíduos se articularam no Fórum Aberto Mundaréu da Luz<sup>6</sup>, para pensarem e formularem coletivamente estratégias de ação e resistência às remoções e às violações de direitos que estavam em curso naquele território. Uma das linhas de ação do Fórum foi a construção de uma proposta coletiva de intervenção urbanística e social: o projeto Campos Elíseos Vivo.

A elaboração do projeto contou com a participação dos diversos atores que compõem o Fórum, se deu em diálogo e teve como ponto de partida o levantamento de necessidades e desejos das pessoas que moram, trabalham e circulam pela região. A ideia baseia-se na diversidade encontrada no território, nas diversas formas de morar, trabalhar e ocupar e tem como objetivo abarcar, além da questão urbanística, o campo da saúde, serviço social e cultura, isto é, pretende propor leituras e ações multidisciplinares, dessa forma, o Campos Elíseos Vivo surge de uma análise aprofundada e interdisciplinar no território, realizada em inúmeros encontros com a população que ocupa o bairro.

O resultado foi uma proposta alternativa, de contraposição ao plano da prefeitura para as quadras. Além de mostrar a possibilidade de se construir 3500 unidades habitacionais ou comerciais, apenas a partir de imóveis vazios ou subutilizados em Campos Elíseos, sem se precisar remover uma única família, nem

demolir prédios tombados pelo patrimônio histórico, o plano apresenta uma série de propostas na perspectiva da redução de danos aos usuários e da qualificação do território por meio de intervenções e programações. Constituem exemplos disso o fortalecimento e aproximação entre coletivos culturais que já atuam na região com moradores e trabalhadores.

O Campos Elíseos Vivo é uma ferramenta técnico-política mais detalhada e aprofundada quando comparada às outras duas apresentadas neste texto; tem, inclusive, propostas preliminares de viabilidade econômica e financeira.

O projeto já foi apresentado e discutido junto às diversas instâncias e espaços na prefeitura e no governo do Estado e com a população.

### **Considerações acerca do processo de construção das três experiências**

A partir do relato das três experiências, cabe refletir sobre as similaridades e divergências, limites e potências e os aprendizados envolvidos nas práticas e experimentações vivenciadas ao longo do desenvolvimento dos casos “observados de perto”.

Inicialmente reforça-se que, nos três casos, a busca pela construção de ferramentas técnico-políticas que se utilizassem de práticas insurgentes de planejamento se deram a partir de um conflito, no caso, a ameaça de remoção, que, de certa forma, funcionou como um disparador para a mobilização e a articulação junto a outros parceiros.

Os processos desencadeados em cada comunidade possuem dinâmicas e características próprias de acordo com o grau de organização pré-existente; a localização e a visibilidade

4 Cf. São Paulo (2017).

5 As ações apresentadas pelo então prefeito faziam parte do Projeto Redenção. Cf. Soares (2017).

6 Informações mais detalhadas estão disponíveis no Capítulo 5, sobre o Fórum Aberto Mundaréu da Luz e sobre o projeto urbanístico-social Campos Elíseos Vivo.

da comunidade na metrópole; a incidência, a quantidade e a presença dos atores e entidades que formaram a rede de apoio no caso de cada comunidade.

Com diferentes graus de aprofundamento, todas as ferramentas técnico-políticas colocadas à disposição para a mobilização da comunidade partem de uma leitura construída junto com os atingidos por processos de remoção e propõem aprimorar as formas existentes de utilização e apropriação do território. Realiza-se este por meio de uma leitura ou um diagnóstico e da formulação de um plano de caráter popular que parte da demanda do território, com suas necessidades e especificidades, sobretudo em relação às formas de morar daqueles que o ocupam. As três experiências também mostraram que as ferramentas em questão demonstraram a viabilidade técnica de alternativas apresentadas às propostas definidas pelo poder público para as áreas ameaçadas de remoção.

Nos três casos apresentados, as ferramentas também proporcionaram a abertura de um canal de diálogo com o poder público. Por outro lado, as experiências mostram que, para além da ferramenta, foi necessário que os atingidos e apoiadores também pressionassem politicamente os entes governamentais, o que levanta indícios de que a ferramenta por si só não é o suficiente para fortalecer as comunidades ameaçadas de remoção.

Em diferentes níveis, os casos relatados mostram que, além da luta pela permanência, os atingidos estão disputando também o direito de participar no processo de construção das cidades; assim, redirecionam as estratégias de resistência, que passam a ter um caráter propositivo.

Ainda que a complexidade das ferramentas varie consideravelmente nas experiências relatadas, aparentemente, o processo político de resistência desencadeado pelas práticas insurgentes de planejamento não parece ter uma correlação com a maior ou menor complexidade técnica das ferramentas utilizadas. Estes são indícios a partir das vivências tidas nos processos acompanhados. Apesar de cada uma das ferramentas ter um nível de complexidade técnica diferente entre si, o aspecto técnico das ferramentas aparentemente não foi o fato decisivo na construção do processo de resistência, já que todas as ferramentas utilizadas, desde a mais 'simples' até a mais complexa, parece ter influenciado o processo de resistência da comunidade. Dessa forma, os casos relatados sugerem que a experimentação de práticas insurgentes de planejamento que se utilizam de ferramentas técnico-políticas podem fortalecer o processo de resistência às remoções forçadas por meio de uma postura que passa a ser propositiva e se apoia na construção, em conjunto com atingidos, de alternativas que dialoguem com as necessidades e especificidades de cada território.

#### Referências Bibliográficas

BARBOSA, B.; DIAS, B.; PINHO, C. M.; VIGLIAR, C.; CORAZZA, D.; KAGAN, F.; NOGUEIRA, F.; COMARU, F. A.; LOURENÇO, I. C.; VARALLO, L. S.; BEDESCHI, L.; MOREIRA, P.; Moretti, R.S.; GONSALES, T. A.; BARBOSA, T. Precisamos falar sobre moradia nas áreas da Ecovias/Imigrantes: resistência popular e alternativas técnicas. 1. ed. Santo André: Universidade Federal do ABC, 2017. v. 1. 28p.  
COMARU, F. A. Áreas centrais urbanas e movimentos moradia: transgressão, confrontos e

aprendizados. *Revista Cidades*, v. 13, p. 71-93, 2017.

DE CARLI, B.; FREDIANI, A.A.; BARBOSA, B.; COMARU, F.A.; MORETTI, R. Regeneration through the -Pedagogy of Confrontation?: Exploring the Critical Spatial Practices of Social Movements in Inner City São Paulo as Avenues for Urban Renewal. *DE-ARQ - Revista de Arquitetura de la Universidad de Los Andes / Journal of Architecture*, Universidad de Los Andes, v. 01, p. 146-161, 2015.

FREIRE, P. *Pedagogia da Esperança: um reencontro com a pedagogia do oprimido*. São Paulo: Paz e Terra, 1992.

GONSALES, T. A. Os conflitos da Favela da Paz: uma experiência de planejamento conflitual no contexto dos megaeventos em São Paulo. 2015. Dissertação (Mestrado em Planejamento e Gestão do Território) - Universidade Federal do ABC

MARICATO, E. *Para entender a crise urbana*. São Paulo: Expressão Popular, 2010

MAYER, Joviano G. M., LOURENÇO, T. C. B. Belo Horizonte, Cidade Ocupada: o caso da ocupação Dandara. In OLIVEIRA et al (org.). *Planejamento e Conflitos Urbanos: experiências de luta*. Rio de Janeiro: Letra Capital, 2016.

MIRAFETAB, Faranak. *Insurgent Planning: Situating Radical Planning in the Global South*. In: "Planning Theory", Vol.8, p. 32-50; SAGE Publications, 2009.

OLIVEIRA, Fabrício Leal de. Planejamento e conflito: Experiências de planejamento urbano em contexto de conflitos sociais. In: XV ENANPUR, 2013, Recife. In: *Anais XV ENANPUR*. Recife: Anpur, 2013. Disponível em: <<http://unuospedagem.com.br/revista/rbeur/index.php/anais/article/view/4681/4548>>.

OLIVEIRA et al. A Batalha da Vila Autódromo: "negociação" e resistência à remoção. In OLIVEIRA et al (org.). *Planejamento e Conflitos Urbanos: experiências de luta*. Rio de Janeiro: Letra Capital, 2016.

PEABIRU - TCA (São Paulo). *Plano Popular Alternativo para a Comunidade da Paz*. São

Paulo, 2013. 48 p. Disponível em: <<http://issuu.com/peabirutca/docs/caderno-final-8>>. Acesso em 20 de setembro de 2018

RANDOLPH, Rainer. Do planejamento colaborativo ao planejamento "subversivo": reflexões sobre limitações e potencialidades de Planos Diretores no Brasil. *Scripta Nova. Revista electrónica de geografia e ciências sociais*. Barcelona: Universidade de Barcelona, 1 de agosto de 2007, v. XI, n. 245 (17). Disponível no site <http://www.ub.es/geocrit/sn/sn-24517.htm>

TANAKA, G. Planejamento e Conflitos Sociais: reflexões a partir lutas urbanas. *Anais XVII ENANPUR Encontro Nacional da ANPUR*. São Paulo, 2017.

THIOLLENT, Michel. *Metodologia da Pesquisa-Ação*. São Paulo: Cortez, 1985.

VILLAÇA, F. Uma contribuição para a história do planejamento urbano no Brasil. In DEAK, C.; SCHIFFER, S. (orgs). *O processo de urbanização no Brasil*. São Paulo: EDUSP, 1999.



# Conceituando e contextualizando processos de remoções forçadas e resistências no Brasil e no mundo frente à reestruturação territorial das metrópoles contemporâneas

**Felipe Villela**

**Regina Dulce Lins**

A Oficina Internacional “*Evictions, Resistances and Territorial Interventions*”, organizada pelo Observatório de Remoções, promoveu em São Paulo, em maio de 2017, apresentações e debates de pesquisadore/a/s interessado/a/s no fenômeno das remoções/deslocamentos forçados, mas também com uma história de ativismo e resistências.

Durante os dois dias da oficina foram apresentados 15 trabalhos, sendo seis brasileiros e nove estrangeiros. Nas próximas páginas, descreve-se a dinâmica da oficina e os trabalhos apresentados, um quadro-síntese com a sistematização preliminar dos conteúdos, os resumos em inglês enviados pelo/a/s autor/a/s, e, por fim, o currículo resumido em inglês de todo/a/s o/a/s convidado/a/s.

O evento teve apoio financeiro da Fundação FORD (FFORD), e apoio institucional da Fundação de Apoio à USP (FUSP). O Centro de Formação e Pesquisa do SESC ofereceu local e infraestrutura técnica para realização dos encontros. LabCidade (Faculdade de Arquitetura e Urbanismo, USP) e LabJuta (UFABC), as duas instituições universitárias que compunham o Observatório de remoções em São Paulo, responsabilizaram-se pela organização da oficina.

Apesar da diversidade de abordagens compartilhadas no evento, este texto pretende apresentar os principais temas que permearam as discussões. Entre os temas, destacam-se: (i) a necessidade de entender o papel do Estado nos processos de remoção forçada, identificando os efeitos desejados e indesejados das políticas públicas; (ii) perceber como a crescente judicialização desses processos transforma a luta

anti-remoção e também a atuação do Estado; (iii) compreender e apontar o componente racial e de gênero nesses processos, procurando identificar populações removidas e/ou removíveis; (iv) registrar e relatar casos de remoção a partir de cartografias/mapeamentos, etnografia e indicadores quantitativos para entender os processos considerando diferentes escalas, subjetividades e o ponto de vista dos atingidos; também é preciso considerar que apesar de cada processo de remoção ter características singulares, esses eventos podem contribuir para uma condição permanente de precariedade e transitoriedade das populações atingidas; e apesar de serem implementados localmente, processos de despossessão como deslocamentos forçados fazem parte da financeirização mundial do capitalismo baseada em empreendimentos imobiliários, e por isso a rede de pesquisa e resistência também deve ser articulada globalmente.

### **1) Dinâmica da oficina**

Cada participante teve 20 minutos para apresentar os resultados de suas pesquisas ou processos de ativismo, seguidos por cinco minutos de comentários de um/a pesquisador/a previamente determinado/a. As apresentações e comentários foram agrupados em blocos de três, e depois de cada bloco havia 15 minutos para debate aberto. As discussões aconteceram conforme o quadro-síntese na página ao lado.

### **2) Sistematização das discussões**

As apresentações e discussões mobilizaram diversos argumentos teórico-conceituais, a partir de reflexões empíricas oriundas de geografias e histórias distintas, que necessitam de sistematização de forma a buscar similaridades. O objetivo, aqui, é identificar como os argumentos apresentados se articulam, assim como destacar singularidades, para entender como podem contribuir para análises sobre remoções e resistências em São Paulo e no Brasil.

Os principais conceitos/temas e argumentos mencionados durante a oficina são apresentados a seguir em um quadro-síntese – um instrumento analítico ainda preliminar dada a complexidade dos debates. Este processo de sistematização das discussões na oficina tem contribuído com a (re)orientação dos debates específicos no Observatório de Remoções.

### 1º DIA

10:30	APRESENTAÇÃO (1)	Raquel ROLNIK
10:50	APRESENTAÇÃO (2)	Oren YIFTACHEL
11:10	APRESENTAÇÃO (3)	Carlos VAINER
11:30	Comentários apresentação (1)	Ananya ROY
11:35	Comentários apresentação (2)	Cesare OTTOLINI
11:40	Comentários apresentação (3)	Melissa GARCIA
11:45	DEBATE ABERTO	
12:10	APRESENTAÇÃO (4)	Barika WILLIAMS
12:30	APRESENTAÇÃO (5)	Ananya ROY
12:50	Comentários apresentação (4)	Denise MORADO
12:55	Comentários apresentação (5)	Gautam BHAN
01:00	DEBATE ABERTO	
02:30	APRESENTAÇÃO (6)	Gautam BHAN
02:50	APRESENTAÇÃO (7)	Balakrishnan RAJAGOPAL
03:10	APRESENTAÇÃO (8)	Leticia OSORIO
03:30	Comentários apresentação (6)	Leticia OSORIO
03:35	Comentários apresentação (7)	Raquel ROLNIK
03:45	Comentários apresentação (8)	Rodrigo IACOVINI
03:50	DEBATE ABERTO	
04:40	APRESENTAÇÃO (9)	Eduardo REESE
05:00	APRESENTAÇÃO (10)	Denise MORADO
05:20	Comentários apresentação (9)	Carlos VAINER
05:25	Comentários apresentação (10)	Renato PEQUENO
05:30	DEBATE ABERTO	

### 2º DIA

10:30	APRESENTAÇÃO (11)	Tony SAMARA
10:50	APRESENTAÇÃO (12)	Melissa GARCIA
11:10	APRESENTAÇÃO (13)	Cesare OTTOLINI
11:30	Comentários apresentação (11)	Balakrishnan RAJAGOPAL
11:35	Comentários apresentação (12)	Barika WILLIAMS
11:40	Comentários apresentação (13)	Oren YIFTACHEL
11:45	DEBATE ABERTO	
12:10	APRESENTAÇÃO (14)	Rodrigo IACOVINI
12:30	APRESENTAÇÃO (15)	Renato PEQUENO
12:50	Comentários apresentação (14)	Eduardo REESE
12:55	Comentários apresentação (15)	Tony SAMARA

Tabela 1: Dinâmica da oficina

## QUADRO-SÍNTESE

AUTOR/A	CONCEITOS/TEMAS	ARGUMENTOS
ROLNIK (OR) São Paulo	Observações empíricas de remoções; Experiência da precariedade na habitação; Situações de pobreza e fragilização de direitos dos atingidos por remoções.	Precariedade como regra e não exceção por causa da situação social, que é agravada por políticas públicas (máquinas que reforçam as vulnerabilidades existentes); Múltiplas remoções: populações e territórios populares marcados por transitoriedade permanente e ambiguidades.
YIFTACHEL Israel	Abordagens pós-coloniais; Graus de “displaceability” (quais tipos de residentes urbanos estão sujeitos a remoção?); “Gray spacing processes”; “Indefinite temporariness”; Noção de “metrozenship”.	“Displaceability”, ou vulnerabilidade ao deslocamento forçado, é a “sombra violenta do planejamento urbano” e está relacionada ao alcance do residente urbano a direitos, proteções, materialidades e poderes; Noção de “temporariedade” procura considerar a dimensão temporal dos processos de deslocamento forçado; Relações entre mudanças espaciais (conforme organizações colonial, liberal e capitalista), a clareza da segurança, legalidade e do pertencimento em contraste com o obscurecimento de exclusão, risco e remoção.
VAINER Rio de Janeiro	Relações entre deslocamentos forçados e desenvolvimento urbano e regional; Remoções forçadas de populações tradicionais; Refugiados do desenvolvimento/banimento; Necessidade de elaborar quadro teórico/conceitual.	Deslocamentos forçados contam história do desenvolvimento urbano e regional contemporâneos; Refúgios/guetos sujeitos a controle territorial: “field and target”, objetos e objetivos da ação do poder (Estado + capital); Controle dos corpos por meio do controle do território, e controle do território por meio do controle dos corpos (mobilização de corpos, trabalho/trabalhadores).

Tabela 2: Sistematização das discussões

## QUADRO-SÍNTESE

AUTOR/A	CONCEITOS/TEMAS	ARGUMENTOS
WILLIAMS Nova Iorque, Estados Unidos	Forças, métodos e desdobramentos do “displacement” (ou deslocamentos forçados sem poder) e processos de gentrificação; Estratégias de resistência experimentadas por organizações comunitárias.	Principal força política em Nova Iorque é o mercado imobiliário; Processo de gentrificação significa, na prática, uma entrada rápida e violenta de riqueza e “branquitude” em comunidades negras; Esse processo agressivo é “patrocinado” pelo Estado, que o mascara como projetos de melhorias urbanas, com o objetivo de “colonizar” e “ocupar” novos espaços para acumulação de capital; DAP (Displacement Alert Project) é uma plataforma on-line onde comunidades podem consultar os riscos de perder unidades habitacionais com aluguel regulado por causa de mudanças no zoneamento, uso do solo, isenções fiscais, intervenções urbanas e projetos de renovação urbana. Ideia é alertar atingidos para a ameaça e oferecer informações para mobilização da resistência.
ROY Estados Unidos e Índia	Teoria crítica ampliando o debate sobre gentrificação para incluir deslocamentos forçados, despossessão e banimento racial com recortes de gênero.	Entender economia política urbana não apenas a partir de processos de neoliberalização, mas também pelas lentes da urbanização colonialista e do capitalismo racial; Reinvenção das políticas distributivas com imaginação de democracia abolucionista e de libertação negra.
BHAN Nova Delhi, Índia	Centralidade crescente da lei (ou de processos judiciais) nas remoções contemporâneas; Ordens para deslocamentos forçados têm origem no judiciário e não apenas no poder executivo; Como resistir a processos de remoção que partem do judiciário?	Remoções são “tecnologia histórica” para refazer cidades; Especificidades das conjunturas políticas implicam em formas de resistências distintas; A lei é a estratégia política pela qual o governo exerce seu poder, e o legislativo como “domínio primário da política” é uma característica de cidades no sul global; É preciso que entidades acostumadas a resistir à remoção por caminhos burocráticos aprendam a se opor também ao judiciário.

Tabela 2: Sistematização das discussões

## QUADRO-SÍNTESE

AUTOR/A	CONCEITOS/TEMAS	ARGUMENTOS
RAJAGOPAL Estados Unidos e Índia	Centralidade crescente da lei em processos de despossessão e deslocamento forçado, na resistência a esses processos, e nas pesquisas sobre deslocamentos forçados ("legalization turn" ou virada legalista).	Cortes judiciais são, atualmente, a principal autoridade governamental; Debate sobre resistência à remoção acentua a perspectiva da propriedade privada como relação legal e a judicialização dos processos de deslocamento forçado; Disputada legal em torno de direitos sociais tem relação com as possibilidades de criminalização de atrocidades abertas pela influência da ONU sobre princípios de direitos humanos em constituições federais a partir dos anos 1980, como no Brasil.
OSORIO FFORD	Papel do Estado na fragilização da segurança na posse e dos direitos de moradia; Batalha legal para assegurar direitos dos atingidos; Padrões de despossessão por "eminent domain", como os decretos de "utilidade pública" emitidos pelo poder executivo; Efetivação de direitos de comunidades vulneráveis.	Dificuldade de questionar "interesse público" que motiva ações de desapropriação; Posse valer menos legalmente do que propriedade deve ser alvo de litígio estratégico; Fragilização da posse e de direitos deveria ser compensada antes do mal causado por deslocamentos forçados; Compensações como auxílio aluguel (em São Paulo) não podem ser consideradas políticas habitacionais; Estado não só falha em impedir deslocamentos forçados como também é força promotora desses processos de despossessão.
REESE Buenos Aires, Argentina	Violação de direitos atinge cada vez mais vizinhanças populares; Incremento da violência e desigualdade com processos de deslocamentos forçados;	Mecânica do mercado imobiliário, com participação do Estado, produz deslocamentos "mais fortes" a partir da criação da figura criminal da "usurpação da terra"; Nos anos 2000, política de terras neoliberal entra em conflito com preocupações sociais da política econômica neodesenvolvimentista; Desigualdade social é agravada pelo deslocamento de grupos populares para áreas cada vez mais precárias, onde operam redes ilegais violentas; Esses territórios são alvo de intimidações e ameaças constantes de remoção feitas pelo Estado, em articulação com empreendedores imobiliários, que rompem organizações sociopolítica e territorial tradicionais.

Tabela 2: Sistematização das discussões

## QUADRO-SÍNTESE

AUTOR/A	CONCEITOS/TEMAS	ARGUMENTOS
MORADO Belo Horizonte	Financeirização da sociedade; Expansão do sistema sócio-espacial excludente.	Grupos populares da sociedade não têm direitos garantidos pelo Estado porque de vítimas da pobreza passaram a ser não desejados. São alvo de tentativas de destruição por não se ajustarem as condições de mercado.
SAMARA Baía de São Francisco, Estados Unidos	Crise habitacional; Reconfiguração social e “resegregação espacial”; Resistência de movimentos de base local como âncora para transformações políticas em escalas mais amplas.	Movimentos de inquilinos têm apontado o racismo e a segregação espacial presentes na crise habitacional e no processo de reconfiguração espacial marcado por remoções e exclusões; Empreendedores imobiliários e proprietários de moradias para aluguel têm procurado vizinhanças com menos movimentos de inquilinos; Grandes empresas imobiliárias processaram governos municipais contra regulação de aluguéis, mas mobilização popular fez empresas recuarem com os litígios; Organizados em torno do mote “justiça habitacional”, movimentos aumentaram seu poder institucional, inclusive conquistando novas leis; Movimentos procuram se articular em um bloco regional de luta contra o poder dos empreendedores imobiliários, apesar das diferenças culturais e das especificidades políticas e demográficas de cada localidade ou jurisdição.

Tabela 2: Sistematização das discussões

## QUADRO-SÍNTESE

AUTOR/A	CONCEITOS/TEMAS	ARGUMENTOS
GARCIA Barcelona, Espanha	Geografias de despejos por dívida de hipotecas e remoções; Biopolítica da dívida; Estratégias coletivas dos atingidos para lidar com a crise após o boom imobiliário; Desregulamentação do mercado de aluguéis e processos de desposseção.	Estímulo à propriedade privada da casa, liberalização do mercado de terras e expansão especulativa da riqueza nacional baseada em financiamentos imobiliários prepararam uma bolha imobiliária; Depois da bolha estourar, os atingidos por despejos e remoções sentiram efeitos na sua saúde (depressão e ansiedade), e sofreram com sentimentos como medo e vergonha; Assembleias de vizinhança se espalharam pela cidade, articulando a resistência; Grupos de mútua-ajuda ajudaram os atingidos a perceber que esses efeitos pessoais estavam relacionados a fenômenos conjunturais; Opção do Estado para reestruturar o sistema financeiro espanhol e tentar tirar o país da crise foi desregular o mercado de aluguéis, criando condições para um novo ciclo especulativo com a moradia; Novo modelo de aluguel e de mercado imobiliário financeirizado surge em um regime de desposseção que articula gentrificação e “turistificação”, agravando situações de precariedade habitacional.
OTTOLINI Italia	Zero Evictions Campaign; International Tribunal of Evictions; Desengajamento progressivo da ONU com direitos sociais.	“Campanha Remoções e Despejos Zero” criou dispositivos para ampliar conhecimento sobre as causas das remoções e compartilhar estratégias de resistência a partir do ponto de vista dos atingidos. Essa mobilização está relacionada a propostas como o “Tribunal Internacional de Remoções e Despejos” e o “Território Livre de remoções”; Essas mobilizações articulam os níveis local e internacional em torno de paradigmas alternativos para elaboração de políticas habitacionais e urbanas como: defesa dos direitos humanos, do meio ambiente, da função social da propriedade, redistribuição da riqueza e responsabilidade sobre futuras gerações; Essas mobilizações também são uma resposta à Nova Agenda Urbana lançada na Habitat III, que teria afastado o foco da ONU da promoção de direitos sociais.

Tabela 2: Sistematização das discussões

## QUADRO-SÍNTESE

	CONCEITOS/TEMAS	ARGUMENTOS
IACOVINI São Paulo	Urbanização de favelas X direito à moradia adequada; Direito de permanecer; Paralelos Brasil e Colômbia.	Economia política da urbanização de favelas revela contradições entre a motivação declarada nos projetos de intervenção e seus efeitos; As condições de vida dos atingidos pelas obras efetivamente melhoram e seu direito de permanecer no local é garantido?; Obras públicas funcionam como moeda de troca na política, tanto no Brasil quanto na Colômbia;
PEQUENO Fortaleza	Aspectos da distribuição espacial das remoções em Fortaleza; Precariedade residencial dos atingidos por remoção tende a aumentar; Resistência multidisciplinar; Financeirização do desenvolvimento urbano.	Removidos de áreas centrais e de bairros de interesse do mercado imobiliário vão para outras ocupações de terra ainda mais precárias ou conjuntos habitacionais na periferia da cidade; Grandes obras viárias e de infraestrutura têm justificado as remoções ao mesmo tempo em que beneficiam o mercado imobiliário; Milícias privadas (mercenários armados que servem aos proprietários) também atuam em processos de remoção forçada; Moradores de favela, fragilizados pela ilegalidade/informalidade da posse, são mais vulneráveis a remoções forçadas promovidas pelo Estado e por agentes privados; Resistência às remoções tem apoio de pesquisadores de universidades, defensores públicos, ativistas de direitos humanos e outros grupos autônomos que procuram garantir direitos dos atingidos e questionar o desenvolvimento urbano financeirizado.

Tabela 2: Sistematização das discussões

### 3) Resumos dos trabalhos (em ordem de apresentação)

#### **Multiple evictions and displacements: public policies and the permanent transitoriness of vulnerable groups - Raquel ROLNIK**

In São Paulo forced displacements of impoverished households have been marked heavily by government actions. Empirical findings of the project Observatório de Remoções, between 2010 and 2016, gathered by collaborative mapping, have shown that 81% of threats and actual forced evictions are due to public policies, mainly related to slum upgrading (47% of that total). On other hand, observations at ground level reveal that people living in squatted land and poorly built houses, either in city center or in its outskirts, beyond being constantly challenged by government actions are also challenged by their own present housing conditions. These conditions in general are the result of their previous housing insecurity condition: a great number of families living under threat of eviction in squatted land came out of situations of foreclosures, rent arrears and other informal settlement evictions. Up until now, slum upgrading as well as social housing production have failed to deal with the transitoriness nature of the links between vulnerable groups and their living territories. The disruptive effects of public interventions in those territories have worked as machines of reinforcement of existing vulnerabilities, such as: expansion of urban inequities, social and economic instability of affected social groups and the violations of human rights to adequate housing.

#### **Displaceability: the Silent Foundation of Urban Citizenship - Oren YIFTACHEL**

The lecture develops the concept of ‘displaceability’ as a central, yet often overlooked, dimension of urban citizenship. Displacement denotes the involuntary removal of individuals, communities or large collectivities from their houses, lands and locations, as part of the property, planning or identity regimes. The lecture argues that degrees of displaceability provide a central foundation for understanding contemporary urban citizenship. It determines the range of rights, protections, capabilities, materiality and powers enjoyed by urban residents. Theoretically, the lecture draws on (post) colonial approaches, which seek to fathom the links between spatial change and power relations within colonial, liberal and capitalist settings. The work sheds further light on the ‘gray spacing’ process which places growing groups, properties and economies between the ‘lightness’ of safety, legality and membership, and the ‘darkness’ of exclusion, risk and eviction. The purpose of the current work is to elaborate on ‘gray spacing’ by studying the various types of ‘displaceable’ urban residents, relating to ‘invaders’, ‘trespassers’, renters or other types of property owners, possessor and users. This approach foregrounds the all-important temporal dimension of urban residency by highlighting the ‘indefinite temporariness’ which frames the life of displaceable urban populations. Empirically, the lecture focuses on several multiethnic and multi-racial cities, such as Tallinn, Colombo, Cape Town, Berlin, Jerusalem, Beersheba and Tel-Aviv. The lecture concludes by highlighting the notion of ‘metrozenship’ as a normative framework for creating a more

stable, safe and equal urban society.

### **Forced Mobilization and Immobilization: the Control of Bodies and the Territory as a Dispositif of Power - Carlos VAINER**

The narratives of forced eviction of poor neighborhoods and communities and by direct violence or financial violence arising from foreclosures tell the story of the contemporary city. The narratives of the forced displacement of indigenous groups and quilombolas (a traditional community composed of descendants of African slaves), fishermen, small farmers and riverine communities affected by large dams and other major investment projects (ports, highways, mining and petroleum poles) describe of what has been called “regional development”. To these tens of millions of “urban and regional refugees of the development” should be added together other millions of refugees from wars and environmental catastrophes. On the other hand, millions of immigrants or refugees are forbidden to enter certain national spaces, as well as those who are repatriated or banned. And how many will be immobilized in refugee camps or temporary shelters, imprisoned, surrounded in ghettos or neighborhoods subjected to operations of territorial occupation and control (as the UPPs in Rio) or similar forms of military occupation in the Cité Soleil, Port-au-Prince, Haiti). Mobilized, immobilized, forbidden to move or forced to move, there are manifold ways in which bodies are the field and target, object and objective of the action of power (of the state, of capital) in their most perverse and dramatic manifestations. In these multiple and diverse processes of general mobilization (and immobi-

lization) one of the fundamental attributes of power appears: the control of the bodies through the control of the territory, the control of the territory through the control of the bodies. The purpose of this presentation is to find the theoretical-conceptual and historical ties that unify this multiplicity of forms of mobilization and immobilization of labor, workers and human bodies, under capital.

### **Policies and Interventions for the Right to Stay: Resisting the Displacement of Color & Culture in NYC - Barika WILLIAMS**

Displacement in New York City is the violent and rapid influx of external wealth and whiteness into New York City’s communities of color in an effort to colonize and occupy them for the accumulation of capital, masked as passive urban improvement projects. This session argues that the Displacement of Communities of Color and Culture from NYC is a direct outcome of an aggressive state-sponsored Gentrification project. 50 years ago, Ruth Glass warned that “Once this process of ‘gentrification’ starts in a district it goes on rapidly until all or most of the working class occupiers are displaced and the whole social character of the district is changed”. Presently, gentrification has been systemized as a process in which the needs of capital (real estate profits, infrastructure projects, quality of life initiatives, and city budget) are placed above the needs of people through land use, zoning, development projects, tax breaks, and branding power. The result is that NYC, and cities worldwide, are rapidly becoming spaces whose primary purpose is to benefit those who control capital and do so at the expense of the poor and people of color. This session will

discuss the forces and methods that are creating displaced populations in New York City, spurred by the nexus of tax policy, modern day urban renewal, and broken windows policing, and resulting in mass evictions, rampant tenant harassment, and rapid growth in homelessness. It will address various strategies employed by grassroots and community based organizations to resist and realize their Right to Stay, including the struggle to build people power necessary to combat capital's power. Also, a presentation of ANHD's Displacement Alert Project (DAP Map) and Anti-Displacement Matrix, an ongoing assemblage of implemented and proposed policy solutions and community organizing tools used to end displacement.

### **Beyond Gentrification: Evictions as a Form of Racial Banishment - Ananya ROY**

The process of gentrification has long been the focus of both critical urban theory and urban social movements. In this talk, I argue that gentrification no longer suffices to explain processes of displacement and dispossession underway in many parts of the world. With an emphasis on the case of the United States, I argue that evictions are more appropriately understood as an example of "racial banishment" (necessarily gendered) and must therefore be understood in relation to expulsion and expropriation. Put in another way, in order to understand contemporary urban political economy and politics it is necessary to shift our analytical gaze from neoliberalization to settler colonialism and racial capitalism. Doing so also enables a renewed politics of distribution, one that is animated by the imagination of abolition

democracy and black freedom.

### **Fighting the Court: How does Judicial Urbanism challenge a Politics of Resistance? - Gautam BHAN**

Evictions are not new to cities, and indeed have been technologies of re-making them for centuries. Yet evictions that happen within specific political conjunctures have their own specificity, varying not just across different geographies but also in time. It is important that we understand cycles of evictions in this frame so that our resistance is appropriate, effective and reflexive. This talk draws from one example. The city of New Delhi has been scarred by evictions over the last two decades that have been different in degree and kind from those that went before it. One of the big differences is that these evictions were ordered not by the city or state government, or the planning authorities, but by the Delhi High Court and the Supreme Court of India. How does the judicial origin of an eviction change the logics, tactics, and sites of resistance? This talk draws from my own involvement as well as my research on anti-eviction social movements and the challenges of finding effective resistance against the court rather than the executive.

### **Law and Displacement: A Draft Manifesto - Balakrishnan RAJAGOPAL**

One of the most significant aspects of displacement and eviction research in recent years is the increasing recognition of the centrality of law, both as a structure that generates dispossession and displacement, and also as a terrain of resistance relied on regularly by displaced

communities. Some of this work problematizes property as a legal relation, while others point to the judicialization of displacement. The points of resistance revolve around the potential and possibilities of a rights-turn in legal form – including through international human rights law and domestic constitutional jurisprudence. In this presentation, I critically assess this ‘legalization turn’ in displacement scholarship, and offer several theses about its pros and cons for a progressive trajectory in the increasingly tumultuous and connected fields of studies that focus on displacement.

### **Human Rights and Development: dispossession and destruction of lives through land expropriation - Leticia OSORIO**

Development interventions – from dams, mines, urban renewal, infrastructure projects, economic corridors, industrial estates and eco-tourism – are jeopardizing the rights of millions of people around the world, especially those who lack security of tenure and housing rights. States have not only failed to prevent forced evictions and displacements but in many cases, have been the catalytic force behind such events, sometimes in collusion with private actors. This session discusses patterns of dispossession through eminent domain, in Brazil and elsewhere, and the main legal battles and remedies, at local, national and international levels, that can be acceded to secure the rights of the displaced and evicted population. It also discusses how enforcement of social and economic rights can protect vulnerable communities against involuntary displacement and forced evictions, and would mean to design rights-consistent solutions for them.

### **Displacement and evictions in the Metropolitan Region of Buenos Aires: real estate market, illegality networks, public policies and institutional violence aggregating vulnerabilities on rights - Eduardo REESE**

The Metropolitan Region of Buenos Aires has become the stage for a broad range of rights violation reaching more and more popular neighborhoods. The mechanics of real estate market is producing increasingly strong displacements (non-violent and more or less visible) and evictions of populations (authorized by the justice) moved to highly precarious places. At the same time, dwelling conditions in these places is set between the violence that stem from illegality networks and from the State through intimidatory means and constant eviction threats. This lecture reflects on those processes that usually result in increased inequality and violence as well as the disruption of traditional sociopolitical and territorial organization of popular sectors in Argentina.

The socio-spatial exclusion system in the Brazilian neoliberal city - Denise MORADO

The socio-spatial exclusion system has considerably expanded in recent years, since it is no longer merely the result of class conflicts, income or gender but the financialization of society. In this context, social injustices arising from socio-spatial inequality and socioeconomic diversity become evident and perverse because they are derived from the exercise of power, either by violence or oppression, of one person or group by another person or group. Those excluded from society are no longer seen as victims and, therefore, the State no longer guarantees their rights; on the contrary, they

are punished and removed for not being able to adequately adjust to the market conditions – they are the “unwanted” and the “destroyed”. We intend to share ideas, narratives and perspectives that stem from the view that social, cultural, political, environmental and economic problems are rooted in tensions, contradictions and power in oppression, exploitation and violence. They are the legitimate forces to repress practices and procedures of the State-Capital corporation, in contrast to the freedom of creation from the reality that one wants to modify.

### **Building Regional Resistance from the Ground Up: The San Francisco Bay Area Tenants Rights Movement - Tony SAMARA**

The housing crisis in the Bay Area is driving a social and spatial reconfiguration of the entire region. At the heart of this reconfiguration is a process of evictions, displacement, and exclusion that is inverting the traditional metropolitan layout of affluent suburbs surrounding lower-income urban areas. While this process precedes the recent housing crisis and remains partial and fragmented, it does indicate substantial changes in the race and class dynamics of local and regional spaces. In a recent report, Urban Habitat has described this process as regional resegregation. This talk engages the changes in the Bay Area through the lens of a movement for tenants rights rooted in a growing number of local campaigns that are also building trans-local relationships across the region. These campaigns are focused almost exclusively on anti-displacement measures that impact renters, and are developing a collective analysis of the impact displacement has on working

class and low-income communities and a common vocabulary of housing justice and the right to housing. At the same time, the campaigns represent communities that differ greatly in terms of local political and cultural context, populations demographics, and relationship to the regional economy. The ability of these efforts to coalesce into a regional power block that can effectively challenge the powerful real estate industry, shape policy in a critical mass of local jurisdictions, and build power across the state has important implications for how locally-based movements can serve as anchors for transformative politics at greater scales.

### **From mortgaged lives to precarious-housing lives: the case of the Barcelona metropolitan region - Melissa GARCIA**

This presentation provides an overview of the housing problematic in the Barcelona metropolitan region based on my doctoral research (2013-2014) and subsequent role as a housing rights activist-researcher (2015-present) in Barcelona. Upon briefly contextualizing the decades-long project of creating a nation of homeowners under the Franco dictatorship (1939-1974) through to democracy, I will focus on the post-2007 fall out of the production of hundreds of thousands of mortgaged lives during Spain’s most extensive housing boom (1997-2007), a reality that led to an unprecedented number of foreclosures and evictions. I will explain how and why the rescue and restructuring of the Spanish financial system (2012-2014) is now leading to a new speculative housing cycle where the rental sector is an emerging asset class, attracting growing amounts of capital through financial instruments like Real

Estate Investment Trusts (Socimis). The presentation will finish by illustrating the converging housing problematics in the city of Barcelona today: gentrification-touristification, skyrocketing rental prices and the entrance of private investors buying up housing for short or long-term rentals. Combined with the increasing prevalence of short term and low paid employment, leading to growing numbers of people unable to pay the rent or renew their rental contracts, a new landscape of housing precarity and displacement is now present – and being actively contested by growing numbers of neighborhood assemblies and actions across the city.

### **The Zero Campaign & the International Tribunal of Evictions: a grassroots weapon for monitoring, denounce and fight evictions- Cesare OTTOLINI**

Launched at the World Social Forum 2004 in Mumbai by the International Alliance of Inhabitants, the Zero Evictions Campaign has developed a remarkable knowledge of the causes of evictions and the resistance from the points of view of the victims and their organizations. This innovative bottom-up approach, combining the local and global level, has made it possible to evaluate more closely the importance of the involvement of inhabitants and communities affected by policies that are generally an expression of neoliberalism, and of the unity of their organizations. At the same time, it showed the difficulties and the potentialities of the struggles against evictions, subject to reflection and discussion on victories and defeats. This strategic thinking has led to the evolution of the

Campaign and to make it more effective despite the growing difficulties. Such as the relaunch of the unlimited urban developmentalism as a space for the capitalist revival after the global financial crisis based on the collapse of real estate markets. On the other hand, because of the UN progressive disengagement in social rights, particularly by UN Habitat, through its New Urban Agenda at Habitat III. It became urgent, to local and global organizations and their allies, to face evictions, and implement urban, territorial and housing policies by using innovative tools that are based on alternative paradigms: the defense of human rights, environment, commons and the social function of the property, the redistribution of wealth, a responsibility towards future generations. The International Tribunal of Evictions, created by the International Alliance of Inhabitants following the World Assembly of Inhabitants (WSF Dakar 2011), is a people's opinion court that wants to address this need. The results of the global sessions carried out so far in collaboration with local organizations and other networks, in particular the 5th session held under the People's Social Forum Resistance Habitat III (Quito, 2016), emphasizes the positive impact of this innovative weapon. The novelty lies not only in a bottom-up approach, but more in implementing the verdict through the local / global mobilization towards alternative social pacts, beyond the simple complaint.

**Between the realization of the right to adequate housing and reinforcing forced evictions processes - preliminary questions on the slum upgrading political economy in Brazil and**

### **Colombia - Rodrigo IACOVINI**

During the past decades, the struggles against forced evictions have been connected in Latin America with claims for the realization of the right to adequate housing through the upgrading of informal and precarious settlements. The “right to stay put” fight is combined with the demand for infrastructure improvements, for the provision of public and social services and equipment, for adequate public spaces, among others. Different countries and cities in the region adopted public policies, programs and projects trying to address this issue under the “slum upgrading” umbrella – known by “mejoramiento barrial”, “urbanização de favelas”, “urbanización de villas de miseria”, etc. But are these state-driven initiatives really oriented to realize the right to adequate housing in these settlements? Are they directed to improve living conditions of the households? What are the main forces guiding these initiatives? Are slum upgrading policies/programs/projects consolidating the population within the settlements or jeopardizing their “right to stay put”? The presentation intends to raise the most pressing questions rising from the field-based research ongoing regarding the political economy of slum upgrading in Latin America – based on the Brazilian and Colombian experience – trying to identify the key elements that have been influencing these policies/programs/projects (main political, economic and sociocultural aspects) and how do they also impact forced evictions processes.

### **Squatting process, forced evictions and resistances in Fortaleza: changes and challenges - Renato PEQUENO**

The data from the latest survey on housing conditions in Fortaleza, updated by the Institute of Municipal Planning in 2016, indicates the existence of more than 243 thousand families living in precarious settlements totaling more than 1/3 of the entire population of the municipality. Among these settlements the squatter areas should be highlighted, occupied by 160 thousand households. In the case of these hundreds of favelas, land ownership illegality makes the population even more vulnerable to forced evictions promoted by the Governments and private militias that serve landowners. As a rule, evicted families are allocated at other distant squatter settlements in even more poor neighborhoods, as well as in large housing estates placed in the peripheral fringes. Since the last decade, these actions were intensified as a result of major interventions promoted by the State linked to projects of urban mobility and infrastructures which has as great beneficiaries the real estate sector. It is noteworthy that all these actions have taken place outside urban and housing policies at the municipal level. Even the inclusionary urban tools present in the municipal urban laws have been insufficient to face the pressures of the real estate market, revealing the support of the local power to this sector. In addition, it is possible to verify the persistence of land concentration, the increase of housing deficit as well as the insufficiency of the social housing estates to meet the demand, causing the emergency of new homeless movements and the return of occupation of vacant land and buildings in diverse urban fronts. Faced with the search for the right to housing, the violent eviction actions remain, inserting new actors in this scenario of territo-

rial disputes. Special emphasis should be given to human rights defense offices, public defenders, collectives, outreach groups and research laboratories that are looking for ways to act against urban development strategies led by private public partnerships in the current framework of financialization of urban development. This presentation intends to show and discuss some aspects of the spatial distribution of the removals, considering other territorial dynamics in order to point up specific roles and interest of social actors involved with these issues.

#### **4) Currículo resumido de todo/a/s o/a/s convidado/a/s (por ordem alfabética de sobrenome)**

BHAN, Gautam: Works on the politics of poverty, inequality and development with a focus on housing, social security, governance and urban and planning theory. He co-anchors "Reframing Urban Inclusion" research at the Indian Institute for Human Settlements, India, and co-authored the book "Swept off the Map: Surviving Eviction and Resettlement in Delhi".

GARCIA, Melissa: Researcher at the Barcelona Lab for Urban Environmental Justice and Sustainability at the Universitat Autònoma de Barcelona, Spain, holds a PhD in Geography from the University of Manchester, co-authored 'Mortgaged Lives': The Biopolitics of Debt and Housing Financialisation, and is an activist at Platform for Mortgage Affected People (PAH).

IACOVINI, Rodrigo: Foreign Affairs Advisor at the Polis Institute, Sao Paulo, and researcher at the Laboratory for Right to the City and Public Space (Labcidade) at University of Sao Paulo (USP). He is also a doctoral researcher on Urban Policies at the Urban and Regional Planning Post-Graduation Program at the Faculty of Architecture and Urbanism at USP.

MORADO, Denise: Professor at the Federal University of Minas Gerais, Brazil, and coordinates the PRAXIS Research Group (Social Practices in Urban Space). She is also a member of the City and Housing Network, and editor of the book "Saberes [auto]construídos" (roughly "(Auto)constructed Knowledge").

OSÓRIO, Leticia: Human Rights Programme Officer at Ford Foundation in Brazil. She directed the Human Rights Centre Clinic of the University of Essex, UK, coordinated the Department of Land Regularisation and Resettlements of the State Government of Rio Grande do Sul, Brazil, and was a member of the Advisory Group of Forced Evictions of UN-Habitat.

OTTOLINI, Cesare: World Coordinator of the International Alliance of

Inhabitants, a member of the International Council of World Social Forum and a member of the Steering Committee of International Tribunal on Evictions. He is also a former member of the Advisory Group of Forced Evictions of UN-Habitat.

PEQUENO, Renato: Professor at the Federal University of Ceara, Brazil, and coordinates the Housing Studies Laboratory (LEHAB). He is also a member of the Observatory of the Metropolises Network, author of "Fortaleza real estate Appreciation, Removals and Conflicts", and co-editor of books on the urban transformation of Fortaleza.

RAJAGOPAL, Balakrishnan: Associate Professor of Law and Development at the Department of Urban Studies and Planning and founding Director of the Program on Human Rights and Justice at MIT (Massachusetts Institute of Technology) and the founder of the Displacement Research and Action Network.

REESE, Eduardo: Professor at the Conurbano Institute at the National University General Sarmiento, Argentina, and of urban management in the Lincoln Institute of Land Policy B.A. program in urbanism. He is also the deputy administrator of the Institute for Housing of the Province of Buenos Aires.

ROLNIK, Raquel: Professor at the Faculty of Architecture and Urbanism, USP, and coordinates the Observatorio de Remocoes (Observatory of Evictions) national network. She has been Special Rapporteur on Adequate Housing at the UN High Commissioner Office for Human Rights from 2008 until 2014.

ROY, Ananya: Professor of Urban Planning, Social Welfare and Geography and inaugural Director of the Institute on Inequality and Democracy at UCLA Luskin. She is the author of several books, including "Poverty Capital: Microfinance and the Making of Development", and co-edited "Territories of Poverty: Rethinking North and South".

SAMARA, Tony: Program Director of Land Use and Housing at Urban Habitat, California, and serves on the steering committee of the Right to the City Alliance. He has a PhD in Sociology from the University of

California, Santa Barbara, and an MA from the City University of New York. He was also an associate professor of sociology at George Mason University.

VAINER, Carlos: Professor at the Institute of Urban and Regional Planning and Research at the Federal University of Rio de Janeiro, Brazil, and coordinates the Experimental Center for Conflictual Planning Experiences (NEPLAC). He also coordinates the Program of Research and Cooperation on Social Movements in the South – Brazil, South Africa, India and Thailand.

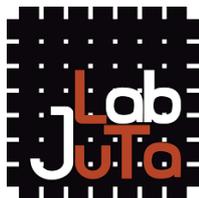
WILLIAMS, Barika: Deputy Director at Association for Neighborhood and Housing Development (ANHD), New York City, leading housing, land use, and equitable economic development policy research and analysis. She holds a BA from Washington University of St. Louis and a Masters of City Planning from MIT.

YIFTACHEL, Oren: Professor of Geography and Urban Studies at Ben-gurion University, Israel, the founding editor of the journal Hagar: Studies in Culture, Politics and Place, and serves on the editorial board of Planning Theory (essay editor). He is also the author of the book "Ethnocracy: Land and Identity Politics in Israel/Palestine".





*Realização*



*Financiamento*



